O. IMPERIO. PORTUGUÊS

NA. 1ª. EXPOSIÇÃO. COLONIAL. PORTUGUESA

ALBUM-CATALOGO

1934

VISITEM O STAND

DA

Empreza de Cimentos de Leiria

"Cimento Liz"

A SOCIEDADE NACIONAL DE FOSFOROS

apresenta as suas marcas de exportação

SOC.DE NAC.L DE FOSFOROS
FABRICA R. DO AÇUCAR
LISBOA — PORTUGAL
40
40
AMORFOS EXPORTAÇÃO
ANGOLA

SOC.DE NAC.L DE FOSFOROS
FABRICA R. DO AÇUCAR
LISBOA PORTUGAL
40
AMORFOS EXPORTAÇÃO
ULTRAMAR

SOC. NAC. DE FOSFOROS
FABRICA - RUA DO AÇUCAR
LISBOA PORTUGAL
40
40
AMORFOS EXPORTAÇÃO
MOÇAMBIQUE

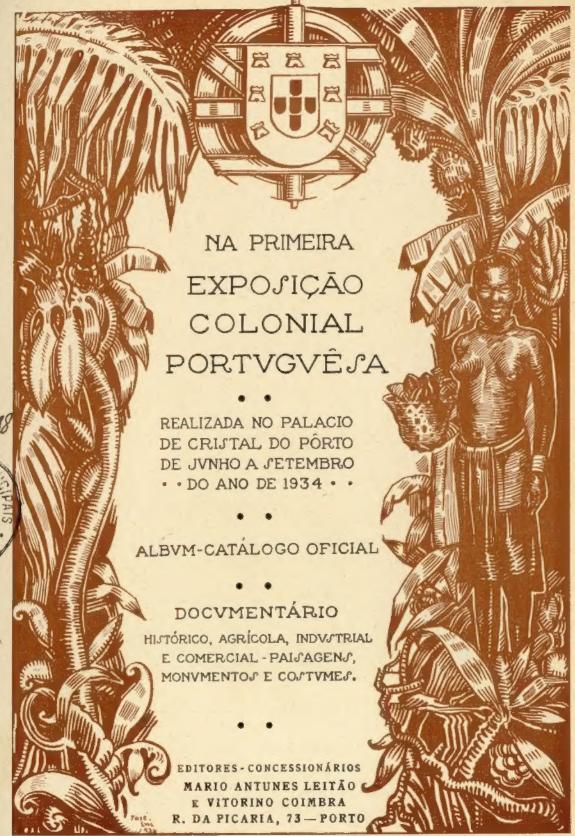
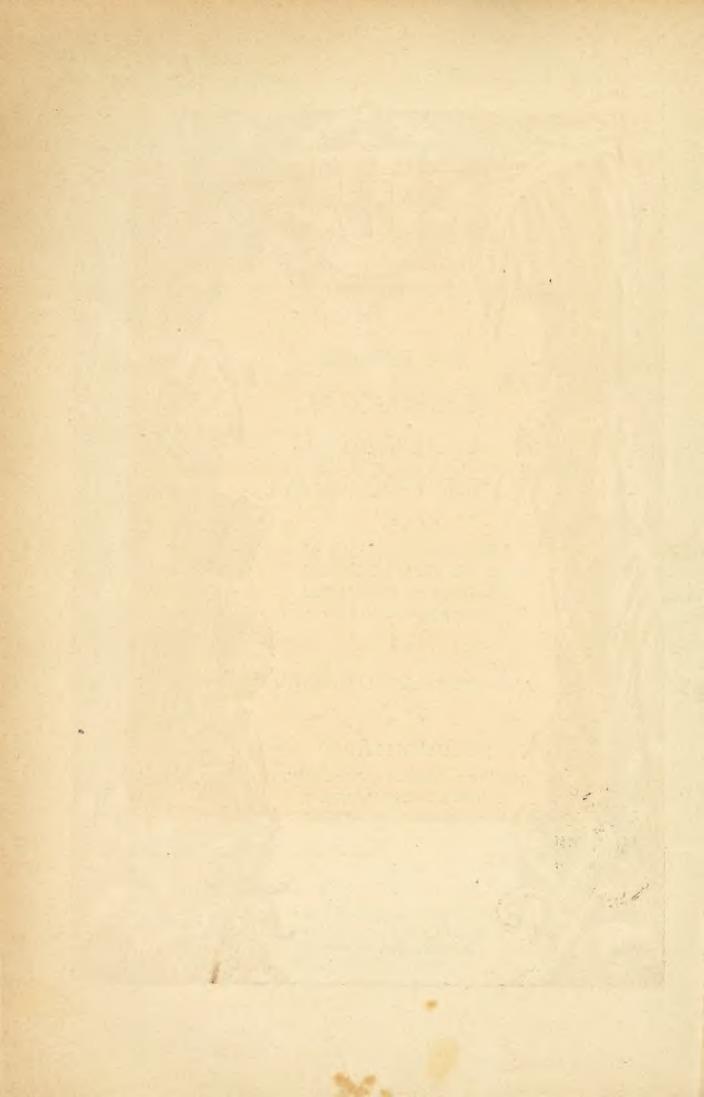
TIP. COSTA CARREGAL - PORTO

C.IA VELHA
FUNDADA EM 1756
OS MELHORES VINHOS DO
PORTO E DE MEZA
HA QUASI DOIS SECULOS!
LIT. NACIONAL-PORTO

O IMPÉRIO PORTUGUÊS

NA PRIMEIRA

EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

ALBUM-CATÁLOGO OFICIAL

O. IMPERIO. PORTUGUÊS

General ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Doutor ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR

PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTRO DAS FINANÇAS

«Tenho vivas no meu espírito as altas, velhas figuras da colonização portuguesa; perpassam-me pela mente os homens de ontem e os homens de hoje, os soldados e os administradores da coisa pública na África e no Oriente, muitos dos quais compreenderam bem ter aqui o seu lugar, porque igualmente o têm no meu coração de português pelo seu valor, pelos seus feitos, pelo seu patriotismo. E, no entanto, esta homenagem, que sinceramente presto a quantos quasi podem afirmar, como o Poeta, ter deixado

«a vida
pelo Mundo em pedaços repartida»

não pode deminuir o orgulho que sinto, — de o Estado Novo ter feito inserir na Constituição Política, como parte integrante do estatuto fundamental do País, as directrizes, não simplesmente duma política diferente, mas duma política nova nesta matéria, para mais perfeita expressão da nossa consciência nacional e afirmação mais vincada do temperamento colonizador dos portugueses, para engrandecimento de Portugal e melhor utilização dos nossos recursos comuns, e na antevisão das perturbadas ideias que a crise faria surgir, para ser mais clara, diante da Europa, a nossa posição de grande potência colonial».

(Palavras de Salazar na sessão solene
de inauguração da Conferência
dos Governadores Coloniais)

Doutor ARMINDO MONTEIRO

MINISTRO DAS COLONIAS

POLÍTICA *imperial ha poucos anos proclamada pelo Govêrno está ainda nas suas primeiras realisações. Veio encontrar em pleno desiquilibrio as finanças de certas colónias e em desordem total a contabilidade de quasi tôdas; na vastidão do dominio económico, entregues apenas à inspiração dos que as governavam — quando não aos acasos da sorte ou à pressão de exigências interessadas — as colónias não conheciam nem a disciplina de um plano que marcasse a cada realisação nova o seu momento e o seu lugar, nem a formula de solidariedade que ligasse a sua sorte ao destino comum da nação; na ordem política, como ideia directriz, dominadora, apenas se topava com o principio da autonomia — descoordenador, anarquico, dissolvente, anti-nacional principio — a quebrar a secular unidade da patria portuguesa; no campo sentimental, ao grande e profundo amor, solida herança de velhos tempos, que ligava o Ultramar à Metropole, respondia esta com o desconhecimento do que tinha e do que valia alem-mar — e a que parecia presa apenas pela força do indomavel patriotismo da gente.*

A politica imperial apresentou-se à Nação com principios e ambições opostas aos desta orientação. A história de Portugal e à maneira de ser do nosso povo foi buscar a sua inspiração profunda e não à simples pratica do estrangeiro ou à vã lição de tratadistas, que de nós pouco ou nada sabiam.

No campo financeiro proclamou a necessidade de manter intransigentemente o equilibrio e a ordem: e atravez de tôdas as dificuldades procura realisá-los nas receitas, nas despesas, na contabilidade; na economia ergueu a bandeira da solidariedade; na politica levantou o grito da unidade, que logo foi signal de combate aos exageros das autonomias e que havia de repercutir-se em todos os sectores da vida social portuguesa; no dominio sentimental propôs-se acordar a consciência da Nação para a ilimitada obra do futuro, dando-lhe o conhecimento perfeito da sua extensão, riqueza e poder, interessando-a absorventemente no trabalho ultramarino. Á vida sem objectivos, apagada e descolorida de outro tempo, quere substituir, como se reacendesse o fogo extincto no grande lar do nosso povo, existencia de claro e luminoso ideal, que anime os mais puros entusiasmos, mantenha o poder de tôdas as vontades,

congregue e una: e de modo tal que a vida portuguesa pareça a marcha apressada e alegre de um desses ranchos que, pelas puras e frescas madrugadas do verão, atravessam as aldeias a caminho de fartas vindimas...

Está ainda no começo das suas primeiras realisações esta política: três anos, que podem ser muito na impaciência dos homens, são um instante na vida dos povos: e aqui quere-se reanimar e acender o brio na alma de uma nação — que muitos julgavam exânime. Os resultados do trabalho feito são já visíveis — nos orçamentos, nas contas, na economia e na administração geral, na própria consciencia que a grei vai tendo da importancia das cousas coloniais, da sua fôrça e prestígio possíveis através delas. Os resultados que se anteveem são infinitamente mais largos.

Enquanto o trabalho silenciosamente prossegue no terreno financeiro e, no campo político, com pressa se caminha para a ambicionada unidade administrativa, a rede das medidas de aproximação comercial vai-se apertando a pouco e pouco: teem surgido duas séries de realisações, a marcar os lados do caminho em que ela se desenrola — na ordem comercial uma, na intelectual e moral a outra: da lei receberam o impulso inicial, mas, depois, teem de caminhar pela iniciativa, poder creador e entusiasmo nacionalista daqueles que as tomaram sobre os hombros. Viram primeiro as Colónias, em Luanda e Lourenço Marques, as feiras de amostras que triunfalmente lhes levaram a certeza de que a ressurreição da nossa industria era um facto e de que nova era havia começado. Enquanto activamente se juntam os elementos precisos para a creação das casas da Metropole e das Casas do Ultramar e uma revista nova — «O Mundo Português», título que resume largas ambições — aparece à luz do dia, dos prelos vão saíndo a grande Colecção dos Classicos da nossa Expansão, a Colecção dos Relatórios, Estudos e Documentos Ultramarinos e a Biblioteca Colonial: e na cidade do Porto — insigne por muitos títulos e a que ficará cabendo a honra de ter dado abrigo generoso à primeira grande demonstração do nosso esfôrço ultramarino — vencidos todos os obstáculos, cavados os seus difíceis alicerces, a Exposição Colonial Portuguesa mostra já orgulhosamente os andaimes dos edifícios que hão-de abrigar as provas da potentosa e secular obra dos portugueses, em quatro partes do mundo.

É só o começo. Todos vêem que sôbre as ruínas das nossas velhas e tristes contendas se vai erguendo o magestoso edifício da renascença lusiada. A ascenção do sentimento colonial há-de levar-nos longe: e para lá da Exposição Colonial do Porto o nosso orgulho enxerga já certame mais vasto — em que, no glorioso lar das descobertas, a obra ultramarina dos portugueses figure ao lado da das mais nações.

Lisboa, Fevereiro de 1934.

Armindo Monteiro

Ministro das Colónias.

Doutor FRANCISCO VIEIRA MACHADO

SUB-SECRETÁRIO DO ESTADO DAS COLÓNIAS

No rumo do terceiro Império

Á através da História de Portugal uma Ideia, ou antes, um Ideal, que decerto enraíza na própria essencia da alma e do carácter dos portugueses, tal é o vigor com que se forma e a persistência com que renasce: O Ideal da formação dos Impérios.

Esboçado e vago na organisação do Infante, mais preciso sob a ambiciosa vontade de D. João II, ganha a primeira expressão real e perfeitamente enformada com Afonso de Albuquerque. E o primeiro esfôrço imperial da parte portuguêsa dispende-se no sonho de formação dum grande Império Asiático com guardas vigilantes em Aden, Ormuz e Malaca.

Desfeito com a morte do grande político e guerreiro o plano tão audaz e inteligentemente iniciado, logo outro grande português — e êsse tão desconhecido, tão caluniado, tão incompreendido por mais de três séculos de História: D. João III! — nos lança para a formação do Império Sul-Africano. E do novo sonho, do novo rumo que o Ideal português procura, nasce êsse portentoso Brazil, descoberto, colonisado, povoado e engrandecido por gente portuguesa.

Num vale escuso da História, invadidos nas organisações políticas e nas almas, pelas ideologias de 89, alheados do sentido da nossa grandesa e da nossa missão pelo falso explendor de novas ideias, perdemos o Brazil e o rumo imperial da nossa nação nas Colónias.

Passam-se longas dezenas de anos — quási um século.

Uma geração de escol, que em si guardava as mais ricas virtudes de Portugal, levanta de novo a idéa colonial, lança-se para a África, ocupa, pacifica e refaz e fixa as novas fronterias imperiais.

Depois dêles outros seguiram o seu esfôrço heroico.

E novamente o sonho do Império — desta vez o Império africano — ganha forma e encontra o velho Ideal português.

Estamos novamente no caminho do Império.

E ao prefaciar, juntamente com outros nomes ilustres, êste catálogo, que pretende ser o representante oficial da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, eu faço, como português e como Sub-Secretário do Estado das Colónias, os mais ardentes votos para que êste Ideal encontre na Exposição mais um argumento da sua razão de ser e mais um alento para aqueles que tiverem a honra de o servir.

Sub-Secretário do Estado das Colónias.

Tenente HENRIQUE GALVÃO

DIRECTOR TÉCNICO DA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

1.ª Exposição Colonial Portuguesa, se a sua realização corresponder à elevada ideia que a determinou, é o primeiro grande acto de propaganda Colonial na Metrópole, no momento em que a propaganda das Colónias precisava ganhar novas formas e nova intensidade.

A maioria dos portugueses não tem a menor ideia sôbre a realidade da sua grandesa, quer sob o ponto de vista material da extensão territorial, quer sob os pontos de vista moral, politico e espiritual, que resultam do facto historico da Colonisação através de cinco séculos, e do facto contemporâneo de conservarmos ainda um grande Império e de o termos sabido elevar ao nivel em que se encontra.

Esta ignorância diminue possibilidades materiais de riqueza que o futuro nos oferece rasgadamente — e diminue também o aprumo das atitudes morais que como povo europeu podemos assumir no concerto das Nações.

Nos ultimos anos, por via da paixão mistica de alguns patriotas, que às Colónias foram aprender o sentido eterno da grandêsa de Portugal, por acção de alguns interesses que pretenderam legitimamente libertar-se de ameaças de asfixia económica, por impulso da opinião desagregada duma minoria bem intencionada, a propaganda Colonial eliminou uma ignorância mais densa que a de hoje e venceu preconceitos mais barbaros que os actuais.

Ja transpuzemos o barranco em que se supunha que a África era logradoiro de aventureiros e purgatório de condenados — sobrevivencia temerosa do Mar Tenebroso e doutras feias lendas medievais.

Mas se foi destruido o obstaculo que o «Medo» erguia — nem por isso foi conquistada uma simpatia colectiva pela causa Colonial, ou uma consciência nacional fundada no interesse material, político e moral, que resulta do facto de possuirmos o terceiro Império Colonial do Mundo.

E assim, se para dominar a primeira fase bastava, como bastou, uma propaganda rétorica lançada por místicos em busca de místicos contagios — para triunfar na segunda é necessário, por conveniencia de propaganda e por interesse de objectivos, procurar processos ordenados, vivos, inteligentes, capazes de criar a imagem duma realidade colonial.

O que se disser, o que se fizer, o que se imaginar, já não pode dispor apenas do verbo inflamado que é puro sentimentalismo em acção, mas tera que contar também com argumentos convincentes, nas ordens política e material, com lições uteis, com imagens verdadeiras — enfim, com elementos de ordem, de orientação e de ensino que possam conduzir à Opinião como outr'ora se foi ao encontro da Impressão.

No fim do século passado alguns homens de escol, destacados do marásmo, da inércia, da mesquinhez em que o espírito eterno de Portugal se ia afundando, reagiram, como se se tivessem concentrado neles as mais puras virtudes da Raça — e traçaram as fronteiras do novo Império. A Metropole não os compreendeu — e essa alvorada de resurgimento, deixando embora os claros frutos que à sua luz se tinham creado, em breve esmorecia por falta de continuadores.

Nesse momento não se fez em Portugal, com os preciosos fundamentos que os herois da ocupação militar nos deram, a obra de propaganda que podia conduzir êste país à formação duma Opinião Colonial. *Algumas explosões de entusiasmo e vibração popular resultaram puramente do fulgor do facto heroico e daquela admiração ingénua pela galhardia militar, que se conserva na alma dos burguezes tímidos.*

Tudo foi efémero como o fulgor das explosões.

Alguns colonos ignorados, no entanto, continuavam dificilmente, mas vitoriosamente, nos campos economico e administrativo, a obra dos ocupadores, fazendo progredir as colonias, usando o seu sentido maravilhoso da Colonisação, ao serviço do Império. Não havia uma ideia definida, um plano, um programa — não havia Chefes nem doutrinas. Mas cada um deles era, como tinham sido outrora outros portugueses, uma unidade de colonisação, activa e avassaladora, em qualquer ponto das colonias em que se encontrasse.

E a Metrópole, que devia enformar, conduzir e orientar directrizes e ideias, que devia dar a êsses homens o apoio duma opinião nacional, continuou a ignora-los como tinha ignorado os primeiros: Para a maioria, Portugal começava ainda em Melgaço e acabava em Vila Real de Santo Antonio.

Ha três anos esboça-se um novo movimento ordenado de ressurgimento. A causa colonial ganha novos alentos e aparece, finalmente, à frente dos negócios do Ultramar, um homem com as qualidades de inteligencia e de patriotismo para dirigir êsse movimento.

O facto da-se quando outro homem vinha realizar no país inteiro a mais extraordinaria obra de reconstrução nacional dos últimos cem anos — isto é, quando poderia haver um equilíbrio entre uma chefia suprema e a chefia do mais importante departamento da administração nacional.

Desta harmonia renasce a velha ideia imperial portuguesa — e a palavra nacional, que é ao mesmo tempo programa, símbolo e síntese de ideias deixa de ser timidamente pronunciada por alguns, para ser simpàticamente aceita e acarinhada por todos.

Esboça-se uma obra dentro de uma Política.

Em três anos resgatam-se êrros e pecados de alguns lustres, arruma-se, reorganisa-se, rasgam-se horisontes ha muito enevoados pela confusão e pela desordem, definem-se princípios que conduzem ao bem estar material, e ideias que levam à Grandeza.

O equilibrio político e moral é completado por uma organisacão material. Na Metrópole e nas Colonias os factos-índices de ressurgimento surgem em comitiva ordenada e progressiva.

Era tempo de fazer conhecer aos portugueses, contra o seu pessimismo habitual, contra uma descrença que se vinha infiltrando àcerca dos destinos do seu país, contra os dissidios inferiores de ideologias sem logar perante ideias da Nação — o que, de facto, foram, são e podem vir a ser como povo europeu.

E essa lição que o bom senso manda que se não faça apenas de palavras, mas de imagens vivas de verdades animadas, pode muito bem ter um princípio activo e impressionante na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa — porque, de facto, ha que ensinar e não faltam espaços escuros para iluminar na alma e no cérebro dos portugueses.

E se a lição aproveitar terá finalmente resposta, dentro do tempo em que importa que a tenha, esta pregunta que as Colónias de ha muito veem fazendo:

— Portugueses! Tudo isto vos pertence. Quando vindes ocupar o que é vosso?

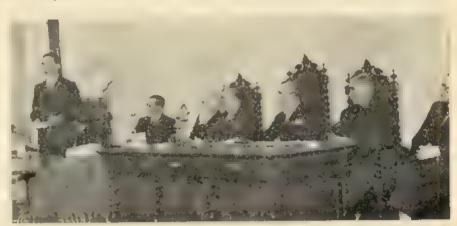
Henrique Galvão

Director da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa

Os Iniciadores e Realizadores

Embora em redor da Exposição Colonial tenha sido feita uma campanha de propaganda das mais completas, utilisando os mais variados processos durante cerca de dez mezes, procurando esclarecer e despertar atenções, há ainda que revelar: os antecedentes do certame, desde a sua génese à montagem.

Ao grande público não interessa, na sua frivolidade, geralmente, conhecer quem contribuiu para a realização deste empreendimento cheio de dinamismo e movimento. As pessoas que o visitam, na sua maioria, observam, distraem-se, esclarecem certas duvidas do seu espírito ou da sua bagagem cultural, passam outras em revista o que sabem e possivelmente muitas aprenderão. Gostam ou não, dão-se por satisfeitas e aplaudem umas, emquanto as restantes criticam. Mas no meio disto há uma interrogação de pé, aliás, já esclarecida, que convem ficar registada no Album-Catálogo Oficial: *«porque se realizou no Pôrto a Primeira Exposição Colonial Portuguesa?»*.

Portugal é a quarta potência colonial do mundo, com um passado cheio de tradições, de aventura, arrojo e abnegação. Detem ainda, sob a sua soberania, vastos territórios de um património colossal. Orgulha-se duma expansão colo-

O Director Técnico da Exposição explicando, no Centro Comercial do Pôrto, a organisação do certame

nisadora que coloca a nacionalidade num logar proeminente no Mundo. Todavia, apesar destas circunstâncias e outras que nos dispensamos enumerar para chegar à conclusão indispensável — os portugueses não têem dispensado as atenções suficientes ao intercâmbio económico com as suas colónias e à preparação dos continentais que nelas vão servir.

Têem suprido essas deficiências as qualidades natas do português. Em todos os campos se revelaram e com justo orgulho as podemos recordar. Mas isso não é bastante e numa época em que a luta económica e social redobra de intensidade, torna-se imperiosa a mutação.

É sediço acentuar que a instrução nacional é deficiente em matéria de ensino sôbre «o resto de Portugal». Todavia, a situação não se modificou e justifica até certo ponto uma das finalidades do certame.

Admitindo esta circunstância como principal factor para o alheamento ou deficiência de conhecimentos sôbre assuntos coloniais, há que considerar depois a falta de ambiente creada em volta dêles ou a contradição aos interesses do Império, por conceitos errados, no campo económico e até nas esferas mais cultas do País.

Dentro dêste circulo, ou com mais propriedade, dêste vácuo, se definiu uma política de renascimento, fortemente impulsionada pelo actual Govêrno. Naturalmente essa acção encontrou adeptos que, compreendendo as intenções patrióticas dos dirigentes da Nação, lhe ofereceram a sua colaboração.

Assim nasceu, no Pôrto, o Movimento «Pró-Colónias», vai para três anos.

O Norte era, para mais, um sector despresado na propaganda e difusão de pormenores sôbre o Império, com a agravante de, entre as outras zonas do País, disfrutar uma dominante posição demográfica e económica. Não foi pois difícil constituir um nucleo acionante, reunindo no Centro Comercial do Pôrto os presidentes das Direcções da Associação Comercial do Pôrto, Associação Industrial Portuense, Centro Comercial do Pôrto, Liga Agrária do Norte, Associação dos Comerciantes do Pôrto, Associação Comercial dos Lojistas, Ateneu Comercial do Pôrto, e Club Fenianos Portuense, que se constituiram em quotistas para a reünião dum fundo destinado a despesas de propaganda e celebração dum certame colonial.

Nomeou-se por essa ocasião uma comissão executiva, que ficou composta pelos srs. Ricardo Spratley, Presidente, na qualidade de Presidente da Associação Comercial do Pôrto; Antonio F. Domingues de Freitas, Secretário Geral, na qualidade de Presidente do Centro Comercial do Pôrto; Francisco Xavier Esteves, na qualidade de Presidente da Associação Industrial Portuense; Raul de Souza Ferreira, na qualidade de

Presidente da Associação dos Comerciantes; Antero Pacheco da Silva Moreira, publicista; Dr. Manoel Correia de Barros Junior, Engenheiro e Assistente da Faculdade de Engenharia; Dr. Ruy de Serpa Pinto, Engenheiro e Assistente da Faculdade de Engenharia, como adjuntos; Eduardo Lopes, Secretário adjunto; Henrique de Castro Lopes e Dr. José Martins de Almeida, resolvendo-se que outra comissão seria constituída em Lisboa, apoiada na Agencia Geral das Colónias, organismo oficial dependente do Ministério das Colónias, que desde logo lhe prestou o seu concurso.

A primeira visita oficial do Sr. Ministro das Colónias

Foi então estabelecido um programa de trabalhos que tinha por finalidade a realisação dum grande certame, apoiado nas celebrações usadas para êste objectivo: Congressos técnicos, conferências, etc. A Exposição Internacional Colonial de Paris, onde Portugal tinha uma representação dignificante, animava os promotores do empreendimento, esperando conseguir reunir no País o que tinha podido ser exibido nas exposições de Espanha de 1929, da Bélgica em 1930 e da França em 1931.

A viagem do sr. Ministro das Colónias à África Portuguesa; a realização paralela das Feiras de Amostras em Luanda e Lourenço Marques; e logo em seguida a Exposição Industrial Portuguesa, em Lisboa, retardaram porém a execução do programa. A fé e persistência dos colaboradores da iniciativa sofreu com êsse adiamento; a comissão de Lisboa dissolveu-se, a do Pôrto abrandou o seu entusiasmo.

Apraz-nos salientar, com merecida justiça, que a ideia todavia não podia sossobrar... É oportunidade de revelar o nome do seu principal animador, o do sr. A. Domingues de Freitas, incançável nas deligencias preliminares. Verdadeiro agente de ligação entre a Comissão «Pró-Colónias» e a Agencia Geral das Colónias, pondo a sua valiosa influência pessoal ao serviço da aspiração, não é fácil enumerar as viagens, conferências, representações e visitas que, por sua iniciativa, com encargos que pessoalmente cobriu, durante alguns mezes empreendeu.

POR proposta do sr. Agente Geral das Colónias, Tenente Coronel Garcez de Lencastre, foi organisada no Pôrto uma Sociedade Anónima, para obter, por meio de acções, um capital reembolsável destinado a parte das despesas do certame. Êste processo fôra o adoptado na Exposição Colonial de Antuerpia e o exemplo serviu, obtendo-se, como sucedera na Bélgica, o reconhecimento e apoio oficial. O Govêrno Português, por Decreto n.º 22.987, de 28 de Agôsto de 1933, patrocinou o empreendimento, concedeu um subsídio, ordenou a colaboração dos serviços dependentes dos Ministérios das Colónias, Marinha, Guerra, dos que tivessem colaborado na colonisação, ocupação e soberania do Império Colonial e criou a Comissão Organisadora, que foi assim composta: Presidente da Associação Comercial do Pôrto, Antonio de Oliveira Cálem (Presidente); Agente Geral das Colonias, Tenente-Coronel Julio Garcez de Lencastre; Director das Feiras de Amostras Coloniais Tenente Henrique Carlos da Mata Galvão; Presidente da Associação Industrial Portuense, Engenheiro Francisco Xavier Esteves; Presidente do Centro Comercial do Pôrto, Antonio F. Domingues de Freitas (Secretário Geral); Director da Liga Agrária do Norte, José da Fonseca Menéres; Presidente da Associação dos Comerciantes do Pôrto, Raul de Souza Ferreira; Chefe da Divisão de Propaganda da Agencia Geral das Colónias, João Mimoso Moreira; Representante do Movimento «Pró-Colónias», Ricardo Spratley (Tesoureiro) e Domingos Gonçalves de Sá Junior; Representantes da «Sociedade Anonima da Exposição Colonial Nacional», Manoel Caetano de Oliveira e Jorge Viterbo Ferreira.

Estabelecido o corpo acionante, que se desdobrou numa Comissão Executiva, escolheu esta por sua vez um dos seus vogais para a direcção técnica — o antigo director das Feiras de Amostras Coloniais, sr. Henrique Galvão.

O papel dos iniciadores estava cumprido, para dar logar à tarefa ardua e cheia de responsabilidades da montagem e exploração do certame.

Mimoso Moreira

Vogal da Comissão de Lisboa do Pró-Colónias
Vogal da Com. Organisadora e da Com. Executiva da Exposição — Director Adjunto

Comissão de Honra e Patronato

Presidente de Honra

S. Ex.ª o Senhor Presidente da República

Vice-Presidentes de Honra

S. Ex.ª o Senhor Presidente do Ministério
S. Ex.ª o Senhor Ministro das Colónias
S. Ex.ª o Senhor Ministro da Guerra
S. Ex.ª o Senhor Ministro da Marinha

Vogais de Honra

S. Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças
S. Ex.ª o Senhor Ministro do Interior
S. Ex.ª o Senhor Ministro da Justiça
S. Ex.ª o Senhor Ministro dos Estrangeiros
S. Ex.ª o Senhor Ministro das Obras Públicas
S. Ex.ª o Senhor Ministro da Instrução
S. Ex.ª o Senhor Ministro do Comércio
S. Ex.ª o Senhor Ministro da Agricultura

Governador de Cabo Verde
Governador da Guiné Portuguesa
Governador de S. Tomé e Príncipe
Governador Geral de Angola
Governador Geral de Moçambique
Governador Geral da Índia
Governador de Macau
Governador de Timor

Governador da Companhia de Moçambique
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa
Presidente do Centro Colonial de Lisboa
Procurador das Missões Religiosas do Ultramar

Presidente do Conselho Superior das Colónias
Director da Comissão de Cartografia
Director Geral Militar do Ministério das Colónias

Director do Jardim Colonial
Director do Museu Colonial
Director do Arquivo Histórico Colonial
Director da Escola de Medicina Tropical
Director da Escola Superior Colonial
Director do Museu de Arte Antiga
Director do Museu de Artilharia

Governador do Banco Nacional Ultramarino
Governador do Banco de Angola
Presidente da Câmara Municipal do Pôrto
Comandante da 1.ª Região Militar
Chefe do Departamento Marítimo do Norte
Sua Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Pôrto
Reitor da Universidade de Coimbra
Reitor da Universidade de Lisboa
Reitor da Universidade do Pôrto
Presidente da Associação dos Jornalistas do Pôrto
Presidente do Sindicato dos Profis. da Imprensa de Lisboa
Presidente do Ateneu Comercial do Pôrto
Presidente do Club Fenianos Portuense.

Comissão organizadora

Presidente da Associação Comercial do Pôrto, *António de Oliveira Cálem* (Presidente).

Agente Geral das Colónias, *Tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre.*

Director das Feiras de Amostras Coloniais, *Tenente Henrique Carlos Malta Galvão.*

Presidente da Associação Industrial Portuense, *Engenheiro Francisco Xavier Esteves.*

Presidente do Centro Comercial do Pôrto, *António F. Domingues de Freitas* (Secretário Geral).

Director da Liga Agrária do Norte, *José da Fonseca Menéres.*

Presidente da Associação dos Comerciantes do Pôrto, *Raul de Sousa Ferreira.*

Chefe da Divisão da Propaganda da Agência Geral das Colónias, *João Mimoso Moreira.*

Representantes do Movimento «Pró-Colónias», *Ricardo Spratley* (Tesoureiro) e *Domingos Gonçalves de Sá Junior.*

Representantes da «Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional», *Manuel Caetano de Oliveira* e *Jorge Viterbo Ferreira.*

Comissão Executiva

DA

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

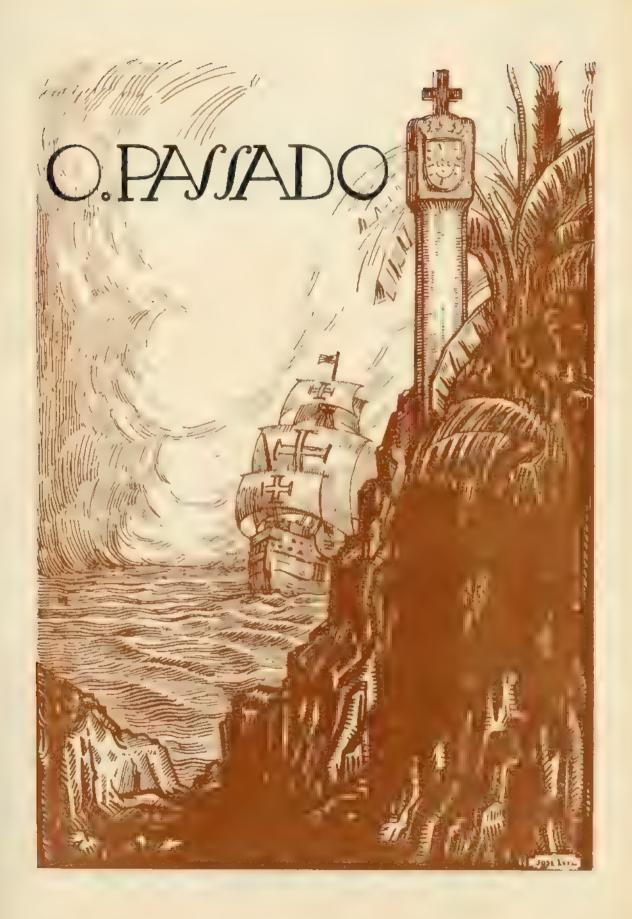
Tenente-coronel
JÚLIO GARCEZ DE LENCASTRE
Presidente

ANTÓNIO F. DOMINGUES DE FREITAS
Secretario Geral

RICARDO SPRATLEY
Tesoureiro

TENENTE HENRIQUE GALVÃO
Director Técnico

JOÃO MIMOSO MOREIRA
Director Adjunto

O. PASSADO
JOSÉ LEITE

Os Descobrimentos Portugueses antecedentes da Grande Colonisação

ASSIM como a migração é um fenómeno conseqüente da própria vida animal, acompanhando-a desde as suas primeiras fases colectivas, assim a colonisação, no seu mais amplo significado, é a seqüencia ou o complemento das migrações sociais.

De facto, sem o propósito e necessidade de uma fixação mais ou menos duradoura, a emigração vinha a constituir uma estéril aventura, quàsi uma abalada de profugas, sem nexo e sem rumo, fenómeno incapaz de entrar como lei normal da sociologia.

Essa função das colectividades constitue, porêm, uma emprêsa útil, frutificante, muitas vezes heróica, assim presidindo à elaboração de sociedades novas, pela seiva vivificadora de também novos recursos naturais.

Na infância das sociedades, os primeiros campos desbravados e cultos da Ásia Central, ao longo dos seus vales circundantes ou até às margens do Cáspio, as excursões nómadas dos Tauranianos, pelos recônditos da Ásia Oriental, são obra já vasta e nítida de colonos. Nessa fase legendária da humanidade, a colonisação identifica-se com a vida social, ainda rudimentar, aventurosa e vagabunda.

Mas as sociedades transformam-se, progridem, seleccionam-se, como as espécies dos reinos vegetal ou animal, incluindo pois, os indivíduos, até que, atingindo os âmbitos da história clássica, definem-se com mais clareza os trâmites da colonisação que, ainda e sempre, se antepõe como um acontecimento inevitável, incessante e comum a tôdas as raças. Na sua marcha para ocidente, guiados pela fórmula instintiva das menores resistências, vieram deparar os povos, com êsse vasto mar interior, o Mediterrâneo, que lhes embargava o caminho, que lhes cerrava os horizontes.

Esforçam-se, então, por transpor essa barreira, por vencer êsse elemento — mais do que vence-lo — utilisá-lo.

Dão-se, por tal facto, os primeiros tentâmens da navegação mediterrânea e trilha-se então, a primeira derrota que havia de tornar-se a predilecta, nessa activa e proli-

fica fase da colonisação humana. Mais tarde, na época própria, para efeito da grande colonisação mundial, com que se valorisaram novos Continentes, outro tanto sucederia a respeito das formidáveis barreiras líquidas que dificultavam os trajectos humanos sôbre o Globo terrestre — os Oceanos.

Os Fenícios, pelas características da sua organização politica, aparecem-nos, desde as mais remotas eras, constituindo, por bem dizer, um agregado de colónias, Sidon, Tyro, Gebel, Beryto, etc., cada qual guiada pelo seu chefe autónomo.

De Sidon e Tyro, despedem-se os navios fenícios, a ganhar passo a passo, uma a uma, as ilhas próximas, e contornam a costa marítima que dimana para o norte e ocidente. Pesquizam o ferro, o cobre, os metais preciosos, as lãs, os cereais; no recesso dos golfos e enseadas, fundam mercados, permutam os géneros consoante as necessidades de cada tríbu.

As povoações assim fundadas, tornam-se célebres e explendorosas, ganhando fôros de cidades: Cartago, Hypponne, Utica, na costa norte de África; Panormus, na Sicília; talvez Gades, ao sul da Península Hispânica; Olisippo, na foz do Tejo. Jungidos ao mar, num círculo aspérrimo, pelas vertentes do Líbano, houveram de socorrer-se e derivar-se nessas emigrações em que se desenvolvia e requintava a sua índole de colonisadores, jámais quebrando os liames que os retinham à mãe pátria: enviam a Tyro, como voto a Hércules, sua divindade tutelar, os despojos recolhidos em pugnas vitoriosas ou uma anuidade dos proveitos obtidos pelo seu trato mercantil. Cartago faz participar os tyrios, das vantagens estipuladas nos seus tratados; concede-lhes, por último, asilo fraternal, quando Alexandre se apossa de Tyro, no prelúdio da sua marcha dominadora para oriente.

De seu turno, quando o persa Cambyses se lança à conquista de Cartago, não faltaram os fenícios que tripulavam os navios do enérgico filho de Cyro, a demove-lo de uma violação de direitos que reputavam sagrados, para com êsses colonos seus patrícios.

Os cartagineses, como um ramo bem acondiçoado dos seus maiores, haviam de patentear o génio marítimo, comercial e colonisador dos fenícios, e assinalar-se por faculdades congéneres. A sua expansão pelo litoral africano e hispânico, é feita decisivamente e as povoações que então criam, denunciam já um cunho duradouro, já uma organização preconcebida.

Cartagena, Barcelona, os estabelecimentos das Baleares, Corsega, Sardenha e Malta, remontam a essa época fastigiosa.

Mas era fatal que as noções ainda bárbaras e primitivas, que presidiam à estrutura dessas colónias, dariam somenos apoio às raizes em que se firmasse aquele transitório explendor; a perseguição aos povos dominados, a rapacidade, a avidez mercantil, um exclusivismo cego e opressivo, manifestações que haviam de reproduzir-se ao promover-se a grande colonisação da idade moderna, cavaram a inevitável ruina do empório colonial dos Cartagineses e disposeram-no à absorção dos gregos.

Poderosa, como fôra na Grécia então nascente, a influência dos fenícios, assim concorreu esta para que nos gregos se personificasse, em mui próvido grau, o génio da colonisação antiga.

Sulcando a esteira dos navegadores de Sidon, iniciando-se nos seus processos de expansão, alcançam fundar, com a só valia dos próprios elementos, numerosas colónias, apoderando-se de outras já viçosas, a começar pelas dos fenícios, estabelecidas no mar Egeo.

Com os recursos de uma civilização nascente e reformadora, os gregos utilisaram nos seus empreendimentos coloniais, princípios até então não entrevistos pela humanidade semi-bárbara. Os laços que vincularam as suas colónias, à mãe pátria, eram os de parentesco, de comunidade, de origem, de religião, e jámais os que subsistem entre súbditos para com um estado suzerano

Assim firmadas, sôbre a acção dos vínculos familiares e sôbre a reciprocidade de interêsses, as colónias gregas usufruíam no entanto, de iniciativa para se desenvolverem livremente.

Administravam-se por si próprias, proviam às suas necessidades especiais, cunhavam moeda privativa da sua região, posto que no reverso se mantivesse indelével, o

cunho da mãe-pátria donde provinham.

Inspirando-se no génio sociável e intelectual da sua raça, eram tolerantes para com os autoctones, tornados visinhos e muitas vezes auxiliares, procurando sagazmente alimentar as relações de comércio, secundadas pelas de amizade e seguidas bem depressa pelas alianças de sangue.

Depois de uma tão preclara mostra do génio helénico, vieram as suas instituições coloniais a desagregar-se, ao sôpro demolidor e desregrado da política, de Sparta e Atenas, que iniciou uma estranha barbaria sôbre as próprias colónias ou contra as dos seus inimigos, de geito que aos atenienses, em tempo de Aristóphano, sendo eles vangloriosos de possuirem mil cidades tributárias, só lhes restavam algumas esquecidas ilhas, logo depois de se ferir a batalha de Cherona.

Finalmente, com Alexandre, a colonisação grega adquire uma nova feição. Êste conquistador e os que lhe sucederam da mesma escola guerreira, lançam os fundamentos de um grande número de cidades, no seio da Ásia cubiçada, mais como postos militares, do que em testemunho de fidelidade menos provável dos povos avassalados, pelo que, êsses centros de colonisação tiveram uma fugaz existência, e os raros que sobreviveram, como Alexandria, Antióquia, etc. estavam condenados, assim como os despojos territoriais do mundo antigo, a serem absorvidos pela conquista romana.

As mesmas causas que incitaram a dispersão das populações originárias da Grécia, exerceram a sua influência sôbre os primeiros habitantes da Itália; quando as aglomerações se tornaram inconvenientes, eram dirigidos para longe, os individuos mais aptos de arrostar com as agras provações da expatriação. Êstes emigrantes iniciais iam fundar, então, comunidades autónomas, porquanto nessa fase das sociedades primitivas do Lácio, era impossível à mãe pátria governar os agrupamentos disseminados ao longe.

CARAVELA REDONDA

(Do livro das Fortalezas de El-Rei D. Manuel)

De tal sorte, foram criadas as colónias etruscas e as colónias sabinas de tôda a Itália e ilhas circunjacentes, assim como a própria Roma.

Volvidos tempos, o sistema colonial dos romanos, mais viril se bem que mais rude que o dos gregos, define-se por uma submissão quási completa ao poder central, sistema que, fundamentando-se na guerra e poderio militar, aumentou e declinou pela guerra.

Passo a passo, torrão a torrão, assim invadem a África, a Gália, a Espanha, a Grécia, o Egito, e alastrando-se mesmo pelo Oriente, nas entranhas da Ásia.

Dominadora por fim, da maior parte do mundo conhecido, Roma confia cada qual das suas conquistas, a uma guarnição de soldados que passam a constituir a colónia. Em cêrca de aldeias rudimentares, lavram-se os campos que, trabalhados pela obra comum das legiões, hão-de fornecer os víveres à população.

Esta, a feição geral.

Mas Tito Livio ainda nos faz conhecer duas classes de colónias: as situadas no âmago das terras e que deviam suprir os contingentes de soldados para a defesa de Roma, e as colónias marítimas que eram isentas do serviço militar, sem dúvida porque teriam de se defender, a si e às cidades

do litoral da Itália, das investidas dos piratas.

Outra mais essencial distinção, resultava da categoria ou condição política daqueles que constituíam as colónias, o que assaz influía no grau dos seus privilégios e natureza das suas relações com a metrópole: assim, a colónia ou era latina, *colónia latina*, ou era romana, *colónia civium romanorum*.

As colónias latinas, posto que jungidas à supremacia de Roma, formavam um estado distinto, *civitas*, com uma constituição privativa; não eram governadas por um magistrado romano, assim como não tinham de regular-se pelas leis romanas; em contingências de guerra, não ia a sua gente engrossar as legiões, mas fazia corpo com as tropas auxiliares.

As colónias romanas observavam jurisprudência e religião de Roma; os seus indivíduos, conservavam todos os direitos de cidadãos romanos, excepto os de sufrágio e elegibilidade de funções públicas, que só poderiam exercer-se em Roma.

Esta quebra de privilégios de colono, em relação ao cidadão romano, moveu a diminuição do número de colónias nos dois últimos séculos da Rèpública, e os plebeus, requerendo as leis agrárias, aspiravam à conservação de tais privilégios civis e políticos, aspiração retratada na preferência das terras do primitivo âmbito do *ager romanos*, sôbre as jacentes nos confins da Itália.

Cesar e Augusto, multiplicaram grandemente as colónias tendo o caracter de estações militares; e sob o reinado esplendoroso dos Antoninos, vemos o formidável império romano, desde a Bretanha, até ao sopé dos Alpes, desde a orla do Danúbio, e mais além ainda, nas planuras asiáticas, ser como enxame de colónias filhas de Roma, usufruindo em maior ou menor gradação, liberalidades maternais da cidade soberana, participando numa certa medida, dos benefícios do Direito Romano e do Direito Latino.

Todavia, após 13 séculos, afundava-se a scintilante civilização romana, sob as invasões da barbaria germânica, que, havia muito, vigiava de perto o descalabro do famoso Império.

Entre o mundo antigo que vinha extinguindo-se com a tomada de Roma pelos hérulos, e o moderno que ia começar com as navegações portuguesas de descobrimento, preliminar da grande colonisação mundial que se desenvolveria em moldes mais regulares, eficientes, quási perfeitas, como não se usaram nas antigas expansões colonisadoras — a Idade Média discorreu através uma tumultuosa fermentação de nacionalidades, e o trabalho de organização local, não deu azo a movimentos colonisadores pròpriamente ditos, embora o avanço dos bárbaros sôbre a Europa inteira, pudesse equiparar-se a uma confusa e violenta colonisação; a análise, ainda que sumária, da evolução que esta foi experimentando desde as eras mais remotas, como acabámos de fazer, nos habilitará a julgar do seu rápido alcance a todo o Mundo, em conseqüência dos descobrimentos marítimos e do desenvolvimento da navegação.

Em todos os tempos, o mar que fôra um obstáculo para as comunicações territoriais entre a espécie humana dispersa na superfície sólida do Globo, passou a ser destramente utilisado para essas comunicações, para as migrações humanas, para transporte enfim, criando-se o meio flutuante que foi o simples tronco penosamente escavado, a complexa jangada, o navio rudimentar, isto numa lenta evolução, até prodigiosamente se aperfeiçoar nos modernos tempos.

Além disso, o homem, nunca deixando de querer preponderar sôbre o seu semelhante, guerreando-o até, quer isolado, quer em grupos tornados adversos, ainda foi sôbre o mar que por vezes derimiu os seus prélios, mais encarniçados do que noutro passo, construindo para isso, o navio de guerra nas suas consecutivas modalidades e também a arte da guerra no mar, em complemento da difícil arte de navegar.

Ora esta última, em conseqüência das embaraçosas circunstâncias em que se exerce, após algumas remotas soluções da arquitectura naval e da técnica elementar que a utilisava, quási se mantivera estacionária através do constante evoluir da civilização humana.

Assim, durante o primeiro milenário da era cristã, as mais importantes construções navais pouco diferiam das que sabemos já serem utilizadas sob o antigo Império dos

egípcios (5:000 a 3:000 anos A. C.) e ainda pelos gregos e fenícios, em mais recentes datas. Todavia, as Cruzadas, que a Europa cristã destinou à conquista de Jerusalem, entre os anos de 1096 e 1291, devendo constituir formidáveis expedições marítimas, estimularam o desenvolvimento da navegação e da arquitectura naval, e os vários Estados, constituidos na Península Etálica, também empenhados em guerrear os mussulmanos que lhes ficavam próximos e eram contumases na pirataria, rivalisavam em poder marítimo, especialmente conseguido por Génova sôbre o Mar Ligúrico e por Veneza, sôbre o Adriático.

Os Catalães, de seu turno, ensaiavam os primeiros cometimentos de potência naval que se tornaria prestigiosa.

A gente portuguesa, enfrentando a ocidente, o Atlântico, e ao sul, a costa marroquina, para onde tinha repelido as hordas invasoras da Península, havia de se envolver interessadamente numa política de expansão colonial e marítima, como fatalidade histórica em que, no entanto, seria afortunada.

A êsse pequeno povo que se estabelecera na orla ocidental da península hispânica, tendo conquistado bravamente a sua autonomia e a persistente integridade do seu território, coube o papel de pioneiro na descoberta da Terra e no esclarecimento do seu embaraçoso enigma geográfico, levando também, até às mais remotas paragens do Globo, e na vanguarda de qualquer outra gente europeia, a demonstração do poder e das faculdades progressivas da civilização ocidental.

VASCO DA GAMA

O território português, situado em face do Atlântico e junto à única passagem da expansão mediterrânica para os confins de êsse grande Oceano, já predispusera a que o mar tivesse uma especial influência na actividade dos povos que sucessivamente ocuparam êsse território desde épocas imemoriais, numa longa promiscuidade de raças ou tríbus, ora triunfantes, ora assimilando-se às civilizações dos invasores e constituindo em grande parte, os impetuosos antepassados da gente portuguesa medieval.

Sucede também, que, por ser o planalto hidrográfico da costa ocidental da Península Ibérica, mais estreito que o das outras costas marítimas da Europa, e pela influência benéfica do ramo descendente do *Gulf Streem* que se abeira da Península, mostram-se notòriamente piscosas as respectivas águas territoriais, assim promovendo entre êsses povos, o longo exercício da pesca, e por conseguinte, um intimo, quási incessante contacto com o mar.

Desde os primeiros tempos da nacionalidade portuguesa, são numerosos os documentos reveladores de tais circunstâncias, e até El-Rei D. Duarte (1433-1438) no seu famoso livro *O Leal Conselheiro,* considera os lavradores e pescadores, como « pees em que toda a cousa publica se mantem e suporta ».

Creada a indole marítima, na população que se fixara junto do litoral, iniciando-se na pesca fluvial e costeira, era inevitável que marítimos e pescadores, familiarisados com as inclemências da sua árdua mas lucrosa profissão, se fossem atrevendo a exer-

ce-la, cada vez mais longe da terra firme a perde-la de vista, perscrutando o desconhecido âmbito do imenso Oceano.

É assim que, em 1353, os marítimos de Lisboa e Pôrto, obtiveram do Rei Eduardo III, de Inglaterra, a concessão de irem pescar nas costas dêsse país ou nas da Bretanha, que estava sujeita ao mesmo soberano.

Antes disso, em 1341, segundo a relação do poeta Boccacio, teriam navegadores portugueses realizado uma expedição até às Ilhas Canáreas, assim como, na carta dirigida por D. Afonso IV, ao Papa Clemente V, em 1345, protestando contra a concessão das mesmas ilhas ao Infante espanhol D. Luís de La Cerda, se alude a outra expedição dos portugueses àquelas ilhas, anteriormente a 1336.

É presumível que a gente portuguesa, fixada à beira-mar, não limitasse a sua actividade ao mister da pesca ou da navegação costeira, e principiasse aventurando-se a também explorar a imensidade do Oceano, alargando pouco a pouco as suas derrotas.

As condições propícias, quanto à localização de Portugal no Continente Europeu, compensavam a exigüidade do seu território, onde se teria de confinar a irrequieta índole da sua crescente população. A magnificência do pôrto de Lisboa, apto a dar guarida a tôda a navegação trocada intensamente, entre os diversos povos do norte da Europa e a do vasto litoral Mediterrânico, ia transformando a capital, num empòrio mercantil, febrecitante de actividade e expansão económica.

Escala quási forçada para o tráfego das curiosidades orientais, vindas do Levante pela via marítima e oferecidas à insaciedade das prolíficas multidões que se haviam localizado na Europa ocidental, ver-se-hia surgir para nós, tentador e persistente, o problema da Índia sequestro do lendário Preste João, proveniência obscura dos produtos mais estimados, os tecidos mimosos, as pedrarias raras, o ouro singular, as especiarias estimulantes, ao passo que também nos inquietava a preponderância exercida tão cêrca da nossa terra florescente, pelos traficantes marroquinos.

Esboça-se, pois, o ambicioso e formidável plano da conquista de Ceuta, primeiro passo calcando o poder da Barbaria mussulmana, no próprio foco do seu primado mercantil e da sua truculenta soberania.

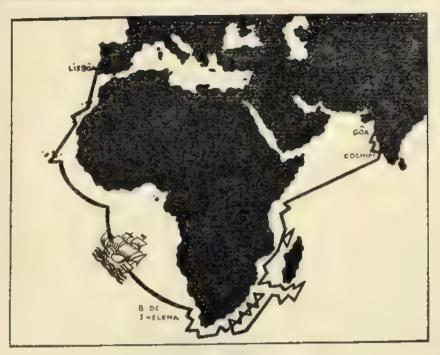
Em 1417, utilizando-se os elementos navais do país, que de pouco vulto ainda eram a êsse tempo, e com o valimento dos estrangeiros que freqüentavam os nossos portos acolhedores, realiza-se a grande expedição marítima e guerreira, para essa conquista de Ceuta, levada a termo com a mais propícia fortuna.

Ora, supõe-se que em 1419, pouco depois, enfim, do regresso de Ceuta, o Infante D. Henrique, filho de El-Rei D. João I, se estabelecera mui intencionalmente em Sagres, no extremo ocidental da Costa algarvia, junto de uma abrigada angra, então freqüentada pelos baixéis que, do Mediterrâneo, vinham demandar os portos meridionais da Europa, e em especial, o pôrto de Lisboa.

O Infante, de índole concentrada, meditativa, mas que exercera uma acção importante na tomada de Ceuta, evidenciando um ímpeto guerreiro que rasava pela temeridade, ali deveria ter recolhido algumas tradições sôbre o continente africano, estranhos povos que o habitavam e riquezas naturais que se lhe atribuíam, em reluzente ouro ou disputadas mercadorias.

Disso lhe viria o propósito de se dedicar com uma temeridade predestinada, genial, a reconhecer essas misteriosas paragens, essa gente alheia à fé cristã e que era mister converter, êsse vago litoral que viria a chamar-se, a Costa da Malagueta, a Costa do Marfim, a Costa do Ouro, cujos parcéis, revolvidos por correntes marítimas inconcebíveis, se inculcavam temerosos.

Êste seria tambem o forçoso antecedente da navegação jamais antes conseguida até à Índia — *«... si ejus opera et industria mare ipsum usque ad Indios ...»* — conforme o texto da Bula de Nicolau V, dirigida ao Infante, em 1454, entre-sonhada expansão da vitalidade nacional retida naquela insignificante nesga peninsular em que o grande Oceano vinha morrer.

Nesse plano, havia forçosamente de interessar-se toda a nação, o Rei, os Infantes, a nobreza, assim como o povo, do qual saíria a grande multidão anónima, sugestionada

ROTA DE VASCO DA GAMA

e crente, onde mais seriam os sacrificados que os triunfantes. Mas triunfaria o esfôrço da raça portuguesa e o prestígio das suas tradições náuticas e coloniais.

Os preliminares de tão avantajada emprêsa tornaram-se possíveis, adestrando os pescadores algarvios para a cometer nos seus ligeiros baixéis, mas de propriedades já verificadas nalgumas expedições de ensaio ou nas do litoral de Marrocos, primeiramente, em *barcos* ou *barinéis*, e depois, tendo-se criado o tipo das *caravelas* Henriquinas, barcas mui lestes, manobráveis, de velame exclusivamente latino, cujas caraterísticas especiais as tornavam distintas das embarcações usadas pelos espanhois com o mesmo nome, e sendo resultantes de uma continuada adaptação às viagens de descobrimento em que deveria exercer-se a dificultosa navegação de bolina.

Evidenciando-se a destreza dos pescadores algarvios no domínio do mar, utilizou-se a sua índole atrevida, o seu espírito de aventura, a confiante familiaridade com o Oceano que ali tudo rodeia e cativa, a perder-se de vista no azul do ceu e no azul do mar que se confundem.

Mas a singela navegação em que se havia criado o marítimo algarvio, necessàriamente se foi aperfeiçoando, melhorando de processos conforme o saber e prática dos mareantes mais afamados de êsse tempo, ainda que apenas senhores de uma técnica incipiente.

Para o comando dos rudes nautas, começou o Infante por utilizar os servidores da sua Casa, homens de sua confiança, João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, Gil Eanes e quantos mais, porquanto êle fôra o Príncipe «que mais e melhor gente tivera de sua creação», conforme observa o cronista Azurara.

Pouco a pouco, nessa escola do mar e para o mar, na imaginada escola de Sagres, convívio do Infante cognominado *O Navegador*, se instruem convenientemente os mareantes e pilotos, os obscuros realizadores de famosas navegações que vão sendo as mais ousadas, proveitosas e bem sucedidas, de quantas se fizeram até êsse tempo.

Destroi-se a lenda do Mar Tenebroso que é devassado com afinco, encontram-se e povoam-se os arquipélagos de Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, as ilhas de S. Tomé, Príncepe, Ano Bom e Fernando Pó, e até ao encerrar-se o explendente século dos descobrimentos marítimos, os portugueses insistindo na sugestão náutica do Infante — como se êle não deixasse de estancear em Sagres, para incitamento dos feitos sôbre o mar e das conquistas em terra — desvendam todo o contôrno ocidental do continente africano, por vezes neste penetrando confiantes, mesmo pelo impetuoso rio Zaire, até às cachoeiras do Jelala, capitaniados por Diogo Cão; dobram, com Bartolomeu Dias, o seu promontório austral, que detinha

tormentosamente o avanço para o Índico, e com Vasco da Gama, são os pioneiros a sulcar o caminho marítimo para os confins das maravilhosas revelações de Marco Polo.

Nesta derrota, Vasco da Gama reconhece também grande parte da costa oriental de África: a angra de S. Braz, rio do Infante, Terra do Natal, rio dos Bons Sinais ou de Quilimane, Moçambique, Mombaça e Melinde.

Já anteriormente e supõe-se que cêrca de 1472 ou pouco depois da morte do ínclito Infante, ocorrida em 1460, ainda sob a porfia de investigar os confins obscuros do Atlântico, João Vaz Côrte Real com João Fernandes, *O Lavrador*, e outros destemidos mareantes, singram para Noroeste e vão topar com uma Terra Nova que ficou sendo a *Terra de Côrte Real*, assim como a costa próxima, veio a chamar-se *do Lavrador*, que só em 1497 seria alcançada pelo veneziano Cabotto supõe-se que acompanhado pelo mesmo João Fernandes.

Na costa ocidental de África, já em 1461 se tinha construído o Castelo de Arguim e em 1482, o Castelo de S. Jorge da Mina, fixando-se êsses primeiros ocupantes ou colonisadores portugueses, em terras distantes da Negraria, com que se ampliavam os domínios da Mãe Pátria.

Em 1469, os tratos da Guiné haviam sido arrematados por 5 anos a Fernão Gomes, com a obrigação de descobrir 500 léguas da costa, o que realizou, especialmente com o auxílio dos habeis mareantes João de Santarem, Pero de Escovar, Álvaro Esteves e Martin Fernandes.

Em 1487, como subsidio para a realização da projectada derrota maritima até à Índia, El-Rei D. João II faz seguir para ali, por terra, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, a-fim de obterem notícias sôbre o oriente que o primeiro atinge, em Cananor, Calecut, Goa, Ormuz, Adem e outras cidades asiáticas, um dos raros europeus que o teria conseguido depois de Marco Polo.

Afonso de Paiva, que se destinava a explorar a Etiópia, faleceu no Cairo, sem poder cumprir a sua missão.

Em 1490, Rui de Sousa, com uma importante comitiva, interna-se no Reino do Congo, até à residência do respectivo soberano, por cuja amigável anuência, ali funda a cidade de S. Salvador, que ainda persiste em nosso tempo, e constroe, em pleno sertão, a primeira igreja cristã, que foi depois Sé Catedral.

Êsse capitão fizera-se acompanhar de alguns religiosos, escolhidos entre os conhecedores, não só das Sagradas Escrituras, mas das matematicas, para melhor inquirirem sôbre os mistérios geográficos do continente africano, colhendo então as primeiras notícias dos grandes lagos interiores, donde suposeram nascer os caudalosos rios Zaire, Zambeze e Nilo, lagos que apareceram já desenhados na carta de Juan da la Casa (1500), em conformidade com as recentes descobertas dos portugueses.

O genovês Colombo, que se fixara algum tempo em Portugal, onde constituiu familia e privou com homens de bôa experiência no mar, vai propor aos Reis de Castela, alcançar a cubiçada Índia, navegando para ocidente, e em 1492 encontra as Antilhas, descobrimento ainda inspirado nos conhecimentos náuticos e geográficos dos portugueses, o que desde então lançou os castelhanos na activa exploração do Novo Continente.

Julgando-se que essas explorações levassem a prioridade já admitida pela Santa Sé, quanto aos descobrimentos portugueses, veio a regular-se entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, a demarcação do que pertencia a cada um dêsses países, na partilha do Mundo ainda por conhecer.

Pouco depois, ao termo dêsse período secular de descobrimentos que só então revelaram à humanidade, o muito que se ignorava da Terra, os navegadores portugueses, atravessam também a imensidade Atlântica, na sua maior extensão para nordeste e sudoeste, até alcançarem, com Gaspar e Miguel Côrte Real, num sentido, e com Álvares Cabral, no outro, o Novo Continente que impròpriamente se chamaria América, como se porventura Américo Vespúcio não fôsse mais do que um comparsa medíocre, nas emprêsas dos grandes homens do mar.

A êsse tempo, a gente portuguesa, à custa de incessantes pelejas, afim de conter as hostes bravias e adversas da moirama,

havia-se fixado nos mais fortes logares do seu território, Ceuta, Alcácer, Azamor, Arzila e Tânger, malogrando-se a tentativa para ocuparem também Larache.

Ardùamente procuraram obter vantagens dêsse esfôrço conquistador, porêm era um domínio que, para se tornar efectivo e útil, exigiria uma longa acção de que os portugueses só arrastariam os sacrifícios preliminares, como soldados, mais empenhados todavia em irem ao encontro do desconhecido longínquo e tentador, onde se empregaria também a multidão voluntária dos nautas, mercadores, missionários e aventureiros.

O espírito de essa curiosidade e aventura, retrata-se, logo nos primeiros descobrimentos, em João Fernandes, escudeiro do Infante D. Henrique, o qual, em 1445, indo na caravela de Antão Gonçalves, pede que o deixem sòzinho no Rio do Ouro, entre indígenas da costa africana, a fim de explorar minuciosamente a região e inteirar-se dos costumes dos seus naturais, sendo recolhido em outra viagem de Antão Gonçalves, passados sete meses.

PEDRO ALVARES CABRAL

Findando a Idade Média e — o século de Portugal — como se poderá chamar, veremos seguidamente, no século XVI, êste país, já senhor da sua capacidade, e seguro dos seus destinos, ampliar grandiosamente a sua acção marítima e colonisadora, fundando um verdadeiro Império que abarcava todo o Mundo, trabalhosamente reconhecido, conquistado e em grande parte, civilisado.

Após o regresso a Portugal da armada de Álvares Cabral, em 1501, El-Rei D. Manuel acrescentou ao título de realeza que lhe transmitira D. João II, como senhor *dos Reinos de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em África, e da Guiné*, o título de senhor *da Conquista, Navegação e Comércio, da Etiopia, Arábia, Pérsia e Índia*, assim dando à Nação Portuguesa, a suprema investidura no primado da expansão colonisadora em Átrica, no Novo Continente Ocidental, atingido com a descoberta das Terras de Santa Cruz, e finalmente, no antigo Mundo Oriental, onde gente nossa iria desenvolver uma acção formidável, de 1509 a 1515, com o govêrno do grande Afonso de Albuquerque.

As armadas dêsse capitão, de António de Albuquerque e de António de Saldanha, que seguiram para a Índia em 1503, realizaram a tomada de Cochin, onde foi construída a Fortaleza de *Santiago* e a Igreja de *S. Bartolomeu*, apoios militares e religiosos da fixação pretendida.

Ao mesmo tempo, e sempre que as circunstâncias o aconselhavam, promoviam-se amigáveis relações com os vários soberanos orientais, o que sucedeu com respeito à Raínha de Coulão, em cuja cidade foi logo estabelecida uma feitoria comercial.

Diversamente, António de Saldanha, faz tributário o poderoso e altivo Rei da Ilha de Zanzibar, em 100 maticais de ouro, por ano.

Em 1504, a gente do capitão Lopo Soares, toma Cranganor, vai socorrer o Rei de Tanor, por desavença com outro potentado, e destroi Tarrane que pertencia ao Rei de Calecut, desfavorável aos portugueses, desde que Vasco da Gama alcançara a Índia pela primeira vez.

No ano de 1505, é nomeado o primeiro

Vice-Rei da Índia, D. Francisco de Almeida, que, a caminho do Oriente, conquista as cidades de Quiloa e Mombaça. Em Moçambique, Quiloa e Melinde, estabelecem-se feitorias.

No mesmo ano, Pero da Nhaia, constroe uma fortaleza em Sofala, junto das bôcas do Zambeze, pôrto de escala para as famosas minas auríferas de Manica e Monomotapa.

Tristão da Cunha, capitaniando então, outra armada, vai passar à vista do Cabo de S.to Agostinho, na Costa do Brasil, e avançando muito para Sul, descobre as ilhas que se ficaram chamando *de Tristão da Cunha*. Depois, navegando a armada no Índico, o navio de Rui Pereira encontra a ilha que se chamou *de S. Lourenço*, cujo nome foi indevidamente mudado mais tarde, para de Madagascar, que tem agora.

Tristão da Cunha vai também reconhecer esta ilha, aportando a uma angra, à qual deu o nome de *Angra Maria da Cunha*, que era o da senhora com quem casou, ou *Angra da Conceição*, por que também foi conhecida.

Fizeram-se algumas surtidas em terra e pelos seus naturais, se recolheram muitas informações a respeito dela.

Prosseguindo êsse capitão, a caminho da Índia, apodera-se da Ilha de Socotora, nela edificou uma fortaleza, a que deu o nome de *S. Miguel*, e transformou uma mesquita de mouros, na igreja cristã de *N.ª S.ª da Vitória*.

A armada de Afonso de Albuquerque, separando-se da de Tristão da Cunha, percorre a Costa da Arábia, estabelece amizade com o Regedor de Calaiate, ou de seu turno, conquista os logares fortificados e hostis de Curiate, Mascate, Soar e Orfação; dirigindo-se seguidamente para Ormuz torna o Rei da cidade, vassalo de El-Rei de Portugal, cobrando o tributo de 15.000 xerafins, e dando comêço a uma fortaleza.

Por conseguinte, apenas cinco anos depois de atingida a Índia, pelos portugueses, ali se instalara um Vice-Rei, governando em nome de El-Rei de Portugal, e estava o nosso país senhor do tráfego marítimo da Costa Oriental de África, em ligação com todo o tráfego asiático, pela submissão do Rei de Zanzibar, estabelecimento de amigável aliança com o Rei de Melinde, ocupação de Sofala, Moçambique, Quiloa e Mombaça, que eram os mais importantes portos dessa Costa, assim como pela destruição de Ojo, Lamo e Brava, logares também freqüentados da mesma Costa, dependentes do Rei de Mombaça, que fôra deposto, e finalmente, pela ocupação da Ilha de Socotora, chave das comunicações com o Estreito.

Consolidando êsse predomínio, D. Lourenço de Almeida, filho do Vice-Rei D. Francisco de Almeida, desbarata uma armada do Rei de Calecut, e em comemoração dêsse facto, ergue em Cananor, junto da respectiva Fortaleza, a Igreja de *N.ª S.ª da Vitória*. Em 1506, vai explorar as Ilhas Maldivas, donde se fazia importante comércio de cairo, e reconhece a preciosa Ilha de Ceilão, que era escala das especiarias vindas de Malaca e Sumatra.

Naquela Ilha, coloca um padrão, assignalando o domínio português, a exemplo dos descobridores Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

Diogo Lopes de Sequeira, que em 1508 tinha largado de Portugal, a-fim de especialmente reconhecer a Ilha de S. Lourenço, que pelas suas enormes dimensões e abundância de produtos naturais, se julgava uma Nova Índia, sendo também incumbido de prosseguir em viajem mais para oriente, até ao grande empório comercial de Malaca, efectua com efeito, o reconhecimento de parte da Ilha de S. Lourenço, e consegue chegar a Pacem e Pedir, na Ilha de Sumatra, onde colocou padrões. Aportando a Malaca, ali armaram uma cilada aos nossos, pela qual êsse capitão e vários portugueses, perderam as vidas.

Isto mais contribuiu para que, três anos depois, o Governador da Índia, Afonso de Albuquerque, porfiasse na conquista de Malaca, realmente então conseguida.

Antes dessa conquista, que em 1511, tornara os portugueses senhores do trânsito mercantil da Índia com a China e extremo oriente, já Albuquerque se apoderara de Goa, uma das mais importantes cidades asiáticas dêsse tempo, nela fazendo construir a Fortaleza, a que deu o nome de *Manuel*, por invocação do venturoso Rei de Portugal.

Impressionados com os sucessos de tão

grandes emprêsas, como as que a nossa pouca gente ia executando naquelas paragens, muitos Reis dos Estados Orientais, enviaram embaixadores ao Governador Afonso de Albuquerque, propondo-lhe amizade, tal como da parte dos Reis de Onor, Narsinga, Batecalá, Bengapor, Diu, Cambaia, Vengapor, Abissínia, Pérsia, Java e Campar, na Ilha de Sumatra.

Durante o govêrno de Afonso de Albuquerque, até à sua morte prematura, em viagem, quando à vista de Goa, consumou-se o rápido triunfo da expansão colonisadora dos portugueses, no oriente.

Cunhou-se moeda própria, em Goa e em Malaca; nesta última cidade, são construídas, a granda Fortaleza chamada *Formosa*, e a Igreja de *N. S. da Anunciada;* em Goa, edificou-se também, a Igreja de *S.ta M. da Serra*, e a Fortaleza de Benasterim, junto da cidade.

Albuquerque tenta conquistar a resistente posição de Adem, que só mais tarde se submeteria ao domínio português, mas no entanto, foi-lhe entregue submissamente, a poderosa cidade de Ormuz.

Penetra no Mar Vermelho, explorando as Ilhas de Camarão, Maçua e Dalaca. Fora do Estreito, faz reconhecer a Ilha de Mahum, a que dá o nome de *Vera Cruz*, e também a cidade de Zeila, o pôrto de Ugufe, em oposição de Adem, e a lha de Baarem.

Manda três navios, a descobrir as Ilhas de Moluco e Banda, com regimento que de nenhuma maneira fizessem presas, antes negociassem paz, e devendo assentar-se nas cartas de navegar, as terras descobertas. Vão a Portugal, prestar vassalagem a El-Rei D. Manuel, o embaixador Mateus, do Rei da Abissínia e outro do Rei de Ormuz, êste último, tendo-se cristianisado e recebendo o nome de Nicolau Ferreira.

ROTA DE PEDRO ALVARES CABRAL

Assim, onde não pudesse chegar a influência da nossa ocupação directa, simbolisada nos muros ásperos de uma Fortaleza, procurava-se estabelecer uma pura vassalagem, como em Zanzibar e Ormuz, pelo pagamento de certos tributos, ou se alimentavam as boas relações com os diversos Estados em que a Ásia estava dividida, por um regímen de bárbaro feudalismo.

Cuidadosamente se organizavam embaixadas que iam providas de regimentos e instruções assaz minuciosas, que denotam elevada concepção politica.

A Narsinga, foram enviados Frei Luis e o língua Lourenço Prego; ao Rei de Cambaia, vai Diogo Fernandes de Beja; Rui Gomes, segue como embaixador, ao Xeque Ismael; logo após a tomada de Malaca, dirige-se à Côrte de Sião, António de Miranda; outros embaixadores se despacham para Java, Campaz, Moluco e Pegu.

NAU DO SÉCULO XVI

É certo que os portugueses se iam apoderando das principais situações no Oriente, quási sempre pela fôrça das armas e como verdadeiros conquistadores, deixando após de si, nessa primeira fase do seu estabelecimento, um rasto condenável, de violências e deshumanidades, próprias da guerra, em qualquer tempo que ela se realize; mas, atendendo aos costumes bárbaros de que ainda se encontravam eivadas as civilizações diversificantes e por vezes antagónicas dos povos orientais, por certo que a intervenção agressiva e forçada, nessas sociedades conflagrantes e tortuosas, foi benéfica para a humanidade em geral, e assim para a divulgação de princípios menos bárbaros que já admitiam os Europeus, abrindo-se a êstes, o caminho das suas inevitáveis emigrações.

Mas nessa primeira fase de descobrimento e ocupação de novas regiões, teve um cunho especial, a política das nossas relações com os naturais.

Em Goa, é assegurado, desde o início dessas relações, que os seus habitantes seriam mantidos na posse dos seus antigos direitos, instituições e costumes, sendo governados por indivíduos da sua origem, e devendo continuar pagando uns tributos semelhantes aos que já conheciam.

Compreendeu-se que, a melhor forma de se fazer admitir a autoridade dos portugueses, em tão remotas paragens, sem necessidade de recorrer ao esfôrço das armas, pelo que ràpidamente se esgotariam os recursos disponiveis, seria respeitar, e mesmo utilizar os organismos indígenas que se encontravam já formados, e por essa adaptação, é dado o primeiro exemplo à colonisação exercida pelos europeus, emquanto se fazia ganhar para os conquistadores, as simpatias dos nativos.

Compreende-se, como, pautada nestes princípios tolerantes, a dominação portuguesa lançara fundas raízes entre as populações dominadas, vendo-se os indígenas, a-pesar de conquistados, não serem perturbados no uso pleno dos seus ritos e costumes, na liberdade das suas pessoas e na posse dos seus bens.

Recorde-se a determinação de Afonso de Albuquerque, expressa nos *Comentários* escritos por seu filho Braz de Albuquerque:

— «Mandou apregoar, sob pena de morte, que nenhuma pessoa tocasse em nenhuma cousa de mouros e gentios que estavam em Goa, mas que os tratassem como vassalos de El-Rei de Portugal.»

Pelo que respeita à prática da escravatura, é certo que os países sôbre os quais recaem as maiores responsabilidades por terem exercido inconfessáveis iniquidades nessa prática, incitando até êsse comércio degradante, que era uma exigência das suas colónias, quando pelo facto da civilização, na sua marcha progressiva, haver transformado o critério dêsses fenómenos da sociologia colonial, passam a lançar à conta dos portugueses, o mais odioso papel nessa prática.

Mas é positivo que não cabe a Portugal tão estranho alheamento a êsse novo critério que derruiu as velhas doutrinas; muito antes que se travassem os primeiros clamores, a condenar aquela prática, já os portugueses, sempre na vanguarda da experiência colonial dos outros povos, engeitavam tal procedimento, e quando não podiam coíbi-lo, procuravam atenuá-lo.

Recorde-se, por exemplo, que no Regi-

mento dado por El-Rei D. Manuel, a D. Francisco de Almeida, em 1505, se prescreve que nas armadas não venham a Portugal nenhuns escravos de nenhumas partes, e que, quem os trouxesse ou enviasse, os perderia; também pela Carta Régia de 24 de Janeiro de 1517, se mandam libertar os homens escravos que fossem dados para serviço dos povoadores da Ilha de S. Tomé, etc. Deve reconhecer-se que, pelo decorrer do tempo, outro regimen intolerante e opressivo, se estabeleceu por vezes, nos longínquos domínios portugueses, não conseguindo todavia, apagar os traços gerais de benignidade, peculiares à nossa actividade colonisadora, extranha ao inconveniente que Quatrefages designou por, *mal da Europa*, constituindo em fazer desaparecer as populações de uma civilização inferior, onde quer que o europeu surgisse.

O apêgo e a aclimação da raça portuguesa, às distantes regiões que lhe absorveram tantas energias, também contribuira para nelas se consolidar o nosso domínio, e por isso, Afonso de Albuquerque escrevia a El-Rei D. Manuel:

— «Estes que são casados, proveito tem feito até agora, porque nos olhos das gentes da Índia, está assentado fazermos nós fundamento da terra, pois veem aos homens, plantar arvores e fazer casas de pedra e cal e ter filhos e filhas.» —

O interêsse em dilatar o âmbito dos conhecimentos humanos, sobrelevando no ramo geográfico, nunca foi adormecido com o supremo interêsse das emprêsas militares e mercantis, e o próprio Rei D. Manuel, ainda que de começo, fascinado pela copiosa riqueza que lhe chegava do Oriente, animava com empenho, o esclarecimento de variadíssimas questões de ordem científica.

Numerosas e assinaladas investigações marítimas ou territoriais, e até o Regimento dado a Afonso de Albuquerque, sôbre a exploração dos ignotos recessos do Mar Vermelho, são perentorias demonstrações de que os portugueses, aventurando-se pelo Oriente, nesses recuados tempos, não eram simples mercadores, obsecados pelo espírito de ganância; ao mundo inteiro, êles serviram como porfiosos descobridores, e não como desabalados traficantes.

Depois do Govêrno de Afonso de Albuquerque, até ao desastre de Alcácer-Quibir e perda transitória da independência nacional, pela forçada união de Portugal ao Reino de Castela, ainda os portugueses tiveram supremacia como descobridores e pioneiros da grande colonisação com que os povos da Europa iriam valorizar os outros Continentes. Já em 1515, Fernão Peres de Andrade alcança a China. Em 1518, Lopo Soares constroe uma fortaleza em Colombo, na Ilha de Ceilão, cujo Rei fica sendo tributário do Rei de Portugal.

Quatro anos depois, António de Brito, navegando para além do Estreito de Malaca, num labirinto de ilhas e baixios indeterminados, alcança as Célebres e constroe uma fortaleza em Ternate, situação a êsse tempo disputada pelos castelhanos que ali tinham

PEDRA DE DIGHTON

Atribuida ao navegador português Miguel Corte Real que partiu dos Açores para a descoberta da America em 1511; encontrada por Delabarre em Tannton River Massachusets - Berkley, a meia milha de W. E. de Dighton

passado, ao realizarem a primeira viagem de circumnavegação do Globo, dirigidos também pelo português Fernando de Magalhães, conquanto ao serviço de Castela.

Sucede-se a obra quási ininterrupta das fortalezas com que se consolidava a ocupação territorial, quantas pedras escalonadas por êsse mundo fóra, a documentarem o esfôrço português.

Repelem-se acometidas da gente conquistada, rebeliões e lutas que se tornam vigorosas, encarniçadas, principalmente em Goa, Diu e Malaca.

Experimentam-se, também, revezes, que inevitáveis circunstâncias ou reconhecidas culpas dos homens, teriam motivado, mas erros, desfalecimentos ou impossibilidade de resistência em tão espalhados locais, se resgataram com fastos heróicos inolvidáveis. Capitães, missionários e mercadores — entre os quais jámais esquecerão o bondosíssimo S. Francisco Xavier e o audaz Fernão Mendes Pinto — chegam até às remotas ilhas do Japão antes que nenhuns outros europeus e fixam-se em Macau, no próprio território do imenso Império Chinês, assim como no Reino de Achem, situado na Ilha de Sumatra; entretanto nas Ilhas de Java, Borneu, Timor, Felipinas, Papuas, e não deixariam de encontrar a mais distanciada Austrália.

Em 1538, já a Igreja de S.ta Catarina, de Goa, se tornava a séde de um Bispado, elevando-se a Arcebispado em 1560.

No ano de 1571, era tal a importância dos interêsses do Império Português no Oriente, que êle foi dividido em três Govêrnos: o primeiro, abrangendo desde o Cabo das Correntes, na Costa oriental de África, até ao Guardafui; o segundo, desde o Cabo Guardafui, até Ceilão; e o terceiro, desde a Costa do Pegu, no Reino de Sião, até à China.

Do paralelo correspondente a Portugal, para sul, respeitados os descobrimentos dos castelhanos, a ocidente, e excluindo as Canáreas, também transacionadas com Castela, tôdas as ilhas do Atlântico se tornam portuguesas ou ficam de nome português, depois que estranhos tomaram algumas delas: Açores, Madeira, Cabo Verde, S. Tomé, Princepe, Ano Bom, Fernando Pó, Fernando de Noronha, Ascensão, S.ta Helena, Martins Vaz e Tristão da Cunha.

Idênticamente àcerca das ilhas dispersas no Índico: S. Lourenço, S. Francisco, S. Miguel, Mascarenhas, Diogo Garcia, Diogo Rodrigues, Socotora, Maldivas, Ceilão.

O misterioso interior do grande Continente Negro, é perscrutado activamente, à medida que se ia descobrindo o seu litoral, e grande parte das estranhas novidades que modernos exploradores julgam ter deparado nas suas travessias, já desde séculos eram conhecidas dos sertanejos portugueses e até registadas em cartas que se elaboravam, como a de Duarte Lopes, do último quartel do século XVI, na qual já se veem colocados os grandes lagos interiores e se indica o problema das nascentes do Nilo.

Em tempo de D. João II, Pero de Evora e Gonçalo Eanes, vão a Tocorol ou Tocoror das antigas cartas, e mais além, a Tombouctou; Mem Rodrigues e Pero d'Astuniga, exploram igualmente as regiões de Tombouctou e de Temala, no Reino dos Foullahs; Rodrigo Rebelo, Pero Reinel e João Colaço, reconhecem o alto Niger; Rodrigo Reinel, Diogo Borges e Gonçalo d'Antas, aventuram-se no Reino de Adror; João Lourenço, Vicente Eanes e João Bispo, investigam o interior do País dos Mandingas e Foullahs. Em 1520, o embaixador D. Rodrigo de Lima, o Padre Francisco Álvares e outros de sua comitiva, atravessam a Abissínia. Em 1521, Gregório de Quadros parte do Congo, com destino também à Abissínia, atravez do Continente Africano. Em 1526, Baltazar de Castro vai explorar o curso superior do rio Zaire.

Na segunda metade do século XVI, André Álvares de Almada, faz numerosas explorações nos rios da Guiné. Em fins do mesmo século, o missionário Frei João dos Santos tem larga permanência na costa oriental de África, internando-se por vezes, a inquerir as particularidades dessas regiões, particularidades que deixa apontadas numa obra notável. Pelo mesmo tempo, Duarte Lopes dá-nos a conhecer numerosos problemas geográficos e etnográficos, de grande parte do Continente Africano. Em 1571, Francisco Barreto comanda uma grande expedição ao Reino do Monomotapa.

Mas seria infindável a citação dos portugueses, precursores na descoberta dêsse Continente, embora não transpondo o século XVI, quando tão grande esfôrço amorteceu, pela sujeição da nacionalidade ao domínio castelhano. Essa legião de aventureiros e sertanejos, deixaram entre os indígenas, de um a outro extrêmo continental, não uma tradição temerosa, mas admirativa, que ainda hoje persiste, com vestígios nos costumes e nas próprias linguagens dêsses naturais.

Ao sul do Novo Continente a que chegara Cristóvão Colombo, desde as terras da Guiana até ao Rio da Prata, com excepção de uma estreita faixa nos contrafortes que orlam o Pacífico, bandeirantes, e missionários, pesquizam em tôdas as direcções, êsse ubérrimo torrão de Santa Cruz, onde lançavam os fundamentos de um outro Império, também português, a que deu nome o lenhoso brasil das suas florestas.

Enfim. Se especialmente os séculos XVII e XVIII, foram os da grande expansão colonisadora dos Europeus, irradiando para os outros Continentes que se tinham desvendado, também devemos julgar que o século XV, com o ínclito Infante D. Henrique e o estrénuo D. João II, mais o século XVI, onde couberam pelo menos, o venturoso Rei D. Manuel e o grande Afonso de Albuquerque, constituiram a bem dizer, a magna época, em que preponderou no Mundo, o exíguo Portugal. E já depois de 14 séculos da Era Cristã, aos portugueses se deve a revelação, conseguida por trabalhosas descobertas, de que êsse Mundo, longo tempo obscuro, era na verdade muito limitado, para satisfazer as possibilidades vitais e as ambições dos povos europeus, que o haviam de senhorear em grande parte, desde os areais escaldantes dos trópicos, até às gélidas imensidades polares.

Quirino da Fonseca

A. CONQVISTA

Manuel acrescentou aos títulos herdados de D. Afonso V e de D. João II os de Senhor da Navegação, da Conquista, do Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, reivindicando *urbi et orbi* os direitos que as bulas papais e o tratado de Tordesillas lhe reconheciam sôbre as terras descobertas e conquistadas pelos portugueses.

Êste título enorme, portentoso, tinha real significado em cada uma das suas palavras: com a sua adopção coincidia o ponto culminante do movimento nacional de expansão geográfica dos portugueses no mundo.

O espírito da conquista, natural conseqüência de um espírito milenário de expansão, realisara o máximo das suas possibilidades. O mundo estava devassado, fixados os seus limites, desfloradas linhas de penetração, através dos mares e dos continentes — e, com êsse esfôrço gigantesco, que o título de el-rei orgulhosamente coroáva, ficava constituido o esqueleto dum Império que tinha fronteiras em cinco partes do Mundo.

A História, vista do alto dêste ponto culminante, tem uma expressão tão nítida, tão vasta e tão uniforme, no seu carácter e no espírito que a informou, que vale a pena contemplá-la em globo e colher a sua lição total, o seu significado profundo.

* * *

Não é em 1415, com a tomada de Ceuta, que o espírito português de expansão e conquista começa a manifestar-se.

Nêsse ano apenas se inicia o novo ciclo dum movimento cujas origens se perdem na Proto-História e que se desenvolve tempos fóra com o mesmo carácter, a mesma expressão e, por vezes, os mesmos processos.

Através de tôdas as épocas da História, o sentimento da expansão — e ligado naturalmente a êle, como um meio necessário, o espírito da conquista — é o traço luminoso comum, a marca indelével da raça, o carácter genial do povo português.

Este sentimento de expansão, que tem na conquista a sua expressão clara e fiel, é a causa dominante e profunda do sentido e do génio colonisador dos portugueses. Re-

GUERREIRO
DO SECULO XV

vela-se já, tanto quanto as hipoteses de uma Proto-História no-lo permitem acreditar, em nebulosas épocas de antanho, quando os lusitanos colaboram activamente com os fenicios nas suas navegações ao longo das costas do Atlântico.

Esta cooperação tanto se manifesta na fixação para a conquista do sólo, como no estabelecimento de feitorias de carácter comercial. A mesma colaboração é prestada aos gregos, a quem os lusitanos ensinaram a navegar no Atlântico.

E é curioso como o espírito de expansão procura dilatar as fronteiras de uma nacionalidade, embora incipiente, e galgar para além dos limites europeus, sempre que, na Europa, os objectivos territoriais, étnicos e geográficos são alcançados.

É sem duvida uma ânsia, um sentimento profundo, o princípio do grande romance deste povo português: o Além-Mar, a reconstituição da terra natal em terras distantes — quem sabe se a ânsia complexa e transcendente de procurar na distância um motivo para ter saüdades.

Já no domínio da História, vêmos a acção conquistadora dos lusitanos — que eram os portugueses dessa época — manifestar-se nas guerras de Roma e Cartago, tomando parte na luta, talvez como mercenários ou aliados.

Estas manifestações, longe de serem uma atitude de momento, que as circunstâncias provocaram e a boa sorte protegeu, apresentam-se, pelo contrário, como resultantes nítidas e precisas do carácter fundamental da Raça.

E o Mar é, desde o princípio, o campo de acção natural, a atracção irresistivel dos lusitanos.

Qual o carácter, a forma, desta ânsia estrutural de expansão que mobilisa a conquista?

Tem desde logo um aspecto indefinido que é a própria ância de prolongamento no mundo, a fébre de ir mais além, de absorver outras terras e outros povos — a pura essência de expansão em movimento; tem em seguida um aspecto comercial que se realiza por herança legada pelo espírito fenicio que tão profundamente se enraizou no nosso.

E êstes dois sentimentos — um puramente étnico, o outro herdado e adaptado ao nosso carácter, aos quais se juntará mais tarde o de exaltação religiosa, vão eternisar-se no mundo e no tempo, caracterisar tôda a nossa acção e fazer de nós, por excelência, um povo conquistador e colonisador.

Conquistador pela necessidade de possuír a terra — necessidade que também se satisfaz muitas vezes sem o emprêgo das armas.

Colonisador pela ânsia de a conservar, de a fazer igual à terra de origem, de transportar para todos os logares do mundo, o meio, o ambiente, o carácter — enfim a vida portuguesa.

Pela conquista alcançamos o domínio da terra e das gentes — condição indispensável de expansão.

Mas a conquista é sempre um meio, apenas um meio necessário a um objectivo, e não o próprio objectivo. Uma vez realizado o acto de posse, quer pela fôrça das armas, quer pela atracção ou consentimento dos naturais, quer ainda pelas contingências da política, ao espírito absorvente de posse sucede o sentimento profundo da fixação.

Na ordem material, transportando a raça, as organizações e o meio português para o novo ambiente conquistado; na ordem social, assimilando, absorvendo, nacionalisando enfim as gentes de outras raças, de outros costumes, de outra fé.

Êste fenómeno é saliente e nítido na conquista do território metropolitano. Continua depois mundo fóra, como se através dos séculos houvesse sempre uma Pátria a completar e se para a completar fôssem necessárias as próprias fronteiras do Mundo.

Na conquista de Portugal até ao Algarve os portugueses comportaram-se como em Marrocos, em Angola e Moçambique, no Oriente, na América: Conquista como base de expansão para garantir a posse territorial e a sujeição dos povos. Imediatamente a fixação e a assimilação, o contacto social com os vencidos, a sua absorção étnica por vezes.

Ainda o Algarve não estava inteiramente conquistado e já, com D. Sancho I, a tarefa de povoar e nacionalizar acompanhava a par e passo os objectivos guerreiros de conquista. Colonisámos, enfim, o Império como colonisámos o próprio território metropolitano.

E, por isso, insistimos em ter como províncias de Portugal, como pedaços indissociaveis da mesma Pátria — e não como colónias — os territórios que no mundo ocupámos e que ainda hoje conservamos através de oito séculos movimentados de História. Para nós, são tão portuguesas Luanda, Gôa ou Macau, como o é Lisboa.

Alcançados os nossos objectivos territoriais na Metrópole, consolidada a conquista, o espírito eterno de expansão obriga-nos como uma fatalidade, muito mais étnica do que geográfica, a transpôr o mar e a alargar as fronteiras.

* ■ *

A primeira realisação é a tomada de Ceuta em 1415. Mas a ideia de obtermos um ponto ao Norte de Africa que servisse não só para apoio do comércio e das navegações mas tambem para base de uma expansão mais vasta e profunda, não era nova.

Logo a seguir à conquista do Algarve, apenas com a pausa necessária à organização do país dentro das fronteiras mais amplas que Afonso III tinha legado, nos surge um facto comprovativo da antiguïdade dessa ideia: D. Afonso IV, ao mandar uma esquadra portuguesa cooperar no cêrco de Gibraltar, em 1341 — cinco anos depois de descobertas as Canárias — dava instruções ao seu almirante para ocupar um ponto da costa de África que servisse de base à nossa penetração neste continente. A tentativa falhou mas a ideia ficou. E a ideia, afinal, não era mais do que a expressão dum sentimento latente na alma da raça e a reprodução, no tempo, duma acção lusitana do mesmo género. De facto, já nos anos 160 a 151 A. C., os lusitanos, tomando Conistorgis como base de operações Além-Mar, tinham atravessado o estreito de Hercules (ou Tartessum), invadido a Berberia, tomado Ceuta e Tanger e fundado várias colónias ao longo da costa atlântica, tais como a de Okilo (Arzila), quarenta quilómetros ao sul de Tanger.

Nada é novo em essência, porque o espírito é sempre o mesmo e apenas se reproduz em novas acções. Varia o tema e o logar — mas a conquista tem sempre aspecto de servidora fiel do carácter expansionista dos portugueses.

Ceuta é conquistada em 21 de Agôsto de 1415, esforçadamente, contra a resistência tenaz do mouro — êsse mesmo mouro que ainda hoje resiste ao domínio estranho por detráz das suas ásperas montanhas e do alto do seu espírito de independência. Pois no dia 22 do mesmo mês, isto é, vinte e quatro horas apóz a conquista, Ceuta tinha o seu fronteiro e tôda a vida social estava montada e organizada nos moldes de qualquer outra cidade da metropole.

GUERREIRO MAXIMBAS

A tendência

rácica de formar o meio nacional seguia a par e passo a conquista. E o espírito bravio, aguerrido, brutal mas sempre humano, que se empenhava na guerra, dava imediatamente logar ao espírito colonisador que fixava e desenvolvia uma nova étape de expansão.

Conquista e colonisação, ou antes, descobrimento, conquista e colonisação, são três modalidades complementares do espírito de expansão da raça — três modalidades que servem, que se obstinam e que constituem a essencia e a forma desse espírito. Este por sua vez serve maravilhosamente os objectivos económicos da ocupação.

Descobrir e conquistar são por vezes manifestações iguais; ambas constituem meios de assegurar a posse da terra e a sujeição dos povos. Freqùentemente o descobrimento é uma conquista pacífica e a conquista um termo final do descobrimento.

Mas são meios primários uma e outro. O que importa e procura uma eternidade é a fixação à terra e o prolongamento efectivo da pequena faixa de terra mãe, que é a Metropole, no seu carácter social e nas suas organizações.

Marrocos teve igrejas, escolas, misericórdias, hospitais, etc., tudo sob uma organização semelhante à metropolitana. E a sujeição dos povos foi tão completa que não precisou das armas para se manter, tendo permanecido tão profundamente arreigada nos espíritos que ainda hoje é grata entre a gente moura a recordação dos portugueses. Pode dizer-se àcerca de Marrocos, com inteira verdade, que Portugal deixou lá profundas recordações nas cousas e nas almas.

A ocupação de Marrocos, onde se criou a escola de guereirros, de administradores e colonisadores que depois se espalharia por todo o mundo — exactamente porque um espírito de escola a caracterisou — deu os moldes e fixou a expressão da conquista e colonisação que se seguiram até fins do reinado de D. Manuel.

* * *

Dois formidaveis elementos dominaram o espírito de conquista e ocupação: a disciplina militar e a disciplina moral — ambas forças poderosissimas duma organização a que a massa da população portuguesa se prestava maravilhosamente.

O prestígio e a autoridade do Chefe e o respeito pelas prerrogativas e funções hierarquicas constituem um sistema fundamental a que se pode chamar a organização das fôrças da expansão.

O Chefe—o Rei—é quem dá o regimento sôbre os mais insignificantes pormenores. E não se faz ao mar uma esquadra que não leve ordens precisas e indicações seguras sôbre as rotas, as conquistas, a táctica, a estratégia, as relações diplomáticas a estabelecer, os tratados, as alianças, o tratamento a dar aos naturais, a organização a estabelecer — que, enfim, não seja conduzida pela Cabeça do Império.

O Chefe é preciso nas suas ordens: sabe mandar. Os subordinados são perfeitos na execução: sabem obedecer e cumprir.

E o sistema constitui-se entre a competência e a autoridade do Chefe e a nobre obediência dos executores.

Nunca a palavra «Servir» teve um tão alto significado: com o Rei, o Chefe, que servia a Deus e à Pátria — com soldados que serviam a Deus, à Pátria e ao Rei.

É graças ao Chefe que a acção expansionista — pela conquista, ocupação, descobrimento e colonisação — tem uma continuidade perfeita.

Na «História dos Portugueses no Malabar», o árabe Zenadim escreveu: *«A maior fôrça dos portugueses era a disciplina moral... apesar da grande distância a que se encontravam dos seus príncipes não desobedeciam aos seus capitães... e nunca se ouviu dizer que um dos seus capitães fôra assassinado por cúbiça do poder»*.

* * *

O êxito da conquista era o êxito da ocupação e da colonisação.

E o espírito de expansão que dominava o descobrimento e a conquista não se limitava a percorrer a extensão linear dos litorais: Devassada a costa logo se internava em profundidade através de linhas de penetração, procurando nas terras interiores mais espaço, mais terra e mais gente para a sua ânsia de irradiação.

Em volta da fortaleza que assegurava o domínio e consagrava a conquista, fazia-se a fixação do português às novas terras, alargando-se assim por todo o mundo o meio português. As obras que a necessidade da ocupação e da vida colectiva impunham — as fortalezas, as igrejas e escolas, as estradas, as pontes, os caes, como os hospitais, o abastecimento de aguas como as instituïções de beneficencia, os depósitos de mantimentos — o que era puramente material como o que era produto de uma mística de grandeza e de uma concepção colonisadora — ia com os portugueses para tôda a parte como objectivo nobre da conquista.

E, como o novo meio não era constituído só para portugueses de raça, mas sim para todos os moradores, sem distinção — cristãos ou mouros, brancos ou de côr — a adaptação das raças estranhas fazia-se rapidamente, a ponto de haver prisioneiros que, habituados ao viver português e integrados na vida portuguesa, não queriam voltar às suas terras nem aceitavam os resgates que por eles ofereciam.

O que pela fôrça fôra conquistado, facilmente era organizado e mantido pelo saber, pela afabilidade cativante, pela predisposição natural e pelo sentido rácico de um sentimento superior de colonisação.

Foi assim em Marrocos — a primeira *étape* da expansão portuguesa além-mar e escola magnífica de soldados e administradores, síntese admiravel de tôda a obra colonial dos portugueses — e foi assim, depois, por todo o Mundo, na África, na Ásia e na America.

Em África, por exemplo, ao passo que alargavamos o nosso domínio pela conquista, de cidade em cidade, de castelo em castelo, numa faixa ao longo da costa — ao passo que iamos caminhando na navegação e no descobrimento, iamos também firmando o domínio pela conquista nos lugares que haviam de servir como base de penetração e domínio no sertão.

E, já no declinar no século XV, D. João II tentava a fundação dum reino cristão negro no Congo, muito além da costa para o interior — reino que ainda hoje existe na hierarquia social por êle criada.

No Brasil, da mesma forma que em Marrocos, construida a fortaleza, fixavam-se os colonos à sombra dela, criando a vida e o meio português que, como raizes partidas do tronco, alastravam pelo interior.

O feitio da nossa colonisação vinca-se desta forma inconfundivelmente: desde a primeira estadia em Marrocos, chamamos à colaboração comnosco as populações indígenas. Já na passagem do século XV para o XVI, o cronista de Arzila, Bernardo Rodrigues, para citar um exemplo frisante, era marroquino, filho de marroquinos — mas considerava-se tão português como se tivesse nascido para àquem do Estreito.

FORTE D. FERNANDO, EM ANGOLA

E é curioso notar como esta capacidade de assimilação do elemento nativo serviu à própria conquista: Quando já o pavilhão de Portugal percorria todo o mundo, uma grande parte da nossa tropa de desembarque e ocupação, era constituída por portugueses doutras raças e doutra côr.

Calcula-se que, no reinado de D. Manuel, Portugal tinha no mar cerca de mil velas. Atribuíndo a cada embarcação uma guarnição de cem homens — o que não é exagerado, considerando que além do pessoal de manobra havia a tropa de desembarque — temos cem mil homens de guarnição.

Como é que o país, que ao tempo não tinha na Metropole mais de dois milhões de habitantes, poderia ter em armas cem mil homens de guerra — decerto tôda a sua população válida na idade adulta — e guarnecer ainda o próprio território onde o labor era intenso?

O facto tem uma explicação simples: Entre êsses cem mil homens, um grande número pertencia às populações nativas de regiões conquistadas, ocupadas e colonisadas, que comnosco passavam a fazer causa comum e a imbuir-se do mesmo inveterado espírito de expansão.

* * *

O período áureo da nossa História, que se inicia pela conquista e se continúa pela colonisação, vai até ao limiar do século XIX — pode dizer-se ininterruptamente. E é tão vigoroso o espírito da expansão, a tendência colonisadora sempre pronta à conquista, desde que ela apareça como condição necessária, a firme vontade de prolongar a própria terra metropolitana, que até quando a governação se extravia dos seus rumos históricos, o povo, os soldados, os colonisadores, as unidades dispersas dêsse todo tão caraterístico, agem por si próprias e mantêem o movimento lançado séculos atrás.

Foi o que sucedeu, por exemplo, durante a dominação espanhola e — mais tarde — quando foi necessário defender da cobiça de holandeses e franceses as nossas mais ricas possessões de além-mar.

Mesmo durante êsses amargurados tempos — verdadeiro barranco na nossa vida histórica — a acção nacional, com o seu espírito conquistador e de fixação à terra, se manteve: perdidos os élos de uma direcção central, as percelas de Além-Mar continuaram a governar-se por si próprias, a defender-se, a dilatar-se, mantendo, em tôda a sua pureza, o sentimento generoso de nacionalidade e o espirito magnifico do Império e de expansão.

É frisante o exemplo daquela guerrilha de Pernambuco, comandada por dois brancos, Vital Negreiros e Martins Moreno, com o negro Dias e o guarani Potyguarassu — quatro portugueses de raças diferentes — defendendo por sua iniciativa o território que consideravam comum e português.

Podia a governação falhar — o que não falhava nunca era a Grei, a Nação.

Que admirável prova dêsse sentimento nacional, que reedita na defêsa do torrão conquistado o esfôrço e a tenacidade da conquista, nos dão os séculos XVII e XVIII — êsses séculos que, num exame superficial de puras aparências, fôram tidos como séculos de decadência por tanta gente!

Portugal tinha então pouco mais de dois milhões de habitantes e um enorme Império espalhado pelas sete partidas do Mundo. Rompera o século XVII com a independência perdida — parecia o heroi decrépito e cansado pelo esfôrço prodigioso dos dois séculos anteriores. Uma parte da nobreza e do clero — as classes dirigentes e privilegiadas — desagregavam-se e desprendiam-se da profundidade da raça.

A governação estrangeira a custo acudia às necessidades elementares de defêsa desta parte territorial integrada no Império de Filipe II de Espanha.

A política que se seguiu à restauração era, pela fôrça das circunstâncias, dúbia e titubiante — e só de longe exibia fulgor digno dos pergaminhos portugueses.

Pois, a-pesar-desta paisagem, são estes dois milhões escassos de habitantes — dois milhões de unidades activas e conscientes da sua missão no mundo — que durante dois séculos manteem posições em Marrocos e nas estradas que lhes asseguravam as comunicações marítimas com todos os domínios, que colonisam o Brasil, que defendem posições no Oriente, que expulsam holan-

deses e franceses de Angola, do Brasil e da Índia, que exploram e cruzam a África em todos os sentidos e que ainda defendem a propria independência constantemente ameaçada na Europa pelos vais-vens da política e dos imperialismos militares europeus!

Por isso, esta segunda fase do período aureo não é menos brilhante nem menos exuberante que a primeira. Menos espectaculosa, decerto, mas mais profunda, mais nobre, mais dura em esforços e sacrifícios de tôda a espécie.

Na primeira, a Nação e o Estado realisam um esforço paralelo e convergente — entendem-se.

Na segunda, o transvio do Estado não impede que a Nação cumpra a sua missão e que se imponha redimindo o proprio Estado.

A obra enorme que se fez durante esta fase, que foi de decadência da governação apenas, porque foi de exuberante vitalidade da Nação, pode e deve ser justamente incluida e referida num capítulo sobre a conquista dos portugueses.

É que todo esse esforço admiravel é uma reconquista, conduzida com o mesmo espírito da conquista, movida pelas mesmas causas de expansão, procurando os mesmos objectivos espirituais e económicos.

Antes, era a ânsia de posse da terra e sujeição das gentes, — depois, é a ânsia de a conservar contra a expoliação, a violência e ambições estranhas e tardias de expansão no mundo.

Antes, era a ambição de alargar fronteiras através de um mundo que maravilhosamente se ia descerrando à prôa das naus e caravelas, e à frente dos pioneiros — depois, era a teima, o orgulho, o interesse de conservar o portentoso império.

Antes, era a conquista para obter a posse — depois, foi a reconquista para conservar a posse.

* * *

E assim alcançamos o principio do século XIX.

Tinha explodido na Europa a Revolução francesa e começaram a cair em Portugal alguns dos seus estilhaços.

GUERREIRO VATUA

Em 1820 começa a noite negra da nossa história imperial — a verdadeira decadência. A vida portuguesa, embriagada pelas novas ideologias e esquecendo os proprios ideais, deixou baixar sobre si a névoa densa duma falsa grandeza e dum falso ideal. A paixão pela acção grandiosa e engrandecedora, sucede a paixão torpe pelas palavras inflamadas, pelos tropos da política, pelas ideologias da revolução. Ao homem de acção sucedeu o orador, e ao guerreiro sucedeu o escriba.

Faz-se então a mentira do *país pequeno;* é o proprio Poder Central que se esquece do Império constituido em cinco partes do Mundo e se julga limitado pelo Minho e pelo Algarve. Perde-se o Brasil com a inépcia bem conhecida e abandonam-se a si proprias as províncias da África e do Oriente.

Os homens que se batiam em todo o Mundo pela grandeza da sua Terra, passaram a bater-se uns contra os outros na Metropole para satisfação de paixões inferiores. Duma acha incandescente da fogueira francesa, fizemos a nossa fogueira nacional — essa fogueira onde durante um século, tudo ardeu sem brilho nem fulgor, como madeira ruim.

As paixões inferiores da politica asfixiaram a paixão superior da grandeza da Pátria.

Os próprios pontos fulcrais da política interior fôram deslocados. E as provincias de Além-Mar fôram abandonadas e perdido o ritmo da sua administração.

Todavia, não se pode dizer que a deca-

dência fôsse de tôda a Nação. Tôda ela estava, é certo, profundamente tocada pelos estigmas inferiores — mas a decadência era sobretudo do Poder Central. Nos sertões de Angola e Moçambique, como nos séculos XVII e XVIII no Brasil e na própria África, os pioneiros iam fazendo a sua obra: abandonados, ignorados, mas portadores do espírito eterno da Raça. Entregues à mercê da sua iniciativa e da própria acção, com o seu heroismo, a sua abnegação, com o sacrifício de vidas e fazendas. Tôdas essas unidades, agindo por si próprias, cruzavam a África portuguesa, comerciavam, fundavam fazendas e feitorias, colonisavam — realizavam, enfim, contra as resistências e o abandono do Terreiro do Paço, a reconquista, nem sempre pacífica, das terras dos seus maiores. E êsses esfôrços individuais e dispersos, que prolongavam o verdadeiro sentimento português da colonisação, feitos na ignorância do próprio Poder Central, não tinham qualquer éco na Metrópole...

E é ainda um Chefe — o Rei — um grande Chefe, que anima a escola de ressurgimento colonial e dá o impulso de que havia de resultar o acto final da conquista territorial até à delimitação das fronteiras do novo Império, não alheando nunca os olhos desvanecidos de quantos em África lidavam esquecidos do maior número e dos próprios governantes.

Quero lembrar o nome inesquecivel de El-Rei D. Carlos — a quem Mousinho dirigiu um dia o seu angustioso «Aqui del-Rei!» —, que nunca abandonou, colocando-se acima de grupos e partidos, os generosos lidadores das províncias ultramarinas, ganhando-lhes de tal maneira a confiança que eu próprio, quando um dia me puzeram uma barreira na ânsia de ir mais longe, foi para El-Rei D. Carlos que apelei.

Com esse estimulo e com o que restava da vergonha da nossa decadência, pôde uma geração àparte, e que é preciso considerar a detentora de uma genuinidade portuguesa, lançar-se com o espírito da conquista no coração e no cerebro, na rota do ressurgimento do Império.

Renasce a mística da grandeza da Nação, que florira nos tempos aureos, reorganiza-se a escola e em Angola e Moçambique refaz-se o velho espírito português de expansão: Descobre-se, ou antes, volta a descobrir-se o que o abandono tinha escurecido, reconquista-se, colonisa-se e faz-se subir novamente ao alto a chama eterna das glorias portuguesas.

Em volta do forte que assegurava a posse da terra, como desde Ceuta, começa a refazer-se o ambiente da Metrópole e criam-se as condições territoriais, sociais e morais necessárias ao desbravamento do tradicional caminho que nos conduzia à efectivação do Império.

E hoje, que tôda a conquista territorial está feita e que todos os portugueses vêem desanuviadamente o Império como objectivo nacional de primeira grandeza, o espírito português há-de ganhar a Nação e levá-la triunfalmente para a nova conquista — outra *étape* dêste movimento incessante que começa nas próprias origens da Raça e que só acabará de vez quando todos os portugueses acabarem também.

A. COLONIZAÇÃO

Trabalho de soldados, de missionários, de comerciantes, de agricultores e de engenheiros

DEPOIS da Descoberta a Conquista; depois da Conquista a Colonização. São as três fases lógicas da evolução normal do fenómeno social complexo, a que os economistas e sociólogos modernos deram o nome, aliás impróprio, de *Colonização*.

A Colonização, no significado geral que neste lugar damos à palavra, abrange a ocupação, a organização administrativa e a exploração económica do território e, também, o estabelecimento de feição permanente, na terra colonizada, de *colonos* oriundos da Metrópole ou de países estranhos.

Nem sempre na colonização moderna aquelas três fases se sucedem distintas, mas podemos dizer que em tôda a Acção Colonial Portuguesa se encontra, por início, o descobrimento, e porque descobrimos muitas ilhas desertas e porque nas largas peregrinações dos navegadores e aventureiros portugueses dos séculos XV e XVI, deparámos, acidental ou intencionalmente, com terras povoadas, onde apenas comerciantes e missionários se estabeleceram, podemos com rigor dizer, que nem sempre houve conquista, senão a pacífica, pelas armas da fé cristã, do interêsse mercantil e do prestígio do nome português. Mas a conquista pelas armas não faltou também, quando as necessidades da política, a dureza dos costumes, ou a cubiça dos aventureiros, tornaram indispensável a oferta de vidas, alicerce fatal de tôda a edificação humana.

Noutros capítulos desta obra, outras penas mais apuradas contaram a história maravilhosa das longas viagens de descobrimento e das lutas heróicas da conquista; a história da fundação, grandeza e declínio do grande Império Colonial Português. Mas o passado, que chega aos nossos dias, comporta outra obra não menos maravilhosa, porém mais obscura, embora patente aos olhos que sa-

bem ver e não se fecham: — a da *Colonização Portuguesa.* Essa obra, que vem dos séculos, perdura e progride; tem o seu fito no porvir e deve ser a grande preocupação do presente, porque é TÔDA A ESPERANÇA DE MELHOR FUTURO.

* * *

Discutem os historiadores, os economistas e os sociólogos, se as causas da expansão ultramarina portuguesa, — e podemos acrescentar, da espanhola, também —, foram simplesmente políticas, ou demográficas ou económicas. Dizem uns que, encerrados entre o mar e a Espanha (poderosa depois de unificada), as ambições político-religiosas de conquista e domínio dos reis portugueses, só podiam ser satisfeitas batalhando com o moiro de África, ou conquistando terras que houvesse para além-mar; dizem outros, os sociólogos, que a população porguesa se sentia apertada na parte do território que lhe coubera no retalhamento secular da Península, e que a larga extensão da costa marítima, à beira do Atlântico, e um vago atavismo herdado de fenícios e cartagineses, e porventura também, de normandos e judeus, a predispunham para as aventuras guerreiras e lucrativas das expedições longínquas. Os economistas, que tudo explicam por necessidades materiais, só vêem na obra de colonização portuguesa, o impulso instintivo da procura de alimentos, o pão sobretudo, que não produzíamos e outros tinham em abundância.

Pouco importa. A causa verdadeira foi talvez, como em todos os fenómenos sociológicos, um complexo de tôdas estas causas, cada uma delas tomando sucessivamente o predomínio sôbre as outras, segundo as circunstâncias do tempo, do lugar e do ambiente humano.

A realidade que interessa conhecer, é que Portugal se encontrou, a partir do século XVI, à frente de um movimente de expansão ultramarina dos povos da Europa, e que êsse movimento trouxe conseqüências políticas, económicas e sociais consideráveis que, no espaço, atingiram o mundo, e no tempo se repercutiram até aos nossos dias, com energia bastante para se propagarem no futuro.

Enfeixadas, estas conseqüências formam o grande facto histórico da Colonização, que pôs ao alcance dos povos europeus novas terras para a fixação da raça branca, e vastas e variadas riquezas, que permitiram criar um novo tipo de civilização, já não restrito a um povo, como na antiguïdade, mas universal. Mais uma vez a pequena semente produziu árvore frondosa; das modestas explorações da Costa da Mina pelos navegadores portugueses do século XV saiu a civilização moderna. Não basta, evidentemente, evocar o passado para criar o futuro; mas convém, por vezes, considerar a grandeza do passado, para ter fé no futuro e temperar a coragem para as lutas do presente.

A obra da Colonização Portuguesa é, eminentemente, uma obra de perseverança e de fé, empreendida com pequenos meios, mas realizada com tenacidade. A Exposição Colonial é uma demonstração eloqüente dos seus resultados; mas a «lição dos factos» ficaria improveitosa, se a par daquelas se não desenvolvesse a lição, ainda mais eloqüente do esfôrço que os produziu.

* * *

Uma primeira e alta lição de Moral social e política, nunca apresentada em suficiente relêvo, se contém na história da Colonização Portuguesa: falharam todos os grandes objectivos de glória e domínio, planeados pela ambição dos reis e dos seus conselheiros; triunfou a acção quási obscura, mas perseverante e incansável, dos pequenos obreiros *que apenas contaram com o seu esfôrço próprio.*

Sonhámos um Império Oriental e para o realizar se empenharam tôdas as energias da Nação. Os estabelecimentos da Costa de África e das ilhas do Atlântico, e o próprio descobrimento do Brasil, foram simples episódios da «Conquista, Comércio e Navegação» do Oriente.

Para a Índia foram os grandes capitãis, os grandes soldados e os grandes navegadores; o estabelecimento dos portugueses no Oriente foi uma epopeia fulgurante de feitos heróicos; todavia o império que lá fundámos, apenas erguido logo aluiu. Em compensação, «a pedra rejeitada» foi a pe-

dra de quina sôbre que se ergueu o edifício duradoiro da Colonização Portuguesa. O Brasil, quási abandonado, transformou-se num rico império, hoje uma grande Nação livre; as terras desdenhadas da África Tenebrosa constituem hoje as melhores províncias do Império Colonial Português.

Curioso! As nobres e admiradas qualidades dos guerreiros, o engenho subtil dos políticos e a ousadia temerária dos aventureiros não conseguiram edificar obra que perdurasse; mas as qualidades opostas de tenacidade no esfôrço, de perseverança no propósito e de fé inquebrantável no futuro, que caracterizam a parte menos brilhante da Nação, foram as que finalmente ergueram os monumentos duradoiros da acção colonial portuguesa: o Brasil e as Colónias de África.

As causas da diferença são conhecidas. Para as conquistas do Oriente, — e de Marrocos —, habitados por populações de civilização equivalente, senão superior à de Portugal, bastaram a bravura de alguns punhados de soldados; mas para manter essas conquistas eram precisas fôrças numerosas e continuamente renovadas, e o Reino era pobre de gente e de dinheiro. Para a colonização pacífica de terras selvagens, chegavam alguns cabedais e o esfôrço de braços afeitos ao trabalho da terra, e uns e outros o país tem podido fornecer durante séculos, sem se depauperar, antes enriquecendo. Juntando-lhe aquela proporção de espírito de aventura, de amor do lucro e de fé, — sobretudo de fé no próprio destino e nos destinos do país —, que constituem o carácter étnico predominante de uma parte do nosso povo, o milagre da expansão colonial portuguesa fica explicado.

* * *

Os primeiros trabalhos de colonização ultramarina portuguesa, foram os de povoamento das ilhas da Madeira e dos Açores com gente da Metrópole, — colonos —, que nelas se fixaram. Ilhas Adjacentes lhes chamamos hoje, porque de há muito foram consideradas como dependências do território continental; não são colónias, no significado moderno.

A Colonização de que nos ocupamos nestas páginas foi a realizada na Costa de África, nas ilhas do Atlântico do Sul, na Índia, na China, na Oceania e, pois que nos referimos ao passado em geral, a que se praticou no Brasil.

Fala-se hoje em «métodos de colonização» de ingleses, holandeses, franceses e belgas, e pregunta-se qual tem sido o método português. Nunca tivemos «um método», porque empregámos todos que nos pareceram apropriados, consoante as circunstâncias de tempo e lugar; copiámos da antiguïdade e inventámos, por intuïção, quando necessário; os outros têm só copiado ou, quando muito, aperfeiçoado o que nós, primeiros, fizemos.

Na Costa de África, na Índia e na China fomos, sobretudo, colonizadores-comerciantes; estabelecemos feitorias e policiámos as vias de comércio; e se as necessidades da defesa nos obrigaram a empregar as armas e efectuar conquistas, a acção militar foi uma conseqüência e não um preliminar indispensável da colonização.

Nas ilhas africanas e no Brasil, porque a terra era deserta ou pouco habitada, tentámos com melhor ou pior êxito, o povoamento e a cultura da terra. Criámos «fazendas» ou «roças» e fundámos povoações. «Colonizadores» no sentido próprio, isto é, cultivadores da terra e povoadores, temos sido por tôda a parte, mesmo na Índia populosa e no sertão de África. A natureza deu aos portugueses uma grande facilidade de adaptação a todos os climas e a todos os meios; é um dos grandes factores da sua expansão no mundo.

A tôda a parte, também, levámos a fé cristã.

Soldados e missionários, comerciantes e agricultores, foram os grandes obreiros da colonização portuguesa nos séculos passados. No fim do século XIX e no actual, outras classes de obreiros se juntaram às primeiras: os engenheiros que abriram estradas, construiram portos, drainaram pântanos e levaram, em suma, os benefícios materiais da civilização a todos os pontos onde os recursos do país o permitiram; os médicos, que são os missionários modernos de uma cruzada temporal, que também pos-

sue os seus apóstolos e os seus mártires, não menos desinteressados, nem menos heróicos que os seus concorrentes espirituais; e o mestre-escola que também é missionário e civilizador.

Assim, a todos os pontos dos domínios ultramarinos, temos levado a civilização, com menos aparato e menos recursos, porém, com a mesma eficácia e maior humanidade que os outros «civilizadores».

* * *

A história da Colonização Portuguesa na Índia é bem conhecida, pelo menos nos seus começos: fomos lá para comerciar e fundámos feitorias, assentámos pazes e tratados de comércio e estabelecemos «protectorados», antecipando-nos assim, de muitos séculos, em certas práticas da política moderna.

Com o grande Albuquerque iniciámos a ocupação efectiva e a organização administrativa das conquistas, nada lhes faltando, nem a justiça indígena, nem a moeda privativa fabricada em Goa, nem a Casa da Misericórdia. Se levámos para a Índia mercadores e aventureiros, levámos também missionários, que converteram e civilizaram os gentios do Malabar e se aventuraram, mais tarde, ao interior do Indostão e às terras da China, do Japão e da Insulíndia, a todo o Oriente levando a palavra de Deus e o prestígio do nome português.

Com Albuquerque ensaiou-se também uma modalidade de acção colonial que é, de certo modo, muito característica da expansão portuguesa: a mestiçagem. Digam o que disserem os sociólogos, — e os fariseus —, a mestiçagem só é um mal, porque certas convenções sociais, que nada têm de nobre nem de cristão, a condenam, e porque certos progenitores brancos se julgam obrigados, em nome dêsse preconceito ou falsa moral, a repudiar os filhos nascidos de uniões mixtas. Mais avisado andou o Grande Capitão quando a promoveu, antevendo que dela adviria a consolidação do domínio português na Índia.

No Brasil, o donatário, o agricultor e o missionário foram os principais obreiros da colonização. A acção do soldado, por menos necessária militarmente, foi pouco sensível na obra pacífica do povoamento e da exploração do solo. Ali triunfou, na plenitude das suas virtudes intrínsecas, o espírito colonizador da Nação. Pequenos meios aplicados a vastos empreendimentos; energia porventura não isenta de crueldade dos bandeirantes e capitãis-mores; tenacidade no trabalho e na esperança, da parte dos pequenos colonos, desamparados de todo o auxílio da metrópole, tais foram os caracteres dominantes daquela acção.

A pouco e pouco, a gente portuguesa agrupou-se, proliferou, mestiçou-se quando necessário, agarrou-se à terra, somou infinitas parcelas de pequenos resultados, e construíu insensivelmente um grande império, um pouco ao modo como as térmites constroem os seus ninhos gigantescos. A natureza exuberante ajudou-os, é certo; mas sem as virtudes apontadas dos colonos, tê-los-ia sufocado.

Todavia, se as virtudes dos colonos obraram maravilhas, a História imparcial e objectiva tem de reconhecer que na Colonização do Brasil, — como na de Angola —, as ordens religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus, constituiram o elemento animador e civilizador, por excelência. Foram o espírito que vivifica, no meio dos egoísmos e dos instintos brutais que matam. Sem a acção dos padres jesuítas, sem a forte organização e os recursos da sua Ordem, teria sido impossível domar os indígenas e impedir, porventura, que os pequenos núcleos europeus, quási isolados na selva e em luta perpétua com a natureza e os índios bravios, regressassem às formas mais frustes da civilização, — a das tribos errantes da floresta tropical.

Mas a Índia, desde há muito cristalizou na sua evolução, e o Brasil é um país independente. A acção colonizadora dos portugueses enfraqueceu na primeira e cessou no segundo. São factos do passado; não precisamos de insistir nêles.

* * *

Mais recente e mais fecunda de ensinamentos para o presente, e mais ainda para o futuro da Nação, é o estudo da actividade

colonizadora que Portugal tem exercido em África, e, diremos, — porventura com involuntária parcialidade —, sobretudo em Angola, que é, sem contestação, a colónia menos sujeita a influências estrangeiras.

É demasiado longa e acidentada a história da colonização portuguesa na África Tropical, para que nos seja possível narrá-la como merece, neste lugar. E é pena, porque escrita por mais hábeis mãos, seria o mais brilhante comentário da 1.ª Exposição Colonial. Infelizmente, só nos é dado resumi-la numa estilização que a simplifica até quási a deformar.

Em Moçambique, como em Angola, como na Guiné, procurávamos uma coisa e saiu-nos outra. Procurávamos oiro, prata, pérolas, pedras preciosas e outras riquezas fáceis de adquirir e dissipar, e quis o destino, — ou a Providência, que é mais generosa —, que encontrássemos apenas a riqueza que dá o trabalho, a que é verdadeiramente preciosa, porque, — ao contrário das outras —, se renova indefinidamente para benefício de gerações sucessivas.

A lenda, ou uma verdade exagerada até à extravagância, levou os portugueses a estabelecerem-se em Moçambique, em Angola, na Guiné e na Costa da Mina, na esperança de conquistarem as minas de oiro do Monomotapa, as minas de prata de Cambembe, as areias auríferas da Guiné, e os centros de produção do marfim, da malagueta e de outras cubiçadas riquezas. Tal foi a causa económica, — digamos assim —, dos primeiros estabelecimentos portugueses nas costas do Continente Africano. Da Mina, na costa ocidental, até Moçambique, no outro lado do continente, tôda a costa de África foi semeada de *feitorias* portuguesas; os nomes geográficos ainda o atestam. Das feitorias do litoral partiam para o sertão as expedições organizadas por mandado dos reis, ou os simples aventureiros, todos à busca das lendárias riquezas. Dos que foram, muitos por lá se perderam, outros voltaram desiludidos; outros ainda, vaguearam largos anos pelo sertão, acicatados pela atracção do maravilhoso, ou por aquele irrequieto espírito de curiosidade, que nos dizem gerar a Ciência.

Mas outros pioneiros precederam e seguiram os aventureiros e vagabundos: os missionários franciscanos, dominicanos e jesuítas, que se lançavam ousadamente, — digamos também, irreflectidamente —, na nobilíssima, desinteressada e heróica emprêsa de propagar a fé de Cristo.

Uns e outros, aventureiros cubiçosos ou missionários iluminados, pesquisadores de riquezas ou pescadores de almas, levaram o prestígio da civilização europea e do nome de Portugal, aos sertões misteriosos de África; por isso em certas línguas nativas de Angola e Moçambique, o *branco*, — o representante da raça, por excelência —, é o português; os outros, os que vieram depois, têm outros nomes. Mais ricos, mais temidos, mais humanitários se quiserem, os que nos seguiram são apenas os «brancos» da segunda hora.

Mas a ilusão das fabulosas riquezas do sertão africano, — que ainda perdura nas imaginações de portugueses e estrangeiros —, não pôde alimentar por muito tempo, nem as actividades, nem as ambições dos mercadores das feitorias; outros produtos do solo africano, não menos apetecidos pelo mundo, passaram a substituir, com igual proveito dos «traficantes», o oiro, a prata e as pedras preciosas, que em vão tinham buscado na terra de África.

Infelizmente para o bom nome da cristandade e da civilização europea, outra mercadoria começou a ter, por êsse tempo, larga saída para as «fazendas» da América e das ilhas do Atlântico Ocidental: o escravo. Tôda a costa de África, no Ocidente e no Oriente, se converteu desde então em vasto mercado, para a exportação dolorosa dos cativos. As feitorias portuguesas, por serem os mais antigos estabelecimentos europeus, foram naturalmente as mais freqüentadas pelos negreiros ingleses, franceses, holandeses, espanhois e portugueses.

É bom não o esquecermos: o tráfico da escravatura não foi apenas um comércio português. Todos os povos colonizadores o praticaram e, porventura, em maior escala e com mais ferocidade que os portugueses, porque à crueldade intrínseca do sistema, os outros juntaram o ódio e os preconceitos de raça.

Entretanto, o «negócio de África», quer

tivesse por objecto as «pessas» de escravos, ou os produtos naturais do solo, teve outras conseqüências indirectas mais fecundas. As suas necessidades levaram os mais ousados pioneiros a percorrerem o sertão e a estabelecerem-se a enormes distâncias do litoral, nos locais das grandes feiras que os mercadores árabes freqüentavam, e no cruzamento das grandes vias de comércio do centro de África. Pode dizer-se que no fim do século XVIII, o interior da África Tropical entre Angola e Moçambique, não apresentava segredos que os pioneiros portugueses, comerciantes ou missionários, não tivessem desvendado. As explorações célebres de Livigstone, de Stanley, de Brazza e de outros, na segunda metade do século XIX, tiveram, porventura, o mérito de serem mais sistemáticas ou mais científicas; não tiveram, porém, a glória da primazia. Tínhamos sido navegadores e passámos a ser também viajantes e exploradores ousados.

Chegados ao século XIX, o desenvolvimento das indústrias e a exacerbação da cubiça de territórios ultramarinos, que foi sua conseqüência e teve a crise aguda na Conferência de Berlim de 1885, impeliram a colonização portuguesa em África, para novos rumos. Começou então, podemos dizê-lo, a epopea da ocupação, em que se empenhou a Nação inteira.

A história colonial dos séculos anteriores conta-nos muitos feitos heróicos, de guerras contra o gentio numeroso e aguerrido, e de batalhas em que alguns punhados de portugueses minados pelas febres, se bateram, com sorte diversa, contra centos de milhares de guerreiros indígenas; nunca, porém, a luta pela defesa e conservação do Império Colonial africano foi tão angustiosa e trágica, como nas últimas décadas do século passado e nos primeiros anos do actual. Jogava-se então alguma coisa mais do que a mera posse de uma parcela da terra africana, ou a liberdade de acesso a qualquer mercado do interior; eram a própria obra da Colonização Portuguesa em África e o brio da Nação que estavam em perigo. Os adversários já não eram sòmente as *mangas* de guerreiros negros, impelidos pelos seus instintos de guerra e de rapina; eram, por detrás dêles, a diplomacia astuciosa, a intriga e o dinheiro das potências europeas empenhadas em desalojar-nos definitivamente, de Angola e de Moçambique.

Com os trabalhos da ocupação inaugurou-se a colonização moderna. O comércio das feitorias do litoral entrou a definhar-se, minado pela concorrência agressiva de outras nações mais ricas, e pela carência ou desvalorização dos tradicionais objectos de comércio. A recente crise arruïnou-o definitivamente. Ao «negócio de África» aventuroso, sucedeu a actividade organizada da Agricultura.

* * *

Já o dissemos: a agricultura e o povoamento acompanharam sempre as outras formas de actividade colonial dos portugueses, em tôdas as partes do Mundo.

Os antigos estabelecimentos do Congo, dirigidos pelos franciscanos e jesuítas, os prazos da Zambézia, as roças de S. Tomé, de Cabo-Verde e do Brasil, e outras iniciativas antiqüíssimas do mesmo género, muitas já esquecidas, demonstram a propensão instintiva do emigrante português, para cultivar a terra onde se instala. Mas a agricultura como forma regular e fundamental da exploração das antigas colónias-feitorias, só começou na última década do século XIX e tomou o seu maior desenvolvimento nos últimos anos. Além das causas políticas e económicas já mencionadas, contribuíu para isso a construção das linhas férreas em Angola e Moçambique e, — sobretudo em Angola —, o desenvolvimento da rêde de estradas e a introdução do automóvel.

Coisa notável, que já anotámos mas convém repetir: — ao contrário do que se observa nas colónias estrangeiras, o desenvolvimento da agricultura na África Portuguesa não se deve exclusivamente às grandes emprêsas capitalistas, fartamente apetrechadas; muito deve, também, às pequenas iniciativas de indivíduos isolados ou agrupados em pequenas sociedades de dois ou três; em regra antigos comerciantes desiludidos do «negócio de África» e mais ricos de fé e de energia que de recursos materiais.

Tal é a grande lição de energia e perse-

verança e a demonstração eloqüente do instinto colonizador, a que noutras páginas já aludimos. Ela não escapou à sagacidade de alguns observadores estrangeiros, que apontam o exemplo aos seus compatriotas como digno de seguir-se.

As monografias destas pequenas empresas, — se fôsse possível escrevê-las —, seriam para todos os portugueses que visitam a Exposição um objecto de pasmo e de justificado orgulho.

Isolado no mato, só ou com a sua pequena família; distante de todo o socorro; cercado de tribos indígenas nem sempre submissas, o colono português tem criado no sertão de África essas pequenas maravilhas de trabalho paciente, — as fazendas —, que são uma surpresa e um deleite para quem inesperadamente as topa. Angola, sobretudo, é pródiga de tais surpresas.

Gostaríamos que os portugueses, que descrêem da utilidade e do futuro da nossa colonização, pudessem ver, — para admirar e compreender o prestígio do português em Angola —, uma destas pequenas explorações agrícolas, ou mesmo uma pequena tenda de *cafuso* (comerciante do mato), isolada no alto de uma colina, à beira de uma estrada ou no arrabalde de uma sanzala, ao alcance de uma surpresa, que não precisa ser ousada para ficar triunfante e impune.

Mas a explicação do singular prodigio exigiria que abordássemos, neste lugar, um capítulo complexo da arte da colonização, cuja matéria outros formularam em regras de ciência e nós aplicamos por intuïção; — a arte de estabelecer e manter relações com os indígenas, sem os molestar nas suas instituïções e preconceitos, ou o que pomposamente se chama a *política indígena*. A tarefa está fora dos propósitos dêste escrito.

Não se julgue, porém, pelo que fica dito, que não existam nas províncias africanas empresas capitalistas portuguesas, e que só praticamos uma espécie de colonização de indigentes. Sem dúvida as nossas colónias sofrem, como aliás as dos outros, da *penúria de capitais*; não é todavia, como erradamente se diz, porque os capitais portugueses evitem as empresas coloniais; mas porque as necessidades são enormes e ultrapassam as fôrças de uma geração. Terras novas, mal desbravadas, as colónias oferecem mil possibilidades que não podem, sem um consumo enorme de capitais, ser aproveitadas no presente; constituem porém reservas preciosas para o futuro.

Pois há nas colónias portuguesas muitas e importantes empresas capitalistas, cuja organização é modelar, e cujas actividades na agricultura e na indústria são fecundíssimas. Um volver de olhos pela Exposição o patenteará.

* * *

De cultivar a terra, a estabelecer-se nela definitivamente, vai um passo. A colonização branca, ou melhor o povoamento das terras africanas com gente da metrópole, preocupou desde os primeiros tempos os vice-reis, governadores, donatários e capitãis-mores. Já nos séculos XVI e XVII houve tentativas para fixar em Cabo-Verde, S. Tomé, Angola e Moçambique, núcleos de povoamento europeu. Infelizmente, porque não se conheciam ainda as dificuldades de adaptação da raça branca a certas condições climáticas das terras tropicais, tôdas as primeiras tentativas falharam, o que não impediu repeti-las, sempre com mau êxito, até uma data recente.

Mas as condições de aclimatação nos trópicos estão hoje, felizmente, bem estudadas e experimentadas. A acção debilitante do calor e da humidade excessivas, peculiares das zonas tropicais, podem ser corrigidas pela altitude; as febres palustres evitam-se com a drainagem dos pântanos e a extinção ou imunização dos mosquitos.

Angola, com os seus extensos planaltos, a mais de 1:500 metros de altitude, oferece terras adequadas, vastas e férteis, para o estabelecimento de alguns milhões de brancos.

A experiência está feita. Na zona alta do interior de Benguela do Lépi ao Bié, ao longo da linha férrea, pululam as povoações europeas, núcleos de futuras cidades. Nova Lisboa possue um clima igual ou superior ao dos melhores sítios de Portugal. No chamado planalto de Mossâmedes, na Huíla, a população fixa europea é já suficientemente numerosa para serem possíveis paradas de 1:000 crianças brancas, muitas delas descen-

dentes em terceira ou quarta geração dos primeiros colonos. No Bailundo, no Libolo, em Malange e noutras terras altas, as febres palustres e a anemia tropical são desconhecidas, e o aspecto das famílias europeas lá estabelecidas, denota tanta saúde e contentamento de viver, como se estivessem em terras de Portugal.

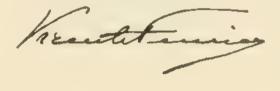
Repetimos aqui, o que noutros lugares temos dito: para edificar em Angola um segundo Brasil ou, — como mais gostamos de dizer —, um terceiro Portugal, bastarão alguma fé, organização e boa vontade.

* * *

Chamaram-nos para falar do passado, — embora de um passado que chega aos nossos dias —, e não pudemos evitar de falar do futuro. É que todo o encanto, todo o atractivo da obra colonial consiste, precisamente, nisso: — que trabalhando e edificando hoje, a consciência nos diz sempre, que trabalhamos e edificamos para as gerações a vir.

A obra tem de prosseguir. Os obreiros da Colonização Portuguesa estão nos seus postos, empunhando as suas ferramentas e curvados sôbre a tarefa, que outras gerações iniciaram e êles continuam.

Hoje, ocupados e pacificados os territórios portugueses do Ultramar, a missão do soldado, temporária por natureza, está finda; mas o missionário, o médico, o engenheiro, o agrónomo, o agricultor, o industrial, o homem de ciência e o organizador têm ainda na sua frente vastos campos de actividade, onde, com proveito próprio, podem trabalhar em benefício da Civilização e pela Glória de Portugal.

Abril de 1934.

A OBRA COLONIZADORA DOS ÚLTIMOS ANOS

I

Realização de uma grande obra

Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca na sessão solene da Conferência Imperial

Depois de termos estudado, com alguns dos nossos mais distintos colonialistas, ao mesmo tempo eminentes escritores, o passado, evocando *as descobertas, a conquista* e *a colonização,* vamos dizer-vos o que é a obra colonial dos ultimos anos.

Em sintese apontaremos a grande obra realizada: referir-nos-hemos ao Acto Colonial e à Carta Orgânica do Império Colonial Português: e, por último, demorar-nos-hemos um pouco sobre a conferência Imperial, cuja reunião periodica representa, como veremos adeante, uma providência valiosissima, de largo alcance e que encerra fecundas conseqüências.

Comecemos pela sintese prometida.

A simples indicação do que se tem feito sob os pontos de vista *politico e administrativo, financeiro, economico, judicial e da propaganda* basta para mostrar que com efeito se tem realisado uma grande obra, consagrando os benefícios da estabilidade ministerial, os serviços da actual situação governativa e as qualidades excepcionais do ilustre Ministro das Colonias.

Recordemos a obra realizada:

Obra Politica e Administrativa. — Realização da Idéa Imperial pela Carta Orgânica do Império; Reforma administrativa

Um aspecto da sala na ocasião de falar S. Excelência o Sr. Presidente do Conselho

Ultramarina; Conferência de Governadores; Propaganda da política imperial, pelas seguintes iniciativas: Viagem do ministro a Paris; Reforma da Agência Geral das Colónias; Viagem do ministro às Colónias; Publicações da Agência Geral das Colónias; Criação da Ordem do Império; Criação do Arquivo Histórico Colonial; Criação da Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo; Criação do Boletim da Legislação Ultramarina; Criação da Revista *Mundo Português;* Vinda à Metrópole de uma companhia indígena.

Obra Financeira. — Equilíbrio dos orçamentos 31/32, 32/33 e 33/34; Reconstituïção da ordem financeira geral. (Decretos n.os 19:381, 19:477, 20:260, 21:054, etc.); Liquidação do passado.

Obra Económica. — *Protecção ao Comércio.* — Aproximação comercial das Colónias entre si; Aproximação comercial da Metrópole e das Colónias; Criação do crédito industrial em Moçambique; Reforma dos estatutos do Banco de Angola; Realização do princípio de que a economia de cada colónia deve bastar para as suas próprias transferências; Leis de transferências de Angola, Moçambique e Timor; Fundos cambiais de Angola e Moçambique; Reconstituïção do Banco Nacional Ultramarino; Nacionalização da moeda de Moçambique; Nacionalização da moeda da Companhia de Moçambique. *Protecção à agricultura e à colonização.* — Prémios à cultura do algodão; Concessões de terrenos para pecuária (Decreto n.º 21:155); Alcool carburante; Florestas de Angola (Decreto n.º 21:260); Protecção à agricultura de S. Tomé; Protecção aos géneros coloniais; Organização das actividades coloniais; Criação do Sindicato de Pesca de Mossâmedes; Criação do Grémio do Milho Colonial; Empréstimo de reconstrução económica para Cabo-Verde.

Obra de Propaganda. — Exposição Colonial de Paris; Feira de Amostras de Luanda e Lourenço Marques; Primeira Exposição Colonial Portuguesa; Criação das Casas da Metrópole e do Ultramar; Pequenas manifestações da Agência Geral das Colónias.

Obra Judicial. — Suspensão das remessas de degredados para Angola; Degrêdo nas Colónias (Decreto n.º 21:852).

* * *

Vamos agora referir-nos especialmente ao Acto Colonial e à Carta Orgânica do Império.

No Palacio de Belem, quando dos cumprimentos dos Governadores Coloniais A direita do sr. Presidente da Republica, os srs. dr. Antonio de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, general Craveiro Lopes, governador geral da Índia, capitão Amadeu de Figueiredo, governador de Cabo Verde, major de artelharia dr Raul Monso Preto governador de Macau A esquerda os srs. dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colonias, coronel Jose Cabral, governador geral de Moçambique e coronel Eduardo Ferreira Viana, governador Geral de Angola. No segundo plano da esquerda para a direita, os srs. tenente-coronel Bernardes de Miranda, governador de Macau, capitão Vieira Fernandes, governador de S. Tome e Principe, major Carvalho Viegas, governador da Guine e tenente Ferreira Martins, Secretario da Conferência

II

O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial

Em 1930 é publicado o *Acto Colonial*, notabilissimo documento com que o grande ministro Oliveira Salazar vincou a sua passagem, numa interinidade, pela pasta das colónias; diploma constitucional que nos seus 47 artigos estabelece com firmesa a orientação política e administrativa de além mar, disciplinando as vagas disposições da Constituïção de 1838 e do 1.º acto adicional à Carta Constitucional e refreando as imprudências da lei n.º 1.005 de 1920.

Em 15 de novembro do ano findo publica-se a «Carta Orgânica do Império Colonial Português» que com o «Acto Colonial», marcam as novas directrises da nossa política colonial.

Com os princípios salutares e fecundos insertos nesses diplomas, continua-se uma das mais esplendidas tradições nacionais.

Readquire-se a certeza de que Portugal retoma consciencia plena dos seus altos destinos.

Esses decretos, notáveis pela verdade que conteem e pela fórma como está expresso o alto sentimento que os domina, encarnam um novo processo de administração, uma nova concepção do problema ultramarino.

Não é o sistema de outrora, em que as colónias eram consideradas exclusivamente como logradoiro, mero campo de exploração, da metrópole: nem aquele que ultimamente floresceu entre nós, quando elas, com fundamento numa autonomia administrativa e financeira, deploravelmente executada, quási se reputavam independentes da metrópole, excepto para o efeito de lhes pagar o desvairado aumento de despesas.

Dêsses diplomas, que marcam época na vida da nação, recortamos alguns princípios que deviam ser profusamente espalhados e ensinados nas escolas:

«*O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes com a metrópole.*

A solidariedade do Império Colonial Português, abrange especialmente a obrigação de contribuir pela fórma adequada para que sejam assegurados os fins de todos os seus membros e a integridade e defesa da nação.

A metrópole e as colónias, pelos seus laços morais e politicos, tem na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural, que a lei reconhece.

Os regimens económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os paises visinhos e com os direitos e legitimas conveniencias da metrópole, e do Império Colonial Português.

Pertence à metrópole, sem prejuiso da descentralisação garantida, assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das colónias.

O Estado garante a protecção e defesa dos indigenas, conforme os principios da humanidade e soberania.

As autoridades impedirão e castigarão, conforme a lei, todos os abusos contra a sua pessôa e bens.

Todas as autoridades e colonos devem protecção aos indigenas. É seu dever velar pela conservação e desenvolvimento das populações, contribuindo, em todos os casos, para melhorar as suas condições de vida: tem obrigação de amparar e defender as iniciativas que se destinam a civilizar o indigena e a aumentar o seu amor pela Pátria Portuguesa!»

* * *

Tratemos agora da Conferência Imperial.

Na noite da Sessão Solene. O sr. Presidente da Republica, entre os srs. Presidente do Conselho e Ministro das Colonias, seguido pelo sr. Ministro da Justiça, dirigindo-se para a Sala da Camara. A guarda de honra feita pela 1.ª Companhia de Infantaria Indigena de Angola, apresentando armas

III

A Conferência do Império

Segundo escreve um dos seus mais ilustres colaboradores, o dr. Armindo Monteiro é inegavelmente um ministro de iniciativas e, sendo um cultor da tradição é, simultaneamente, um inimigo da rotina. A sua actividade surpreende e dá a impressão de querer ganhar o tempo que outros perderam, preparando-nos com celeridade para eventualidades perigosas.

Na gerencia da secretaria das colónias tem publicado várias providencias e tomado diversas resoluções, umas audaciosas, outras com cunho de originalidade.

Mas talvês a mais valiosa e a de maior alcance, aquela que em si encerra mais fecundas conseqüencias se, como há direito a esperar tiver o devido desenvolvimento e uma adequada execução, é o decreto que manda reunir em Lisboa os governadores coloniais para discutir os seus projectos de orçamento, decidir as questões que lhes estão afectas e resolver interesses comuns às colónias. É uma medida que revoluciona a nossa administração, e dá vida e movimento às ideias de solidariedade política e económica do Império Colonial.

No preambulo do Decreto referido diz-se que «as colónias portuguesas tem até agora trabalhado como corpos que em nada dependem uns dos outros, ignorando-se na sua acção».

Póde acrescentar-se que até por vezes se hostilisavam nos seus interesses.

A noção da solidariedade entre as partes componentes do Império ia-se obliterando dia a dia: afrouxavam-se os laços que as deviam unir, aqui disfarçadamente, além com ousadia, e até com arrogancia noutro lugar.

Verdade seja que a evocadora designação — Império Colonial Português — não aparece em qualquer diploma legal ao longo de todo o século XIX, renascendo com o malogrado ministro João Belo, a cuja memória é justo que prestemos homenagem.

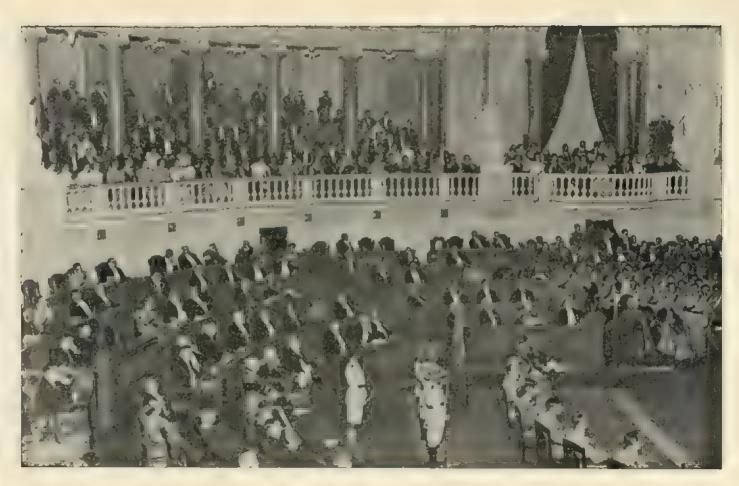
Hoje é ideia em marcha, a que deu particular relevo a Conferência Imperial, aberta solenissimamente na cabeça do Império em 1 de junho do ano passado, que durou um mês, e em que tomaram parte os srs. governadores da Índia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Guiné e Timor, cujos excelentes discursos, cheios de indicações valiosíssimas e dados indispensáveis a quem queira conhecer o estado actual das nossas Colónias, se encontram publicados no magnífico *Boletim Geral das Colónias* (n.º 97, de julho de 1933).

Na sessão de abertura, realisada no hemiciclo da Câmara dos Deputados e que revestiu um brilho invulgar, constituindo um dos maiores acontecimentos dos últimos tempos, depois de um notável discurso do eminente estadista dr. Oliveira Salazar em que luminosamente se define a posição de Portugal perante o mundo como a dum nacionalismo intransigente mas equilibrado, em primorosa oração o dr. Armindo Monteiro, disse-nos as — *directrises duma política ultramarina.*

Vamos ouvi-lo:

«Sr. Presidente da República; Sr. Presidente do Ministério; Srs. Ministros e Srs. Governadores; minhas senhoras e meus senhores.

Pela Conferência dos Governadores, que hoje inicia os seus trabalhos, o Império Colonial Português apresenta-se aos olhos de todos na sua inteira grandeza e na sua perfeita unidade. Esta reunião não tem precedentes na nossa vida administrativa, mas para o futuro da Nação julgo-a de transcendente importância.

Marca, na ordem externa, a primeira rea-

Aspecto da Sessão Solene

lização duma política de solidariedade que se propõe fazer considerar em comum, para serem dirigidos segundo um pensamento superior único — como coisas que pertencem à mesma colectividade — os interêsses, as necessidades, as ambições de oito milhões de portugueses espalhados pelos dois milhões de quilómetros quadrados do território lusitano ultramarino.

Seduzidos por doutrinarismos que mais se fundavam em lição alheia do que numa experiência nacional que tinha cinco séculos de profundidade, entrámos, vai já em 25 anos, no caminho de proclamar a autonomia das Províncias de Além-Mar no campo administrativo e financeiro. Em certo momento levámo-la quási até ao limite em que cada Colonia, fechada em si própria, tinha a possibilidade de ir esquecendo que pertencia à grande e gloriosa comunidade portuguesa — que no Mundo é das mais vastas e na Europa é a mais velha e solida.

Tão forte é, porém, em tôda a terra a unidade sentimental da Nação, que longos anos de sujeição a uma doutrina naturalmente geradora de particularismos não conseguiram quebrá-la. Mas temos de reflectir que, se durante muito tempo teimassemos em efectivá-la na sua pureza — como pelo natural pendor dos acontecimentos teria de ser e episodicamente tem sido já — lentamente conduziriamos o Império à desagregação, depois de havermos provocado o isolamento de cada uma das parcelas que o compõem, o alheamento dos interêsses da colectividade, o desconhecimento mútuo.

A Nação é a mesma em tôdas as partes do Mundo. Filhos da mesma grei, vindos da mesma história, cobertos pela mesma bandeira, prosseguindo um mesmo ideal colectivo, nenhuns antagonismos nos podem separar. Nas horas do perigo ou da desgraça as fôrças de todos constituem uma só fôrça — que é Portugal.

É preciso que nas horas monotonas ou duras do trabalho de todos os dias assim seja também. Um país como o nosso, pequeno na Europa, tão grande no Mundo e tão disperso, só numa forte unidade governativa pode encontrar a fôrça precisa para vencer as dificuldades do presente e construir um futuro melhor.

Se é este o sentimento que mais vivo existe na alma da nossa gente, seja qual fôr o canto da terra que ocupe — este é o princípio fundamental de que devemos partir para a construção do Império.

A unidade da Nação exige unidade de pensamento directivo — quere dizer, unidade de acção governativa. Como poderiamos dizer que existia a unidade da Pátria onde cada parcela da Nação pudesse construir um ideal próprio e realizá-lo por seus meios exclusivos? Quem saberia falar de unidade nacional onde cada município, ou província, ou colónia pudesse esquecer-se da solidariedade a que pertence e em que é apenas um elemento, para dar largas ao seu egoísmo e, indiferente a tudo, prosseguir tão sómente os seus interêsses?

Ninguem, que tenha um coração português, discute, creio eu, este ponto. Mas é preciso aceitar também as suas lógicas conseqüências.

Tudo o que é comum no Império tem de ser organizado e realizado em comum. Nenhuma autonomia ou interêsse se lhe deve opôr. A vida administrativa de cada região ultramarina está desta forma limitada, e tudo o que em especial lhe respeita tem de ficar subordinado ao colectivo e geral.

O Ministério das Colónias, de que o regime das autonomias tinha feito a apagada sombra duma autoridade, retoma assim na vida nacional um papel de primeira grandeza. Não só será apenas, como até aqui, um orgão de fiscalização e de orientação superior — tão alta que quási ninguém conseguia vê-la! — mas de acção imediata. Não será uma vaga inspecção, possível mas nunca efectivada, ou uma simples repartição do expediente das Colónias na Metrópole — mas a primeira autoridade do Império, o principal centro de comando para a realização do nosso grande ideal ultramarino.

Deve dominar tudo o que é colectivo no Império para fundir todas as parcelas que o compõem. O que é nacional pertence-lhe: no seu senhorio estão os interêsses morais e materiais, que, sem pertencerem a nenhuma colónia em especial, o são de tôdas; na sua órbita devem estar também integradas as necessidades que mais de uma colónia sentir, os interêsses que entre si colidirem e

Os governadores coloniais na Sessão Solene

os que melhor puderem ser satisfeitos pelo Poder Central do que pelos Poderes locais.

Para que esta aspiração se transforme em factos, indispensável é que o Ministério esteja num contacto íntimo e constante com todos os Governos e populações coloniais. O correio e o telégrafo não bastam. Não levam ao longe a vibração, o calor comunicativo que é indispensavel para manter certo o ritmo na marcha ascensional de um povo. Ministro e governadores têm de reunir-se muitas vezes Além-Mar e neste «sitio de Lisboa», de que já no século XVII Mendes de Vasconcelos dizia que a Divina Providencia, querendo-o fazer capaz do Império, não permitiu que lhe faltasse nenhuma coisa para esse fim.

Têm as colónias a situação de pessoas morais; o seu activo e passivo próprios; a disposição das suas receitas, a responsabilidade das suas despesas, o seu orçamento privativo; os seus orgãos próprios de govêrno, a descentralização administrativa e a autonomia financeira. Nestas bases essenciais decorre a sua vida justamente. Ninguém ousaria recusar-lhas. É necessário, contudo, que se entenda que o seu terreno, próprio de actuação, é aquêle em que se encontram apenas interêsses puramente locais. Sempre o espírito de nação deve dominar o de autonomias; em tôda a parte e em tôdas as circunstâncias têm de compreender-se que o sistema do nosso Império é o dum conjunto de autonomias administrativas limitadas e ligadas entre si, pela ideia superior da unidade nacional, a que nada pode sobrepôr-se.

Para atingirmos esta nobre finalidade, não contemos nem com o simples poder da lei, nem com a influência de planos arquitectados com esplendor. A lei só vale o que valerem os homens que a aplicarem. Os planos deslumbrantes são como fogachos: apagam-se depressa. Quantos foram executados dos tantos que no Mundo teem aparecido? Confiemos antes no humilde trabalho de cada dia, no sulco que se abre pacientemente, na semente que com sacrifício se deita à terra uma a uma, no gesto glorioso do ceifador depois de meses de canseira e de ansiedade.

A realização dêste pensamento, que, em nobres formulas, se acha inscrito no Acto Colonial, exige o esfôrço de longos anos. Mas cada um encaminhará o País para a efectivação da «política imperial», que é indispensável à grandeza do seu futuro. Decerto, precisamos realizar uma grande transformação material: — mas esta não pode realizar-se sem que uma revolução moral a preceda. Queixamo-nos muitas vezes, os que no grande sonho colonial andamos enlevados, de abandono e de indiferença. Mas o que temos feito para o quebrar? Precisamos de lembrar constantemente ao País que tôda a sua grandeza e as fontes mais ricas da sua prosperidade estão no Ultramar: está lá o futuro, como esteve o passado. O muito que se tem feito em favor das colónias dá a impressão de desligado e desconexo. E não nos conhecendo suficientemente, vivemos àquem e além-mar sob impressões falsas. A voz das colónias chega em regra à metrópole, a pedir empréstimos para criar dividas. Das colónias que seguem a sua vida sem dificuldades quási ninguém ouve aqui falar. Êste silencio, mentirosamente, repercute-se para além do Oceano como o sinal duma indiferença profunda.

A obra de aproximação dos espíritos, de integração de tôdas as almas no mesmo pensamento, de conhecimento e compreensão mútua, é a base fundamental de uma colaboração intensa entre a Metrópole e as Colonias. Os factores morais são a própria essencia de tôdas as grandes transformações económicas.

Como ideal de que a própria unidade não deve ser senão um instrumento, assim nos iremos aproximando daquilo a que eu ousarei chamar a imperialização da vida portuguesa — quero dizer, a compreensão de que Portugal, sendo uma potência mundial, tem de dirigir-se em todos os momentos, de governar-se com o sentimento e as responsabilidades que esse facto importa. E a dignidade das nações universais não está só confiada à guarda dos governos: é função do povo inteiro e algumas vezes exige pesados sacrifícios.

Podemos dizer que nada no mundo nos é estranho. Todos os grandes movimentos dos povos nos tocam. As lutas travadas na China interessam a Macau, como o nacionalismo de Ghandi pode tocar na Índia, e as

O sr. Presidente do Conselho proferindo o seu notavel discurso

reivindicações dos índios orientais em Timor. O Império dá por quadro á nossa política internacional todos os povos e tôdas as terras.

No Ultramar está o verdadeiro ideal português. Para as Colónias nos empurra uma história gloriosa; para elas nos leva o espírito de poesia e de aventura da raça; para lá nos chamam eloqüentes promessas de grandes realizações. Para as Colónias temos de dirigir, devagar, mas persistentemente, a nossa vida. Elas podem-nos dar tudo — desde o orgulho colectivo, que faz grandes os povos, até à certeza do trabalho, à glória das realizações, à riqueza, ao bem-estar, à fôrça.

Solenemente declarou a Nação que queria um Estado Novo. Pois bem: a voz dos homens do Ultramar, éco longinquo do sentimento de todos os que descobriram os mares e as terras e conquistaram o Império, responde: o Estado Novo tem de obedecer ao espírito colonial para continuar a história de que vimos. Se fôr acentuadamente metropolitano, poderá dar à grei criações maravilhosas no campo material, mas confundi-la-há com tôdas as mais nações, tirando-lhe a sua verdadeira grandeza.

Parece-me que estas palavras teem, hoje, uma oportunidade que nunca tiveram, porque pela primeira vez se encontram juntos os homens que respondem pelo govêrno das colónias, para assentarem na tarefa a realizar em comum: saídos do seu isolamento, afirmam assim a vasta solidariedade portuguesa.

Há povos que por disporem de grandes meios de acção — pela intensidade dos seus recursos e abundância de gente — podem colonizar com métodos de prodigalidade. Para atingirem os mesmos resultados outros apenas dispõem de meios modestos. Nós sômos dêstes. E isto quere dizer que as questões de administração — isto é, de proporcionalização das necessidades aos meios — teem de constituir a preocupação fundamental de tôda a nossa actividade colonizadora.

Apresentam-se-nos problemas que se relacionam com todos os ramos da vida e que teem freqüentemente aspectos duma agudeza que se não conhece na Europa. Temos de os resolver. Mas como ainda sômos pobres a norma que deve guiar inalteràvelmente o nosso procedimento é esta: fazer com pouco o que a outros é dado realizar com muito. Onde certos países podem perder nós não podemos; onde eles podem desperdiçar, nós não podemos. Êste simples facto coloca as questões financeiras na primeira linha das questões de administração.

Todo o futuro da obra colonizadora portuguesa está assim ligado bàsicamente ao equilíbrio e regularidade da sua vida financeira. Com uma Fazenda sã, garantiremos às colónias uma economia sã, dando-lhes condições dum aproveitamento dos seus recursos e de harmónico desenvolvimento das suas populações e riquezas. Disse há um século o barão Louis, e ainda é verdade: dai-me bôa política que vos darei boas finanças; com a experiência trágica das crises por que o Mundo tem passado, é bom acrescentar: dai-me boas finanças que vos darei boa economia.

Eu sei que são numerosos ainda os que pensam de modo diverso; para alguns as finanças são no Ultramar elemento acessório e tudo o que é essencial em colonização cabe nas ideias do fomento. São os que esperam que o alargamento da produção e das exportações cubra todos os «deficits». Mas é um êrro — que se há oitenta anos, quando foi praticado pelos homens da Regeneração, podia ter desculpa, hoje não tem atenuantes. Vozes cada dia mais numerosas o proclamam em todos os cantos do Mundo. Em cima da falência, do desequilíbrio, do desregramento, não se pode levantar uma obra de fomento. A falência financeira só pode gerar falências económicas.

Convém insistir nesta matéria, porque o pensamento de muitos coloniais — e dos mais ilustres até — anda desviado da verdade de hoje, iludido talvez pelas verdades do tempo da ocupação.

A história colonial dos últimos anos condena a tese do fomento, feito sem observancia estricta dos bons princípios da gerência fazendaria — que são afinal velhos como o homem e hão-de durar emquanto êle existir, produzindo e consumindo.

É que com raras excepções os encargos dos empréstimos contraídos na ideia de criar

A cerimonia da entrega da bandeira a 1.ª Companhia de Infantaria Indigena de Angola. Enquanto o sr. Presidente do Conselho discursa, o sr. Ministro das Colónias segura a bandeira oferecida à Companhia

riqueza andam mais depressa do que os rendimentos desta. E assim freqüêntes vezes acontece ou que as obras qne com grande pompa se planeiam, para serem executadas com o que se pede emprestado ficam em meio ou que, acabadas, não teem elementos de vida e de acção, sendo uma coisa morta no orçamento. Quando, rompendo êste circulo de ferro, conseguem chegar até ao fim e funcionar, raras vezes acontece que o lucro liquido baste para cobrir o encargo com que o seu custo sobrecarregou a existência nacional. Quem quiser, com imparcialidade, procurar na moderna história colonial portuguesa exemplos que ilustrem as hipoteses referidas, fàcilmente os encontrará. Em todos êsses casos o observador sereno terá de concluir que melhor era não se ter começado.

Uma obra de fomento, só será verdadeiramente reprodutiva e benefica, quando fôr subordinada a rigidos princípios de ordem financeira. De outro modo poderá acontecer que certos empreiteiros ganhem muito — mas a nação perderá sempre. Olhem à sua volta: das colonias portuguesas passem a vista para as possessões estrangeiras. Reparem nos territórios que tiveram crédito fácil, dinheiro abundante, possibilidades sem medida de construir grandes obras e que deram caminho a tôdas as ambições e guarida a tôdas as ânsias das emprêsas construtoras; e hão-de ver que à dolorosa miséria das colonias onde, quási tão má como a guerra, passou a insania dos homens, nem sempre corresponde sequer a riqueza dos que à fôrça as quiseram dotar com o que o seu estado social e as necessidades da sua população não reclamavam ainda. Nenhum espectáculo é mais doloroso no Mundo do que o de um país novo povoado de ruinas. Infelizmente, não é raro que êle se nos depare em África.

Quero lembrar um exemplo nacional que convem ter sempre presente e que pode resumir-se na crua simplicidade de alguns números. Em 1921, Angola pràticamente pouco devia: não figura nas contas a dívida de então por mais de 9.000 contos. As suas receitas previstas figuravam no orçamento do tempo com £ 1.023.665. Passaram doze anos. Pôs-se em prática nesse intervalo uma larga politica de fomento, com base na lei n.º 1.131, e com abundantes meios. Angola, que passou por fundas crises económicas e de fazenda, hoje deve cêrca de 800.000 contos e as suas rendas não podem ser avaliadas em mais de £ 1.300.000, Enquanto as receitas totais subiam apenas de £ 280.000, os encargos dos juros e amortizações elevam-se em mais de £ 400.000. Dir-se-há que o benefício que as finanças do Estado não recolheram foi sentido pela economia geral da Colónia. Seria errada essa afirmação: os números repelem-na com evidência. Em Angola tôda a obra de fomento é realizada de olhos fitos na exportação. Pois, em 1921, exportou mercadorias que valeram £ 1.711.500; e, entre 1926 e 1930, anualmente, em médias £ 2.194.000. Isto quere dizer que a diferença acusada nos valores totais das exportações no período considerado — não falo do lucro da exportação, note-se bem, mas do valor total desta — representa um valor sensivelmente igual ao dos encargos anuais da dívida. Se o rendimento resultante da alta havida na exportação fôsse arrancado inteiro à economia da colónia não dava para pagar, anualmente, a 5 por cento a vigéssima parte da quantia em que aumentaram os encargos da dívida, enquanto êle se produzia. Valeu a pena todo o sacrifício feito? Não.

Ao estrangeiro podia ir buscar exemplos iguais — talvez mais flagrantes alguns deles. Mas o exemplo da casa tem para nós mais valor.

Para que êle se não repita e a vida das Colónias possa correr sem crises violentas, temos de instaurar, definitivamente, em todo o Ultramar, a ordem financeira.

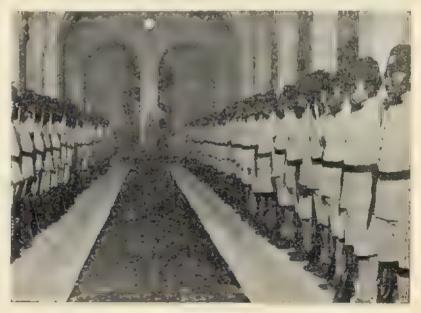
A primeira base desta é a existência de contas; depois, a sua clareza e simplicidade.

Vinco a diferença destes dois elementos para salientar que só agora podemos dizer que as Colónias começam a ter contas. Ganhou-se já com isto uma grande batalha. Em 1925, Moçambique não tinha contas; em 1930, o mesmo acontecia ainda em Angola. Uma vez postas, com segurança, em funcionamento, as rodagens da contabilidade, temos de ir mais adiante — reformando-a no sentido que indiquei, seguindo o bom exemplo da Metropole. Mas esse dia talvez não esteja proximo.

Depois da contabilidade, é elemento essencial da ordem financeira a existência de orçamentos claros, que, realizando uma justa previsão de tôdas as receitas e despesas, estejam aprovados na data precisa para entrarem em vigôr no começo de cada ano económico. Nada custa menos a dizer do que isto que mil vezes tem sido repetido — e parece que nada custa mais a fazer — pois que nunca se fez. E foi preciso um grande esfôrço de energia e uma verdadeira revolução nos métodos de revisão e aprovação orçamental para que este ano, como espero, se consiga. Já a esta hora estão aprovados todos os orçamentos das Colónias; todos foram elaborados segundo um mesmo critério, obedeceram nas previsões a orientação identica, põem em prática os princípios de uma mesma politica economica e financeira.

Todos apresentam, quando não um saldo positivo, pelo menos o equilibrio das receitas e despesas. Nuns casos chegou-se a êste resultado sem esfôrço; noutros foi preciso realizar economias e reformas severas; nalguns indispensável foi recorrer à Metrópole para perdoar pagamentos. Mas convém salientar o equilibrio obtido, através dos mil embaraços que a crise levanta hoje às actividades coloniais, públicas e privadas. Não sei se algum outro país pode apresentar um resultado assim: mas sei que êste bem de soar bem alto para prestigio e fôrça da nossa administração colonial, que no estrangeiro tantas vezes foi atacada e que muitos teem e terão sempre interesse em deminuir e desacreditar.

Os *deficits* orçamentais não têm grandes tradições nas Colonias estrangeiras de África. Com freqüência, antes de 1930, se encontravam saldos positivos por vezes importantes. Nos últimos anos tudo mudou. As receitas em tôda a parte desceram em saltos bruscos e o *deficit* generalizou-se. Os impostos não se deixam cobrar, as grandes despesas defendem as posições conquistadas, e nalguns casos teimam em aumentar. O exame das finanças africanas é confrangedor. Em presença de tão graves circunstâncias, os govêrnos coloniais, que em regra não podem ser acusados de moderação nos gastos, tomaram por um de dois caminhos: equilibrar energicamente os orçamentos ou esperar que o tempo, recompondo as coisas, realizasse uma tarefa, diante da qual a vontade humana recua.

No primeiro caso, como não podia deixar de ser, fizeram-se fortes economias, aumentaram-se os impostos ou combinaram-se os dois sistemas. As despesas de pessoal sofreram muito: os vencimentos foram reduzidos por sistemas directos ou indirectos, e muitos subsidios especiais tiveram de ser suprimidos. Em regra, deminuiram-se considerávelmente as verbas para trabalhos públicos; em zonas importantes a paralisia dêstes vai já sendo total. Nada de novo se constroi — mesmo do que antes se declarava imprescindivel e inadiável. E já em pontos numerosos do continente africano — na parte que nos não pertence — se levantam dolorosos brados de protesto contra os aumentos

A 1.ª Companhia de Infantaria Indigena no Claustro do Palacio do Congresso

de impostos — que o Tesouro reclama com avara intransigência, e que as populações, hoje mais do que nunca, declaram incomportáveis. É assim quási do Mediterraneo até ao extremo sul da terra negra.

Em países que eu me permito julgar menos sàbiamente administrados, recorreu-se ao empréstimo para cobrir o «deficit» que surgiu como importuno em meio de festa. Creio que êste critério de govêrno tem, como pontos de apoio, duas ideias, que me não parecem espelhar a realidade: jogando afoitamente sôbre o futuro, julga que as colónias são países em formação, cujos rendimentos um dia cobrirão todo o passivo que agora se acumular, e supondo a crise presente igual a todas as outras, e comos elas passageira, espera que tudo se recomponha ràpidamente, e que a volta da prosperidade geral arraste o equilíbrio dos orçamentos.

Também nas Colónias portuguesas se encontra ainda quem, participando dêste risonho optimismo, entenda que o desequilíbrio dos orçamentos é coisa pouca, que à Metrópole compete cobrir os seus saldos negativos e que as grandes obras públicas são tudo.

Caem em pecado de imaginação galopante os que pensam assim. Mas o curioso é que falam sempre como se um espírito divino os inspirasse: a sua voz eleva-se solenemente em nome da ciência e da técnica coloniais. Dêste modo ao sério se mistura o cómico nas coisas da vida. Por mim não me permito o papel de profeta em matéria tão obscura.

Mas o que não me parece duvidoso, seja qual fôr o destino das teorias, é que, chegada a hora do fim da crise, os que tiverem conseguido atravessar estes maus anos sem acumularem dívidas, poderão retomar imediatamente e sem carga inútil o caminho da prosperidade; sôbre os outros pesará longamente o fardo das imprevidências acumuladas.

Estão equilibrados os orçamentos. É preciso agora que as contas, no fim do exercício, venham a reflectir, quando não um excesso de receitas, pelo menos a sua concordância com as despesas. Essa é, no momento presente, talvez a mais grave das obrigações que a Nação tem confiadas aos srs. governadores ultramarinos. Exige o conhecimento profundo das necessidades dos serviços, uma vigilância atenta sôbre todas as coisas de Fazenda — que é a chave do crédito, uma vontade activa para reprimir abusos, o pensamento fixo na ideia de que as despesas públicas se devem sempre condicionar pelas receitas e que todo o formalismo da contabilidade, dos vistos, cabimentos, autorizações, todo o mecanismo da inscrição das verbas, dos créditos, dos reforços, transferências, tem por fim obrigar os serviços a não gastarem mais do que aquilo que o Estado tem para gastar e a aplicarem o dinheiro de todos com o máximo possível de justiça e utilidade.

Neste difícil momento os srs. governadores, se quizerem desempenhar com fidelidade o seu papel de guardas da soberania e do crédito portugueses, devem ser, antes de mais, homens da Fazenda.

Por agora o espectáculo é êste: o comércio geral caiu em todas as colónias, tanto em quantidades como em valores; a vasta utensilhagem aplicada no Ultramar ou está sem emprêgo ou funciona com grandes perdas; há caminhos de ferro onde só de semana a semana ou de mês a mês circula um comboio e quási vasio; em certos portos os «stocks» acumulam-se; na rectaguarda as fábricas fecham, as explorações agrícolas que não param reduzem ao mínimo o seu trabalho. Entretanto, as cotações caem e, no interior, o trabalho indígena desfalece, porque são irrisórios os preços que ao gentio se oferecem pelos produtos. Há colónias em que os números deixam a impressão de uma agonia.

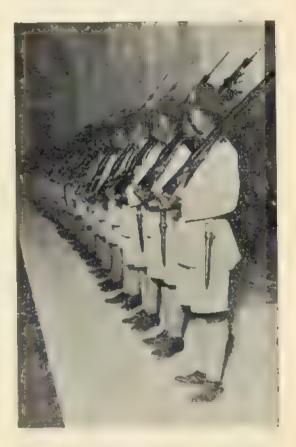
Este é o quadro geral da vida económica de Além-Mar no momento presente. Nuns pontos devemos desenhá-lo com côres negras; noutros, como nas Colónias portuguesas, com traços brandos: só em S. Tomé podemos com justiça falar de catástrofe.

Pois bem: em face destes factos, técnicos dos mais distintos, para a dolorosa situação do Ultramar apenas aconselham uma solução: produzir mais. E, como um éco, por todas as Colónias homens com responsabilidades de govêrno vão-na repetindo incansàvelmente. Neste mês de Junho de 1933 como

no comêço da crise, durante a guerra ou antes de 1914, a panaceia é ainda o aumento da produção: tal é o poder das ideias velhas.

Partamos do princípio de que se produz para consumir — ideia que parece a tradução da própria evidência mas que a vida torna singularmente obscura. Se as nossas actividades coloniais tentarem dirigir para os grandes mercados do Mundo os generos que tiverem arrancado à terra, encontrá-los-ão pletóricos. O desenvolvimento da produção, na ordem internacional, encontra barreiras difíceis de transpôr. Por um lado assenhorearam-se deles os países que mais barato sabem produzir, dentro da qualidade mais alta; por outro lado as protecções aduaneiras, proïbições, licenças, contingentes de que tão largo uso se tem feito, transformaram as grandes praças em reservas, cada hora mais fechadas, das economias nacionais.

Ninguem sabe se as fórmulas e paz económica que daqui a alguns dias vão tentar-se em Londres conduzirão a resultados uteis. Se não levarem, dizem que o egoísmo dos países se acirrará e que as pequenas guerras de tarifas e protecções recrudescerão, isolando mais ainda as nações; se, pelo contrário, os Govêrnos chegarem a qualquer solução, afirmam que é possível que, abrindo-se à concorrência lentamente os mercados, a circulação internacional dos produtos tome novo ânimo. Na hipótese desta aurora, como as quantidades agora produzidas são já mais do que suficientes para as necessidades que as reclamam, a vitória pertencerá ao produto que, apoiando-se em mais fortes organizações de crédito, fôr de melhor qualidade e mais barato. Para muitos êsse anunciado alvorecer será um triste crepúsculo. As decisões de Londres podem ter uma importância fundamental para a orientação da política económica colonial do Mundo. Forte é o cepticismo com que as esperam povos, já cansados de promessas e desiludidos. Arrancaram-lhes a fé. Mas o problema é tão vasto e tão profundas as misérias que um justo entendimento poderia aliviar, que nenhum Govêrno tem a coragem de negar o seu auxílio a mais essa tentativa — e de entrar com ela nos seus cálculos, ao menos para lhe dar fôrça.

Mas repare-se que se em Londres vencerem as ideias que inspiraram a Conferência, o problema que se levantará — e em certos países ainda mais angustiosamente do que no minuto que passa, diante da agricultura e da industria, será o de sucessivamente produzirem sempre mais barato e melhor. Um preço mundial ditado pelos que financeiramente forem mais fortes e mais ràpidamente souberem satisfazer estas

Uma das alas da 1.ª Companhia de Infantaria Indígena no Claustro do Palacio do Congresso

condições servirá de lei. Não é uma questão ligada ao aumento das quantidades produzidas a que surge assim: é talvez até ao contrário, a de uma deminuïção, operada pela concorrencia.

Veremos abrirem-se essas perspectivas — por que sobretudo anseiam os países mais industrializados? Não sei. Foi-se muito longe na defesa dos interesses nacionais para que os povos possam ceder sem luta as posições a que já chegaram — e que são,

mesmo assim, para muitas actividades, um porto de abrigo se não seguro ao menos calmo.

Ás perspectivas que a vida colonial portuguesa oferece por agora não assusta a evolução económica no sentido nacionalista por que o mundo está passando — e de que a Conferência de Ottawa nos dá o mais típico exemplo. É que no consumo da Metrópole a produção colonial pode ainda ocupar um lugar que hoje pertence ao estrangeiro e que não valerá menos de 400 000 contos por ano. A Metrópole tem a conquistar no comércio das colónias um lugar que pode vir a ser tão importante ou mais ainda do que esse. Tem de ser lenta a marcha das coisas para se atingirem estas cifras: e será sempre difícil. Ha posições ocupadas que só com o tempo e um inteligente aproveitamento das oportunidades se podem tomar.

Será preciso remover grandes interesses, muitos deles de fundamental importância na ordem financeira — como os que estão ligados à receita dos tabacos. E não é em poucos meses, mas em longo período, que as coisas podem mudar. Os anos de 1931 e de 1932 marcaram avanços importantes na nacionalização do comércio colonial: esperemos que os que se lhe seguirem os marquem ainda maiores.

Para que esta obra prossiga é necessário sem dúvida aumentar a produção em certas zonas agrícolas ultramarinas. Mas três condições têm de ser observadas cuidadosamente se quisermos evitar retrocessos e ruínas: não provocar aumentos de produção sem, tanto quanto possível, termos mercados assegurados; produzir a preços baixos, não fiando a sorte do comércio colonial apenas de barreiras aduaneiras ou de formulas de protecção que perante a necessidade de abrir clareiras para a colaboração internacional tenham de ser abatidos; escolher cuidadosamente os produtos destinados ao comércio de exportação de modo que, dentro das possibilidades de cada colónia, sejam os melhores e mais económicos, para que a primeira vaga de abundância não subverta de repente tôdas as actividades nêles concentradas.

A política do aumento da produção nêsse aspecto do caso colonial português cifra-se, portanto, na resolução duma série de pequenos problemas — a maior parte dos quais escapa aos olhos do público — que levem à integração da economia de cada colónia não só na Metrópole mas na das outras colónias também. Os grandes resultados só ao fim de muito tempo serão apreciáveis.

Porque nos não devemos deixar embalar por optimismos enganadores, repito contudo que esta política só pode desenrolar-se com liberdade de movimentos emquanto os povos, fechados dentro da torre do seu egoísmo, a deixarem passar. No dia em que as grandes vagas de concorrencia varrerem os mercados só fica um recurso sério: baixar o preço e elevar a qualidade. E sábia conduta é dirigir nêste sentido um continuado esfôrço — porque no Mundo produz-se, em quási todos os campos, mais do que aquilo de que se precisa.

Muito mal se tem dito da política de áspero nacionalismo económico para que tôdas as nações, mais ou menos, consoante as necessidades da sua defesa, se deixaram resvalar. Nem sempre se é justo a tal respeito. Essa política pode levar ao equilibrio da economia mundial tão direitamente como a dos entendimentos internacionais. Não se lhe negue esta virtude. Prejudicará de certo os paises fortemente industrializados, até há pouco dominadores incontestáveis dos grandes mercados — que podiam invadir com massas enormes de produtos, destruindo os valores mais modestos, esmagando-os com o peso orgulhoso do seu ouro e de organizações de crédito, arquitectadas para servirem até aos últimos limites o egoismo de industrias poderosas. Mas os paises menos especializados ou de vida económica menos activa ganharão, com a era de nacionalismos económicos em que o Mundo entrou, a independência que não tinham, o desenvolvimento técnico que os mais lhe tiraram o direito de conhecer, a elevação das condições da vida para niveis que pareciam condenados a ignorar.

Bom será que os vastos interêsses ligados a êstes nacionalismos encontrem em Londres tôdas as vozes de que precisam, para evitarem que os países com grandes multidões de desempregados e forte dese-

quilibrio orçamental esqueçam a sua existência e importância. De outra forma não haverá justiça na paz que se fizer: todos os povos que poderiam viver quási sobre si, modestamente talvez, mas sem sobressaltos, serão sacrificados. Esperemos que isto não aconteça.

A política de mútua integração do comércio de todas as partes do Império é, digamos assim, a parte inicial da obra ultramarina a realizar no domínio económico. Mas, para além dela, fica tôda a obra da nossa colonização.

Desaparecida a escola dos grandes administradores coloniais, que de António Enes e Mousinho vem até Freire de Andrade — para só falar dos mortos — a tarefa da colonização portuguesa baixou de tom. O ritmo heroico e o sentido de grandeza que a animavam, e que lhe vinha da inspiração dos chefes, perdeu-se. Ficou o colono humilde a lutar contra exércitos de adversidades. João Belo reatou o quebrado fio do idealismo ultramarino. Mas hoje ainda, como todos os países que durante muito tempo e a sério não cuidaram da formação do seu escol dirigente, sentimos, em muitos pontos, a falta de elementos que nas actividades administrativas ou técnicas deem execução ao pensamento colonial português. Sei que quási todas as nações colonizadoras sentem, como nós, esta falta. Mas as tradições ultramarinas de Portugal obrigam-no a servir de guia — a dar exemplo e não a receber lições.

Consideremos ainda que estão mal estudadas ou são desconhecidas as condições em que pode desenvolver-se uma obra de fomento e de fixação de novos colonos em África. Tudo é incerto nessa matéria. Com as brigadas nomeadas pelo sr. dr. Oliveira Salazar na sua brilhante passagem pelo Ministério das Colónias, iniciou-se em Angola êsse indispensável trabalho — que preciso seria continuar persistentemente. De outra maneira arriscamo-nos a cometer êrros, que mais tarde provoquem o riso ou o desespêro.

A reunião de qualquer das duas ordens de elementos de acção referidos exige não só o dispêndio de elevadas quantias mas, o que é mais, longos períodos de tempo. Eu sei que há os apressados, os que teem mil soluções prontas para tudo, os milagreiros e os que nada tendo feito quando o podiam fazer teem interêsse em que se suponha que, nada se faz, porque se não faz de um momento para o outro. Temos de os sofrer, enquanto caminhamos, procurando chamar à razão os que estiverem de boa fé, despresando os restantes.

Sei também que neste como noutros países muitos sonham com grandes levas de brancos que daqui vão para se estabelecerem em África, custeados pelo orçamento, isto é, pelo contribuinte. A esses tem de recomendar-se que atentem nas experiências que já fizemos e nos seus esqueléticos resultados. Em vez de criarmos colonos, elementos de útil iniciativa e de audaciosa criação de riqueza, fizemos empregados públicos — sem Repartição. Como disse António Enes em 93, assegurar-lhes alojamento à custa do Estado seria possível, mas não ocupação. Julgo que a colonização não é uma forma de assistência. Não se dirigem emigrações ao sabôr de teorias: é preciso criar as condições que as atraiam, e é isso trabalho árduo, demorado e caro. É indispensável iniciá-lo e prossegui-lo? Sem dúvida — mas devagar e com sentido das proporções. Temos pressa e não podemos desperdiçar dinheiro.

Deve vincar-se, contudo, que uma corrente considerável de opinião entende que a fixação de grandes massas de europeus em África constitui, na nossa obra colonial, o problema que sôbre todos deve primar. Chegam a confundi-lo com a própria colonização. Supõem êsses que é possível sob os tropicos fazer medrar uma sociedade branca sem capital ou apenas amparada ao pequeno crédito que o País lhe pode oferecer. Imaginam que sob o Sol de África gente da nossa raça trabalhará sem maior incomodo do que na Beira e no Alentejo e que as comunidades europeias se podem, mais ou menos, em tôda a parte reproduzir e multiplicar, pulverizando-se pelos campos, como nos Estados Unidos aconteceu no século passado.

Creio que tem uma bôa parte de êrro êste modo de conceber a nossa colonização. Nós temos por agora, sobretudo, que dar à África o capital e o saber que ali faltam. Devemos fornecer-lhe os quadros da indus-

tria, do comércio e em primeira linha, os da agricultura. Técnicos que dirijam grandes emprêsas, mas principalmente técnicos que tomem conta das pequenas ou médias explorações rurais, são os elementos de que ali mais precisamos. Gente que chegue desprovida de saber e de capital não faz falta em África: dessa temos lá milhões. Não estamos em situação de gastar dinheiro a transportá-la — e depois, por fôrça das coisas, a repatriá-la. A terra pode dar muito — mas para o dar reclama ciência e experiência, trabalho aturado e dinheiro aplicado com muito critério e economia. A colonização não é uma cavalgada: exige uma larga e metodica preparação.

Vai isto contra as ideias mais geralmente aceitas? Talvez. Mas a verdade não é a expressão duma maioria numérica. Á voz das industrias europeias em crise e que tão alto falam teem de opôr-se os interêsses da colonização, que quási não encontram quem os interprete nesta hora em que já se pensa em chamar ràpidamente à civilização a África equatorial pelo método das conferências internacionais, que como todos sabem, deu já fecundos resultados...

É bem certo que temos um mundo novo a erguer por nossas mãos; mas temos, ao mesmo tempo, de destruir outro de ideias falsas.

* * *

No sentido de dar às colónias de África os quadros técnicos que lhes faltam, se deve dirigir por agora a parte mais activa do nosso esfôrço de fixação de colonos.

Ao lado desta, como tarefa essencial, mas dela dependente, cumpre-nos elevar a vida do negro para niveis de necessidades morais e materiais sucessivamente mais altos.

O contacto com o europeu, facilitado por milhares de quilometros de estradas e de caminhos de ferro, interessou já na nossa civilização multidões imensas em todo o território africano. Nas escolas ou missões, nas explorações agricolas ou pecuárias, no contacto com os nossos técnicos e demonstradores, o preto tem aprendido formas superiores de trabalho e necessidades desconhecidas; compreende que ricas e insuspeitadas paisagens existem para além dos acanhados horizontes da sua existência. Algumas vezes a ânsia de viver arrancou-o ao quadro das sociedades negras, secularmente organizadas dentro de superstições, ideias e formas de disciplina que só agora começam a ser abaladas. Não é em regra negro que mereça fundo interêsse o dêste desenraizado. Contudo, o seu caso, que vai sendo abundante, mostra-nos que existem largas possibilidades de adaptação a uma vida melhor.

Mas uma parte das sociedades negras, por toda a África, permanece imóvel dentro dos moldes da sua velha organização. Algumas vezes a extrema pobreza, noutras a impiedosa opressão de tribus vencedoras reduziu a sua vida a formas puramente animais.

Nunhum sopro de ambição ou de reforma as anima. Diante do milagre da penetração da selva pelo branco permanecem insensiveis. A sua nudez externa é o espelho da sua nudez moral. Estará ainda o europeu a tempo de salvar da morte essas sociedades, que parece só por ela esperam? Julgo que a selecção irá operando os seus efeitos e que, dentro de poucas dezenas de anos, da face da terra terão desaparecido as raças negras que não puderam escalar as asperas sendas da civilização. Mas as outras salvar-se-ão — raças de nobres combatentes, aptas para enfrentarem tôdas as lutas e sacrifícios, raças com forte sentimento de honra e de dignidade colectiva, raças capazes de compreenderem a beleza de uma disciplina e de a ela se sujeitarem, raças que no Império saberão ser portuguesas, e que como tal desde já irredutivelmente se consideram. A maioria dos povos negros ficará — para povoar a selva, dando á Pátria os trabalhalhores agrícolas e soldados que em África lhe são precisos — soldados de tropa negra que à História de Portugal já estão ligados por páginas da mais pura glória.

Ora, meus senhores, os critérios de Bolsa e industria com que, nas últimas dezenas de anos, tem sido orientada a actividade colonial dos grandes países, desviaram-nos das preocupações de humanidade que a devem inspirar. O que ganhou na ordem técnica, perdeu-se na ordem moral. Somos tal-

vez o país a que menos culpas podem ser imputadas. Desde velho tempo que, na expansão da grei por terras longínquas, temos presente a ordem de D. Sebastião ao grande vice-rei da Índia, D. Diniz de Ataíde: «Fazei muita cristandade; fazei justiça». A êsse comando de alta espiritualidade temos sabido permanecer fieis através dos séculos. Podemos por isso servir de juizes nesta causa.

Uma fase dos exercicios realisados na Junqueira pela 1.ª Companhia de Infantaria Indígena de Angola

Cometeu-se no nosso tempo um êrro de incalculáveis repercussões quando, na ânsia de encontrar dividendos e de chegar depressa ao fim em matéria de trabalhos públicos, as nações sacrificaram a liberdade de trabalho do negro, rompendo os quadros da sua vida familiar, separando-o das instituïções que tradicionalmente o amparavam, dando-lhe por companheiros homens de outras tribus, com costumes diversos, outras crenças, outras tradições, anarquizando assim a sua vida social. Ao regressar às vezes depois de longa ausencia, está moralmente longe dos seus — como longe está do branco, que dêle viu apenas o braço que lhe faltava, o instrumento da sua ambição e que, acabada a terefa, o repele desamparado para a selva, onde já não teem raízes.

Mau método. O dado essencial da colonização é de ordem humana — isto é, de natureza espiritual. Com fracos recursos militares dominamos milhões de indígenas, porque representamos a protecção que eles querem e que respeitam, porque os respeita nas suas aspirações e crenças mais profundas.

Tirem êste elemento moral e terão na sua frente a revolta cega.

Importa mais que tudo — acentuo bem êste ponto — ao futuro da colonização levantar claramente esta questão. Interessa-nos modificar a vida indígena, aproximando-a da nossa, fazendo-a evolucionar, primeiro dentro da sua disciplina própria, depois dentro das instituïções que habilmente lhe sobrepuzermos.

Não imaginemos que é possível a brusca passagem das suas superstições para a nossa civilização. Para chegarmos ao que somos, antes de nós centenas de gerações lutaram, sofreram, aprenderam minuto a minuto, nas fontes da vida, os seus mais íntimos segrêdos. É impossível que, de um salto, eles transponham esta distância de séculos.

Mas cumpre-nos ensiná-los — para que comnôsco aprendam a trabalhar, transmitindo-lhes a nossa experiência e o nosso saber, sem os deixarmos transviar e desanimar — e sobretudo sem os deixarmos enganar por gente sem escrúpulos ou explorar por gananciosos.

Por instinto seguro, o colono português pratica esta política. Mas é preciso que os govêrnos coloniais, persistindo no caminho já aberto, a transformem em ponto fundamental de acção — por sentimento e por interêsse.

Repare-se efectivamente que basta que nas sociedades negras se crie uma necessi-

dade nova, ou seja em matéria de vestuário, de alimentação ou de saúde, para que as indústrias nacionais lhe sintam imediatamente os efeitos, adquirindo milhões de consumidores. A política da intensificação da assistência agrícola ao negro é a mais enérgica propulsôra do trabalho metropolitano — e da produção colonial.

Onerem o futuro com caras obras de fomento; transplantem para os trópicos milhares de europeus; realizem experiencias custosas em matéria de instalações de brancos, e eu afirmo que, com tôdas essas despesas e trabalhos, não conseguirão resultados que se aproximem sequer dos que, com meios mais modestos, podem obter ensinando o preto a trabalhar e interessando-o na constante exploração da terra.

Êste é o verdadeiro sentido da colonização. Criou-se na Europa, por fôrça de hábil propaganda de certas grandes indústrias, uma opinião pública que o ignora, supondo-a presa apenas ao trabalho, à iniciativa, à persistência do branco. Que as empresas que teem os seus interêsses ligados à directriz industrial da colonização pretendam manter nesse engano a opinião, compreende-se. Mas nós nem sequer temos em Portugal um dêsses organismos. Já é tempo de deixarmos de formar a nossa opinião pelo modêlo que, gasto, velho e feio, nos vem de longe.

Tanto como a assistência agrícola ao indígena, a assistência sanitária é elemento basilar da nossa colonização, direi mesmo condição essencial do progresso. Perseguidos sem treguas por mil doenças, os povos nativos, adandonados aos minguados recursos do seu saber, depressa pereceriam, se a ciência do europeu não viesse em sua ajuda. Travamos, nas mais inospitas regiões, combate encarniçado contra elas. Vai dura a luta — com seus herois e suas vítimas. É preciso continuá-la e sem descanso alargá-la, multiplicando os meios de acção. O médico é hoje o primeiro agente da nossa obra colonizadora; veio substituir o soldado. Só êle pode parar a baixa da natalidade negra, rejuvenescer a raça, dar-lhe a saúde e o vigor que sob os mais rudes climas vai faltando.

A assistência sanitária ao indígena é, no nosso tempo, o verdadeiro sinal da nobreza de uma colonização.

Noutro tempo tomavam os reis para si o título de protectores da Fé — quere dizer, do mais alto ideal humano. Se aos governadores das colónias de África e de Timor eu quisesse dar um título que marcasse bem a espiritualidade que no exercício da sua alta função os deve guiar, eu chamar-lhes-ía — imitando o lindo dizer antigo — governadores das colónias, protectores dos indígenas.

* * *

Pouco me resta dizer.

Recebemos do passado um património imenso e rico — de gente, de recursos, de tradições. Através das mil vicissitudes da História, emquanto nasciam, ruiam e se refaziam impérios, trouxemo-lo até nossos dias. Por êle morreram herois sem conta. Confiado hoje à nossa guarda, temos de o transmitir à geração que vem, intacto na sua grandeza territorial e moral.

Estamos em situação de falar de olhos nos olhos a quem quer que seja. Foram varridos todos os grandes argumentos que no Mundo podiam ser invocados contra nós. Já não somos o País mau pagador. Damos exemplos de pontualidade e rigor no cumprimento dos contratos. Não temos que pedir desculpa a ninguém por existirmos. Tudo o que sob a nossa soberania está, foi conquistado há muito, regado com sangue português, ocupado pacientemente, desbravado dia a dia, enriquecido com o trabalho de cada hora, feito nosso — ganhando o coração da gente.

Na colonização os nossos métodos evitaram-nos os ricos e os transes por que passam tantos outros; as nossas virtudes garantiram à obra portuguesa uma solidez que a riqueza e a fôrça só a custo deram a alguns; soubemos pôr nessas realizações um sentido de proporção e de medida que a muitos faltou.

E agora, sôbre as ruinas das nossas dissenções internas, levanta-se já a doce figura da Pátria Imortal.

Tudo isto enriqueceu a Nação com tal autoridade que, olhando não os feitos do

passado, mas os trabalhos do presente, honradamente pode afirmar que, contra tudo, quere conservar intacto o património que recebeu da História e que é sua vontade firme e reflectida nunca transigir em matéria colonial, diante daquilo que entende ser direito seu inviolável.

* * *

Ao findar cumpre agradecer a V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, a grande honra de haver presidido a esta sessão. A presença de V. Ex.ª, patenteando o interêsse com que o mais alto magistrado da Nação segue a vida das colónias, deu a êste acto uma solenidade e um brilho a que, de outro modo, nunca poderia aspirar.

As palavras de tão justo e sentido patriotismo que V. Ex.ª, Sr. Presidente do Conselho, pronunciou constituem uma preciosa reserva espiritual que não se desvanecerá. Não me cumpre agradecê-las. Mas, em nome de todos os que nas colónias vêem a mais alta esperança do País, sublinho a sua importância e significado.

A Nação, de novo senhora do seu destino pela obra de ressurreição nêstes poucos anos efectuada, confia no futuro: restituida a fé, crê que em período curto em todos os campos será exemplo de nações.

Guiada pelo magnifico chefe que em V. Ex.ª reconhece, Sr. Presidente do Conselho, esta geração há-de legar aos vindouros uma das mais lindas e nobres pátrias da terra!»

* * *

Até aqui a palavra esplendida do dr. Armindo Monteiro.

Quanto a nós acrescentamos agora que assim nos iremos afirmando cada vez mais como a terceira potencia colonial... Terceira? — objectarão. Mas a Belgica?

Há apenas uns cincoenta anos, surgiu o Estado Independente do Congo, como pertença do rei Leopoldo, que depois o doou ao seu pais e constitui actualmente a sua colónia, sob a denominação de Congo belga. É uma possessão vastíssima compreendida na Bacia convencional do Congo, quási sem ponta de mar digno deste nome, atravessado pelo Zaire, e com superfície superior á de todas as nossas colónias juntas.

Mas esta única circunstância de uma maior superfície, pode, por acaso, obscurecer tantas outras e tão importantes que militam por nós? Positivamente não póde: do mesmo modo que seria inaceitavel tomar como base de classificação a superioridade da população, hipotese favoravel à Holanda.

Cabo da 1.ª Companhia de Infantaria Indigena depondo um ramo de flôres no monumento à Memória dos Mortos da Grande Guerra, em Lisboa

Com efeito o Império Colonial Português é formado por várias colónias, dispersas pelo mundo fora, de Cabo Verde a Timor, do Atlântico ao Pacífico, situadas umas em pleno mar, outras debruçadas sôbre ele em toda a sua extensão.

Esta pode constituir um soberbo ponto militar de indiscutível valor em caso de uma conflagração entre potencias: aquelas tem alguns dos melhores pontos do comércio de Africa, convenientemente apetrechados, com línhas ferreas que servem as colónias limitrofes nas suas transações. Estradas magnificas sulcam-nas em todas as direcções, e em todas a segurança é absoluta.

Algumas medem vàrias vezes a superfície do continente do país e uma delas é maior que Portugal, Espanha e França reunidos.

Temos a progressiva Guiné, S. Tomé, a magnífica colónia de plantação, e Moçambique em pleno desenvolvimento.

Nenhuma deixa de nos estar inteiramente submetida e é sem rival o nosso prestígio sôbre as diferentes raças.

No Oriente conservamos o Padroado, que nos projecta a influência para além das fronteiras, e dentro de Gôa, ainda, o tradicional túmulo de S. Francisco Xavier, ponto de atracção da multidão, da mesma e de religião diferente da que o zeloso apóstolo prégava.

E sôbre tudo isto, dando mais solidez ao edifício de alicerces muitas vezes seculares, inegualaveis títulos da nobreza de nação colonial, os mais antigos e gloriosos de quantos existem sôbre a terra: titulos que só de per si, porventura pouco valem, mas juntos ao esfôrço colonizador que vimos fazendo, nos ilustram sobremodo, retemperando a nossa fé e o nosso amor pátrio.

Tudo o que se tem feito nos últimos anos autorisa-nos a dizer que alguma coisa de novo e de grande actua nos destinos do país, que se apresta para tomar o logar que lhe compete.

À pequena nação de entre Minho e Guadiana substitui-se um vasto império de mais de 2 milhões de quilómetros quadrados, de recursos incalculáveis e enormes possibilidades. Terá por instrumento, no desempenho da sua missão, uma língua, que é falada nas cinco partes do mundo por 60 milhões de habitantes. Tudo, assim, faz prever que antes do fim do século actual Portugal será uma das cinco principais potencias da Europa.

E com a nossa obra não só engrandeceremos o país, mas — como diz Oliveira Salazar no final do seu discurso na Conferência Imperial — «concorreremos também grandemente para a paz e o progresso do mundo».

Exposição Colonial do Porto

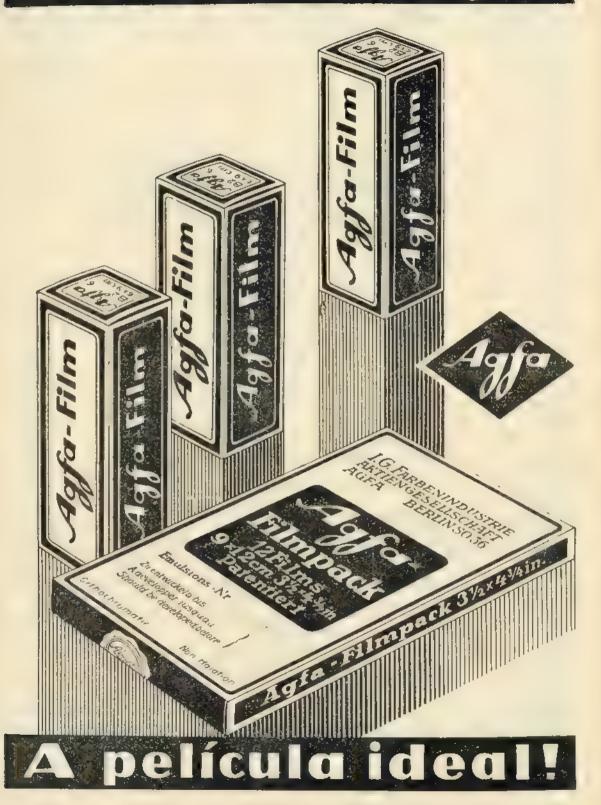
documentário do progresso
e grandesa do

Império Colonial Português

Conserve-o em fotografias com
o vosso

«Kodak»

Tire fotos com Agfa

A película ideal!

PORTO
CONSTANTINO
PORTO-QUINA
APERITIVO-TÓNICO
BRANDY
★★★★★
(AGUARDENTE VELHISSIMA DO DOURO)
STAND Nº 254

SEMPRE e em todo o MUNDO vitorioso

Representante geral para Portugal:

ESCRITÓRIO TÉCNICO ROBERTO CUDELL S. A. R. L.

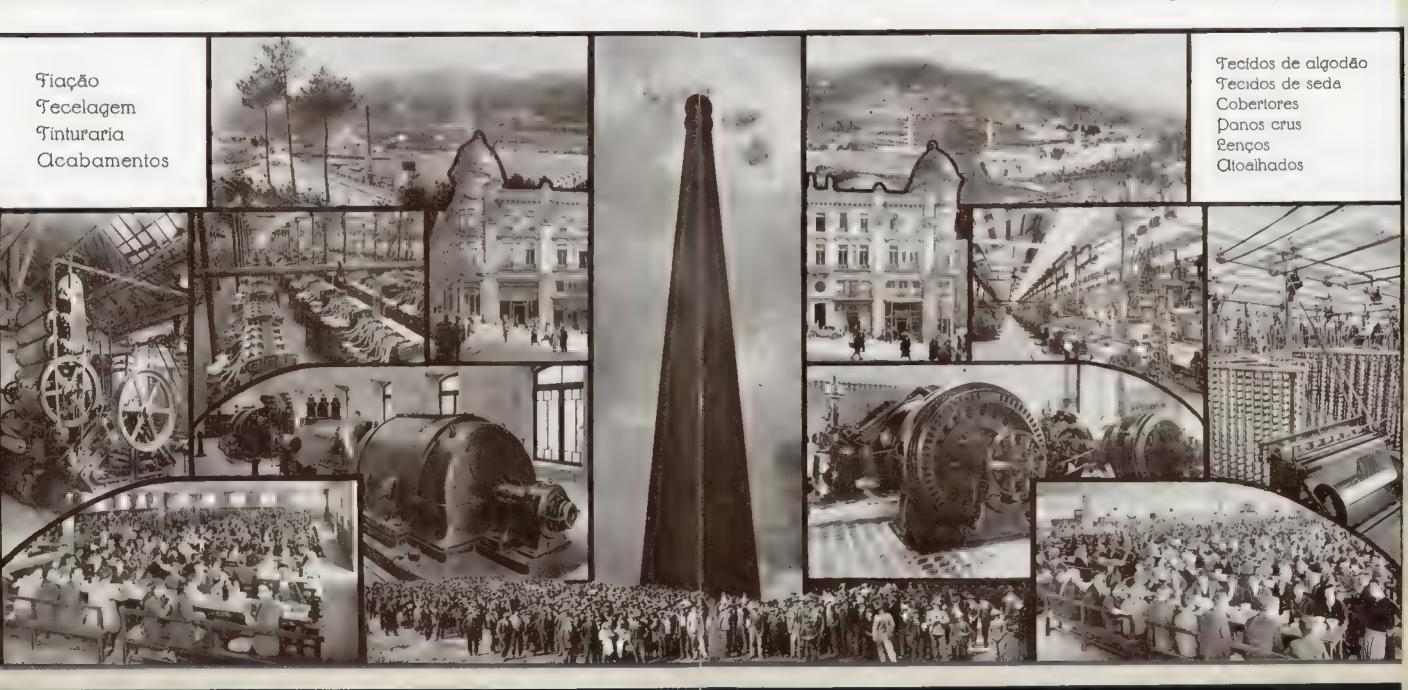
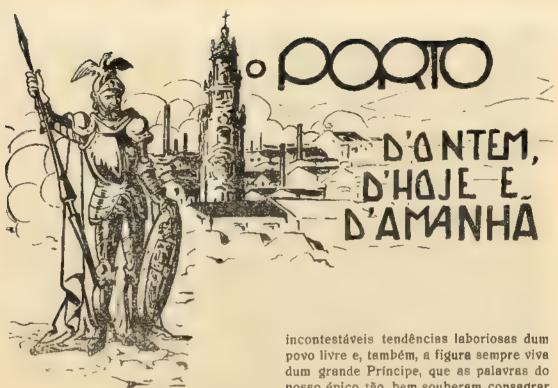
Rua de Passos Manuel, 41 — PORTO

Depositários em Lisboa:

AGENCIA KRUPP — CUDELL & WELTZIEN, LDA.

Rua de S. Paulo, 117 a 121

PAVILHÃO da Fábrica de Fiação e Tecidos do RIO VIZELA, L.da

EXPOSIÇÃO COLONIAL — 1934

I — O PÔRTO D'ONTEM

Quando um insigne escritor do século passado classificou a segunda cidade do País que hoje, sem favor, merece a denominação de *Capital do Norte*, sob a expressão literária de «Chave das três províncias», realizou uma das mais flagrantes imagens do papel que sempre desempenhou, e tem de desempenhar no futuro, a vasta e linda cidade moderna que ainda conserva, por assim dizer, lado a lado com os mais adeantados progressos da Civilização hodierna, as tradições grandiosas dos Bispos Cavaleiros da meia idade, as incontestáveis tendências laboriosas dum povo livre e, também, a figura sempre viva dum grande Príncipe, que as palavras do nosso épico tão bem souberam consagrar nos *Lusíadas* e que a própria língua do segundo Povo Colonial do Mundo—o francês — guardou para a memória dos vindouros, sob o cognome universal de *Henri le Navigateur*.

Não é, porém, sòmente na grandiosa memória do «Generoso Henrique», filho de

Um aspecto do exterior da Sé Catedral

Um trecho da fachada principal da Sé Catedral

5.º *Centenário Henriquino* «já se esboçava, bem perceptível, o pensamento do Infante em engrandecer o País. Em seu entender, as colónias, essas desagregações da Mãe-Patria, e partes constitutivas deste, não perdiam a coesão...»

E a propósito vem, na data da grande *Exposição Colonial Portuguesa,* cinco séculos volvidos sôbre a passagem do Bojador e a conquista de Ceuta (1415)—contra-ataque ao movimento envolvente dos Otomanos e Árabes que realizaram, em 1453, o seu objectivo em frente a Constantinopla, mas que tiveram de recuar em Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger (1471), ante a fúria sanguinolenta do *Africano* Afonso V, ainda inspirado pela inteligente pertinácia de seu grande tio, D. Henrique—a propósito vem, repito, insistir na grande personalidade, quási tenebrosa, do taciturno e amargurado filho do Rei da *Boa Memória:* o Infante de Sagres.

Mas não é simplesmente da sua grandiosa evocação que vive e ainda consegue vibrar em nossos dias o pensamento dos Portugueses e dos forasteiros de amanhã, daqueles que, em junho próximo, queiram percorrer as abafadas e pedregosas ruas da velha *Cividade* ou *Cidade da Virgem* — a «*Civitas Virginis*», cujas chaves os próprios Reis se não atreviam a receber das mãos do Senhor Bispo, mas, sim, tinham de as ir buscar ao altar de Nossa Senhora, na grave e alterosa Sé, aonde casou D. João I! — não só é grande o Pôrto pela evocação da maior figura portuguesa que inaugurou o ciclo das Descobertas.

Não!

Ainda no período menos que balbuciante da Nacionalidade Portuguesa, quando o nobre e valoroso Conde D. Henrique, morto no cêrco de Astorga, já dormia o eterno sôno adentro da Sé de Braga, a varonil D. Tareja, sua viuva e mãe de D. Afonso I, vem doar ao Bispo Dom Hugo a fortaleza sita no logar aonde corre ainda

D. João I e da excelsa Rainha D. Filipa de Lencastre, que o ilustre escultor Tomaz Costa soube perpetuar, na Praça que tem a sua invocação e fica fronteira ao edifício da Bolsa, que os portuenses bairristas e os forasteiros amigos das tradições duma grande terra encontram lenitivo e prazer nas longas e proveitosas evocações do Passado, para melhor esquecer e ganhar alento contra as angústias do Presente, criando alicerces para a missão do Futuro, em que Portugal, como terceira Potência Colonial do Mundo, tem de realizar um papel tão grande na obra final da Civilização do Globo.

Conforme observa muito acertadamente Alfredo Alves a páginas 24 da sua interessante obra, tão mal conhecida infelizmente, «*Dom Henrique, o Infante*» obra publicada e premiada por ocasião do

Um aspecto do exterior da Igreja de S. Francisco e do edifício da Bolsa

hoje a rua da Pena Ventosa, não longe do sítio em que se ergue a Sé Catedral e o alteroso edifício que foi até 1911 o Paço do Bispo — e ao qual, ainda agora, associamos a lembrança da saudosa e venerável figura de Prelado e Missionário que foi D. António Barroso — Paço que, juntamente com a alpendrada, revestindo a parte Norte da citada Egreja, nos fala da grandeza do século de D. João V, o

Interior da Igreja de S. Francisco

Vista geral do Mosteiro de S. Bento de Avé-Maria, que existia no local actualmente ocupado pela Estação de S. Bento

Arnaldo Gama, tão flagrante e simpàticamente surpreendeu no seu belo e grande livro «*Um Motim há Cem Anos*».

Para mais comodidade e interesse dos leitores e mesmo para deleite do espírito, transcreve-se êste breve trecho, do estudo biográfico-literário que Júlio de Castilho traçou após a 3.ª edição das *Poesias* do citado e elegante portuense de há dois séculos que, entre esta cidade e Amarante, viveu, poetou e fez as delícias duma sociedade elegante e culta:

«O Pôrto havia de possuir nas suas «ruas, nas suas salas, nas suas sacristias, «tipos dignos de passarem assim à poste«ridade... Muito mais afastado de Lisboa «do que hoje, não tinha o *rápido* às suas «ordens, nem os telégrafos eléctricos, nem «os telefones; e por isso tirava de si «mesmo os elementos da sua vida social «intensa e característica.

«Com o seu nome cheio de memórias «históricas, coevas da Monarquia, e muito «anteriores a ela, com os seus ricos mos«teiros povoados de freiras letradas, com «os seus conventos de frades doutos, com «a sua Ribeira, que entornava aos pés do «burgo velho tôdas as riquezas das hortas «e dos vinhos do Douro, com as suas lojas «opulentas, com os seus arredores incom«paráveis, *com a sua fisionomia pronun«ciadamente nacional,* era o Pôrto para «os habitantes o precioso specimen da «cidade grande. Ali viviam muitos nobres «afazendados, muitas famílias ilustres, cuja «árvore genealógica olhava com desdem «para a maioria das que luziam no Reino. «Esses predicados, pois, de aristocracia e «riqueza, davam à nossa segunda cidade «certo orgulho comarcão e supremacia tá«cita sôbre outras da Península . . . . .

Magnanimo e inteligente Rei, em cujo reinado Lopo Furtado de Mendonça, Conde do Rio Grande, atalhou, frente ao cabo de Matapan e numa surpreendente vitória, mais uma avançada otomana que fizera hesitar os navios de Malta e dos pequenos estados italianos que só deixaram a nosso lado a nau Veneziana, «*Fortuna Guerreira*» e poucas unidades navais francesas, as quais não poderiam resistir aos formidáveis canhões das «*sultanas*» — potentes naus de guerra da Sublime Porta!

Ainda nesse período, tão falsamente conhecido há meio século pela designação de Período da Decadência, Portugal e os seus marinheiros sabiam defender a Civilização Cristã contra a preponderante acção mahometana, ainda hoje para temer e observar nesta grande obra de Civilização Colonial, aonde nos coube o primeiro e mais antigo papel.

Não deve, pois, tirar-se, ao próprio bairro da Sé, — embora se dê primacial relevo aos monumentos da Civilização afonsina e pré-afonsina — o cunho afidalgado e elegante, meio devoto, meio galanteador, quando também se jogava a espada preta, quando versejou Paulino António Cabral, o interessante abade de Jazente que um ilustre romancista nortenho,

FACHADA DA IGREJA DO DEMOLIDO CONVENTO DE S. BENTO DE AVÉ-MARIA
(lado da Rua do Loureiro)

«. . . . .

«Essas reuniões, como hoje as não há, «no nosso tempo sem-sabor e apressado, «tinham (sem o suspeitarem) um lado muito «prático: incitavam os poetas a produzir, «por que lhes davam plateia (págs. 219-220- «-221 da edição de 1909).»

O facto de nem o citado panegirista do elegante abade de Jasente, nem o autor destas linhas serem naturais da capital do Norte, permitem-nos e obrigam-nos quási a ter prolongado a citação das frases que também nos deixam viver no ambiente do século XVIII, entre o Terremoto e a *Viradeira,* depois do estabelecimento da *Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro,* que teve como triste batismo de sangue, em 1757, aquela trágica execução no Campo da Cordoaria, não longe do local em que se ergue a tôrre de Nicolau Nazoni e onde estava situada a *Porta do Olival,* uma das entradas para a cêrca antiga da cidade do Pôrto, que já não era a do *Burgo do Senhor Bispo,* circunscrita no Bairro da Sé e da Ribeira, e em que a porta mais interessante e principal formava o *Arco de Vandoma,* com a imagem da Virgem e o brasão do Pôrto, anteriores aos episódios civis de 1834, quando esta cidade grangeou o epiteto famoso de *Invicta,* modificando-se o velho escudo esquartelado — com as Armas de Portugal no primeiro e quarto quarteis, tendo no segundo e terceiro as Armas da cidade em prata e Nossa Senhora da Vandoma com o Menino Jesus ao colo, ladeada por duas tôrres e sobrepujada, nestes quarteis, pela divisa latina: *Civitas Virginis.*

Após a *Guerra dos Dois Irmãos* acrescentaram-lhe, no centro, um escudete de púrpura com um coração em oiro — «In Memoriam» de D. Pedro, pai de D. Maria II, ao serviço de cuja Augusta Senhora a Cidade do Pôrto conseguiu prestar relevantes serviços, mormente após o desembarque no Mindelo em 9 de Julho de 1832, dos 7.500 soldados partidários da causa que proclamou no País a Carta Constitucional.

Não é tão difícil como à primeira vista parece, percorrer a cêrca dos muros do Pôrto — não a primitiva a que já me referi, da qual poucos edifícios coevos e pre-afonsinos restam além da *Casa do Bêco dos Redemoínhos,* situada precisamente na parte posterior à abside da Catedral — mas a que foi principiada pelo Bravo D. Afonso IV, vencedor do Salado e cujo pano mais largo avulta do lado direito de quem segue a Ponte D. Luiz, a caminho do Pôrto, isto é, a montante do Rio. De passagem podemos dizer que, ao nosso lado esquerdo, seguindo aquela direcção, a nossa vista encontra, mesmo na base do alteroso edifício que foi o Paço do Bispo e hoje é a Câmara Municipal, um arco ainda hoje erecto, que tem o nome de *Arco das Verdades* e corresponde à antiga «Porta das Verdades», da primitiva cêrca.

Dali seguem dois caminhos que têm mais aspecto de estrada que de rua de cidade: um, que é constituído por uma série de escadas e vai acabar em frente ao nicho do *Senhor da Boa Viagem,* quási em pleno Barredo; e outro que segue na direcção do oriente, vindo encontrar a rampa do Codeçal, justamente por baixo da Ponte de D. Luiz, formando a esquina onde se encontra a *Capela e Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocínio,* popularmente conhecida pelo nome de «Convento do Ferro» e que tão perfeita ideia nos deixa do mesmo viver do século XVIII, a que nos referimos há pouco.

Vamos, antes de seguirmos, pela imaginação, o perímetro das muralhas afonsinas, explicar o motivo porque a população ribeirinha lhe dá semelhante classificação...

Quando a primitiva séde do hospício ficava situada na rua de S. Sebastião, e nela viviam apenas mulheres regeneradas, existia ali pregada uma *Vara de ferro* — reminescência do Pôrto medievel e do antigo «Direito de asilo» que permitia a liberdade e a vida aos que lhe tocassem, mesmo que já fôssem a caminho do patíbulo.

O edifício actual, de estilo setecentista, é interessante com as suas grades típicas de convento e não carece de ornatos, pois ornamento brilhante é a sua primorosa guarnição de granito, de resto já patente na porta e na fachada que deita, infelizmente, para a enxovalhada rua do Codeçal.

O retábulo, já bastante danificado, é

atribuído a Vieira Portuense e, do lado do Evangelho, mostra-se uma linda imagem da Nossa Senhora das Dôres que «*he priveligiada em todo o outavario da comemoração dos defuntos e nos dias: 2.ª, 3.ª e 4.ª feira de cada semana*».

É interessante a portaria, ainda com o seu *locutório* e as duas «*rodas*». Decididamente, naquelas paragens e a-pesar-de as últimas e indispensáveis reparações, ainda se vive em pleno ambiente doutros séculos...

Igreja e Tôrre dos Clérigos

Igreja de Santa Clara

Aproximadamente de fronte, fica o jardim de *Santa Clara*, com situação melhor do que dispõe a cêrca do *Ferro*, e propício, ainda não há muitos anos, a gratos momentos de meditação pelas fundas alamedas, aonde as sombras de antigas freiras como que povoavam os arruinados bancos e aqueles antigos tanques, avisinhando nichos meio destruídos, mas em que o murmúrio discreto de alguma fonte permitia esquecer as graves preocupações do mundo.

As necessidades modernas de alargamento das edificações do Aljube e tribunais anexos, instalados no edifício do mosteiro, vieram modificar os hábitos de quietação do velho jardim, encostado e protegido pelo trecho de muralha, ainda hoje subsistente, da Cêrca principiada por D. Afonso IV, continuada por seu filho e pelo seu neto D. Fernando.

Das velhas igrejas portuenses, uma daquelas cuja visita mais interessa é, sem dúvida, *Santa Clara* para onde se entra passando, em primeiro logar, por um velho páteo lageado, cujo aspecto é dum maravilhoso cenário do século XVII. — Com efeito, num portal que deve ser dos fins dêsse século, encontra-se uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino depois de 1640. Atribuem-lhe a data de 1697.

No entanto, o exterior da bela e religiosa edificação, com a sua porta lateral, aonde avultam em seus nichos, as imagens de Santa Clara e S. Francisco, ressente-se um tanto ou quanto duma adaptação pouco feliz dum motivo Renascença, sôbre um pórtico aonde se revela uma das fases do Gótico, conforme êle foi sentido no nosso País.

Porém, o interior, revestido todo êle de talha doirada, com o seu *Côro* gradeado e os altares com preciosas imagens, constituem um dos mais opulentos pormenores elucidativos da piedade Cristã e da sumptuosidade religiosa do Pôrto Antigo que foi acordado, nas vésperas do século XIX, pelas inquietantes notícias de França e, em 1809, pela invasão de Soult — fazendo passar angustiosos momentos a uma notável e discutida figura de prelado portuense, o Bispo-General D. António Luiz de Castro, cujo *Batalhão Eclesiástico*, no largo da Sé, tão heròicamente se bateu e sacrifi-

VISTA PANORAMICA DA CIDADE DO PORTO

cou perto de Nossa Senhora da Vandoma.

A propósito, é já tempo de nos referirmos a um dos mais característicos e admiráveis templos da Capital do Norte, qual é a sua notável

Sé Catedral

Foi esta Igreja sagrada pelo arcebispo de Toledo, Dom Bernardo, e a ela se deve associar a fisionomia moral do nosso primeiro Rei, ainda Infante que, em 18 de Abril de 1120, fez doação da Cidade do Pôrto aos Bispos desta diocese. — É bem o início da Nacionalidade Portuguesa, unindo a Fé e a Impetuosidade Guerreira, a evocação da promessa do pagamento das quatro *onças d'oiro* ao Sumo Pontífice, como afirmação da mesma piedosa disciplina do fundador da Dinastia de Borgonha que há-de orientar, anos volvidos e em pleno século XVI, a *Dilatação da Fé e do Império,* característica manifesta da Acção Colonial Portuguesa.

Todo o belo e nobre edifício da Sé Catedral constitui uma constante e entusiástica relíquia do nosso grandioso Passado, em que o Pôrto desempenhou sempre tão primacial missão.

Quem, depois de atravessar as longas naves, actualmente em construção, queira visitar as antigas Capelas de *Nossa Senhora da Esperança, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Saúde* e *Nossa Senhora da Encarnação,* que se encontram no claustro edificado em 1385, sendo então, no dizer de Fernão Lopes, «O honrado Dom Johão Bispo dessa cidade honesta» evoca, naturalmente, a memória ilustre dêsse prelado, o 3.º do nome, alma de artista e contemporâneo do fundador da Dinastia de Aviz a quem muita vez, nesta cidade, recebeu e agasalhou.

Demoremos um pouco entre as 304 colunas de pedra que sustentam êste claustro onde, ao centro, deveria existir uma taça mas em que se ergue um belo Cruzeiro Renascença — desde que essa *crasta* foi transformada em *Campo Santo* dos Cónegos da Sé...

Não digo que, nesse belo recanto da igreja medieval em que, à Capela de *Nossa Senhora da Saúde,* se liga a memória do Mártir S. Vicente que foi padroeiro do Pôrto antes de São Pantaleão, não haja um ou outro acrescentamento.

Perdoemos à memória de alguns bispos, como o faustoso e elegante Dom João Manoel de Mendonça, prelado que se educou em plena era de Dom João V para levantar, sob o Consulado Pombalino, a grandiosa mole do Paço Episcopal.

A *Sé dos Bispos Cavaleiros* não guarda, em tudo, o seu aspecto medieval, é certo. — No mesmo claustro do Bispo Dom João III encontramos pormenores arquitectónicos de estilo barôco que, provàvelmente, vão ferir o hieratismo de certos amigos da Meia Idade.

Somos os primeiros a reconhecê-lo...

Mas — pergunto — ¿ como ficaria a fachada norte da Sé, se lhe tirassem a alpendrada, coeva do *Rei Magnânimo* e daquela *sede vacante* de 1717 a 1741, quando, em lugar do Antístite da Diocese, os Cónegos da Sé resolveram embelezá-la, conforme o sentimento da sua época? ¿Que verdadeiro crime de lesa-arte se cometeria, que impressão não seria causada — mesmo nos portuenses menos cultos — pela substituïção da maravilhosa Capela-mór, com as suas grades de ferro forjadas à maneira do século XVII, o seu riquíssimo corrimão de mármore negro, ali colocado por ordem de Dom Gonçalo de Morais, sagrado Bispo em Lisboa no ano de 1602, em pleno e odioso domínio filipino?!

O clero de Portugal, que tão útil nos ia ser, com a sua propaganda, àquem e além-fronteiras, ao passo que incitava o Povo contra a prepotência e a tirania espanhola, ia creando, também, um lindo ambiente religioso para os *Te-Deums* e as festividades religiosas em Acção de Graças pelas victórias de Matias de Albuquerque, D. Sancho Manuel e do Marquez de Marialva.

Observaremos êsse fenómeno em mais igrejas do Pôrto:

Na de *São João da Foz* — completada com valioso auxílio da Casa de Bragança, por D. João IV, na de *Santo Ildefonso*, santo espanhol e com a invocação da Imagem de «Nossa Senhora de Atocha» que teve de ser escondida por causa das iras do povo portuense, após o grande Movimento Restauracionista de 1640 e, na velha e querida *Igreja de Cedofeita*, aonde se evoca o inteligente vulto admirável do portuense que foi Nicolau Monteiro, seu Dom Abade, nosso representante em Roma e uma das mais elevadas figuras dos bispos desta diocese.

Interessante e mal conhecido aspecto do povo portuense que tão ansiosamente abraçou a Causa Bendita da Restauração de Portugal. — ou não fôsse êle o descendente dos habitantes da pequena povoação de *Calle*, sita na margem do turbulento e caudaloso Douro e que deu as primeiras sílabas ao bem amado nome do nosso querido País.

Mas... voltemos à Capela-Mór, aonde o mencionado bispo Dom Gonçalo de Morais colocou essa linda estante de bronze «datada de 1616» e que tão belo depoimento constitui da elegância e cultura moral dos nossos Prelados e do carinhoso interesse com que sabiam amar a sua Diocese.

Actualmente as naves, e a parte superior do Claustro, acham-se em trabalhos de reconstrução para restituir à Sé o aspecto de templo medieval a que tem direito; mas, na Capela-Mór, conservada e ainda intacta, ante as desastradas reconstituições do Passado, na Sé aonde vive ainda a Imagem valorosa dos seus Bispos Cavaleiros, persiste a reforma corajosa do século XVII com os seus elegantes cadeirais e o Altar, aonde se destacam, as quatro belas Imagens de anunciadores: *S. Bento, São Pantaleão* — cujos restos se encontram piedosamente encerrados perto do Sacrário — *São João Nepomuceno*, padroeiro dos Cónegos e o *Patriarca S. Bernardo*.

Pequeno resumo das grandes figuras da Igreja e das grandes ordens — a dos *Monges Negros* e dos *Monges Brancos*, que tanto se interessaram pelo desenvolvimento e independência de Portugal, nos séculos XII e XIV...

Quanto tempo nos levaria e aos nossos leitores esta divagação atravez das naves e dependências da boa Sé e da opulenta Sacristia, que daria assunto a um verdadeiro artigo, com os seus quadros preciosos, os seus móveis riquíssimos, aquele belo relógio de palácio italiano, aqueles mármores que são testemunho palpavel da nossa grande riqueza, do nosso prestígio conquistado ante Roma e a Europa inteira nas eras faustosas de Dom João V — o Rei Magnânimo, cujos marinheiros salvaram a *Respública Christiana*... e cujos soldados na *Guerra da Sucessão*, alcançaram tamanho prestigio que, dàlem do Estreito, o Sultão de Marrocos, Muley-Ismael, mandou felicitar — após a nossa entrada em Madrid, com o Marquez de Minas — o Monarca brigantino que representava, a um tempo, o Rei de Portugal que tomara Arzila, e o valoroso Dom Jaime Duque de Bragança que soubera conquistar Azamor, após a formidável *«exortação de guerra»* do auto de Gil Vicente:

> *«Àvante, àvante, senhores*
> *«Que na guerra, com razão,*
> *«Anda Deus por capitão!...»*

«Sed motos præstat componere fluctus...» — e está prometido aos nossos estimaveis leitores conduzi-los a admirar a vélha cêrca das muralhas do Pôrto.

Não é muito difícil de reconstituí-la, com alguma atenção e um pouco de boa vontade, e há pontos — especialmente na parte ocidental, aí por altura da Rua das Taipas, assim chamada a partir de 1486, momento em que, para evitar a propagação de uma *peste*, se colocaram umas *taipas* ou taipais, naquele mesmo local onde se concentram, agora, os causídicos portuenses e se vai a caminho do tribunal de S. João Novo — há pontos onde se vêem alguns trechos da forte e adarvada cêrca, testemunho com que se pode avaliar a firme vontade inteligente do grande Afonso IV e dos seus continuadores.

Começaremos naturalmente pelos muros de «a par de da Sé», como se dizia nesses bons tempos em que aos fidalgos não era permitida longa demora a dentro da *Cividade* e em que não existiam, nem por sombras, os longos e belos palacetes que ainda hoje acompanham a rua da Catedral e cujas fachadas, deitando para a margem do rio, deviam também ser conservadas, desde que as desobstruissem dos sujos casebres que revestem a íngreme encosta da margem norte do Douro.

A *Árvore da Forca*, no jardim da Cordoaria, vendo-se ao fundo a Tôrre dos Clérigos e um trecho do edifício da Universidade

Como ponto de partida, escolheremos a tôrre sobranceira ao convento de Santa Clara e ao antigo Largo da Polícia.

Desobstruída, graças à acção de uma das últimas vereações, dos casebres que privavam os forasteiros e, mesmo alguns cultivados portuenses, curiosos das belas coisas antigas, de ver desafrontadas as belezas vetustas da cêrca medieval, o alteroso pano da *muralha afonsina* — chamamos-lhe assim «in memoriam» do varonil e grande heroi do Salado — mantem, sôbre o flanco oriental e desde a mencionada tôrre, fronteira ao Governador Civil, três resistentes *quadrélas*, uma das quais se ergue a cavaleiro da rampa dos Guindais e demonstra como seria difícil conseguir o acesso ao rude e bem defendido burgo dos Senhores mitrados desta Diocese, tão bem situado e protegido por uma linha de água como era o rio Douro, linha de água que só pôde ser transposta por traição dum barqueiro nos malaventurados tempos do Duque de Alba, quando Sancho de Avila triunfou, infelizmente, da heróica e mal fadada resistência de Dom António Prior do Crato — linha de água tão difícil de ladear que representa um dos mais belos episódios da Guerra Peninsular, no instante em que, em 12 de Maio de 1809, o exército Anglo-Luso conseguiu, debaixo de fogo, atravessar a vélha e tenebrosa corrente.

Mas foi necessário ao grande general inglês e aos seus ajudantes, recorrer também à misteriosa passagem de Avintes que nem todos os oficiais conhecem.

Se insistimos sob êste ligeiro aspecto de história militar da *Civitas Virginis* é por que julgamos que, fàcilmente, todo e qualquer viajante se deve sentir prêso pela curiosidade, tendo o direito de indagar o que significa êsse alto e negro trecho de muralhas, erguido entre os Guindais e o Codeçal. Revela, de um lado e de outro — mesmo do interior, correspondente à destruída cêrca do mencionado convento de Santa Clara, ao sul do qual se está recons-

tituïndo a pequena tôrre que foi em séculos posteriores, *mirante* das freiras — o viver de uma grande cidade bem adarvada e defendida contra as possiveis invasões de leonezes ou as algaradas de infieis.

A cêrca de Santa Clara, com a sua larga muralha onde se caminha com facilidade sôbre os *adarves* e em que as ameias têm *seteiras* abertas, é um belo motivo de reconstituïção mediéval.

E não se torna difícil, nem perigoso, lá passar.

Além do grato prazer de viajar nas alturas sem os perigos da aviação, tem o artista ocasião de admirar o perfil, a um tempo grave e donairoso da bôa Sé, do elegante Paço Episcopal e das suas dependências — e dos edifícios, modernos ou antigos, que nos revelam a tôda a hora a vida constante do vélho Pôrto, incansavelmente labutador.

De dia ou de noite, à luz do sol ou sob a vergastante chuva, não é preciso ver bem para adivinhar a faina do rio, o movimento ruidoso e constante da Ribeira: à noite, mesmo nas horas calmas do silencio e quando o vento ou a chuva respeitam os nossos nervos e a nossa resistência, adivinha-se a angustia com que o antigo *esculca*, antecessor da actual sentinela, enquanto não chegavam as *roldas* e *sobre roldas* vigilantes, velava pelo sono duma boa população trabalhadora que viria a ser um grande empório do comércio.

Desçamos do alto miradouro que vigiava a parte oriental, até ao ponto onde actualmente se encontra a ponte do caminho de ferro, e continuemos a *cêrca de muralhas* que, depois de descer pelos Guindais, acompanhava a linha, ainda hoje designada pela rua de Cima do Muro, onde encontramos a *Capela de Nossa Senhora do Ó* — última paragem antes de os condenados se encaminharem para a forca, situada a um dos lados da *Porta da Ribeira*.

Desde os meados do século XVIII que não existem vestígios dêstes vivos documentos da fortificação doutros tempos, desaparecidos após a construção da actual rua de São João que termina, frente ao turbulento rio Douro, com êsse vélho edifício que tem uma bela frontaria com as armas do tempo que estabelece a transição entre o período pombalino e o de D. João V.

Evoquemos a *Porta Nova* e, na Praça do Infante D. Henrique, aqueles restos duma entrada para uns armazens da Alfandega onde, com serenidade e persistência, encontraremos vestígios e dizeres da época de D. Pedro II, precisamente na parte interior do local onde encontramos, na Calçada do Terreiro, a restaurada mansão onde viu a luz «o generoso Henrique».

Estamos em frente da

Igreja de S. Francisco

Fica situada não muito longe do fortim que D. Manuel I ali mandou construir, do qual apenas restavam insignificantes vestígios nos meiados do século XIX, e daquela interessante *casa medieval* à entrada da Rua da Reboleira, demolida em 1872 e que era, na opinião de Sousa Viterbo, «um dos especimens da construção civil do século XV em estílo gótico. Não perturbava o trânsito e, se prejudicava alguma coisa a estúpida simetria ou alinhamento rectilíneo, era em compensação um delicioso enfeite panoramico».

Lembra-nos, como a todo o Portuense que bem saiba amar a sua terra, na sua beleza, nas elevadas linhas do corpo absidal e do transepto, os grandes dias de D. João I.

O ilustre professor e grande crítico de arte, dr. Aarão de Lacerda classifica-a de *«templo de oiro»* e o dr. Carlos de Passos, que muito já tem dedicado também da sua actividade e emoção artística aos vélhos templos desta cidade, afirma, a seu respeito, no volume 3.º dos **Monumentos de Portugal**: «é, do Pôrto, o único exemplar religioso do estilo gótico do primeiro período».

Racksinski dedicou-lhe muito das suas apaixonadas monografias, interessado pelos seus altares de riquíssima talha que deram motivo a muitos quadros bons do grande pintor portuense António Carneiro e à

interessante «*Madona de la Rosa*» do insigne pintor brasileiro Leopoldo Gottuzo.

O seu interior riquíssimo, quer sob o ponto de vista arquitectónico — desde que, sob a orientação enérgica do sr. engenheiro Baltazar de Castro, se reconstituiu a rosacea da fachada e os janelões do transepto — quer sob o ponto de vista da obra de talha que revestia o templo medievo, quer mesmo sob o ponto de vista pictural onde tão bem destaca, em primeira linha, aquele fresco de *Nossa Senhora da Rosa,* constitue um dos mais belos documentos da nossa Meia Idade.

Os portuenses têm uma grande razão de se orgulhar dêste belo templo que tão prejudicado se encontra pelas barbaridades nêle cometidas após a Invasão Francesa e mesmo durante as guerras liberais.

A Igreja de Cedofeita, depois de restituída ao seu primitivo aspecto

Que linda é aquela porta quatrocentista com êste brazão dos Sousas:

CAPELA (que) MANDOV FAZER JOAQVIM CARNEIRO, MESTRE ESCOLA DA SÉ DE BRAGA E A INSTITVIO EM MORGADO E DEIXOV COMO ADMINISTRADOR DELA LVIZ CARNEIRO SEV IRMÃO.

Esta Igreja de S. Francisco, impregnada tôda ela do sabor hierático da era Joannina, antecessora das Descobertas, ainda possui muito que nos fala dos momentos medievais e dos interessantes segredos íntimos das catedrais góticas: assim, daquele altar lateral de *Santo António,* «Padroeiro dos Tanoeiros» parte a chamada *Escada do Poço,* ainda não há muito revelada, que nos conduz ao cimo da Abside, no alto da qual temos soberbos elementos para avaliar a obra de Racksinsky.

Dizia o grande crítico de arte, Joaquim de Vasconcelos, que o revestimento de talha encobria quási todo o esqueleto de granito, mas não tanto que não se acentuassem os arcos e os artezões de sistema gótico em tôda a grande nave e, de um modo ainda muito mais notável, na capela-mór do velho templo que principiou a ser edificado em 1383 para terminar em pleno reinado de D. João I. Talvez por essa razão — observa o mesmo douto arqueólogo numa das suas monografias, publicadas na *Arte e a Natureza em Portugal*— à fôrça de ser sóbria em todos os ornatos, «poupada» em tôdas as molduras, cautelosa e avara na distribuição das portas e janelas, recebeu o vetusto e interessantíssimo templo o aspecto de uma fortaleza medieval.

Entre as capelas e os jazigos como, por exemplo, a dum ilustre fidalgo da família Brandão Pereira e de João Carneiro, mestre escola da Sé de Braga, evoca-se, com o seu brazão prestigioso, a família dos Condes de Penaguião e Matozinhos, a que pertenceu João Rodrigues de Sá, o *Sá das Galés* que veio a ser Alcaide-Mór do Porto, depois de se ter assinalado

na sua mocidade, num assalto aos navios da Armada Castelhana, durante a *Guerra da Independência.*

Não devemos esquecer, antes de terminar a visita interessada, porém muito breve — pois que ainda temos de percorrer as muralhas do Porto, depois de contemplar os altares do *Templo de Oiro* — de prender a atenção na primorosa rosácea, destacando sôbre um portal que não é, infelizmente, da primitiva edificação.

Ao lado encontramos a

Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco

elegante edifício que não cabe muito pròpriamente no âmbito dêste capítulo, porquanto é caracterizadamente do século XVIII... e nós estamos ainda no âmbito da Cêrca Antiga.

De resto, a sua missão actual é, principalmente de hospitalização e beneficencia. Encontravam-se lá, durante muito tempo, os grandiosos *andores* que figuravam na clássica *Procissão de Cinza.*

Não levem a mal, por um momento, os nossos leitores; estamos em frente a uma das portas laterais do moderno e elegante edifício da Bolsa do Pôrto que ostenta as suas modernas fachadas grandiosas sôbre o largo, aonde se ergue o monumento ao Infante D. Henrique, já citado.

É que estamos a evocar perto de quatro séculos de existência desta boa e laboriosa cidade!

Aos «*24 dias de janeiro da era de mil quatrocentos e quarenta anos (A. D. 1392) no moesteyro de Sam domyngos, que está na cidade no Porto na crasta segunda do dito moesteyro*», reuniram-se os honestos burguêses da cidade.

O velho mosteiro já lá não existe, pois um incendio o destruiu.

Mas não nos passa a recordação daquele bom e memorável dia em que «*Dom Joham por graça de Deus rei de Portugal*» ordena a Gonçalo Annes de Carvalho, juiz nesta cidade, que faça cumprir tôdas as disposições indispensáveis para a regulamentação dos negócios desta praça, já então importante, aonde existia mais do que uma letra de privilégio:

«*...E lógo o dito juiz e vereadores e homens bôs acordaram e mandaram que se fizesse a bolsa em a dita cidade... a qual bolsa ordenaram e acordaram por esta guisa*».

Igreja de S. Nicolau

O templo que hoje admiramos ao fundo da rua Ferreira Borges foi fundado em 1583 pelo bispo Dom Frei Marcos de Lisboa, e tem documentos interessantíssimos no seu arquivo aonde encontramos alguns, aí do ano de 1738, em que aparecem uns *Pedrossen* (Pedro Pedrossen da Silva) pai e filho, aos quais o espírito lendário quer ligar a personalidade triste do *Pedro Cem* da negra tôrre erguida em frente ao *Palácio de Cristal* sôbre a casa solarenga de Monfalim.

Não é, porém, êste edifício da primitiva. Foi reconstruído em 1671 pelo já citado bispo Dom Nicolau Monteiro que ali se batizou, sendo mais tarde Dom Prior de Cedofeita e uma das mais enérgicas e inteligentes figuras que, em Roma e com risco da própria vida, advogaram a causa da Restauração e a realeza de D. João IV.

Merece um monumento: por enquanto apenas tem um retrato no edifício da Misericórdia... que, por sinal, é muito difícil de reproduzir por meio da fotografia.

Em 1613 se fundou, junto desta Igreja, a Confraria de Nossa Senhora da Boa Nova, padroeira do Comércio e da Navegação, cujos irmãos reunidos «*aos vinte dias do mez de Outubro de mil setecentos e dezoito, ao som de campa tangida e recado que para isso deram os Procuradores da Confraria... já trataram da renovação dos Estatutos e, em 1686, modificavam as condições do seu compromisso e ainda hoje celebram, com a maior pompa, a festividade em sua honra*».

FACHADA PRINCIPAL DO PALÁCIO DE CRISTAL

Igreja dos Grilos

Ao saír daquele antigo templo, a nossa vista encontra a velha igreia dos Grilos que hoje faz parte do seminário diocesano, e foi, até à publicação do Breve *Dominis ac Redemptor Noster,* conhecida pela Igreja dos Jesuítas pois à chamada arquitectura jesuítica, tanto esta, como as Igrejas, de S. João Novo e de S. Bento da Victoria, muito devem na inspiração do traço — sendo porventura os irmãos Alvares, arquitectos desta cidade, os seus autores.

A *Igreja dos Grilos* situada no largo do mesmo nome, — para o qual se desce por uma escadaria que vem ao Largo de Nossa Senhora de Agosto, não longe da Sé Catedral, ou se sobe pela velha rua de Santa Ana, às Aldas,—tem ligada ao seu nome as tradições portuenses que deram base ao interessante livro histórico de Garrett «O Arco de Sant'Ana».

O tecto da Igreja, a sua imponente frontaria e certos quadros da sacristia, de tecto apainelado, tornam esta Igreja, situada na encosta do burgo primitivo, uma das mais dignas de ser visitada.

E nós vamos seguindo a cêrca de muralhas, depois de termos passado novamente em S. Francisco e de subirmos ao largo de S. João Novo, aonde um belo palácio, de estilo setecentista, enfrenta a velha Igreja com a mesma invocação — também da chamada Renascença Jesuítica.

Igreja de S. Pedro de Miragaia

Achamo-nos fora da velha Cêrca das muralhas afonsinas. Pedimos, no entanto, para abrir uma excepção, descendo a rampa que, do referido largo, conduz à margem do Douro — na altura aproximada em que fica o edifício, relativamente moderno e pesadão, da Alfandega... e estamos em frente à Igreja de São Pedro de Miragaia,

DIVO PETRO DICATA

— segundo na frontaria se encontra gravado; mas o estilo actual não corresponde ao espírito e confrarias anexas, que lá se mantem desde os fins do século XIV.

«*Prima Cathedralis fuit haec, Basilaus Abae gris quam pedibus sanibus condidit, inde Petro*» — rezam os documentos indestrutíveis e a tradição justificada que habilita a considerar a velhíssima Igreja, como a Sé primitiva — antes de ter sido erguido, com a sua rude cêrca de muralhas, a Sé actual dos Bispos Cavaleiros.

A descrição consciênciosa desta velha Igreja, com as riquezas do seu museu, a tradição das suas confrarias — a do *Santíssimo Sacramento de Miragaia,* do Hospital dos Mareantes e Homens Bõs com a sua velhíssima «Capela do Espírito Santo», aonde estava o formosíssimo triptico, hoje existente na sala de sessões da Confraria, constituem assunto para dar matéria a uma verdadeira monografia.

Suponhamos, ao passar em Miragaia, que vivemos no tempo em que as freguesias do Porto se reduziam às da Sé, Santo Ildefonso, S. Nicolau e Nossa Senhora da Victória...

Quantos detalhes comprovando os seus belos e admiráveis documentos, mesmo já depois de Portugal ser Portugal e da Sé actual se encontrar dentro do recinto adarvado, nós não achamos do seu valor, como o que se encontra junto do altar de Santa Rita, onde

ESTA CAPELA MANDOV FAZER
JOAM DE DEVS CIDADAM PERA
SI E PERA SVA MOLHER MARIA
DIAS E SEVS ERDEIROS
no ANO DE 1515

Interessa a história da Instituïção do Sagrado Lausperenne por aquele Pedro Gomes Simões, — armador infeliz, no dizer da crónica, até ao momento em que se resolveu repartir os seus lucros com Jesus (sic) — de que possuímos um fac-simile da nota do conhecimento de uma das suas naus *Nossa Senhora da Graça.*

Mas nesse caso não sairíamos tão cedo, como é para desejar, da interessante

O grandioso edifício do Hospital da Misericórdia, vendo-se no primeiro plano o monumento a Júlio Diniz

Igreja de S. Bento da Vitória

Mas nós temos de subir novamente, a retomar o perímetro da cerca Afonsina, que seguia aproximadamente pelas Taipas até à altura, pouco mais ou menos, em que se encontra hoje a *Casa de Reclusão Militar* e o vetusto e notável templo de *S. Bento da Vitória.*

Entre as ruas de São Bento e a rua do Calvário — ao cimo da qual está situada a *Igreja de São José das Taipas* — encontra, quem chegue a um dos janelões colocados a sudoeste da Casa de Reclusão, um pequeno lance da velha cerca de muralhas, adentro das quais D. João I fez colocar a *Judiaria,* até ao seu reinado situada não muito longe de Miragaia e de Monchique, no sítio ainda hoje chamado *Monte dos Judeus.*

A Igreja de *S. Bento da Victória,* ligada ao edifício da *Casa de Reclusão Militar* e com o seu belo claustro renascentista, é a Sinagoga *(ou Esnoga),* transformada em templo cristão no ano de 1598.

Talvez seja por êsse motivo que o belo claustro sombrio dessa prisão militar, hoje primorosamente conservado e adaptado, tem seu quê de analogia com o grande claustro filipino de Tomar.

Êste templo, que fez parte do primeiro convento benedictino que existiu no Pôrto, «por mercê do abominável Filipe II» foi sinagoga até ao ano de 1496.

Ficava absolutamente guarnecido pelas muralhas do Pôrto e protegido pela *Tôrre da Esperança* sobranceira ao lanço de muralhas que subiam da beira rio e iam ter à *Porta do Olival,* fronteira à Tôrre dos Clérigos.

Igreja com os seus altares — além do de *Santa Rita,* já mencionado — de *Nossa Senhora das Dóres* (encimado pelo Senhor Jesus de Miragaia que saía nos momentos de falta de chuva), pelo de *Nossa Senhora do Carmo,* vindo do próximo convento de Monchique com muita obra de talha, o de *Nossa Senhora da Conceição,* o do *Sagrado Coração de Jesus* e, à esquerda e à direita do altar-mór, — aonde se veneram *S. Pedro* e *S. Basílio* — o do *Senhor da Cana Verde* e de *Nossa Senhora do Pranto...* uma das mais belas e flagrantes imagens da Virgem, infelizmente de autor desconhecido!

O leitor está porventura impaciente; mas é que ainda não desceu a Miragaia, para subir à mais grata e piedosa das emoções. E ainda, neste capítulo do *Porto de Ontem,* muito nos ficou por dizer do bem que se pratica nesta freguesia do *Porto de Hoje,* aonde tantas riquezas de ordem pictural e mesmo literaria se encontram piedosamente resguardadas.

Podem reconstituir-se em grande parte e após um cuidadoso exame aos arquivos de Miragaia, muitos episódios que reconstituem a existência do Porto medievo, com as suas corporações de artes e ofícios.

Mas não precipitemos: nessa época, ainda Nicolau Nazoni «não tinha edificado a *Tórre dos Clérigos* e a população judaica tinha de recolher às suas moradias após o «*sino da oraçam*» ou do *sino de correr*».

Bons e santos tempos!... Os nossos velhos reis, como, por exemplo, o de *Boa Memória*, entendiam duma fórma tão cabal os interesses dos que lhe estavam confiados — Cristãos, Mussulmanos ou Israelitas — que, para os abrigar dos ódios da plebe fanática ou dos castelhanos cismáticos, ameaçando as fronteiras, os resguardavam adentro das muralhas da *Civitas Virginis*.

O templo cristão, instalado na Sinagoga que ficava na rua de S. Bento da Victória, é o irmão mais novo dos três templos edificados pelos irmãos Alvares, pois o *Colégio dos Jesuítas* ou dos *Grilos* se edificara em 1560, o de *S. João Novo* em 1592 e êste, quási nas vésperas do século XVII, embora Joaquim de Vasconcelos lhe queira atribuir a data de 1578... a data lamentável de Alcácer Kibir!

São muito dignas de interesse as magnificências do *Córo* e do *Orgão*, bem como a obra grandiosa de talha que ornamenta a capela-mór e discorda um pouco de severidade granítica do templo, duma vastidão que talvez não tenha igual nesta cidade.

Há dois edifícios — nesta mesma rua por assim dizer — que não temos o direito de esquecer. Em primeiro lugar a:

Igreja de Nossa Senhora da Victória e sua Confraria

Restaurada em 1853, não dá ao forasteiro uma impressão exacta do papel que tem desempenhado desde a sua edificação que é, manifestamente, *post-manuelina*, sabendo-se apenas, ao certo, que foi reedificada em 1756-1766, sendo Bispo do Pôrto Dom Frei Antonio Caetano de Sousa — possuindo uma interessante documentação no seu arquivo, que pode ser util a quem pretender estudar o desenvolvimento das corporações de Artes e Ofícios na capital do Norte.

Um dos mais interessantes documentos, que lá tivemos ocasião de conhecer, foi redigido ou exarado «aos 27 dias do mez de Dezembro de 1750» e é relativo aos exames para espingardeiros, dos quais esta Confraria de Nossa Senhora da Victoria se instituiu protectora, assim como a de *Nossa Senhora da Silva* o era dos Ferreiros e aquela outra, de a par de a Sé, o era dos Alfaiates.

Num outro curioso documento de 13 de Janeiro de 1713 lemos:

«*Dizem os officiais d'espingardeiro* «*desta cidade que para bom regimento do* «*dito officio e cousas a elle tocantes, re*«*formarão o seu velho compromisso e Es*«*tatutos pelos novos capitulos n'este livro* «*escriptos a prazimento de todos que nel*«*les consentirem*».

Não podemos resistir ao prazer de mostrar aos nossos leitores como a obra de corporativismo operário já era entendida e adaptada nesta época, relativamente adeantada, sob o govêrno dêsse grande Rei que foi D. João V. Vejamos parte do capítulo 15, que diz respeito ao interesse «*Das viuvas que ficarem*»:

«*Ordenamos que toda a viuva que fi*«*car de official d'espingardeiro e quizer* «*tenda aberta, a não poderá ter sem nella* «*trabalhar official examinado*».

Como eram respeitados os direitos do operário, em trabalho honrado honestamente conseguidos!

Nesta Igreja podemos admirar uma linda imagem de Nossa Senhora, devida ao grande e saudoso escultor portuense que foi Soares dos Reis. E o lindo templo setecentista, restaurado por Dom Frei Antonio de Sousa foi, durante a *Guerra dos Dois Irmãos* — nome porque são popularmente conhecidas as Guerras Liberais — muda e torturada testemunha das balas da artilharia miguelista — como o templo fronteiro, da Serra do Pilar, também o foi da artilharia liberal.

Não poderemos abandonar o ambiente medievo das muralhas portuenses sem olhar para o alto das *Escadas da Esnoga* (corrupção de Sinagoga que vem confirmar, com Pinho Leal, a asserção de que o templo israelita era o de S. Bento, já descrito há pouco) — e seguir, pela viela do Ferraz,

contemplando os quintais de dois ou três fidalgos edifícios, até ao ponto da Rua dos Caldeireiros que nada tem, ainda hoje, de rua moderna, a pontos de defrontar com o a *Imagem da Senhora*. Ninguém avalia, à primeira vista, o que êsse edifício representa!

Situado mesmo a dois passos duma das mais interessantes e movimentadas artérias do Porto Moderno, o edifício da rua dos Caldeireiros, que também poderia comunicar para a estreita e feia rua de Traz, paralela aos Clérigos, guarda em si uma das mais antigas e nobres Tradições Portuenses: a *Irmandade de Nossa Senhora da Silva* que hoje representa a «Instituição dos *Hospitais de Santa Catarina* e *S. Nicolau dos Ferreiros* cuja confraria e mordomos êles administram».

Êste hospício e Secretaria, nem sempre funcionou instalado naquele local, absolutamente abrangido na cêrca de muralhas que descia os Clérigos, desde a *Porta do Olival* até à *Porta Nova dos Carros* — contemporânea de D. Manuel I e que fronteira se encontrava à actual *Igreja dos Congregados*, já fôra de portas.

Já tinha grande importância no XV século.

Chega-se a esta conclusão examinando o precioso documento da sua instituição, datado do «*anno do nascimento de N. Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e cincoenta e hum annos, aos dezanove dias do mez de Junho na cidade do Porto, sendo hi os honrados cidadões Luiz das*

Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Silva

Êste pequenino templo, documento vivo de piedade e de espírito de associação de classe portuense desde a Idade Média, possue — mesmo que não tivesse um altar privativo na Sé e os seus *Estatutos* aprovados e reformados, respectivamente em 1805 e 1913, — uma indelevel e comovente lembrança.

A êle vive ligada a memória da primeira Rainha portuguesa, Dona Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, que ali pernoitou, legando ao *Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Silva* o seu rico e pesado colar de soberana medieva, obra interessantíssima como documento artístico da época e que nos demonstra o grande interesse que aos nossos Chefes de Estado sempre mereceu êste belo recanto da abençoada terra Portuguesa.

Vendo êsse opulentíssimo colar, visitando o interessante e velho Hospício — compreende-se e compartilha-se o alto interesse que, já em 1928, alguém manifestou de que êle fôsse considerado monumento nacional...

A fachada para a rua dos Caldeireiros, que outrora tinha o nome de *Rua da Ferraria* — e se prolongava, com a rua do Souto, no Bairro da Sé, através da rua Mousinho da Silveira aonde, aproximadamente há um século, passava o *Rio da Villa* — é de estilo absolutamente século XVIII, com a sua varanda e o baldaquino aonde está colocada

Um aspecto da Praça da Universidade e Rua das Carmelitas

Eiras e Gabriel Barreiros, juizes ordinarios em esta mesma cidade e Christovão de Leça e Gonçalo Simões e Christovão Martinho e João Aliz, vereadores...»

veriam, por êsse motivo, ser considerados seus foreiros.

Por aqui se avalia a importancia da Irmandade.

Salão árabe do palácio da Bolsa

Deixou de estar perto da Igreja de S. Nicolau, aonde se encontrava primitivamente; porém, conforme refere o seu *Tombo, «se transferiu para a rua da Ferraria de Cima, em razão de se tomar para a Igreja de S. Nicolau que junto dela estava»* — e os velhos mesteirais que tinham esta Senhora como Padroeira, pretendiam viver em ambiente e casa própria.

Tinham, outrora, além do altar privativo na Sé, recursos para manter os seus direitos de celebrar missa na Catedral.

Os tempos passaram...

E hoje encontra-se o *Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Silva* reduzido ao longo edifício que vai da rua dos Caldeireiros à rua de Traz — aonde ficava, então, a pousada com destino aos peregrinos estrangeiros, com a denominação de *Hospital de Santa Catarina* — tendo, na frente do primeiro andar, uma pequenina e evocativa capela com a Imagem da Senhora e, entre outras, a de S. Baldemero.

Grandes casas do Porto na cidade baixa, estão assentes em terrenos que de-

Igreja dos Clérigos

É êste, de-certo, o mais conhecido de todos os templos do Pôrto, por causa da elevada e bela tôrre de Nicolau Nazoni, de cujo alto se domina um vasto e belíssimo panorama. É uma edificação, caracterizadamente do estilo século XVIII e, no dia da sua inauguração — em 1 de Junho de 1752 — houve «uma deslumbrante illuminação com balões de diversas côres, segundo o estilo e uso de Italia, pois o architecto Nicolau Nazoni é que se havia encarregado de a executar, e estavam também illuminados os edifícios do Collegio dos Orphãos, do Recolhimento e o Convento de São Bento de Avé-Maria».

Curioso detalhe sôbre o pitoresco viver no Pôrto de há dois séculos...

A velha fundação desta Igreja — sob a invocação de *Nossa Senhora da Assumpção* e conhecida vulgarmente sob a invocação de Igreja dos Clérigos, visto que foi fundada para a *Irmandade dos Clérigos Pobres de Nossa Senhora da Misericórdia* — remonta aos fins do século XVII, momento em que foi comprada, para êsse fim, *«a terra baldia aonde chamam a Cruz da Cassoa que fica ao cimo da calçada que vai da fonte da Arca até ao princípio do Adro das Oliveiras».*

A beneficente corporação ainda mantem, no patamar do segundo pavimento e encimando as portas, no mais floreado estilo barôco, esta piedosa e tocante divisa:

NON TE PIGEAT VISITARE INFIRMVM

A escadaria é espaçosa, de dois lanços, guarnecida com piramides e balaustres de pedra lavrada. — O interior do templo, muito curioso e rico. Na Secretaria, muito interessante com o seu mobiliario, estilo D. João V (a mais bela e típica das compreensões do estilo barôco em Portugal) encontra-se o retrato do arquiteto Nazoni e, na Sacristia opulenta e elegante, uma bela Imagem do Salvador que longos anos esteve na enfermaria dos Clérigos Pobres.

O local, aonde foi erigida esta Igreja, é fronteiro à antiga Porta do Olival, da mencionada cêrca afonsina...

Palácio da Relação

Encontra-se, subindo até ao modernizado *Passeio da Cordoaria*, terminado após 1785 pelo pai do célebre corregedor Francisco de Almada e Mendonça, que deu o nome à longa rua do Almada com princípio no largo dos Loios, findando no Campo de Santo Ovídio — actualmente Praça da Republica.

Ali funcionava a antiga *Casa Civel do Pôrto* — em contraposição à vélha *Casa da Suplicação* de Lisboa.

Tem uma vasta e bela sala de Sessões que deita, por intermédio dum largo varandão na parte principal do edifício, para o largo em frente da Rua de S. Bento da Victória. A vasta janela é encimada por um elegante escudo oval com as Armas Portuguesas dos tempos de D. Maria I e esta edifícação está situada no local onde se ergueu a prisão filipina, principiada em 1583 e acabada em 1630 por Diogo Lopes de Sousa, 2.º Conde de Miranda, então Governador das Armas nesta cidade — obra que foi demolida em Janeiro de 1765, para ser lançada, nessa altura, a primeira pedra do grandioso edifício que tem sido há muitos anos a *Cadeia da Relação*, hoje já em parte transferida para as modernas instalações de *Santa Cruz do Bispo*, que fica muito perto de Matozinhos.

Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria

Encontrava-se dentro da cêrca afonsina até aos fins do século passado e no local onde se ergue actualmente a *Estação de S. Bento*, com os seus azulejos de Jorge Colaço.

Ainda existe no Pôrto quem se recorda bem dessa vasta edifícação conventual, fundada em 1518 por D. Manuel I o *Afortunado*, já dentro da cêrca das muralhas — junto da *Porta Nova dos Carros*, fronteira à actual *Igreja dos Congregados — Igreja e Mosteiro de Avé Maria*, que foram concluidos por seu filho, o *Piedoso* e mal apreciado rei, D. João III.

Durante êsse mesmo século XVI, as freiras agostinhas de Rio Tinto, de Tuhías (Canavezes), de Vila Cova e de Tarouquela, vieram habitar com as suas irmãs de S. Bento.

A edifícação que foi demolida para, em seu lugar, ser edifícada a actual Esta-

Edifício da estação de S. Bento. Central dos Caminhos de Ferro

ção de S. Bento, era posterior ao incendio de 1783 e, «embora fôsse de boas dimensões e grande magnificência» — no dizer de Pinho Leal — e de gosto manuelino, conduzia a um desastrado amalgama de épocas e de gostos.

O altar-mór, riquíssimo, ainda hoje se pode vêr e admirar na moderna *Igreja de Cedofeita*; — não confundir com o pequeno e adorável templo de Teodemiro, rei Suevo...

O mosteiro de S. Bento da Avé-Maria acompanhou muito a existência final do Pôrto antigo — mesmo através do torturado e ruidoso princípio do século XIX. Assim é que, após a guerra fratricida de 1832-1834, as freiras do convento de Monchique — vizinho da *Igreja de S. Pedro de Miragaia*, para onde foi muita obra de talha — vieram residir para ali.

A cêrca das muralhas subia na direcção da actual e escusa Rua da Madeira — outróra *Calçada da Tereza* — que estava próxima da Rua de Santo António, posterior, mais ou menos assente sôbre estacaria e sobranceira à Estação de S. Bento que (salvas as distâncias da época e do ambiente) corresponde à cêrca do interessante convento de monjas benedictinas.

Ali fica sepultado muito do que interessante havia do Pôrto de Ontem.

No alto da *Calçada da Tereza*, posterior à muralha afonsina e já quando as modernas exigências da guerra, no século XVI, permitiam dizer ao nosso grande épico (Est. XCV do Canto X):

> «*Olha como sem muros, novo estilo*
> *Se defendem melhor dos inimigos*» —

encontravam-se as *Torres* e as portas de *Cima de Vila* ou da *Batalha*.

Fronteira ao lugar dêles está a

Igreja de Santo Ildefonso

Foi erguida no local, por êsse tempo denominado *Monte de S. Sebastião*, cuja imagem ainda se encontra no altar-mór, junto à de Santo António de Lisboa. A sua fundação remonta às épocas detestáveis da Usurpação Espanhola e, por êsse motivo, foi nela aberta ao culto a *Imagem de Nossa Senhora da Atocha*, padroeira de Madrid, nas épocas do orgulhoso Filipe II de Espanha, o *Demónio do Meio Dia* — imagem que desapareceu, após o movimento libertador de 1640, para dentro duma arcada... tamanha era a raiva do Povo Portuense, a-pesar-da sua incontestável piedade, contra tudo que lhe recordasse o domínio estrangeiro!

Foi achada numa arcaria, juntamente com um velhìssimo Cristo de pedra, mandado colocar no pateo da residência abacial, perto do sítio em que se encontram os *14 Passos* do Calvário, confinando com o muro do antigo cemitério.

Esses 14 nichos, alguns dos quais já deteriorados, formavam o *Calvário* da freguesia de Santo Ildefonso, que se encontrava na rua do Bomjardim — a longa e tortuosa rua que principiava na *Porta Nova dos Carros*, actual Praça de Almeida Garrett, e vai findar na Praça do Marquez de Pombal, outrora conhecida por Largo da Aguardente.

A' enérgica acção inteligente do seu abade, deve hoje a Igreja Paroquial de Santo Ildefonso a bela e nova fachada, tôda em azulejo, as imagens de *Santa Filomena* e *S. Francisco Xavier*, bem como a de *Santa Izabel*, rainha de Portugal e de *S. Frei Nuno*, o condestável heróico de Aljubarrota e Valverde — mostrando bem como a linda Igreja Portuense do século XVII, no alto da sua bela escadaria onde se vê ainda a imagem de *Ildefonsus*, santo espanhol, está bem ligada ao culto dos Santos e Herois que tornaram livre a nossa querida Pátria!

Na Praça da Batalha onde atualmente se ergue o edifício dos Correios — um interessante Palácio Vélho do Pôrto, em cujo desaparecido jardim se encontrava enterrado o braço heróico do Marquez de Sá da Bandeira, valoroso soldado na guerra Peninsular, heroi da *Guerra dos Dois Irmãos*, interessante percursor da nossa obra colonial do século XIX — também se admira a estátua de D. Pedro V, o bondoso e inteligente monarca tão amado e tão amigo do Pôrto.

A muralha descia, pois, do alto de

Cima de Vila até à primeira das tôrres, ou *quadrelas* que fazem parte do Convento de Santa Clara — na altura em que, ainda hoje, se ergue o *Dispensário* fronteiro ao edifício do

Govêrno Civil e do Quartel General

situado na frente da Rua da Porta do Sol e com a fachada para a actual Rua Saraiva de Carvalho. Está separado do moram no andar térreo as prisões de recrutas e criminosos militares, estando nos andares superiores instaladas as repartições pertencentes à guarnição do Pôrto, bem como os aposentos dos oficiais solteiros da *Guarda Real de Polícia*, antecessora da Guarda Municipal e da actual Guarda Nacional Republicana.

Conservou-se, mais ou menos, com êsse destino, mesmo depois de 1834, até ao incêndio de 1847 e sua reedificação em 1849.

Um aspecto da Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados

derno edifício do Teatro S. João — que substituiu o edificado por essa benemérita figura de portuense de há dois séculos, o corregedor Francisco de Almada e Mendonça, e que um incêndio destruiu no ano de 1908.

Foi lançada a sua primeira pedra em 21 de Junho de 1792, pelo citado provedor e regedor das justiças — a-fim de servir para Asilo dos Orfãos Abandonados e das Crianças Pobres. Até 1832 ali funciona-

No seu lugar, até que os interêsses da construção dum novo andar obrigaram a demoli-lo, estava o antigo *Postigo do Sol* que tinha também o nome de *Porta dos Carvalhos do Monte* ou de *Santo António do Penedo*, aberto na frente oriental das antigas muralhas portuenses.

E está finda a larga, fatigante mas instrutiva digressão através do *Pôrto de Ontem*.

(Continua na pág. 161)

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

(Banco Emissor e Caixa do Estado nas Colónias Portuguesas, excepto Angola)

FUNDADO EM 1864 — Sede — LISBOA

AGENTES E CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO

DEPENDÊNCIAS

na Metrópole — Abrantes. Alcobaça. Aveiro. Barcelos. Beja. Braga. Bragança. Cartaxo. Castelo Branco. Chaves. Coimbra. Covilhã. Elvas. Evora. Extremoz. Faro. Figueira da Foz. Guarda. Guimarães. Gouveia. Lamego. Leiria. Mirandela. Ovar. Penafiel. Portalegre. Portimão. Pôrto. Régua. Santarém. Setúbal. Silves. Tomar. Torres Novas. Torres Vedras. Viana do Castelo. Vila Franca de Xira. Vila Real de Trás-os-Montes. Vila Real de Santo António. Vizeu.

nas Ilhas adjacentes — Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores) Funchal (Madeira).

na Africa Ocidental — S. Vicente e S. Tiago (Cabo Verde). Bissau e Bolama (Guiné). S. Tomé e Príncipe (S. Tomé e Príncipe).

na Africa Oriental — Chinde. Inhambane. Lourenço Marques. Moçambique. Pôrto Amélia. Quelimane e Tete.

na Asia e Oceânia — Bombaim. Margão. Mormugão e Nova Gôa (India). Macau (China). Dili (Timor).

no Brasil — Rio de Janeiro. Manaus. Pará. Pernambuco e S. Paulo.

Correspondentes Exclusivos em Angola e Congo Belga — Banco de Angola. Benguela. Cabinda. Luanda. Lobito. Malange. Mossâmedes. Novo Redondo. Sá da Bandeira. Sazaire. Vila Luso. Vila Silva Pôrto. Boma e Leopoldville.

em Inglaterra — Anglo-Portuguese Colonial & Overseas Bank, Ltd.
9, Bishopsgate — LONDRES.

em França — Banque Franco-Portugaise d'Outremer
8, Rue du Helder — PARIS.

nos Estados Unidos da América — Trust Company of North America
115, Broadway — NOVA YORK.

FILIAL NO PORTO: Praça da Liberdade, 131-145
Telefones: P B X 2929-2930-2931

Pavilhão no Palácio de Cristal
1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Cobrança e Desconto de Letras em Moeda Nacional e Estranjeira. Saques e Ordens Postais e Telegráficas. Cartas de Crédito. Contas Correntes Caucionadas. Depósitos à Ordem e a Prazo. Créditos Documentários para Importação e Exportação. Títulos. Cupões. Ordens de Bolsa. Aluguer de Cofres Fortes. Informações Comerciais. TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS ÁS MELHORES TAXAS DO MERCADO.

O Banco Nacional Ultramarino, pelas suas iniciativas e esforços em prol da Agricultura, do Comércio e Indústria das Colónias, tem tido papel preponderante no desenvolvimento do Imperio Colonial Português.

PARA:

FIAR - TECER - TINGIR - ACABAR

PARA TUDO O QUE DIZ RESPEITO Á INDUSTRIA TEXTIL,
HÁ UMA CASA PORTUENSE QUE FABRICA TODOS OS
ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS!

MESMO QUE NÃO TENHA INTERESSES LIGADOS Á

INDUSTRIA TEXTIL

VISITE O STAND N.° 104 DA EXPOSIÇÃO COLONIAL

DE

EDUARDO PEREIRA PINTO & FILHOS

CASA FUNDADA EM 1875

RUA DO BOMJARDIM, 437-A—PORTO

TELEFONES		
Escritório: 1313	Cods. us.: RIBEIRO e A. B. C. 5.ª Ed.
Fábrica: 1668	End. Teleg.: DORATO — Porto

VERÁ COMO A INDUSTRIA NACIONAL SUPLANTA A DO ESTRANJEIRO

MARCA REGISTADA

Medalhas de Ouro em tôdas as Exposições a que temos concorrido, quer nacionais quer estranjeiras

MUITO IMPORTANTE: Todos os artigos expostos no nosso stand são de fabrico exclusivo da nossa casa.

CONTRA HUMIDADE E SALITRE
CERESIT
VERDADEIRO HIDROFUGO ALEMÃO
BIELMAN
PORTO
GALERIA DE PARIS 42

A limpesa na Exposição Colonial é feita com

ASPIRADORES "**ELECTROLUX**"

FÁBRICA DE TECIDOS DE SÊDA

António Francisco Nogueira

FUNDADA EM 1855

Sêda natural. • Sêda artificial. • Fitas da tôdas as qualidades.

RUA DA ALEGRIA, 265 — PORTO

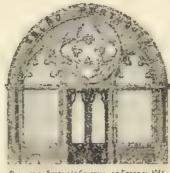
TELEFONE: 461 Teleg.: SÊDAS

LABOR PORTUGUÊS

D. EMILIA DA SILVA CARVALHO

Atelier de rendas, bordados artísticos em todos os géneros e enxovais. Trabalho exclusivamente manual, desde o mais simples ao mais luxuoso. Aceitam-se grandes e pequenas encomendas. Pede-se a honra duma visita ao atelier.

Rua Santos Pousada, 99 — Porto-Portugal

Pavilhão da Exposição Colonial - no Porto em 1934

PROJECTO E DECORAÇÕES DA CASA VENANCIO DO NASCIMENTO

R. DO BOMJARDIM

MAURICIO MACEDO & FAUSTINO

R. DE S. JOÃO, 98 — PORTO

CODES { RIBEIRO / A. B. C. 6.TH EDITION / BENTLEY'S

TELE { FONES { 68-ESTADO / 2263-COMPANHIA; GRAMAS - INFANTE

ARMAZEM DE MERCEARIA · REFINARIA DE AÇUCAR

Depósitos em: BRAGA — Telefone: 102-Estado — ESPINHO — Telefone: 37-Companhia — LIXA

DEPOSITÁRIOS DOS AÇUCARES DE INCOMATI ESTATES, LTD.
XINAVANE — LOURENÇO MARQUES

QUEIJO TIPO FLAMENGO

"SALREU"

QUEIJO LUNCH TIPO HOLANDEZ

"FLOR"

Queijos nacionais rivalizando com os melhores estrangeiros.

Preferindo-os adquire uns bons produtos e protege a Indústria Nacional.

DEPOSITÁRIOS NO NORTE:

Teixeira & Fonseca

R. Mousinho da Silveira, 185 — PORTO

TELEFONE: 651

J. M. Fernandes Guimarães & C.ª

BANQUEIROS

116, Rua do Almada, 118 — PORTO

Emitem cheques e Cartas de Crédito sôbre PORTUGAL E ESTRANGEIRO

Descontam e tomam letras sôbre a praça e sôbre o resto do país e ilhas.

Compram e vendem papeis de crédito, moedas e notas estrangeiras.

Encarregam-se da regularização de títulos e da conversão de coupons sujeitos a este regimen.

Depositos à Ordem e a Prazo e todas as operações bancárias em geral.

ALUGUER DE COFRES FORTES

SECÇÃO DE VINHOS:

MARTINS, Limitada

VILA NOVA DE GAIA

CASAS & TOMÁS

SENHORA DA HORA

Diversas instalações de correias fornecidas pela firma

CASAS & TOMÁS

ORÇAMENTOS E

FÁBRICA DE ESTAMPARIA DE LAVADORES, LIMITADA

ESCRITÓRIO NO PORTO:
Rua Alexandre Braga, 64-1.º
Telefone, 539

TECIDOS DE ALGODÃO E SEDA

TINTOS E ESTAMPADOS

ESPECIALIDADE EM PINTADOS

PARA AS COLÓNIAS

DIPLOMA DE HONRA

na Exposição Colonial Internacional

Paris—1931

MEDALHA DE OURO

na Grande Exposição Industrial Portuguesa

Lisboa—1932

FÁBRICAS DE RIBA-D'AVE

DE

SAMPAIO FERREIRA & C.ª, L.da
OLIVEIRA, FERREIRA & C.ª, L.da
EMPRÊSA TÉXTIL ELÉCTRICA, L.da

■

Fabricação de algodões crus, estamparias cruas, cotins, riscados, percais, cobertores de algodão, lenços e flanelas, tanto para o continente como para o ultramar.

■

Sedes no concelho de VILA NOVA DE FAMALICÃO
Escritórios na Avenida dos Aliados, 66-2.º—PORTO

COLÉGIO ALMEIDA GARRETT

Pr. Coronel Pacheco, 1—Telef. 4527

PORTO

DIRECÇÃO:

P.e Guimarães Dias

P.e Adão de Carvalho

Dr. Carlos Aguiar

Dr. Avelino Soares

CURSOS:

PRIMÁRIO

LICEAL

COMERCIAL

A sua população escolar superior a 500 alunos, é um índice da

PREFERÊNCIA MERECIDA

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

Soc. Anón. de Resp. Limit. **SEDE EM LISBOA** **Capital: acções Esc. 7.000.000$00**

Especialidade em papéis para escrever, correspondência e livros comerciais, impressão, etc. Papéis de côres para capas e para embrulhos «Kraft» e ordinários. Papéis «afiches» em côr e riscados. Cartolinas. Cartões finos. Cartão palha, Almaços, Leornes, Mezenas, etc. Proprietária das **Fábricas do Prado** e **Marianaia** (Tomar), **Penedo** (Louzã), e **Vale Maior** (Albergaria-a-Velha), instaladas para uma produção anual de **seis milhões de quilos**, dispondo dos maquinismos mais aperfeiçoados.

ESCRITÓRIOS E DEPÓSITOS

Em LISBOA

R. dos Fanqueiros, 270-276 — Caixa apartado 19

TELE { gramas: PELPRADO-Lisboa
fones: Estado, 188-Direcção, 2 3623; Escritório, 2 2331

No PORTO

Rua de Passos Manuel, n.os 49 e 51

TELE { gramas: PELPRADO-Porto
fone: 117

EMPREZA TEXTIL DA CUCA

LIMITADA

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE ALGODÃO

E MIXTOS COM SEDA

FÁBRICA:

Moreira de Cónegos-VIZELA

TELEFONE, 24

SEDE E ESCRITÓRIO:

R. Passos Manuel, 58-PORTO

TELEFONE, 1147

ESPECIALIDADE EM RISCADOS, PRÓPRIOS PARA O CONTINENTE, ILHAS E COLÓNIAS

Stand N.º 51

FORÇA 20KGS
Ancora
F P
B L

II — O PORTO DE HOJE

(Continuação da página 119)

Atendendo à forma um pouco irregular por que se desenvolveu o Pôrto, desde os primeiros tempos da Nacionalidade — acompanhando os grandes interêsses do País nas suas maiores crises, ou nos instantes de maior apogeu — bem se pode afirmar que em todos os pontos, mesmo os que se dizem da Cidade Moderna e estão situados nas freguesias limitrofes (Campanhã, Paranhos, Ramalde e Foz) o cunho de antiguidade não desapareceu.

Lá temos, assim, nas encostas do Douro e sobranceira à Alfandega actual (porque a antiga estava situada na Calçada dos Ferreiros, onde nasceu o Infante D Henrique, vizinha ao Palácio da Bolsa, a vélha «*Casa das Sereias*» ou dos fidalgos da Bandeirinha, sôbre o Monte dos Judeus, e pertencente à família do valoroso oficial João da Cunha Portocarrero, antepassado ilustre duma não menos interessante figura de nobre Portuense — êsse homem de bom saber e boa raça, o saudoso D. Luís Pizarro Portocarrero, figura que o Pôrto de hoje bem conhecia e que, infelizmente, abandonou muito cedo...

Os Palácios antigos mais interessantes e mais bem conservados não são, inquestionavelmente, os que se encontram no Bairro da Sé. E existem igrejas vélhas que não é possível incluir no vélho ambito, nem na cidade Medieva, nem mesmo do Pôrto setecentista, galante e devoto.

Ponte D. Maria Pia (do Caminho de Ferro)

A *Praça da Liberdade* — que foi a *Praça Nova das Hortas* ou a *Praça de Dom Pedro*, após a triunfante revolução e o conflicto fratricida em 1834 — marca o início da traça da cidade moderna que se pode chamar o *Pôrto de Hoje* e de que, sem dúvida, constitui o mais belo expoente a *Avenida dos Aliados* com os seus altos e elegantes edifícios lembrando, pelo menos os da entrada, edifícios de Madrid contemporaneo, adentro daquela zona central, constituída pelo encontro das ruas que vão cruzar-se antes de chegar à Puerta del Sol.

Mas, olhando para o edifício moderno da *Estação de S. Bento*, o do *Banco Ultramarino* e o da *Caixa Filial do Banco de Portugal*, com a sua elegante alegória na platibanda — obra do distincto portuense que é o escultor Sousa Caldas e do grande engenheiro Abecassis — não se deve esquecer um velho edifício que ali existiu desde o século XVIII e que, enfrentando o *Palácio das Cardosas*, formidável e interessante mole, construída sôbre o que foi o mosteiro dos frades de Santo Eloy, ser-

Fachada do edifício da Faculdade de Medicina, construído nos últimos anos

viu até à sua demolição, de Palácio do Município Portuense.

Era o *Palacete dos Amorins* e ainda uma linda recordação dos tempos de oiro e sêda — com belas salas onde se encontravam explendidos quadros, hoje transferidos para o actual edifício da Câmara e para o Museu Municipal. Fôra edificado por D. António de Amorim, mantendo no alto a estátua simbólica do Pôrto. Havia, ao seu lado, uma bela casa, adquirida em 1868, também de vélho estilo, e já desaparecida em 1916, aproximadamente, com o vélho casario das Ruas de D. Pedro e do Laranjal, para dar nascença à moderna Avenida dos Aliados, em cujo alto se ergue, já quási pronto, o edifício destinado para os futuros Paços do Município.

Mas, no Pôrto, lado a lado com o Progresso Moderno, ainda persiste a boa e vélha tradição corporativa.

E assim, poucos passos andados, encontra-se o templo e as modernas edificações anexas da

Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade

Foi fundada em 1755, sendo colocada a primeira pedra da sua grandiosa Capela em 17 de Abril de 1803. Em 8 de Fevereiro de 1807 foi para o antigo Largo do Laranjal — nome do vélho bairro que se estendia na zona ocupada hoje pela Avenida dos Aliados — que passou a ter o nome de *Praça da Trindade*, a Séde desta Ordem que, desde 1755, funcionava na há pouco demolida Capela de Nossa Senhora da Batalha.

Uma piedosa instituïção doutro século, adentro dum vasto e belo edifício actual que, logo pouco depois da sua fundação, aí por 1822, edificava 6 casas terreas, inaugurando, em 12 de Julho de 1824, uma farmácia «que fornecesse medicamentos aos irmãos pobres».

O *Pôrto de Hoje*, na sua ânsia de progresso, bem se pode afirmar que teve início em meados do próprio século XIX — naquele dia 16 de Setembro de 1855 quando o jovem e bem amado Rei, D. Pedro V, perfazia 18 anos e foram, pela primeira vez, iluminadas a gaz as ruas do Pôrto. Assim é que, nos modernos arruamentos, a cada passo encontramos evocações doutra era, com belos e bem lançados edifícios onde muito cómoda e higiénicamente se encontram instaladas modernas repartições.

Quartel de Infantaria 18

Merece especial menção porque nêle se encontra o brioso Regimento de Infantaria n.º 18. Remonta aos fins do século XVIII e a história desta Unidade que, noutros tempos se denominava o *2.º Regimento do Pôrto*, é das mais ilustres do Exército Português: esteve na Campanha do Rousillon, na Guerra Peninsular e ilustrou-se muito notàvelmente na Grande Guerra. A vélha edificação teve de ser modificada com o decorrer dos tempos, como também o antigo Campo de Santo

Ovídio — que servia de Campo de Manobras, ainda nos princípios dêste século e onde se realizaram Missas Campais em 1907 e 1908 — hoje tem o nome de *Praça da República* e é um dos mais belos recantos ajardinados da Capital do Norte.

Os jardins públicos do Pôrto são incontestàvelmente um dos maiores encantos da grande e laboriosa cidade nortenha. Além dêste jardim da Praça da República, adornado por duas formosas estátuas, o *Rapto de Ganymedes,* de Fernandes de Sá, e o *Bacho* do grande escultor portuense Teixeira Lopes, é vastíssima a sua enumeração, a começar de Oriente para Ocidente.

E êstes é que, na realidade, constituem uma legítima razão de orgulho para o Pôrto de hoje — pois, só depois de 1831, é que nesta cidade principiaram a aproveitar-se os belos recantos arborizados.

Basta dizer que, em 1831, ainda no Campo da Cordoaria se realizou uma das últimas execuções...

Hoje, e principalmente nêstes últimos anos, o conjunto das belas praças ajardinadas, tôdas ou quási tôdas com os seus elegantes soclos e explêndidas estátuas muitos dêles, não poucos já tendo as *pérgolas* a quebrarem a monotonia da folhagem verde escura, produzem, sem dúvida, uma impressão bem diversa, bem mais animada e luxuriante do que os sorumbáticos e tristes Passeios Públicos do outro século onde, aos domingos e quintas-feiras, tocava uma ou outra banda regimental.

Entre os largos ajardinados ou alamedas, sem dúvida o mais interessante da parte Oriental da Cidade é o *Passeio de S. Lazaro.* — Sendo talvez o mais antigo do Pôrto — pois as suas obras começaram, definitivamente, aí por 1835 — revela hoje um aspecto moderno e vão ser notáveis as suas transformações.

Obra do Presente e, porventura, belo padrão do gosto artistico no Pôrto de Amanhã, o Jardim de S. Lazaro acha-se frente a dois edifícios do Passado que se encontram, no entanto, bem notàvelmente remoçados.

São êles:

Um aspecto do edifício e parque da Maternidade de Júlio Diniz. — Obra realizada pela iniciativa e dedicação persistente do ex.mo snr. Dr. Alfredo de Magalhães

Capela e Recolhimento de Nossa Senhora das Orfãs

Foi começada em 30 de Setembro de 1724 e tinha o nome de *Recolhimento das Orfãs de Nossa Senhora da Esperança,* principiando a funcionar em 31 de Maio de 1735 e foi «destinado à educação de meninas cujos pais lhe deixaram bens para viver na abundância mas que decaíssem na fortuna».

A fachada, hoje pintada cuidadosamente, permite destacar o formoso escudo modelo D. João V e todos os motivos ta-

lhados em granito — bem como o próprio interior da capela — dando uma excelente nota de grandeza e de estética à moderna Avenida Rodrigues de Freitas, onde o edifício de há dois séculos ostenta elegantemente a divisa latina:

IN ME OM-
NIS SPES VI-
TAE

Como beleza de fachada e mesmo como joia elegante de setecentos, não pode, por forma alguma, o forasteiro deixar de procurar, não muito longe da Praça da Trindade e ao alto da rua da Picaria, um interessante e pequeno templo de particular devoção:

Capela de Nossa Senhora da Conceição

Fica situada no alto do popularíssimo e conhecido largo da Picaria, no cimo das *Escadas do Pinheiro,* junto ao portão duma quinta e duma edificação que tem o mesmo nome — e *constitue um explendido miradouro sôbre a moderna cidade.*

Porque se encontra ali perdida aquela joia de arte que tem, no seu interior, admiráveis e finíssimos azulejos, bem como a raríssima e preciosa Imagem da Santa Padroeira de Portugal, com um manto azul forrado a vermelho?

Remonta a 1755.

Tem na frontaria, à semelhança da Capela de S. Lázaro, esta caprichosa e notável inscrição latina

CORRVET ISTE
LOCVS PINI: CONCEPTIO VERO
CVM VNDA DABIT FLAMMAS
ET DABIT IGNIS AQVAS (1)

Voltando ao jardim de S. Lázaro, depara-se com um sólido e vasto edifício, formando ângulo recto com o Recolhimento das Orfãs: é a

Biblioteca Pública do Pôrto

instalada no antigo *Convento de Santo António da Cidade,* cuja igreja foi arrazada em 1834 e para onde seguiram, ao tempo da sua fundação, os 78.000 volumes que a Biblioteca Portuense tinha em seu poder, antes da sua inauguração solene, em 8 de Dezembro de 1842.

Pertenceu aos religiosos Capuchos da Província da Conceição e no seu edifício encontra-se, também, instalada a *Academia de Belas Artes e o Museu Municipal.* A visita a êste edifício, quando mais não fôsse à Biblioteca e à sua riquíssima colecção de iluminuras, impõe-se a todos os visitantes.

Fachada principal do grandioso edifício do Liceu de Alexandre Herculano, recentemente concluído.

---

(1) *Tradução:* Desaparecerá êste logar do Pinheiro: porém, esta Capela da Conceição só quando as ondas derem chamas e o fôgo produzir águas.

No Museu se encontram, além de quadros riquíssimos e obras dos nossos melhores autores, antigos e modernos a belíssima estátua de Soares dos Reis, intitulada *«O Desterrado»*.

As edificações da Avenida Rodrigues de Freitas, larguíssima artéria que leva a Campanhã, embora nem tôdas sejam da mais recente data, — a maioria delas — têm elegantes fachadas, aonde predomina o estilo usado nos fins do século XIX

Dali parte a rua Herois de Chaves que teve o nome de Duqueza de Bragança e é uma das mais aristocráticas da Capital do Norte, conduzindo até às alturas de Costa Cabral, aonde se cruza com a larga e comprida rua da Constituição, a qual passa ao topo da *Praça Marquês de Pombal*, situada no fim da rua de Santa Catarina que teve, noutros tempos, a denominação da rua Bela da Princeza. De 1872 a 1874 houve ali perto uma Praça de Toiros, de madeira, reconstruída nos princípios do século actual, para novamente ser demolida.

Fachada principal do esplendido edifício do Liceu de Rodrigues de Freitas, ultimamente construído

Dêste Largo ou Praça continua a rua da Constituição, com o seu aspecto moderno e durante cujo longo e arejado percurso já se disfruta ao longe, a vista do mar.

Está-se em pleno Monte-Pedral, de antigas e bélicas tradições que remontam à era das Invasões Francezas.

À direita dessa rua, pouco mais ou menos perto do local em que está situado o *Paiol da Guarnição*, logra-se o amplo e deleitoso panorama dos terrenos de Paranhos — belo e mal conhecido rincão do Pôrto suburbano de Hoje que dará belas avenidas, já em esbôço, para a cidade de amanhã.

Perto, acompanhado em algumas dezenas de metros pela Rua do Ameal, avista-se o moderno jardim que tem o nome de Praça Nove de Abril (antiga *Arca d'Agua)*.

Ali se encontrava o manancial que abastecia algumas quintas velhas, situadas na parte noroeste da cidade.

Hoje constitue um dos mais belos jardins do Pôrto, com um lago, relativamente vasto, e uma bela gruta, à qual se sobrepõe uma espécie de esplanada.

Voltando à rua da Constituição, entre os últimos penhascos do Monte Pedral, optimo para os arriscados exercícios de equitação, e já na esquina da rua Serpa Pinto, está colocado o moderníssimo *Quartel de Cavalaria n.º 9*, em que está instalado o 1.º grupo de Esquadrões desta unidade, que na sua história conta uma gloriosa lista de batalhas, desde 1709, na *Guerra da Sucessão de Espanha*, até à *Guerra Peninsular* e aos combates em Africa e França.

Êste edifício, dotado com tôdas as condições de comodidade e higiene, merece bem ser visitado, assim como o *Quartel de Metralhadoras 3*, visinho ao *Palácio de Cristal* e que, outrora, era conhecido pelo nome de «Quartel da Tôrre da Marca», no tempo em que, nêle se encontrava aquartelado o Regimento de Infantaria n.º 6, o «Primeiro da Guarnição do Pôrto»

quando êle e o 18 ainda conservavam esta arcaica denominação.

Fronteiro a êle, na mesma rua do Triunfo que leva ao *Palácio de Cristal* e tinha, noutros tempos, o nome de «Rua dos Quarteis», encontra-se um edifício que foi Paço Real e que, no seu testamento, o exilado Rei D. Manoel II legou à Misericórdia do Pôrto.

É o *Paço dos Carrancas,* edificado no ano de 1795 por Manoel e Isidoro Mendes de Morais e Castro, que foram capitães de milícias e barões de Nevogilde. Ali esteve instalado, desde os fins de Março de 1809 — data em que se deu o lamentoso desastre da Ponte das Barcas — o general francês Soult, duque da Dalmacia.

Dali foi expulso no glorioso dia 12 de Maio do mesmo ano, pelo exército Anglo--Luso — e ali pernoitou Sir Arthur Wellesley, duque de Wellington, *The Iron Duke* o sereno vencedor de Bonaparte, antes da perseguição vitoriosa que pôs têrmo à 2.ª Invasão Francêsa.

Tinha de seguir um destino bélico, êsse edifício que veio a servir de Paço Real à Dinastia de Bragança após a cruenta Guerra dos Dois Irmãos.

Ali dormiu também D. Pedro, o Rei--Soldado, pai de D. Maria II.

Não longe fica o *Palácio de Cristal,* hoje galhardamente mudado e transformado em *Palácio das Colónias.*

Êste edifício é, sem dúvida, — quer no momento da Exposição Colonial quer mesmo, finda ela, quando regresse a edifício municipal — a construção que marca a transição entre o *Porto de Hoje e o de Amanhã.*

Foi inaugurado em 30 de Agôsto de 1861, no local conhecido pelos velhos portuenses sob a designação de *Tôrre da Marca* — pois ali se encontrava uma balisa para «marcar» aos navios demandando o Pôrto, a melhor linha de navegação. — Lugar muito arborisado nos antigos tempos, alguma coisa sofreu durante as lutas liberais e era povoado por habitações humildes há mais de um século.

Anteriores a êsse tempo, mudas testemunhas que lhe sobreviveram e olham o Palácio do Futuro, estão de pé a velha *Tôrre de Pedro Cem* e o *Palácio de Monfalim,* aonde reside actualmente o Prelado.

Ali teve logar, em 15 de Setembro de 1865, a Grande Festa da Indústria, com a *Exposição Internacional* — e ali vai ter lugar, em 16 de Junho próximo, a *Exposição Colonial* cujo edifício, delineado há mais de meio século pelo arquiteto inglês, Sheilds e realizado pelo arquiteto portuense, Gustavo de Sousa, bem como o parque, desenhado pelo paisagista alemão Emilio David, vão sentir uma interessante e salutar mudança.

Dentro dêsses mesmos jardins, colocada a sudoeste do grande lago, ergue-se a capela aonde esteve sepultado o pobre Rei Carlos Alberto de Piemonte e de Itália, o guerreiro de Novara que veio encontrar a morte

> *«N'este berço de muralhas*
> *«Que fez livre Portugal.*

É cheio sempre de evocações êste Pôrto admirável, mesmo quando se caminha no ambiente em que se vive a *Hora de Hoje!*

Assim, por exemplo, quem passa entre o moderno edifício da Escola Médica, tendo em sua frente o monumento ao grande romancista Julio Diniz, que foi lente desta Faculdade, não deixa de atentar no edifício do grande

Hospital Geral de Santo António

vulgarmente conhecido por *Hospital da Misericórdia,* começado a edificar em 1760 sôbre um desnível temeroso, qual é o que existe entre o passeio da Cordoaria e a actual rua dos Fogueteiros, a qual nos conduz ao *Passeio das Virtudes,* sobranceiro ao vale aonde outrora se despenhava o ribeiro que tinha êste nome ou do *Carregal.*

Para avaliar o arrôjo desta obra, ainda hoje patente com uma aparência de construção hodierna, basta dizer que o ribeiro mencionado, passando sob êle, se encontra coberto com abobada — sendo talvez, do lado sul, maior a altura que vai do fundo do ribeiro até ao nível do primeiro pavi-

mento do Hospital, do que é dêsse até ao telhado!

Insensìvelmente acode ao pensamento a obra da

Santa Casa da Misericórdia no Pôrto

e os Institutos que ainda hoje prosperam e dela dependem na Capital do Norte, os quais são:

O **Hospital de Alienados do Conde de Ferreira,** e que é o único manicómio existente no Norte do País;

O **Recolhimento das Orfãs de Nossa Senhora da Esperança,** já mencionado e existente em S. Lázaro — o qual foi fundado com o remanescente da herança do Rev. P.e Manoel de Passos Crasto;

O **Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Cintra,** entregue à Santa Casa em 1877, bem como o **Instituto de Surdos Mudos Araújo Porto,** ao largo da Paz, vizinho à Igreja de Cedofeita.

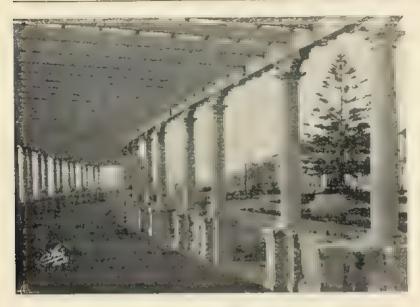
Há ainda a considerar, como dependentes desta benemérita Associação, fundada pela raínha D. Leonor, viuva de D. João II, o **Recolhimento de Velhos Inválidos de Santa Clara** — um dos mais antigos hospitais-albergarias existentes no Pôrto, pois foi entregue ao município do Pôrto em 15 de Maio de 1521, reinando D. Manoel I, e nêle se abrigou o P.e Francisco de Borja.

Devem mencionar-se igualmente os asilos de **Entrevados, Lázaros e Lázaras** que para a Misericórdia passaram nos tempos de D. João V; o **Recolhimento de Viúvas Pobres de Nossa Senhora das Dôres,** o **Hospital dos Entrevados,** o **Asilo de Cegos de S. Manuel** — junto ao já mencionado asilo dos Surdos-Mudos, no Largo da Paz, o **Hospital de Convalescentes** no lindo e histório edifício da Quinta da Prelada — perto da linha eléctrica 6 que para o Monte dos Burgos conduz e, finalmente, o **Sanatório-Hospital Rodrigues Semide.**

No Passado como no Presente, a Misericórdia prospera.

O seu actual edifício, ligado na rua das Flôres ao elegantíssimo templo de estilo barôco — aonde, entre outras riquezas de arte pictural, se pode contemplar o célebre quadro *Fons Vitae,* cuja restauração foi levada a cabo em 1892 pelo artista portuense Manuel António de Moura — constitue não só um belo museu de arte como também uma interessante fonte de documentação para estudos de qualquer espécie.

Um aspecto da fachada da Escola Industrial do Infante D. Henrique, recentemente edificada

A ela se encontra ligada a memória venerável de Dom Lopo de Almeida, sepultado a dois passos da primitiva e modestíssima capela de 1550, e de Dom Nicolau Monteiro, Dom Prior de Cedofeita e Prelado desta diocese, mais do que uma vez mencionado no decorrer desta crónica.

A PÉRGOLA — Avenida Brasil - Foz

Confissões, colocado num sitio que era absolutamente fora de portas e está dentro da área do Pôrto Moderno — embora evoque, ainda hoje, um dos mais curiosos aspectos da piedade portuense no século XVIII.

Essa pequena e esquecida capela, principiada em 7 de Janeiro de 1755, ao fim de vinte dias estava benzida e nela foi celebrada logo a primeira Missa. Para a sua edificação trabalharam «*Fidalgos princi-*
«paes que vivem no Porto, e muitas Fidal-
«gas, varias mulheres de ministros toga-
«dos, Clerigos, Religiosos, homens e mu-
«lheres particulares e plebeas, estudantes,
«meninos e meninas; uns partindo pedras
«e outros acarretando os materiaes.»

Em pleno Pôrto actual, junto aos três jardins, da Cordoaria, Carlos Alberto e Praça Parada Leitão ou *Voluntários da Rainha* — a que o vulgo portuense classificou de *Praça dos Leões* — fica o moderno edifício da *Universidade do Pôrto*.

E êsse defronta os dois templos que já ficavam fora das antigas muralhas do Porto Antigo.

Da mesma forma o

Hospital da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

cuja primeira pedra foi lançada em 18 de Agôsto de 1902 e está visinho da grandiosa e relativamente moderna Igreja da Lapa, aonde se encontra ainda o coração valoroso de D. Pedro IV, o Rei-Soldado, nos fala também da «*Capela de Nossa Senhora da Lapa das Confissões*» — aonde se fêz colocar «**uma roda** *para por ella se resti-*
«tuirem dinheiro, peças de ouro, prata e
«mais **coisas furtadas, sem o perigo de**
«serem conhecidos os restituidores.
«E se a alguns dêstes lhes he preciso per-
«noitar naquelle sitio, para fazerem me-
«lhor exame das suas culpas, se lhes dá
«de comer pela roda, e na mesma casa
«teem Altar e cama».

A *Real Capela de Nossa Senhora da Lapa*, com as suas três portas e o dístico latino

OMNIA PER MANVS MARIÆ

é muito mais recente e nada tem de semelhante com o que resta da mencionada *Capela de Nossa Senhora da Lapa das*

Igreja da Ordem Terceira do Carmo

elegante e rico exemplar do estilo barôco, com preciosos trabalhos em talha no interior, admiráveis realizações de ornamentação e estatuária no exterior e no cimo da Igreja, sobrepujada pelas imagens dos quatro Evangelistas — figuras em pedra, tôdas elas impregnadas de emoção e movimento.

Passando ali a qualquer hora, vive-se em pleno ambiente de transição entre a delicadeza elegante do século d'oiro e seda

e o valoroso século anterior, representado pelo seu próximo visinho que é a

Igreja dos Extintos Carmelitas

que tem um interior também quási tão rico em obra de *talha* como é o da Capela visinha. Êste templo — cuja fundação foi primitivamente estabelecida numa casa da Rua de S. Bento da Victoria, «com o auxilio do Governador das Armas e justiça desta cidade, Dom Diogo Lopes de Sousa» — tem tôdas as características do século XVII e guarda o traço imperecível de Teresa de Ahumada, a enérgica e inteligente Carmelita Espanhola, admirável e poética figura de mulher, encarnação do máximo expoente que poude conseguir a ascese peninsular seiscentista.

«Mira que muero por verte
«Y vivir sin ti no puedo
«Que muero porque no muero!...
«O mi Dios, quando sera
«Quando yo diga de vero:
«Que muero porque no muero!...»

E é assim que, no meio da sua considerável adaptação moderna, com o incontestável desenvolvimento comercial e fabril, os seus hoteis, as suas casas de modas, a sua vida nocturna, os seus *taxis*, as suas vitrines sempre iluminadas, êste Pôrto de Hoje é ainda impregnado todo êle, dum vago espírito de tradições que nos acompanhará, com indispensáveis detalhes de enternecimento, até ao Pôrto do futuro.

Um aspecto da Avenida Brasil — Foz

III — O PÔRTO DE AMANHÃ

Para êle partimos vendo, como numa viagem de sonho, entre as duas Pontes de D. Luiz e D. Maria Pia, correr a *parte sul* das suas «novas muralhas», a linha férrea que de Campanhã vai, após 750 metros debaixo da terra, desembocar a S. Bento — no local em que esteve, noutro século, o Mosteiro de S. Bento da Avé Maria e aonde, actualmente, o génio creador de Jorge Colaço nos faz viver os mais belos episódios da História de Portugal nos seus paineis de azulejo, como nos ensina a história da viação no frizo admirável razando com o teto elevadíssimo.

S. Bento, Avenida dos Aliados...

E já nos parece que o século XX nos vai passando vertiginosamente. O Pôrto, agora, já tem a sua nova *cinta de muralhas*, a linha suburbana que de Matozinhos conduzirá a Ermezinde, cortando campos aonde há vinte anos se fazia equitação e em que, há mais de um século, se travaram batalhas, aonde se creou mais uma razão de tradicional amizade entre o exército Anglo-Luso, na Guerra Peninsular:

Igreja Paroquial de S. Veríssimo de Paranhos — Freguesia de Campanhã

Uma relembrando episódios da invasão de Soult, outra falando-nos da História, já quási lendária, do Pôrto, nas eras da invasão de Al-Mansor.

O Pôrto, com os seus monumentos pre-afonsinos, começa já a ter qualquer coisa de homérico para os homens de amanhã.

A população aumenta e denuncia como eram insuficientes os alojamentos sitos nas antigas areas — e aumenta o seu perímetro, acentuadamente no sentido Oeste.

Como vai longe a vélha cêrca da cidade afonsina, a própria cidade galante do século XVIII, no tempo em que se estabeleceu a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, quando a *Rua das Flóres* ou dos *Ourives* era um centro de Bom Convívio ou quando, mais tarde, um passeio até ao *Bessa* ou à *Fonte da Moura* se considerava uma espécie de vilegiatura!. .

Amanhã, a *Estrada da Vilarinha* a dois passos de Matozinhos, o *Caminho da Pasteleira* vizinho à Foz, serão ruas de cidade: a *Quinta do Freixo,* à beira rio, é a nota única de bucolismo, naquela insua que separa a Capital do Norte da margem Sul — tudo se converterá numa vasta região fabril.

A cidade moderna, elegante, aproxima-se do mar — *Carreiros,* com a sua longa avenida marginal que a leva até Matozinhos e Leixões, tenta-a, ensinando-a a atraír melhor os estranjeiros, interessados por esta nova *riviera* de Portugal.

A vélha

Igreja de S. Martinho de Cedofeita

com o vizinho e moderno Liceu Rodrigues de Freitas, que não a afronta, regressando nos fins de 1933 ao seu primitivo aspecto — semelhante ao que teria no tempo dos forais em que esta comunidade *de «conegos que abraçaram a regra de Santo Agostinho e que possuía em tempos remotos grandes rendas e privilégios, com o senhorio dos direitos de pescado que se colhia desde Aveiro até à Galiza»* — terá, na cidade futura, um aspecto quási tão central como, ainda hoje, tem a Sé dos Bispos Cavaleiros.

O *Largo do Priorado* desapareceu; apenas a edificação modesta, assoberbada pela moderna Igreja, recordará o *Theodemirus Rex Glorios...*

Pelo Campo Alegre, nas vizinhanças da Arrábida, por Francos, nas longas e romanticas estradas de há um século, erguer-se-ão edifícações modernas ,e elegantes com as suas *pérgolas,* bairros operários cheios de luz e de higiene.

E assim chegaremos a *S. João da Foz* onde, certamente da Foz vélha, apenas se conservará a Matriz, interessantíssima e remontando aos aureos tempos de D. João IV, que a ajudou a fundar e ao vélho forte, modelo perfeito que poderia causar inveja a Vauban e cujos *revelins,* cujos *fossos,* permitiram em 1832, ao marechal Saldanha, aguentar-se galhardamente na *Guerra dos Dois Irmãos.*

Que admira que a Foz do Douro se transformasse quando, no centro da cidade, para a alterosa Sé Catedral, desafrontada completamente do sujo casario do Corpo da Guarda e Rua Escura, se deverá subir por uma alta escadaria que nos porá em contacto com essa preciosidade histórica — heroica e muda contempladora dos tempos do nosso primeiro Rei!

O Douro, apenas, é que não mudou: passaram três pontes, a das *Barcas,* de trágica memória e muito curta duração, a *Pensil* de cujos pegões ainda se encontram vestígios, numa e noutra margem, vizinhos à ponte D. Luís I.

O vélho e negro rio, temeroso e rugidor, guarda constante das três províncias, continuará vigiando com a sua negra linha de águas, como um ferro de envelhecida lança atravessado nas mãos dum rude alabardeiro doutras éras, para não deixar violar a chave das regiões nortenhas — da vélha província de Entre-Minho e Douro onde aprendeu a fazer-se livre e onde se balbuciaram as primeiras sílabas do lindo e santo nome de *Portugal.*

FRANCISCO PEREIRA DE SEQUEIRA.

QUEM pretender sentir no mais alto grau de intensidade uma bela e segura impressão do muito que logrou a inteligência persistente desta população que, há longos séculos, moureja e aproveita as incontestáveis benesses do grande rio que desce de Espanha, tendo nascido na serra de Urbion, desempenhando as funções de natural fronteira desde as alturas de Miranda do Douro até Barca d'Alva — não tem mais, hoje, do que atravessar a longa ponte metálica D. Luiz I, podendo mesmo, na *linha eléctrica número 14,* seguir até às Devezas, avizinhando com as românticas evocações do Candal e a dois passos também da estação de Gaia, que o põe em contacto com a Linha do Norte — ou então, no *carro número 13,* chegar a Santo Ovídio, vizinho já do Monte da Virgem, aonde perpètuamente e da margem Norte se descortina pela noite fora uma cruz luminosa, erguida há algum tempo já.

Passeio agradável e muito fácil, em que se vencem distâncias largas e já se pode fazer idea do muito que logrou realizar uma boa e enérgica população.

Olhando, na parte oriental da actual Ponte que veio substituir, após 1877, a *Ponte Pênsil* — inaugurada em 17 de Maio de 1843 — descobre o perfil alteroso da serra heróica, adornada pelo seu longo convento mudado em Quartel, vê o Observatório Astronómico e, sobranceiro à *Ponte D. Maria Pia,* uma das mais arrojadas e elegantes «obras de arte», conforme se diz em linguagem técnica, e o planalto do Seminário, bela edificação moderna que recorda uma das mais decisivas acções do dia 12 de Maio de 1809, quando a energia inteligente de alguns regimentos do Exército Anglo-Luso, o regimento de cavalaria 7 e os cavaleiros do general Stwart, levaram de vencida as belas unidades francesas, *houssards* e dragões do general de La Houssaye.

Sòmente de Gaia, e do quartel de artilharia ligeira n.º 5, se pode apreciar tão belo e evocativo espectáculo.

A juzante do rio, isto é, para a direita de quem segue para Vila Nova, o aspecto do operoso concelho, que tem mais de vinte freguesias, é um pouco diverso.

Menos rudeza de montes, margens menos abruptas — e, em baixo, avizinhando o rio, mais acessível e apropriado ao tráfego intenso, aconchegada à igreja paroquial de Santa Marinha, a série de largos armazéns e escritórios, aonde vêm diàriamente, do Pôrto, da Granja, da Aguda e de outros lugares suburbanos, resolver os graves problemas de ordem mercantil, os chefes de grandes casas da capital do Norte.

A colónia inglesa é, também, ali muito preponderante: dir-se-á que os representantes dos dois grandes países coloniais, Portugal e a Inglaterra, sabem continuar,

ainda em pleno século XX, as boas tradições da Aliança, iniciadas verdadeiramente em fins do século XIV, entre a casa de Lencastre e a de Aviz — gerando e preparando a nobre alma empreendedora do *Infante Navegador*.

Existe uma grande intensidade mercantil e industrial nessa boa região da Gaia ribeirinha aonde, já no princípio do século actual, (1908), se contavam mais de 80 fábricas de alcatrão, asfalto e breu, velas de cera, botões de ôsso, curtumes, fiação, azulejos, gêlo, produtos químicos, sabão e tecidos. A abertura da moderna Avenida, há muito rasgada até ao alto de Santo Ovídio em que, ainda não há um quarto de século, existiam acampamentos de ciganos, fêz da formosa Vila de Gaia, uma vizinha quási tão modernizada e como que rival do Pôrto.

Quando se comparam, no momento do cair da tarde, os panoramas — por assim dizer competidores na beleza de cenário — das duas margens do Douro, inquestionàvelmente que a *Cidade Antiga* é a da margem Norte...

O Pôrto, fronteiro a Vila Nova, é ainda o princípio do século XIX tentando chegar ao Sul, quando, em 15 de Agosto de 1806 — dia de Nossa Senhora do Pilar — inaugura a vélha *Ponte das Barcas*, aonde o seu povoléu há-de sofrer morte e paixão naquele turbulento dia 29 de Março de 1809 — de que nos fala o painel em bronze, ainda existente na Ribeira.

Gaia representa, já, a feição romântica do mesmo século.

E é, talvez, esta mesma feição romântica, gerada confusamente na tradição antiga, quando a margem Sul do Douro como que fazia parte das *Terras de Santa Maria*, de que eram donatários os rudes e altivos senhores da Feira, descendentes daquele Rui Pereira que era amigo e companheiro do Mestre de Aviz — é, porventura, essa mesma tendência, meio sentimental, meio cavaleirosa que vem trazer resposta a uma dúvida inteligentemente exposta por António Arroio, quando, a pág. 75 do seu belo artigo — *As Belas Artes em Vila Nova de Gaia*, do opúsculo primorosamente coligido pelo insigne portuense que é Joaquim Leitão, «*Mea Villa de Gaya*» — observa que «circunstâncias ainda não definidas fizeram com que Vila Nova de Gaia ocupe um lugar proeminente, senão superior em importância e extensão aos outros centros artísticos do país...»

Pois não é no mosteiro de Grijó que se encontrava o mal respeitado túmulo de D. Rodrigo Sanches, filho bastardo de D. Sancho I e de D. Maria Pais, *a Ribeirinha?* Fôsse bem ou mal respeitado, o certo é que é um dos mais belos templos do termo de Gaia a que anda ligado o nome da esbelta figura do cavaleiro, filho da mulher «branca e vermelha» que inspirou a mais antiga canção portuguesa a Pay Soarez de Taveiros:

> «No mundo nom me sey parelha
> «Mentre me fôr como me vae...»

É anterior à fundação da Monarquia, talvez do próprio século X — e, em 1093, Soeiro Formariguez «*Tratou de fazer a Igreja maior e mais capaz por ser muito pequena aque seus tios fundaram.*»

O edifício e o precioso claustro que hoje se admira são posteriores ao século XVI, sendo-lhe a primeira pedra lançada em 28 de Junho de 1574 — quando o mosteiro dos Cónegos Regrantes da Serra do Pilar já de Grijó se encontrava desagregado.

Antes de qualquer referência ao interessante monumento, hoje restaurado e remoçado, graças ao esfôrço e à pertinácia dos *Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar*, convém não esquecer um convento que se encontra muito perto da margem Sul do Douro — tanto assim que, no século XVII, foi vítima de uma cheia tão poderosa, que de um andar superior do edifício com a mão se podia atingir as águas:

É o mosteiro de Corpus Christi.

Foi fundado em 1345 por D. Maria Mendes Petite, mãi de um dos assassinos de Inez de Castro, a inconsciente e formosa agente de penetração espanhola, justiçada pelos íntegros conselheiros de Afonso IV, *o Bravo*. — Para manter, como era de esperar, a tradição heróica de Vila Nova de Gaia, o convento de *Corpus Christi*, hoje

felizmente restaurado como venerável centro de Regeneração, depois de 1927, não podia deixar de ter albergado, entre as suas paredes, os restos heróicos dum cavaleiro de Aljubarrota:

AQVI IAS ALVARIANES CERNACHE, CAVALEIRO ARMADO POR EL REY D. JOÃO CVIA ALMA DEOS HAIA, ANADEL MOR...

Mereceria uma apreciação mais lenta, e um especial trabalho de monografia, êste vélho e interessante mosteiro, hoje felizmente remoçado, para bem das nossas vélhas obras de arte e de beneficência.

Se o mosteiro de Grijó nos fala dos tempos de D. Sancho I, dos primeiros momentos da Nacionalidade, o de *Corpus Christi* muito de bom tinha igualmente, mesmo antes da sua restauração, porque nêle teve guardado, longo tempo, o sepulcro de um dos cavaleiros do *Rei da Boa Memória*.

«O Desterrado» obra prima do grande Mestre Soares dos Reis

Gaia tem, ainda, porventura, uma outra recordação heróica, ao mesmo tempo artística e reveladora do bom esfôrço persistente dos seus filhos — agora como sempre, briosos no esfôrço de manter os belos monumentos da sua terra:

Convento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

Êste mosteiro, vulgarmente conhecido outrora pelo *Convento e igreja dos Crúzios da Serra do Pilar*, foi ali fundado em 1540, na opinião de Pinho Leal que já, em meados do último século, o achava

muito danificado — se bem que ainda encontrasse muito bem conservada a igreja, tôda circular como *Santa Maria la Rotonda* de Roma, «*tôda cercada de capellas e será acabada hua das melhores do Reyno e junto à Igreja fundou o Prior hua formosa Claustra da mesma architetura e forma circular e redonda...*»

Assim falava D. Frei Nicolau de Santa Maria, na sua crónica dos *Cónegos Regrantes de Santo Agostinho,* citada num elegante artigo de Manuel Monteiro em «*Mea Villa de Gaya*». — Nessa altura, em 1908, já o primeiro escritor se lastimava do abandono a que chegara o mosteiro, aonde a valente e furiosa artilharia liberal engastou alguns pelouros, à maneira de jóias, e aonde as ervas, a passagem dos anos e a indiferença pelos monumentos, que tão bem caracterizou o século XIX, deixaram perder «*hua fermosa fonte de agoa, dourada em partes, muy alegre á vista...*»

O mundo caminha — e o amor pelas Coisas Nacionais renasceu também com o progresso.

Estamos certos que, se D. Frei Nicolau de Santa Maria voltasse a êste mundo, havia de ficar muito grato aos bons vizinhos do Pôrto, aos Gaienses que fazem parte de *Os Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar,* quando naquele já remoto e grande dia 8 de Agôsto de 1927, nesse mesmo claustro, se realizou uma bela conferência a propósito do *Renascimento em Portugal,* que tanto interêsse já tinha merecido ao grande arquitecto alemão Albrecht Haupt e ao inglês Watson.

A interessante fonte «*muy alegre á vista*», como a nota argentina da sua água cantante, as pequeninas capelas restauradas no claustro circular — que deve ser, na Europa, o rival único de *Santa Maria la Rotonda* — para lá voltaram de novo e hoje andamos naquela mesma «Gaia valorosa» aonde na parada vastíssima do quartel seu vizinho, os artilheiros comemoram num padrão, sobranceiro ao Douro, os seus camaradas mortos na Guerra.

Sobranceira à ponte em que se deu a tragédia de 29 de Março de 1809 e às margens que assistiram à subseqüente vitória de 13 de Maio, não longe do local aonde se abriram as trincheiras durante a *Guerra dos dois Irmãos,* está patente, no belo padrão de suave e nobre estilo, o *In memoriam* dos Heróis da Grande Guerra.

— 1809, 1833, 1918...

Com razão pode afirmar-se que a Vila de Gaia, descendente da vélha povoação de *Cale,* vocábulo de origem pre-romana que veio a formar o nome ilustre da nossa Pátria, tem um destino de terra heróica — ou não fôsse ela, pelos romanos, apontada como «estação» da *via militar* de Lisboa a Braga.

Não permite o âmbito restrito destas observações e notas uma divagação mais larga de sabor histórico; de resto, a cada passo e na mais inconsciente obra de escavação, se depara com uma descoberta que será um interessante documento do seu viver passado.

O ilustre e saüdoso investigador histórico portuense que foi o Dr. José Fortes revelara as preciosas *lucernas* do cemitério de Gulpilhares, uma das freguesias dêste concelho — as suas *anforetas* e os seus *vasos grafitados;* existem preciosas recordações gaienses de faianças dos fins do século XVIII — como as da *Fábrica da Quinta de Vale de Amores,* ainda existente em 1787 e cujo proprietário tinha o nome de Bernardo Guedes, da *Fábrica de Santo António de Val da Piedade,* e tantas outras. Pois ainda há bem pouco tempo ali foi desenterrada uma longa e vélha espada, cheia de ferrugem, de-certo pertencente a qualquer dragão que a manejou heròicamente nas fileiras do exército de D. Miguel...

E aquêle apeadeiro de *General Tôrres,* entre a estação de *Gaia* e o túnel vizinho à *Ponte D. Luiz,* não é mais do que a recordação constante do bravo mas impertinente oficial do exército de D. Pedro, de nome José António da Silva Tôrres, futuro visconde da Serra do Pilar, anedótico e simpático, também citado por Silva Gaio no *Mário* e por Guiomar Torrezão no *A Família Albergaria,* que era um leal servidor da sua causa, mas a verdadeira inquietação dos seus camaradas com a mania de soltar constantes «alertas».

Até neste aspecto, Gaia é interessante:

tão depressa inspira os literatos como os artistas!...

Por isso, a linda vila de *Gaia mercantil,* que sobe desde os armazens vizinhos da beira-rio pela rua do Rei Ramiro, alternando os longos e profundo armazens — por vezes — com os negros muros dos aristocráticos jardins, antes de chegar à zona das fábricas, bordando o rio para as bandas da Afurada, é ao mesmo tempo, *romântica* e *valorosa.*

Claustro circular do Mosteiro da Serra do Pilar

Não é e não foi sòmente valorosa nos episódios guerreiros em que, ao de leve apenas, se pode tocar no decorrer desta notícia. Gaia, por muito vizinha do Pôrto, em várias ocasiões da sua existência afastada, chegou a ter seus dares e tomares com o próprio Rei...

E assim é que, no momento de D. Pedro I, em 1359, pretender construír ao Sul do Douro, portanto nesta vila, a tôrre que deveria ligar-se a outra — existente no Cais do Bicalho — por meio de uma cadeia de ferro, a fim de impedir a passagem aos navios inimigos, nos gaienses encontrou enérgica oposição.

E viu-se, pela experiência que êles exigiram como justificação, como era motivada a sua recusa.

As exigências da vida moderna, o desenvolvimento fabril que chegou, mesmo, a prejudicar Vila Nova — como vulgarmente é conhecida por alguns portuenses — deu a muitos a falsa impressão de que era uma vasta série de armazens e de fábricas, que obrigou a Vila de Gaia a expandir-se e a desenvolver-se no planalto que enfrenta o Pôrto e aonde corre a larga Avenida, continuando a *Ponte D. Luiz,* em que, perto da bifurcação das citadas linhas 13 e 14, se ergue o *Palácio do Município* — casa moderna com tôdas as comodidades indispensáveis, a grandeza duma edificação em que se atendem os interêsses duma das mais vastas e férteis regiões do Norte:

As *Terras de Santa Maria!...*

A vélha estrada real que ligava o fronteiro Pôrto com Lisboa e que vai entroncar com a «testa» do tabuleiro inferior da *Ponte D. Luiz* — junto ao lugar aonde se notam os *pègões* da *Ponte Pensil,* ainda hoje existentes — foi substituída, em grande parte, pelo tráfego na grande avenida que liga o Pôrto com Santo Ovídio e que, durante as noites mais negras, para quem desça a rua de Santa Catarina, mostra a Avenida Nova que a Santo Ovídio conduz,

como uma esplêndida *estrada de marcha* do burgo Passado para a vila do Futuro.

Alguém até lhe quis dar foros de cidade; mas os gaienses talvez o não devessem aceitar, tão orgulhosos devem sentir-se de ter nascido em tão nobre e linda vila.

Limitada, ao Norte, pelo Douro, ao Poente avizinha com o mar — e qualquer coisa de misterioso existe que defende êste primoroso rincão nortenho de ser devassado pelo Oceano.

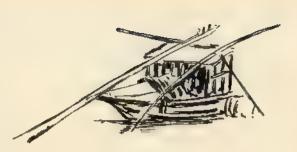
Talvez, por essa razão, Vila Nova é tão misteriosa em seus detalhes de existência — e as próprias edificações que denunciam o viver moderno, são recatadas e, ao mesmo tempo, denotam a preferência pelo estilo da antiga casa Portuguesa . . .

E isto vai transformar a sua grande avenida, as suas artérias do futuro que ainda hoje são estradas, num belo porvir de gôsto moderno, impregnado, ao mesmo tempo, duma vaga e elegante nostalgia do Passado.

Nos arvoredos rumorosos das quintas e nos campos, desde Oliveira do Douro até ao Candal ainda «as aves desembocadas das suas acolheitas, pulam a dessedentar-se nos meandros da água que os rega» — como disse Camilo; mas a *formosa Vila de Gaia,* mau grado a sua feição mercantil e romântica, tem de ser valorosa — e o seu valor, modernamente, acentua-se demonstrando que em tudo pode competir com a cidade contemporânea que, justamente orgulhosa, se ostenta em frente.

Gaia, alfôbre de grandes artistas como Soares dos Reis e Augusto Santos, os dois irmãos Oliveira Ferreira, o grande mestre Teixeira Lopes, primoroso comentador no cinzel dos mais belos episódios e das figuras da época acidentada em que vivemos, — Gaia, entre outros muitos denotados cultores de arte e bom gôsto, é valorosa também no combate das boas ideas e tanto assim que já vai na terceira lição popular de divulgação cultural, organizada pela direcção dos museus municipais e Biblioteca Pública, lições interessantíssimas a que tem acorrido as mais distintas e consagradas figuras da cidade fronteira — tais como o Dr. Magalhães Basto e o Dr. Joaquim Costa, que em 12 de Maio último ilustrou os Paços do Concelho de «*Mea Villa de Gaya*» com a mais interessante conferência sôbre o *Amor dos Livros,* demonstrando assim como entre o Pôrto e Gaia, desde os remotos tempos, se algum sentimento de ansiedade e tortura existiu, foi o de não poderem conseguir estreitar-se, como nêste último século o conseguiram, num grande e fervoroso abraço de irmãos, filhos da mesma santa e abençoada terra Portuguesa!

F. S. (BAYARD).

INSTITUTO DO VINHO DO PÔRTO

Ao fundo da nave lateral de Leste, do Palácio de Cristal, encontra-se montado o «Stand» do Instituto do Vinho do Pôrto.

A importância que a produção e o comércio do Vinho do Pôrto representam para a economia do País, impunham ao Instituto a sua comparticipação oficial no certame das actividades metropolitanas, que exercem a sua influência económica nos domínios ultramarinos da Pátria Portuguesa.

O Instituto do Vinho do Pôrto representa, com efeito, uma das grandes colunas estruturais do edifício corporativo do Estado Novo Português. A sua criação provém da sindicalização da produção e da do comércio de exportação do Vinho do Pôrto, sendo a primeira constituída pela Casa do Douro e a última pelo Grémio dos Exportadores de Vinho do Pôrto. Como existem, porém, funções de fiscalização, e há que realizar estudos de carácter técnico, propaganda de expansão e uma coordenação de esforços para a remodelação eficiente dos acôrdos comerciais, criou-se o Instituto do Vinho do Pôrto, como elemento de intervenção, e de equilíbrio entre aquêles dois organismos de actividade sindicalizada.

Além desta função coordenadora, tem o Instituto do Vinho do Pôrto, a seu cargo, a fiscalização do produto desde a saída do Douro até à sua chegada aos mercados estranjeiros, e tanto quanto seja possível até à sua distribuição nesses mercados,—para o que tem por missão a passagem de certificados de origem, de boletins de análise, bem como condicionar a exportação do vinho segundo as exigências dos mercados, e defender o prestígio do seu nome em tôda a parte, não só pelo reclamo feito à marca, como pelo combate feito às fraudes.

E uma vez devidamente montados todos os seus serviços técnicos na futura sede própria, competir-lhe-á também o estudo das castas de vides que mais convém à região para a produção dos vinhos generosos, assim como todos os complicados trabalhos de ampelografia, histologia e œnologia que a importância do intrincado problema do Vinho do Pôrto exige que se realizem.

*

Foi o Instituto criado há cêrca de um ano. Estando, porém, ainda por concluir as obras de adaptação e instalação da futura sede dêste organismo, é essa uma das razões porque ainda não pode o Instituto apresentar ao exame de leigos e peritos os resultados dos seus trabalhos científicos.

A própria acção comercial que, aliás tem sido exercida com a maior intensidade compatível com as limitações de um período de iniciação, não pode apresentar em meses a demonstração do êxito dos seus trabalhos.

No entretanto, a investigação dos seus arquivos de correspondência, provoca já uma impressão concludente acêrca da actividade desenvolvida.

A-pesar da campanha publicitária já realizada pelo Instituto do Vinho do Pôrto, ter dado, nomeadamente na Inglaterra, sensíveis resultados, é oportuno lembrar que os respectivos Fundos, devido ao período de iniciação em que êste organismo se encontra, não podem sofrer esbanjamentos e não devem ser empregados senão com fortes probabilidades da utilidade da sua aplicação.

Com efeito, qualquer modesta campanha de publicidade exercida nos grandes meios, custa centenares de contos antes que o grande público se torne sugestível à sua acção.

*
* *

Quem confrontar as estatísticas referentes à exportação do Vinho do Pôrto, poderá imediatamente notar as possibilidades que subsistem, para a expansão do seu comércio, tanto na Metrópole como nas Colónias. Emquanto o consumo do Vinho do Pôrto é de 0,4 litros por habitante na Inglaterra e de 0,22 na França, e de 0,06 na Noruega, reduz-se a 0,15 no consumo nacional.

E a sua exportação para as Colónias portuguesas está muito abaixo daquilo que deveria ser, visto reduzir-se a uma média de 330 mil litros anuais, não chegando a 1 por cento da exportação total.

Foi para modificar profundamente êste estado de cousas, que não é apenas peculiar ao Vinho do Pôrto, mas se aplica a muitos outros artigos nacionais, que se fêz a Exposição Colonial Portuguesa, onde em muitos úteis e curiosos gráficos se demonstra como as realidades ficam muito aquém das possibilidades da permuta comercial, a não ser em casos excepcionais como o açúcar, em que o consumo nacional se concentrou quási exclusivamente no produto das nossas Colónias, quando ainda há bem poucos anos, e sobretudo em relação ao Norte do País, se dava precisamente o contrário. O que se conseguiu já com o açúcar, tem de efectivar-se em relação ao tabaco, ao algodão, ao arroz e a tantos outros produtos de que a economia metropolitana tanto carece.

Inversamente, indispensável é promover uma maior expansão do consumo do Vinho do Pôrto, nas províncias ultramarinas da Pátria Portuguesa, e não só dentro dêsses territórios, como naqueles que estão contíguos à Índia Portuguesa, a Macau e à África do Sul.

Torna-se, para isso, necessário compenetrar os portugueses das qualidades tónicas e digestivas do Vinho do Pôrto, sem perder de vista as vantagens do uso dêste precioso néctar, quando preparado com quina e outros produtos similares, que o transformam num excelente aperitivo com qualidades terapêuticas.

O Instituto do Vinho do Pôrto confia nos resultados da realização da Exposição Colonial Portuguesa, como ponto de partida para uma melhor compreensão do valor que o Vinho do Pôrto representa para a intensificação da permuta comercial entre a Metrópole e as Colónias.

MATOZINHOS

A VILA DE MATOZINHOS E A FUTURA CIDADE DE LEIXÕES

Na alvorada da nacionalidade portuguesa, já existia a *Vila de Matesinus;* mas, nessa época remota, a palavra *vila* significava *pequena aldeia*, ou mesmo uma propriedade rústica, com a habitação do proprietário, a dos trabalhadores, os estábulos e celeiros, os terrenos cultos e incultos, constituindo tudo uma unidade rural.

Mais tarde, quando D. Afonso III mandou fazer as inquirições gerais de 1258, Matozinhos fazia parte, com o nome de *Matusiny*, duma organização administrativa e judicial, que se denominava — *Julgado Municipal de Bouças* — e que era constituída por numerosas povoações, ocupando uma área grande, que se estendia de Leça até à Foz do Douro.

No século XIV, o Julgado de Bouças, como os da Maia e de Gaia, estava subordinado à cidade do Pôrto, concessão feita por D. João I, como tributo de reconhecimento aos portuenses, pelos serviços que lhe prestaram.

Em 30 de Setembro de 1514, D. Manuel I concedeu um foral a Matozinhos, que era então, a freguesia mais importante do Julgado, contando já 600 fogos. E, dois séculos depois, em 1733, Matozinhos erguia na praça pública o seu Pelourinho, símbolo do concelho, tinha a sua casa de audiência e cadeia, elegia o seu Juiz, embora a eleição ficasse subordinada à cidade do Pôrto, e tinha os seus almotacéis, os seus tabeliães do público judicial e notas, um escrivão das cizas e um meirinho. Era, pois, um concelho imperfeito, segundo a classificação de Herculano. Todavia, continuava a constituir o *Julgado Municipal de Bouças*, denominação que era comum, mesmo quando o País estava todo dividido em concelhos.

Só no século XIX, quando triunfou o regime liberal e foram extintos os julgados, separando-se os poderes judicial e administrativo, apareceu o Concelho de Bouças, com a organização que tem hoje.

A cabeça do Concelho de Bouças foi transferida em 1836, para o lugar da Senhora da Hora, que foi elevado à categoria de *Vila de Bouças*, permanecendo ali, durante dezassete anos, até que D. Maria II, em 25 de Maio de 1853, criou a *Vila de Matozinhos*, formada por duas freguesias, a de Matozinhos e a de Leça da Palmeira — a primeira ao Sul e a segunda ao Norte do rio Leça, na sua foz.

Santuário da Confraria do Senhor de Matozinhos

Para a *Vila de Matozinhos*, mudou, então, a sede do Concelho de Bouças, que, por decreto de 6 de Maio de 1909 passou a chamar-se Concelho de Matozinhos.

Com a construção do Pôrto de Leixões a Vila de Matozinhos tomou um desenvolvimento verdadeiramente extraordinário, tendo hoje, uma importância muito superior, sob muitos aspectos, à de muitas cidades. Por isso, Mato-

zinhos tem, há muito, a aspiração de subir à categoria de cidade; e, fazendo-se intérprete desta aspiração justificada, a Câmara Municipal de Matozinhos, em 1932, resolveu pedir ao Govêrno que fôsse criada a *Cidade de Leixões*, que ficaria formada pelas freguesias de Leça da Palmeira, Matozinhos e Senhora da Hora — pedido que, certamente, será atendido num futuro próximo.

A situação de Matozinhos, a sua população, o seu comércio e a sua indústria

O centro da *Vila de Matozinhos* fica a cêrca de oito quilómetros ao Norte, do centro da *Cidade do Pôrto;* mas as três freguesias que limitam o *Concelho de Matozinhos* pelo lado Sul, isto é, Matozinhos, Senhora da Hora e S. Mamede de Infesta, confrontam com a estrada de circunvalação que rodeia o Pôrto; e a freguesia de Matozinhos, na sua parte marítima, confina com os esplêndidos jardins da Foz do Douro, freguesia e belíssimo arrabalde da capital do Norte.

A proximidade da segunda cidade do País, com a qual se liga por magníficas estradas e bom serviço de carros eléctricos, é certamente, para Matozinhos, uma circunstância favorável; mas a razão principal do seu extraordinário progresso é, sem dúvida, o *Pôrto artificial de Leixões.*

A natureza foi pródiga em benefícios, para esta vila. E' lindo o trecho de terra em que assenta. A sua orla marítima é uma das mais belas do Norte. Na sua frente, a pequena distância da praia, estendia-se a fiada dos rochedos de Leixões, que decidiram os engenheiros a aconselhar a construção, nesse ponto da costa, dum pôrto artificial. Do seu formosíssimo rio Leça, que tantos poetas têm cantado, disse Faria e Sousa «*que jamais o esquece quem uma vez o viu*». E, emfim, à volta de Matozinhos são inúmeros os pontos de atracção turística — o histórico *Mosteiro de Leça do Balio*, há pouco restaurado; o *Monte de Guifões*, com os vestígios do seu antiquíssimo Castro; *Santa Cruz do Bispo*, com a célebre quinta que pertenceu aos bispos do Pôrto; *S. Braz*, com o seu curioso *homem da massa;* o moderno e óptimo *Farol da Boa Nova* e a vélha capelinha que é uma preciosa recordação de longínquo passado fradesco, etc. A Vila de Matozinhos deve ser, entre as vilas e mesmo entre as cidades do continente, o quinto aglomerado urbano, tendo à sua frente apenas Lisboa, Pôrto, Setúbal e Vila Nova de Gaia.

Não estão ainda publicados os resultados do censo de 1930 em todos os distritos; mas, pelo que é já conhecido, vê-se que a Vila de Matozinhos tinha, em 1930, 27.818 habitantes; acima dela só Lisboa, com 594.390, Pôrto, com 232.280 e Gaia, com 29.784.

Braga tem 26.962; Santarém, 12.106; Aveiro, 12.765; Beja, 12.985; Póvoa do Varzim, 14.117, etc.

Não são, neste momento, conhecidos os resultados referentes a Setúbal, Coimbra, Covilhã e Évora — das mais populosas cidades do País; mas é possível que, actualmente, só Setúbal conte maior número de habitantes do que Matozinhos, visto que, pelo censo de 1920, se verificava que Coimbra, Covilhã e Évora eram menos populosas do que Braga.

É verdadeiramente assombrosa, pela rapidez do seu desenvolvimento, a importância industrial e comercial da Vila de Matozinhos.

A sua primeira fábrica data apenas de 1889. Actualmente, é tão extraordinária a prosperidade da indústria matozinhense que, há pouco, um autorizado industrial pôde afirmar-nos que «*Matozinhos é já o segundo centro conserveiro do País e o melhor apetrechado mecânicamente*».

Matozinhos conta hoje 18 fábricas de conservas e 17 armazéns de salga, que são alimentadas pelo peixe que 62 traineiras pescam, com uma tripulação de 2.900 homens; e, além da indústria da pesca, tem 2 refinarias de açúcar, uma das quais está instalada num edifício grandioso; 2 fábricas de caolino; 1 de fiação e de carrinhos de linha; 1 de tacos e correias tira-tacos que se usam na tecelagem; 1 de penas de aço; 1 de moagem; 1 cordoaria; numerosas serralharias, etc., e o seu comércio tem progredido em relação ao desenvolvimento industrial. Algumas notas põem em evidência a importância comercial da Vila de Matozinhos — 15 armazéns de vinhos, 25 depósitos de carvão, 9 restaurantes, 8 farmácias, 204 mercearias, 4 ourivesarias, 5 lojas de móveis, 11 drogarias, 1 hotel, 10 pensões, 23 estabelecimentos de fazendas, etc.

Pôrto de Leixões

O actual *Pôrto de Leixões* foi construído em 1892 e destinava-se apenas a ser um abrigo para os navios que se destinavam ao Pôrto e que não podiam entrar no rio Douro, em virtude das suas cheias freqüentes, ou em conseqüência dos temporais.

Mas em breve se reconheceu que o Norte precisava dum grande *pôrto comercial*, que nunca poderia ser o Douro, ou qualquer outro dos rios nortenhos, por mais importantes que fôssem as obras que nêles se realizassem.

Surgiu, então, a idea de transformar o pôrto de abrigo de Leixões num grande pôrto comercial moderno — o segundo do País; e a concorrência de paquetes e de vapores de grande tonelagem, que começaram a freqüentar Leixões, mesmo antes da sua adaptação às necessidades do comércio, mais acentuou ainda a conveniência de aumentar o primitivo pôrto e de o dotar de melhoramentos indispensáveis.

Passaram, porém, os anos. Foram inúmeros os projectos estudados, ouviram-se opiniões de muitos engenheiros nacionais e estranjeiros, mas só em 22 de Junho de 1931 se conseguiu vencer tôdas as dificuldades e abrir concurso para as três obras: 1.ª, a dragagem do pôrto actual até à cota de 10 metros, de forma a aumentar a sua área útil; 2.ª, a construção do esporão, partindo do molhe Norte, numa extensão de um quilómetro, para defender o pôrto dos temporais mais perigosos; 3.ª, a abertura de uma doca de 550 metros de comprimento, 175 de largura e 10 de profundidade, ficando com mais de 1.000 metros de cais acostável.

A primeira destas grandes obras não foi ainda adjudicada, por não satisfazerem as propostas apresentadas, devendo em breve abrir-se novo concurso.

A segunda empreitada que é a mais importante, foi contratada por Esc. 66:000.000$00, ouro, com uma emprêsa holandesa, e encontra-se em execução, estando, neste momento, construídos trezentos metros de cais.

A construção da doca foi concedida à «Compañia Metropolitana de Construciones de Barcelona», pela quantia de Esc. 33:593.000$00, ouro, e encontra-se, também, em realização.

Curiosidades a visitar

O *Pôrto artificial de Leixões*, e as importantes obras, que neste momento nêle se realizam, para o transformar num grande pôrto comercial.

O *Santuário do Senhor de Matozinhos*, um dos mais notáveis do País, pela sua antiguidade, pela importância do seu culto e pela obra social que à sua volta se desenvolve. Igreja construída em 1550 e reformada dois séculos depois, rica em talha dourada. Imagem de Cristo crucificado, cuja remotíssima origem se envolve em poéticas lendas.

A *Igreja de Leça da Palmeira*, onde se encontra uma admirável imagem em pedra de Ançã, mandada fazer por D. Afonso V e por êle oferecida a um Convento que então existia nesta localidade. Segundo opiniões autorizadas, esta imagem é a melhor obra, que hoje existe, do célebre estatuário de Coimbra — Diogo Pires, o vélho.

O *Rio Leça*, passeio formosíssimo, é atravessado por várias pontes, algumas de origem romana. Junto duma delas, a de Guifões, fica um monte, onde se encontram vestígios dum Castro.

O *Farol da Boa Nova*, a três quilómetros ao Norte de Leça, é o mais moderno e um dos melhores apetrechados dos faróis portugueses. Ponto de vista esplêndido, muito procurado pelos turistas.

O *Mosteiro de Leça do Balio*, recentemente restaurado, foi sede da Ordem de Malta e nêle casou o rei D. Fernando. Construção curiosa, meio religiosa, meio guerreira, fica num lugar aprazível, servido por óptimas estradas, pelos carros eléctricos e pelo Caminho de Ferro do Norte.

As praias de Matozinhos

A Vila de Matozinhos tem duas magníficas praias, uma ao Norte e outra ao Sul do pôrto de Leixões — a praia de Matozinhos e a de Leça da Palmeira.

A praia de Matozinhos, areal magnífico, sem rochedos, é defendida pelo molhe Sul do pôrto de Leixões, oferecendo assim condições absolutamente incomparáveis para os desportos marítimos.

Esta praia continua com as da Foz do

Douro, onde ùltimamente se têm feito obras importantes de embelezamento, que não têm rival em todo o País; e quando, num futuro muito próximo, as duas praias se juntarem, formarão um conjunto duma grandeza e duma beleza tão extraordinárias, que nenhuma das suas congéneres suportará o confronto.

A praia de Leça da Palmeira, de muito longe preferida pela colónia inglêsa, é um trecho formosíssimo da costa portuguesa, cujos encantos têm sido enaltecidos por inúmeros escritores, especialmente pelo poeta António Nobre, no seu livro *Só*. Há em Leça um balneário excelente, que foi instalado pela «Comissão de Iniciativa de Leixões», no pôsto marítimo de desinfecção, e que é administrado por essa Comissão, sob a superintendência do Estado. Tem duas grandes salas para duches, e dezasseis cabines para banhos de imersão. Antes de cada banho as banheiras são lavadas e, em seguida, desinfectadas pelo vapor de água. A água de todos os banhos é esterilizada pelo processo da cloragem, sob o contrôle das análises bacteriológicas; e tôdas as roupas são desinfectadas na estufa e distribuídas em envelopes fechados.

REGIÕES DE TURISMO

TRÊS BELAS EXCURSÕES

Irradiando do Pôrto, o forasteiro e o turista encontram em tôdas as direcções lugares que podem prender-lhes a atenção pelos seus encantos naturais, pelos monumentos e obras de arte que os enriquecem, pelas manifestações de trabalho regional e melhoramentos nos últimos tempos realizados, pelos admiráveis aspectos panorâmicos ou pinturescos observados ao longo da viagem.

Dentre os numerosos visitantes que, durante a Exposição Colonial, de tôda a parte devem afluir a esta cidade, vindos da capital, dos pontos mais remotos da província e até do estranjeiro, é natural que muitos desconheçam ainda êsses lugares de atracção e de turismo. Bem poderiam, nesse caso, destinar algumas horas a uma digressão recreativa que, deliciando-lhes a vista, seria simultâneamente um excelente prazer espiritual, proporcionando-lhes também úteis ensinamentos.

Desta forma, ficariam alguns portugueses a conhecer melhor a sua ignorada terra, e os estranjeiros teriam ocasião de verificar que êste País tem a riqueza incomparável dos dons e atributos que a natureza lhe prodigalizou.

Resolvemos, por isso, apontar aos curiosos três dos mais belos passeios que poderão realizar em poucas horas, gastando em cada um, quando muito, um dia, com tempo bastante para observarem o que essa viagem lhes oferecer de mais curioso e inédito.

Não se trata duma descrição pormenorizada das terras a percorrer, pelo seu valor histórico ou monumental. São apenas ligeiras notas indicativas do que nesse percurso uma vista arguta e prescrutadora ràpidamente pode surpreender.

I

Pôrto — Mindelo — Azurara — Vila do Conde — Póvoa do Varzim — Fão — Espozende — Viana do Castelo — Ponte do Lima — Braga.

Logo ao sair do Pôrto, pelo Monte dos Burgos, poderia o visitante, num rápido desvio de estrada, ir admirar, de relance, um dos nossos mais interessantes monumentos românicos, recentemente restaurado, a Igreja do Mosteiro de Leça do Balio. Não lhe deveria causar surprêsa ver, perto dessa igreja, um majestoso cruzeiro em que um Cristo mutilado mais uma vez pede perdão para aquêles que não sabem o que fazem. Era uma soberba peça inteiriça, orgulho da arte nacional, um dia destruída em parte a golpes de insensatez e de desatino.

Mas se não quiser afastar-se da projectada trajectória, poderá ir seguindo a estrada airosa, que vai cortando entre casario e campos cultivados, orladas as margens a cada passo de renques de arvoredo e pendurando-se dos muros festões de flores.

Atravessa o rio Leça, de margens poéticas

VILA DO CONDE — Vista panorâmica tirada do Alto de Sant'Ana

e deleitosas; passa Moreira da Maia, onde se encontra o refúgio espiritual dum dos grandes poetas do nosso tempo, ardente patriota, cantor do Desejado e desventurado rei D. Sebastião, o Sr. Dr. Luiz de Magalhães, filho do enorme tribuno que foi José Estêvão, cuja estátua iremos encontrar noutra digressão à sua terra natal.

A estrada é pouco mimosa, prolonga-se em rectas de inclinação suave e sempre amenizada por uma paisagem variegada e policroma.

Ao passar o Mindelo, deverá recordar-se dos 7.500 bravos que ali arribaram na praia próxima, acompanhando D. Pedro IV desde a Ilha Terceira, e que vieram depois encerrar-se no Pôrto, onde sofreram um duro cêrco de dois anos.

Logo adiante, encontra o antigo julgado e durante alguns anos, de 1820 a 1836, concelho de

Azurara

hoje simples freguesia, ainda célebre pelos seus monumentos: a *Igreja Matriz*, construída no século XVI em estilo manuelino ou renascença, sumptuosa e imponente; o *Pelourinho*, que lhe fica ao lado e constitue com ela «um duplo padrão de grandezas passadas», como diz Mons. J. Augusto Ferreira; e perto outras igrejas e capelas dignas de visita: a *Misericórdia*, o *Convento dos Capuchos*, as *Ermidas de Nossa Senhora das Neves, S. Sebastião* e *Sant'Ana*.

Nos arredores poderia admirar outros vélhos monumentos: a *Igreja românica de S. Cristóvão de Rio Mau*, a *Igreja e Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, e o extinto *Convento de Vairão*.

Mas a estrada numa curva rápida, arrasta-nos indomàvelmente a vista para a Foz do Ave e os olhos ficam arrebatados na grandeza do panorama. Esquece-se o passado, esquece-se o presente, e o enleio apenas se desvanece quando, ao entrar na ponte de ferro, se nos depara em frente a grandiosa

GRANDE CASINO DA POVOA DE VARZIM

SALÃO DE JOGOS

SALÃO DE BAILE

SALÃO DE JOGOS DE VASA

TEATRO

GRANDE CASINO DA POVOA DE VARZIM

RESTAURANTE e BAR

UM RECANTO DO SALÃO DE JOGOS

fábrica do *Mosteiro de Santa Clara*, sobranceira à margem direita do rio.

Estamos em

Vila do Conde

Villa de Comite, um Conde, que ninguém sabe quem fôsse, mas que ali deixou perpetuado o seu título nobiliárquico.

Vila do Conde é uma terra de pergaminhos, onde abundam os vélhos solares e monumentos, onde as próprias ruínas são indicativas de fausto e opulência.

PÓVOA DO VARZIM — Avenida da Beira-Mar e Praia de Banhos

Quando não queira ver o *Pelourinho*, a *Igreja e Hospital da Misericórdia*, a *Capela de S. Roque*, o *Castelo de S. João Baptista*, as *Ermidas da Senhora da Guia* e *S. Julião* e da *Senhora do Socorro* e a *Casa da Câmara*, o visitante, embora de passagem, deveria entrar na preciosa *Igreja Matriz*, restaurada por iniciativa e sob a direcção do seu antigo prior e distinto arqueólogo, Mons. J. Augusto Ferreira, e subir ao *Convento de Santa Clara*, onde se conservam ainda veneráveis e admiráveis relíquias arquitectónicas.

E já não lhe restaria tempo para apreciar as lindas rendas que os finos dedos das suas mulheres entretecem, num esfôrço que a vida emprega para se renovar e reformar, porque lhe sorri e o atrai, logo adiante, a praia mais popular, mais concorrida e mais pitoresca do Norte —

Póvoa do Varzim

Hoje a Póvoa do Varzim é uma praia elegante, da moda, onde acodem, na época balnear, as mais distintas e ricas famílias do Minho, de Trás-os-Montes, do Douro e mesmo do Pôrto. E' claro que também possue as suas antiguidades, e é a terra-mãe do pescador por excelência, tipo inconfundível entre todos os outros, o *póveiro*. Mas o que hoje devemos admirar na Póvoa é o seu impulso fantástico de ressurgimento e de renovação. São ruas, praças e largos novos, é a *Casa dos Póveiros*, é o *Novo Casino*, são os edifícios modernos levantando-se por tôda a parte, é essa imensa *Varanda-Avenida* à beira-mar, que se perde na distância, junto do vulto majestoso do *Estádio*, e onde nas tardes quentes de verão, suavizadas pela brisa marítima, fervilha sempre uma multidão rumorosa, alegre, palreira, vivaz.

Mas um passeio não pode ser uma viagem de estudo. A estrada, agora entre muros baixos e campos cultivados, mas quási despidos de arvoredo, convida-nos a prosseguir a marcha. E assim vamos indo sempre *a-ver-o-mar*, num ambiente lavado e desafogado, atravessamos pouco depois densos pinheirais, deixamos à esquerda a praiazinha da *Apúlia* e entramos numa das mais antigas povoações do Minho, Fão, a vélha *Águas Celanas*, do rio *Celano*, hoje *Cávado*, ou da tríbu dos celtas que naquele sítio acampou, segundo aventam historiadores.

Tem uma interessante alameda moderna e alguns edifícios antigos, entre os quais avulta a *Capela do Bom Jesus*.

O rio Cávado, porém, alicia-nos logo num gemer de sereias, e atravessamos a ponte metálica envolvidos num cenário deslumbrante,

para sentir, ao ver *Espozende*, a impressão que nos descreve José Augusto Vieira.

«Existe um quadro bíblico formoso em que Suzana, casta como o setim nevado das camélias, entra no banho timidamente, sem suspeitar que a estão vendo. Pois essa impressão casta da frescura, essa tímida côr modesta da neve encastoada no azul, sente-a quem pela primeira vez surpreende a deliciosa filha do Cávado sorrindo para o seu eterno e ciümento noivo — o mar.»

Ponte de Fão a Espozende sôbre o rio Cávado.

Se quiser apear-se, o viajante poderá admirar, do mirante da *Casa dos Pilotos*, um soberbo e imponente panorama circular, descobrindo risonhas povoações até grande distância, e a foz do rio, e o *Farol*, hoje pôsto de sinais sonoros, uma bela praia em esbôço, a de Suave-Mar, e uma enorme extensão de oceano. Não querendo deter-se na marcha, começará atravessando logo a seguir aldeias encantadoras: as *Marinhas*, terra de «casaria clara, campos estendidos em tabuleiros planos», moínhos de vento abrindo, nas dunas de areia ou nos outeiros, «as grandes asas trémulas à viração do mar». Depois, *S. Bartolomeu do Mar*, pátria do grande panfletário António Rodrigues Sampaio, onde ainda se pode ver a casa modestíssima em que viveu o notável jornalista.

Uma vianesa no seu trajo característico

Transpõe-se o rio Neiva, deixando à esquerda um alto cômoro pedregoso, onde ainda há ruínas dum antigo *castelo*, e um trecho de estrada nova vai conduzir-nos quási à entrada da ponte sôbre o Lima, em

Viana do Castelo

A grandiosidade do panorama é tal, que só pode contemplar-se em adoração. A passagem por essa ponte faz-se numa atmosfera de assombro. Não é possível imaginar mais imponente, mais dominador cenário, em que o rio, o mar e a terra se aliam, se conjugam numa sinfonia prodigiosa de côr e de luz. Com muito de antigo, Viana oferece também aspectos novos, em ruas, avenidas, edifícios e nesse majestoso passeio-jardim à beira-rio.

Antiga terra de mareantes pobres, adquiriu mais tarde pergaminhos de nobreza, admirando-se dentro da cidade muitas das casas solarengas que pululam por todo o vale do Lima até à *Ponte da Barca* e aos *Arcos*, encontrando-se também disseminados pelo vale do Cávado e pelo do Ave.

O viajante sobe ao Monte de Santa Luzia,

envolvido num halo de maravilha, espraia a vista até aos confins do horizonte, enche os pulmões de ar puro, os olhos de beleza e o espírito de arrebatamento místico.

As quatro léguas que o separam de Ponte de Lima não desvanecem a impressão recebida ao atravessar Viana, porque poderá admirar as mais lindas margens do rio que há em Portugal.

Ponte do Lima

é uma vila também antiga, de históricos feitos, com alguns melhoramentos que a alindam e aformoseiam. Muitos solares, *a Velha ponte sem os torreões* que lhe resguardavam as entradas, restos das vélhas muralhas, conventos, igrejas, capelas, a antiga *Matriz* românica, e muitas adulterações, muitos remendos, uma iconoclastia desesperadora dos homens do século passado, prodigiosas tentativas da renovação dos homens actuais que, prestando preito ao que foi, querem tornar o burgo o que hoje deve ser. Nada se perde com uma subida ao *Monte de Santa Catarina*, de vasto e aprazível horizonte, para enfiar depois na direcção de Braga.

VIANA DO CASTELO — Hospital da Misericórdia e chafariz da Praça da República.

A estrada tem de tudo: bonito e feio. Mas, no seu maior percurso, é alegre, variada, correndo entre pinheirais, soutos, olivedos, ramadas, campos de cultura, casais floridos.

VIANA DO CASTELO — Edifício da Caridade

Prado

A ponte romana sôbre o Cávado. Á direita a fábrica de papel, na margem esquerda. Mais longe, uma encosta verdejante, o *Convento de Tibães*, um dos mais pinturescos rincões da região. Longas filas de casas de operários e lavradores, com suas árvores de fruto a sombreá-las. E mais uma rêde contínua de ramadas.

Adiante, à esquerda, o *Convento de S. Francisco*, antigo têmplo árabe, segundo dizem,

e onde ainda existe a *Capela de S. Francisco*, com restos de estilo bizantino. Depois duma longa curva, surge-nos a estação ferro-viária, onde o combóio parou em recuadas épocas, por culpa, afirma-se, dos bracarenses, nunca mais ousando avançar, para que os netos paguem os erros dos avoengos. Estamos em Braga.

S. M.

BRAGA

No coração de Entre-Douro-e-Minho, a província de Portugal em que a Natureza espalhou às mãos-ambas pelas campinas e ribeiros, pelos outeiros e serras a graça, a côr e a luz, ergue-se, num planaltozinho de águas vertentes para o Este e para o Cávado, a mui antiga, nobre e sempre leal cidade de Braga.

O Céu benigno deu-lhe o clima da melhor zona temperada do País e os Elementos encheram-na de fertilidade e de beleza. Seus arredores, duma grande riqueza de forma e de côr, são um permanente encanto dos olhos. Montanhas decoradas de arvoredo de vivos coloridos, onde a Fé levantou santuários e ermidas; prados verdejantes, onde fios de água lampejam como montantes de heróis; campos floridos, onde as côres variadas se casam com as infinitas gradações do verde; caminhos e estradas orladas de árvores, onde a vinha se enlaça, no abraço simbólico do Amor à Terra.

Numa colina de ondulação suave, sobranceira ao Este, se estabeleceu uma *citânia*, que deu origem a Braga. Ali, na *Cividade*, protegida pelo lado do Cávado com o *Castro Máximo*, o melhor agrupamento romano se instalou, depois da árdua conquista da Península. A muralha defensiva da pre-histórica povoação alarga-se até próximo do rio, e a cidade merece do povo-rei a designação de *Brácara Augusta*.

Com a queda do Império do Ocidente, é conquistada e ocupada pelos Suevos, que dela fazem côrte de seus reis.

Os árabes invadem-na, destróem-na, e só no século XI a reconquista cristã a faz ressurgir das antigas cinzas.

O primeiro e único Conde de Portugal, escolhe-a para trono e sede de sua côrte, cinta-a de novas muralhas, agora mais para o Norte da Cividade, dá-lhe um foral e ajuda a construção da igreja catedral de Santa Maria de Braga.

Entregue seu govêrno aos Arcebispos, o burgo medieval desenvolve-se à sombra do

BRAGA — Fontenário do Largo do Paço (1723)

báculo, e no século XIV é alargado e defendido por novas tôrres e muralhas.

Raínha da Província, sua coroa foi lavrada com pedras de alto valor artístico, trabalhadas no lindo granito regional, onde alvenéis e imaginários dóceis modelaram a ornamentária romànica, as filigranas ogivais e as subtilezas da Renascença, fortes na sua disciplina e ordem estéticas.

Mas, pobre coroa, ai dela! A *modernização* mutilou-a, e só nos deixou escassos restos do seu passado memorável.

Êsses, indica-os admiràvelmente o Sr. Dr. Manuel Monteiro nas palavras seguintes:

«Dos alvores da sua vida social, da sua civilização incipiente apenas sobrevive, além do nome da *cividade* enraïzado na toponímia local, uma escultura rupestre de divindade conhecida pela designação de *O ídolo dos Granginhos*.

O domínio forte dos romanos, os quais deram a Braga, pela sua excepcional impor-

tância, a categoria de *Convento Jurídico* e o título de *Augusta*, é vagamente testemunhado, agora, pelos marcos miliários das vias legionárias, cujo mérito consiste em constituirem uma singular colecção epigráfica.

Da ocupação dos Suevos, cujos reis aqui tiveram a sua côrte, nenhum vestígio ficou.

A época mosárabe sòmente se faz lembrar pela igreja de S. Frutuoso com as absidiolas ultra semi-circulares em volta duma quadra central, o que é, arquitectònicamente falando, um paradigma único da Península.

O facies religioso e guerreiro, que à vetusta cidade imprimiram os seus grandes arcebispos medievos, dificilmente se evoca pela sua catedral românica, profundamente adulterada no século XVIII, pela capela gótica de D. Gonçalo Pereira, o heróico avô do condestável, e pelas três ou quatro tôrres ameiadas, ainda de pé, que faziam parte da sua vélha organização de defesa militar.

D. Diogo de Sousa, verdadeiro príncipe da Renascença, enriqueceu a arcaica sede arquiepiscopal com obras de arte, havendo-as confiado a uma pléiade de escultores e arquitectos educados nas mesmas escolas e princípios daqueles que desde Compostela a Toledo se achavam ao serviço dos Reis Católicos.

Todavia, a sua larga acção construtiva ùnicamente é assinalada, hoje, pela ábside da Sé (1509), cujo coroamento em renda granítica assume as proporções dum desafio às leis da plástica.

Do mesmo estilo manuelino nenhum outro monumento chegou até nós senão a capela dos Coimbras, erguida por D. João de Coimbra, provisor daquele egrégio prelado.

Nas linhas sóbrias da Misericórdia (1562) exclusiva e estritamente se divisa o estilo do renascimento puro.

A decadência dêste — o barrôco — afirma-se, porém, com profusão nas igrejas espalhadas pela cidade à qual dá, quási, uma fisionomia característica.

Ainda assim estas construções recomendam-se: algumas, pela custosa fábrica abobadada (Pópulo, S. Vítor, Terceiros e S. Vicente, etc.); certas pela talha em madeira (Salvador e Penha) e quási tôdas pelo interno revestimento de azulejos cujas composições hagiográficas e bíblicas são, no geral, devidas aos maiores pintores do género, como António e Policarpo de Oliveira Bernardes, Nicolau de Freitas, etc., formando com as de alguns palácios e conventos, o mais abundante e sumptuoso mostruário dessa decoração cerâmica que atingiu, no nosso País, os foros de nacional.

Relativamente à arquitectura civil, a habitação burguesa mal pode interessar o artista ou o estudioso, tão raros são os motivos, nótulas ou páginas de álbum a arquivar. Destas sobresai, porém, uma, que seria imperdoável não registar e vem a ser: a fachada em gelosia de uma casa da rua de S. Marcos que é o único espécime sobrevivente do tipo de frontaria generalizada no século XVIII pela influência conventual, dando a certas ruas de Braga o aspecto de artérias dum burgo mussulmano.

Pelo contrário, a habitação nobre, exibe-se numa série copiosa de exemplares tão variados e expressivos que constitue um dos núcleos citadinos mais elucidativos para o conhecimento da vivenda aristocrática ou casa solarenga no Norte de Portugal.

Não é possível omitir dêste indículo três dos fontenários que outrora casavam o seu rumor ao da população e a adormentavam, ao longo das noites, com a água cantando nas taças.

Estes três elementos de adôrno e de vida, utilitários e poéticos, são, uma das fontes de D. Diogo de Sousa, sita na rua da Cónega, onde a imagem quinhentista de S. Tiago protege e abençôa a água bemfazeja, como no tempo em que os peregrinos, cobertos de suor e poeira, ali se desalteravam a meio da subida arquejante; o chafariz de D. Agostinho de Castro (1600), agora nas Hortas, com a linha altiva das elegâncias patrícias da Renascença e o chafariz de D. Rodrigo de Moura Teles (1723), no largo do Paço, que é um emblema heráldico dêste arcebispo, de perfil admirável e lembrando pela sua esbelteza e pela sua factura uma peça de ourivesaria cinzelada.

Eis o sumário da Braga monumental a que dá acesso o arco alteroso da *Porta-Nova* — construção arrogante e principesca do prelado D. Gaspar de Bragança.

Por outro lado o recheio artístico, expressão fiel tanto da educação estética, das faculdades técnicas e inventivas dum povo da sua evolução, como do fausto incomensurável de certos arcebispos, foi indefinidamente pôsto a saque,

BRAGA — Sé Catedral

ou bàrbaramente destruído por crassa ignorância.

Não escapou um único vitral da Idade-Média ou do áureo século de quinhentos; nenhuma tapeçaria subsiste das colecções que pomposamente guarneciam a catedral ou o paço arquiepiscopal. Por igual a pintura antiga não deixou de si um só rastro de valia, salvo o *Calvário* da capela das Chagas, na paroquial da cividade, cujo tema foi, de-certo, inspirado pelo *Fons Vitæ* da Misericórdia do Pôrto.

Todavia a escultura medieval e do renascimento, a-pesar-do vandalismo sem nome de que foi alvo, acha-se notàvelmente documentada nesta cidade.

Sem falar nas duas arquivoltas românicas da porta principal da Sé, ricamente historiadas, avulta no primeiro plano majestoso túmulo em pedra de Ançã, de D. Gonçalo Pereira (1336), que êle próprio mandou fazer com a sua estátua jacente e as quatro faces excelentemente esculpidas, marcando o têrmo culminante duma época ascencional de eclosão plástica.

Segue-lhe o precioso sarcófago de cobre dourado (2.º quartel do século XV), onde jaz o Infante D. Afonso, filho de D. João I e primogénito da *Inclita Geração*, o qual só tem por comparável o mausoléu de Maria de Borgonha, sobrinha-neta do dito príncipe.

Tanto sôbre um como sôbre o outro a principesca figura, modelada em corpo inteiro, dorme o seu derradeiro sono; mas emquanto o túmulo da filha de Carlos, *o Temerário*, se guarda, com o de seu Pai, cercado do mais religioso cuidado na igreja de *Notre Dame*, de Bruges, o do príncipe lusitano apodrece, desprezado, no recanto mais húmido e obscuro da catedral bracarense.

Depois, além do frontal do altar-mor desta Sé com o apostolado repartido em encasamentos do mais subtil labor do gótico florido, concitam a admiração unânime quatro obras primas da estatuária sagrada, a saber: a imagem de Santa Maria, padroeira de Braga, vaso

espiritual de divina graça, a da Virgem do Leite, iluminando de candidez e amorável ternura a severa patine da ábside de D. Diogo e as dos eremitas S. Paulo e Santo Antão que continuam sôbre o alpendre da Capela dos Coimbras os colóquios transcendentes da Tebaída.

De resto, do farto pecúlio das artes menores minguadíssimo quinhão chegou até nós, o qual, não obstante, ainda se impõe à admiração dos espíritos cultos pelo inestimável valor de algumas das suas peças existentes na catedral, como: o argênteo cálice mosárabe do século X, o cofre árabe, que é uma finíssima renda de marfim do comêço do século XI, e os paramentos e alfaias do magnífico D. Diogo de Sousa e do munificente D. Gaspar de Bragança.

E é tudo ou quási tudo o que sobrevive doutrora, pois ainda merecem um olhar admirativo o antigo côro da Sé, hoje em S. Frutuoso, que é depois do dos Jerónimos e do da Catedral eborense, o nosso exemplar mais belo da talha em madeira da Renascença, e os agrupamentos de figuras em barro dum *Presépio*, existentes em Santa Cruz, que revelam a arte sobremaneira encantadora de um grande coroplastra do século XVIII.»

Alberto Feio.
Director da Biblioteca Pública de Braga.

Bom Jesus do Monte-BRAGA

VISTA DO ESCADÓRIO

Arte e Natureza dão suavemente as mãos para fazer do Bom Jesus do Monte um dos mais belos e poéticos lugares de Portugal, que tantos conta formosíssimos. A oriente de Braga, numa crista de cerrania que por êsse lado limita graciosa o horizonte, é um verdadeiro mimo de perene verdor, onde os ramos de variado arvoredo se entrelaçam, e sob êles cantam centenas de fontes, uma eterna melopeia, de caricioso ritmo, coroando os gorjeios das avezinhas que aninham na fresca ramaria, ou no beiral de brancas ermidinhas.

Belo e aprazível por feição natural, a piedade fêz de todo o monte um santuário e estendeu em pórticos, capelas e escadórios monumentais, tôda a história da Paixão e da Vida gloriosa de Jesus. A meio pendor da serra se abre o portal grandioso, que reza ser de nova Jerusalém, e quási no tôpo, onde a floresta é mais densa, numa vasta clareira, ergueu-se o Templo, maravilha da arte do Renascimento clássico que delineou primores sôbre primores em tôda aquela estância.

Repassada de misticismo, — a estância do Bom Jesus, dotada de óptimos hotéis e lugares de diversão, reúne também tôdas as comodidades para o turista que deseje demorar ali num merecido descanso, ou fazer dali o centro de excursões a tôda a província do Minho, recomendando-se, merecidamente uma visita a tão encantador recanto do nosso formoso Portugal.

CHAVES

A PRINCESA DO TÂMEGA

CHAVES, a vetusta cidade que os romanos fundaram em volta das suas afamadas fontes de agua quente, é uma das mais encantadoras terras do País, as suas maravilhas são dignas de ser visitadas por todos os portugueses.

A sua magnífica veiga, vista do alto da Tôrre de Menagem, é qualquer cousa de imponente.

Dali se disfruta um espectáculo encantador, espraiando-se o olhar pela veiga fora até alcançar as serras de Espanha.

A cidade cortada quási ao meio pelas águas sussurrantes do poético rio Tâmega, ostenta ainda uma autêntica ponte romana, relíquia admirável, tal qual foi construída há mais de mil anos, forte, altiva, verdadeiro símbolo do povo desta terra que sempre foi a atalaia do Norte, o reducto do liberalismo, a eterna defensora da integridade pátria, tantas vezes posta à prova, em prélios de que sempre se saiu vencedora.

Chaves, altiva e forte como as muralhas que os seus antepassados lhe construiram, foi o berço do 1.º Duque de Bragança, que também aqui morreu e está sepultado na antiga Igreja de S. Francisco, em sumptuoso túmulo, digno de ser visitado.

As águas das Caldas, várias fontes com temperaturas que variam de 40 a 75 graus, são excelentes para o estômago, rins, fígado e aparelho digestivo.

Para o reumatismo, em banhos, são realmente milagrosas. Todos os anos vêm aqui milhares de pessoas, de muletas e daqui saem completamente curadas.

O recinto das fontes foi agora completamente remodelado, com sumptuosos alpendres, jardins, etc., devido à iniciativa da actual Câmara Municipal, presidida pelo ilustre flaviense dr. Artur de Almeida Carvalho Júnior.

Chaves possue ainda muitas outras cousas dignas de uma visita, a famosa Igreja da Madalena, o magnifico Jardim Público, a Carreira de Tiro da Guarnição, a Biblioteca e o Museu, os Teatros, o Liceu e a Escola Industrial, o Campo da Fonte, o Forte de S. Neutel, etc., etc.

CHAVES — Aspecto parcial da cidade e Ponte Romana sôbre o rio Tâmega

É uma terra essencialmente militar, e temos aqui Caçadores 3, Cavalaria 9, Guarda-Fiscal e Guarda Republicana.

Chaves é uma terra farta. As suas frutas são saborosíssimas.

Chaves, Junho de 1934.

JÚLIO XAVIER JÚNIOR.

VIDAGO, MELGAÇO & PEDRAS SALGADAS

ESTANCIAS TERMAIS & ÁGUAS MINERAIS

A SUA INDÚSTRIA

Mais de meio século de labor industrial constantemente progressivo conta esta Sociedade, hoje pràticamente detentora de tôdas as Estâncias termais de águas alcalinas portuguesas.

Com a contínua preocupação do desenvolvimento das suas instalações, possue hoje as três conhecidas e magníficas Estâncias de Melgaço, Pedras Salgadas e Vidago. Esta última ainda recentemente recebeu uma importante ampliação, agregando a vizinha «Salus», com a sua caudalosíssima fonte, amplo parque e excelente hotel. São dezasseis as suas nascentes em exploração.

Nos seus balneários tem sempre acompanhado as últimas inovações nos tratamentos creno, físio e electroterápico, pelo que os seus aquistas, em número sempre crescente, dispõem de todos os adjuvantes de cura que lhes garante o efeito salutar de uma temporada balnear. São todos dirigidos superiormente por reputados professores das Faculdades de Coimbra e Lisboa que têm como adjuntos e auxiliares muitos e experimentados clínicos especializados em hidrologia.

A-par do desenvolvimento das suas Estâncias e a comprovar o incontestável efeito das suas propriedades, vai anualmente crescendo o consumo das suas águas minerais, espalhadas por todo o País, em grande escala exportadas para as nossas Colónias e procuradas com interêsse por muitos mercados estranjeiros. Passa de 6:000.000 de garrafas o consumo anual das suas águas.

Reproduzindo a fachada do seu imponente Vidago-Pálace, bem justificada fica a afirmação de que esta Sociedade marca como um dos mais importantes empreendimentos a bem da saúde pública e do Turismo em Portugal, a bem das muitas centenas de empregados e operários que ocupa na sua vastíssima indústria. Freqüentemente visitada pelos Governantes e Ministros do Estado, várias vezes louvada pelas suas iniciativas no campo social, possue uma interminável lista de Grandes Prémios e recompensas nas Exposições a que tem concorrido, quer no País e Colónias, quer em Inglaterra, França, Brasil, América, Espanha e Áustria.

AS SUAS ÁGUAS VIDAGO—VIDAGO 2—SALUS VIDAGO PEDRAS SALGADAS—SABROSO—MELGAÇO

SÃO EXCELENTES ÁGUAS MINERAIS QUE TODOS BEBERÃO COM PROVEITO

■

Á VENDA EM TODA A PARTE

AS SUAS TERMAS

ABERTAS de 1 de JUNHO a 30 de SETEMBRO

VIDAGO

A VICHY PORTUGUESA

Director Clínico:
Prof. A. L. de Morais Sarmento
Da Faculdade de Medicina de Coimbra

OS SEUS HOTÉIS:
Vidago Pálace Hotel (1.ª classe)
Grande Hotel (3.ª classe)

Correspondência ao gerente:
Cesário Delgado — VIDAGO

■

SALUS

Dir. Clínico: **Prof. Maximino Correia**
Da Faculdade de Medicina de Coimbra

A exploração desta Estância far-se-á numa íntima concordância com a vizinha Vidago

O SEU HOTEL:
SALUS HOTEL (2.ª classe)
Correspondência para **SALUS—Vidago**

MELGAÇO

A SALVAÇÃO DOS DIABÉTICOS

Director Clínico:
Prof. Mark Athias
Da Faculd. de Med. de Lisboa

Na Estância há confortáveis hotéis todos remodelados recentemente.

■

PEDRAS SALGADAS

A ESTÂNCIA DA ALEGRIA

Dir. Clínico: **Prof. Cascão de Anciães**
Da Faculdade de Medicina de Lisboa

OS SEUS HOTÉIS:
Hotel Avelames (2.ª classe)
Grande Hotel (3.ª classe)
Hotel do Norte (3.ª classe)
Pensão do Parque

Correspondência ao gerente:
Cesário Delgado — Pedras Salgadas

O SEU STAND

na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa

de um cunho retintamente português:

Ja foi em embaixada às nossas Colónias, figurando nas Feiras de Amostras de Angola e Lourenço Marques, onde mereceu desvanecedores elogios de Sua Excelência o Sr. Ministro das Colónias e de tôdas as individualidades de destaque que a honraram com a sua visita. Situado entre os Pavilhões da India e de Macau, nele serão servidas as nossas excelentes **águas minerais.**

ESCRITÓRIOS:

PORTO
CANCELA VÉLHA, 29
Telefone, 319

End. telegráfico:
VIPEDRAS

LISBOA
AVEN. DA LIBERDADE, 132
Telefone, 2 5030

O FABRICO

NACIONAL

Merece o auxilio de todos. Preste-lho, mas assegure-se de que o faz ao melhor artigo. Visite o nosso Stand, e lá encontrará uma colecção das melhores linhas para todos os usos: CORRENTE e ANCORA, de seis fios, a linha resistente; BISPO, SHEEN e RADIANT, mercerizadas; carros ANCORA para bordar à máquina.

Peça-as sempre e pelo seu nome. São linhas de reputação; não as obterá melhores.

COMPANHIA DE LINHA COATS & CLARK, L.DA

STAND N.° 128 — Rua da Guiné

REGIÕES DE TURISMO

TRÊS BELAS EXCURSÕES

II

Pôrto — Francelos — Miramar — Aguda — Granja — Espinho — Ovar — Vila da Feira — Aveiro.

A excursão que agora propomos aos visitantes da Exposição Colonial Portuguesa não deixa de ser atraente e interessante, se bem que possa ocupar menor espaço de tempo.

Os motivos históricos, os monumentos e obras de arte são em número mais reduzido, embora alguns devam prender também a sua atenção. Abundam, sem dúvida, as belezas naturais. Mas, como estas podem fàcilmente ser apercebidas pela vista, não haverá tantos altos ou étapas de demora e a viagem faz-se mais ràpidamente.

A princípio, a paisagem não oferece diferenças sensíveis da que já observou ao longo do Minho litoral. Nem admira, porque, até às imediações de Ovar, a formação geológica do terreno é semelhante. Está integrada na faixa ocidental da *meseta* ou planalto ibérico, constituída por um maciço de terrenos paleogóicos. De Aveiro em diante começa uma bordadura ocidental de terrenos mesozóicos e cenozóicos, nomes esquisitos que o viajante nada perderá em ignorar, se êles não forem já do seu conhecimento. Se, depois de atravessar Valadares, quiser aproximar-se da costa, encontrará uma pequena praia incipiente, balbuciante, mas já avultando formas de promissor desenvolvimento, dando-lhe vida e animação o próximo Sanatório Marítimo, obra humanitária de grande vulto. Um rosário de povoações marítimas se vai seguindo na linha do litoral, tôdas garridas, alegres, com chàlés e palacetes de variado estilo, uns risonhos, floridos de rosas, acariciados de trepadeiras, outros mais severos e sisudos, acolhendo-se à sombra protectora das grandes árvores.

ESPINHO — Um trecho da praia de banhos

Francelos, Miramar, Aguda e Granja

uma série de florões sucedendo-se para compor o mesmo motivo decorativo, a que serve de remate Espinho.

Já houve quem denominasse aquela extensa faixa marítima a *Costa Verde;* outros lhe quiseram chamar a *Costa Alegre,* mas como ela deve chamar-se, é *Costa das Rosas.*

O certo é que, se o mar em pontos fica ainda distante, como em Francelos e Miramar, e se nem sempre se pode recomendar a praia, pròpriamente dita, por estar eriçada de rochedos, êsses lugares de eleição proporcionam-se a um descanso reparador e ficam fixados na retina com um halo de saüdade.

Espinho — Ovar

Depois da Aguda democrática e da Granja aristocrática, há um largo trecho de terreno árido e areento, em cujo extremo nos surge Espinho como um oásis de verdura. E' já uma praia semi-cosmopolita, preferida principalmente dos espanhóis, que ali acodem em grande número na época balnear.

Competidora e rival da Póvoa do Varzim, a praia de Espinho bem mereceria, como aquela, o título de cidade.

Outra povoação muito importante, pelo número dos seus habitantes, é Ovar, que fica mais no interior, mas na mesma direcção de Espinho.

Numa e noutra florescem a indústria e o comércio e há uma agricultura abundante. Se Espinho tem primazia como praia, com as suas largas e extensas ruas e pomposos edifícios, valorizando-a também a proximidade do campo de aviação, Ovar, embora de aspecto mais antiquado, vai desenvolvendo com lentidão mas tenacidade a sua linda praia do Furadouro.

E' claro que um país tão cercado de mar, celebrizado pelos seus navegadores, onde a pesca pode ainda hoje ser um dos seus maiores recursos, tem de enfeitar-se com uma renda quási ininterrupta de praias que constituam, no futuro, um dos seus maiores encantos e atractivos.

Mas fique o leitor sabendo que há hoje terras de interior, já enfeitadas com o nome de cidade, e cuja população é muito mais escassa que a da Póvoa, de Espinho e de Ovar.

Desviando-se agora um pouco da linha da costa, o viajante vai entrar na histórica e gloriosa Terra de Santa Maria. A

Vila da Feira

é, certamente, das mais antigas do País. Há historiadores que fazem remontar a sua fundação a mais de dois mil anos antes de Cristo. Outros, menos exigentes, recuam-na apenas a uns quatrocentos anos antes da era cristã, ao tempo dos galo-celtas.

O que parece verdadeiro é que, no tempo dos romanos, a Terra de Santa Maria, antiga *Lancobriga*, afirma-se, foi uma cidade próspera, com um comércio muito activo, que se estendia até Mérida, pela estrada militar que lhe passava perto. Depois vieram os árabes, e os godos, e os portugueses, sendo a Feira sucessivo teatro de lutas cruentas.

A atestar o seu valor estratégico, existe ainda uma grande parte do castelo, poderosa fortificação formada por uma grossa cercadura de muralhas ameadas e abertas em frestas, com um postigo e duas portas. E' um dos mais antigos, mais belos e valiosos castelos do País.

Não permite a ligeireza desta notícia uma descrição pormenorizada do grandioso monumento. Encontra-a o viajante em qualquer publicação da especialidade, como, por exemplo, no opúsculo *Os castelos portugueses*, de João Grave, do qual reproduzimos esta rápida referência histórica:

«Esta secular fortaleza foi teatro de alguns dramáticos acontecimentos históricos. Na realidade, quando o infante D. Afonso, filho do rei D. Deniz, se revoltou contra seu pai, investiu-a com boa fortuna, retendo-a em seu poder.

Feitas as pazes por intermédio da raínha Santa Isabel, que congraçou os dois combatentes, determinou-se que, para garantia delas, ficassem os castelos de Gaia e da Vila da Feira sob o domínio do herdeiro do trono e o de Celorico da Beira e o de Faria na posse de D. Deniz.

«Mais tarde, quando D. Fernando morreu, o senhor da Terra de Santa Maria era D. João Afonso Telo, irmão de D. Leonor Teles, a mulher que el-rei arrancara aos braços de D. João Lourenço da Cunha, seu marido legítimo, para a sentar no trono, à sua ilharga. Por êsse tempo, o alcaide do castelo era Martim Correia, que, com uma parte da nobreza e muitos dos castelos do reino, tomou o partido de Espanha. Aljubarrota, porém, deu, com a vitória, o cetro de Portugal a D. João I; e então, Gonçalo Coutinho, à frente dum trôço de gente armada, conquistou o baluarte para o Mestre de Aviz — já investido na realeza —, que fêz mercê dele a João Rodrigues de Sá, seu camareiro-mor e companheiro de armas.

«Foi ainda com artilharia do Castelo da Feira que o pretendente D. António, prior do Crato, depois de sofrido o revés da ponte de Alcântara, bombardeou Aveiro, em 1580.»

VILA DA FEIRA — Outro aspecto do castelo

AVEIRO — O canal e a cidade

Aveiro

chama-nos, depois desta obrigatória suspensão da viagem. Passados os campos férteis de Estarreja, aparecem-nos, em número infinito, os meandros e riachos que o Vouga alimenta e em que se vai diluindo, até formar uma ria imensa.

Não será fácil encontrar em Portugal sítio mais aprazível e curioso, pela originalidade da sua paisagem. Por todos os lados, escoando-se entre freixos e amieiros, a água envolve, empapa, submerge a terra.

Com razão se chama, por isso, a Aveiro a *Veneza Portuguesa.*

Atravessa terras de pescadores e numa delas se encontra ainda.

Ao ver aqui e além essa gente, deve pensar com Raúl Brandão:

«E' a mesma raça prolífica da beira-mar, que nos ennobrece e que eu conheço da Afurada até Leiria, os homens graves e serenos diante do perigo, e as mulheres trabalhadeiras, sempre de chapelinho redondo e chale. Levantam-se de chapéu, deitam-se de chapéu e cuido que dormem com êle na cabeça. Nunca deixam a beira-mar, como se a respiração do mar lhes fôsse indispensável à vida e foram-se estendendo sempre pela costa até ao Algarve, onde fundaram uma colónia em Olhão.»

E agora, é agradável, um passeio pela ria até o Farol. A quietude das águas proporciona um calmo remanso, próprio a favorecer a digestão, mesmo que porventura houvesse abusado dos célebres mexilhões e doutros mariscos.

No regresso, uma visita à cidade, a começar pelo largo da Câmara, onde se ostenta a estátua do grande tribuno e combatente da Liberdade, José Estêvão.

Há, como em tôda a parte, importantes melhoramentos, novas ruas e avenidas, grandiosos edifícios modernos, a-par doutros de aspecto antigo e até alguns de valor arquitectónico.

* * *

Mas, a cada passo, e por tôda a parte, o viajante vai topando com o tipo de mulher mais curioso que há em nosso País: a tricana.

Quere saber quem é a tricana? E' um escritor do século passado, o Dr. Tomaz de Carvalho, que no-la vai descrever:

«Aveiro é Paris descalço. Assim o disse pessoa de agudo e subido engenho...

«Assente na foz do Vouga, que lhe vem beijar as plantas com as suas ondas prateadas, com vista para o Oceano, de que apenas a separa uma légua da ria formosíssima; cercada de aprazíveis quintas e de sítios amenos e deleitosos em tôdas as estações do ano, Aveiro está destinada, se a barra se melhorar, se a via férrea se fizer, a ser uma das cidades mais florescentes e crescidas da monarquia. Pátria de homens notáveis, de prègadores insignes, de exímios oradores, de poetas afamados, de advogados ilustres, de médicos sapientíssimos, os seus anais regorgitam de factos memoráveis na história de Portugal...

«Mas não foram, nem as recordações históricas, nem os antigos monumentos, nem a barra de Oudinot, nem o *cais do desembargador* que fizeram dar a Aveiro o nome de Paris descalço.

«Foi a tricana, êsse tipo imortal de beleza popular. Percorrei o reino inteiro, e não encontrareis formosuras como neste pequeno canto de Portugal. Olhos vivos, alegres e travessos, dentes de uma alvura de jaspe, incomparáveis; feições regularíssimas, o corpo estatuário.

«A tricana é positivamente um enxêrto da Geórgia e da Circóssia. Assim o afirmam, pelo menos, os que se dão a essa espécie de espinhosas averiguações. Com um talento decidido para tôda a casta de artes, em nenhuma parte ouvireis mais afinadas e sentidas cantigas populares, como em nenhuma vereis mais graciosas e requebradas danças...

«Uma tricana, com a sua saia de pano azul finíssimo, com a sua capa gentil e graciosa, com o seu lenço de sêda lavrado, a cobrir-lhes dos raios do sol as ondas de seus abundantes cabelos, vale — a conta foi feita por bom entendedor — vinte dos mais aperaltados e dengosos janotas da capital. Agora acrescentai que, quanto duma vida dura e cortada de trabalho, o seu trato é por extremo polido e delicado, as maneiras palacianas, o conversar finíssimo e espirituoso. *A tricana é o enlêvo dos olhos.* — Isto vem da raça.»

E, se o viajante fruiu a ventura de encontrar tricanas dessas na sua excursão pela cidade, não se despeça já. Continue a ver e a observar. A sua curiosidade artística encontrará satisfação abundante numa visita ao Museu Regional de Aveiro, criado em 1911 e instalado no edifício do antigo Convento de Jesus, de freiras dominicanas, tendo sido moradia da princesa Santa Joana, filha de D. Afonso V, cuja sepultura ali se encontra em sumptuoso mausoléu de mármore.

Foi êsse Museu organizado pelo

AVEIRO — Túmulo de Santa Joana

notável historiógrafo e investigador aveirense Marques Gomes, e do alto valor dessa obra falam eloqüentemente estas palavras doutro aveirense ilustre, filósofo e pensador, o Sr. Dr. Jaime de Magalhães Lima: «Aveiro é uma das terras do País que mais negligentemente dissipou o remanescente do seu património histórico e artístico. Muralhas, portos, igrejas, paços, túmulos, conventos, livrarias, arquivos, tudo Aveiro pulverizou a trôco de modernismos baratos, de nenhum valor. E foi nesses escombros duma cidade desfeita, pouco menos de posta em montes de entulho, onde entulho dos seus monumentos ainda havia e não estava já varrido pelo «progresso» apressado em malbaratar riquezas de outras épocas, foi neste caso que o Sr. Marques Gomes, com uma paciência a-par da previsão da significação do que se ia perdendo e era insubstituível, foi aí que o Sr. Marques Gomes correu a salvar o espólio escasso de tantas e tão expressivas grandezas, tanto mais de conservar, quanto mais raros se haviam tornado os documentos eloqüentes e autênticos da história da cidade de Aveiro. Hoje, é quási ùnicamente mercê dos trabalhos dêste ilustre aveirense que Aveiro conhece a sua vida passada, os seus homens, as suas ideas, o seu povo, as suas aspirações e a sua opulência de outras eras.»

AVEIRO — Igreja e cruzeiro de Nossa Senhora da Glória

É justo prestar esta homenagem ao passado de Aveiro, admirando, além do túmulo da princesa Santa Joana, que do Museu faz parte, os numerosos objectos antigos que êle arquiva: obras de ourivesaría litúrgica, riquíssimos frontais e paramentos religiosos, etc. E se o viajante não puder, mesmo de fugida, ir visitar a melhor fábrica de cerâmicas artísticas do nosso País, a da Vista Alegre, poderá admirar os seus interessantíssimos e originais artefactos em qualquer boa montra da cidade.

Agora, a caminho outra vez do Pôrto, se o não prenderem a Aveiro uns olhos doces e aveludados, caríciosos e meigos.

Companhia Indústrias Reunidas

UNIÃO DOS BOTOEIROS LIMITADA

Fábrica Portuguesa de Botões, L.da

Fábricas associadas

A MAIOR ORGANIZAÇÃO BOTOEIRA DO PAÍS

Cassaigne & C.a, L.da

Botões de Corozo

EXPORTAÇÃO PARA AS COLÓNIAS

Manufactora de Botões, L.da

10, R. Coronel Pacheco, 1.º

Telefone, 302

PORTO

Reis & C.a, L.da

SIEMENS
MATERIAL ELECTRICO
OSRAM
LISBOA R.da Prata 108 · PORTO R.das Carmelitas 12
SIEMENS

REGIÕES DE TURISMO

TRÊS BELAS EXCURSÕES

III

Pôrto — S. João da Madeira — Oliveira de Azemeis — Curia — Luso — Buçaco — Coimbra.

Vamos agora atravessar regiões que demoram na mesma zona geográfica anterior. Como se afastam, porém, da linha marítima, os aspectos da paìsagem divergem, em pontos, consideràvelmente.

A estrada Pôrto-Lisboa, logo ao sair de Vila Nova de Gaia, vai seguindo entre campos e casario, a cada passo orlada de ramadas, eucaliptos, pinheiros e outras árvores de grande porte, oferecendo à vista uma série ininterrupta de quadros encantadores, pela sua diversidade, harmonia e notas vivas de côr. Uma das povoações mais importantes que primeiro atravessamos é

BUÇACO — Fonte fria e escadório

S. João da Madeira

há poucos anos justamente elevada a sede de concelho. É uma terra em contínua expansão, muito industrial, principalmente célebre pela sua indústria de chapéus, das mais importantes do País nesse ramo de actividade. A actual Comissão Administrativa da Câmara está realizando uma obra importante de melhoramentos e reformas, tendo principalmente em vista aumentar a área habitável da vila, pela necessidade que há de alojar perto das fábricas os muitos operários que se espalham pelas aldeias próximas, e alguns dos quais precisam de percorrer dìàriamente muitos quilómetros para exercerem o seu mester.

É uma terra a bem dizer nova, a que está

BUÇACO — Entrada do mosteiro

reservado um próspero futuro. Tôda a paisagem até depois de

Oliveira de Azemeis

é opulenta, sentindo-se a impressão, por vezes de que viajamos em pleno Minho.

A-pesar do seu aspecto antiquado, esta última povoação começa também a modernizar-se, tendo arredores muito pinturescos, sobressaindo pela vasta e magnífica vista panorâmica que oferece a eminência em que se encontra o santuário de Nossa Senhora de La Salette, que atrai grande afluência de peregrinos e visitantes.

Atravessadas outras povoações de sòmenos importância mas curiosas, entramos na célebre região da Bairrada, povoada de extensas vinhas, que produzem o famoso vinho de lote que é conhecido pelo mesmo nome.

São numerosos os atractivos que nos oferece esta viagem, e nos quais os olhos se fixam, embevecidos.

Ao longo da Bairrada, geralmente plano, sem grandes relevos orográficos, surge-nos, à direita, a famosa estância termal da

Curia

onde se ostenta, majestoso, o Palace-Hotel, de construção recente e um dos mais importantes do País. A Curia é um ponto de paragem forçada em nossa rêde de turismo, pelo confôrto e comodidade que hoje pode oferecer aos visitantes. Mas aproximamo-nos do

Buçaco

o monte sagrado onde se admira uma das maiores riquezas florestais da terra portuguesa e de cujo alto se descobre um dos mais vastos, variados e surpreendentes panoramas que os nossos olhos podem contemplar.

O forasteiro e o turista do nosso tempo, ao percorrerem hoje a extensa e grandiosa mata, não podem fazer idea do que era êsse recinto de silêncio e religiosidade há pouco mais de um século.

«O mosteiro e a mata de Santa Cruz do Buçaco, — diz-nos um escritor coevo —, antes de 1834 era um daqueles lugares vedados à maior parte dos homens, que a religião consagrara, e cujo nome misterioso excitava no pensamento ideas duma austera penitência, inteiro abandôno do mundo, silêncio em cousas da terra e constante meditação nas do céu. A mesma ordem religiosa, o Carmo Descalço, a quem pertencia, prezava-se de conservar o amor do seu instituto. Dois a dois, por via de regra, cabisbaixos, amortalhados em um hábito venerando, freqüentando pouco as nossas moradas, e sempre no templo orando, confessando, prègando e celebrando, eram estes os religiosos, dos quais saíam voluntàriamente os moradores do Buçaco.

«Mas quais eram os mistérios do Buçaco? Em vão subiríamos o monte: apenas se avistavam de fora os cimos das árvores duma extensa floresta. A voz do homem, os latidos do cão, os uivos da fera, os gorjeios da ave, nenhum som vinha ferir os ouvidos; tudo alí era silêncio. Mas os poucos seculares, que lá eram admitidos, contavam tamanhas maravilhas, que mais pareciam de quem podia a salvo imaginar sonhos do que realidades.»

Um poeta igualmente da época, José Freire de Serpa Pimentel, visconde de Gouveia, teceu um poema ao sagrado retiro, exclamando num ponto:

«Salvé asilo de paz e de pureza,
Onde a inocência foragida voa
A acoitar-se do mundo. Eu, foragido,
Também te busco: acolhe-me em teu seio
Ó sacro penetral!»

Êste monte do Buçaco é uma das muitas ramificações da Serra da Estrêla, de cuja orografia participa, e atinge a maior elevação no sítio da Cruz Alta, com 541 metros.

A ilustre e erudita escritora D. Carolina Micaelis de Vasconcelos, depois de nos descrever minuciosamente o que era a mata antes da extinção das ordens religiosas, estabelece êste contraste:

«Estava reservado ao século XIX a emprêsa de transformar o *Monte-Sacro* num parque admirável, principalmente depois de secularizado e encorporado na administração das matas do reino, como propriedade nacional. De 1834 em diante, foi o seu tesouro botânico constantemente enriquecido, a ponto de se contarem, em 1875, entre quinze mil exemplares de árvores de plantação moderna — na maior parte coníferas — cêrca de 250 espécies ou variantes.

«Posteriormente, ainda se introduziram muitíssimas novidades notáveis, entre as quais sobressaem esbeltas palmeiras, ao pé da fonte e cascata de Santo Elias, de desenvolvimento admirável; garbosos fetos arbóreos no vale de S. Silvestre, onde convergem as principais águas da mata; araucárias excelsas e abetos sombrios, na descida ao Horto.»

De há um século para cá, tudo se transformou, de facto. Apenas se conserva a mata, ampla e enriquecida, modêlo bem eloqüente do que poderiam ser hoje muitos montes portugueses se, a exemplo do que se fêz no Buçaco e modernamente no Gerez, se cuidasse mais do repovoamento florestal.

As antigas ermidas de habitação para retiro dos monges desapareceram; em volta do modesto cenóbio do século XVII (igreja e claustro) erguem-se hoje faustosas construções, entre as quais avulta um grandioso hotel de aparatoso estilo, o mais imponente que, no género, possuímos em nosso País. Pelas aleias e alamedas, já não se vêem agora dois a dois os monásticos habitantes da vélha

BUÇACO — Um aspecto exterior do Grande-Hotel (lado Oeste)

COIMBRA — Vista geral da cidade

mata, mas a cada passo pares de noivos, que ali vão passar a sua lua de mel.

O Buçaco foi também teatro, em 1810, dum grande feito de armas, em que os bisonhos soldados portugueses heròicamente derramaram o seu sangue pela liberdade e independência da terra.

Eis como D. Carolina Micaelis evoca o grandioso feito:

«Num espaço relativamente pequeno lutaram no dia 27 de Agôsto três corpos de exército franceses (comandantes: Reguier, Ney, Junot) com cêrca de 65.000 homens, contra 50.000 aliados, sendo estes metade portugueses, metade inglêses. Na derrota, o inimigo perdeu 4.500 soldados, dos quais 2.000 mortos; os aliados apenas 1.250.

«Não tendo vencido no ataque pela frente, Massena pretendeu tornear a posição, mas não pôde impedir a retirada de Wellington, que, tomando-lhe o passo, foi postar-se nas linhas de Tôrres Vedras e opor-lhe barreira insuperável.

«Esta batalha, que decidiu da morte de Massena, é lembrada aos pósteros por dois singelos monumentos: um obelisco com inscrição adequada, e a capela das almas do Encarnadouro, a qual, sendo obra do fim do século XVIII, foi modernamente restaurada, porque sofreu ruína muito depois de ter servido de hospital de sangue na ocasião da luta.

«O local escolhido para a memória está muito perto do muro da mata, em distância quási igual da porta da Raínha e da de Sula, numa plataforma elevada, que domina extenso horizonte e permite que o padrão seja avistado de pontos variados e muito distantes.»

Guardam-se nessa capela diferentes recordações da guerra napoleónica, e ali se costuma celebrar ainda o aniversário do notável feito histórico.

No Buçaco encontra o visitante muito que

COIMBRA — Universidade — Via Latina

ver e admirar, não devendo esquecer-se de subir à Cruz Alta, donde se observa, como ficou dito, um dos mais extensos e formosos panoramas do País.

Feita esta digressão entre sombras macias e cariciosas, mas em subidas e descidas por vezes íngremes, e respirando o ar puro da média altitude, devemos parar para almoçar no grandioso hotel da mata, ou em qualquer dos bons hotéis do Luso, bela estância de águas que no sopé do monte está situada.

E assim irá o visitante preparado para percorrer a cidade do País que está enquadrada na mais rica, opulenta e variada moldura de paisagem que tôdas as províncias portuguesas nos apresentam.

Coimbra

a nossa famosa Lusa-Atenas, é bem o centro, o coração de Portugal, porque «encanta os olhos e desperta a simpatia das almas bem formadas, pelas vicissitudes da sua história, pelo enlêvo sentimental da sua paisagem, pelos pergaminhos dos seus monumentos de arte», como disse o falecido professor e crítico de arte, Sr. Augusto Gonçalves.

E acrescenta:

«Coimbra foi a pátria e a côrte dos reis da primeira dinastia até D. Afonso III. Bem como de grande número de homens notáveis que a ilustram, e glorificam a mentalidade nacional.

«A ela estão ligados acontecimentos e legendas, os mais dramáticos e impressivos que têm comovido a alma portuguesa e fornecido à literatura nacional os mais belos temas de inspiração poética.»

Dela nos fala também a saüdosa escritora D. Carolina Micaelis de Vasconcelos, nos seguintes termos:

«Foi a cidade de Coimbra teatro de importantes acontecimentos políticos, assim como

também o foi de lamentáveis cenas trágicas. Duas mulheres, ambas formosas de alma e de corpo, e para sua desgraça elevadas ambas por amor a uma alta posição, aí padeceram morte violenta, e a todos os respeitos imerecida.

«D. Inez de Castro e D. Maria Teles são os nomes dessas ilustres e tristes vítimas da política e do ciúme.

«A primeira foi mandada assassinar por el-rei D. Afonso IV, a-fim-de não servir de estôrvo a um projectado enlace do infante D. Pedro, seu filho e sucessor, com uma infanta de Castela. A segunda foi apunhalada por seu espôso, o infante D. João, filho de D. Pedro e da desditosa D. Inez de Castro, a quem a pérfida raínha D. Leonor Teles, forjando embustes, armara o braço contra sua própria irmã, para depois perseguir o assassino, e dêste modo desviar da sucessão do trono um príncipe que as leis do reino antepunham a D. Beatriz, única filha de el-rei D. Fernando e da dita raínha D. Leonor Teles, a qual nessa ocasião já estava casada com D. João I, rei de Castela, e por esta circunstância inibida de suceder na coroa de D. Afonso Henriques.»

COIMBRA — Fachada da Igreja de Santa Cruz

Da maravilhosa paisagem psicológica de Coimbra fala-nos o nosso grande escritor pictórico e impressionista, Antero de Figueiredo, nos seguintes enlevados termos:

«A luz de Coimbra é de panorama. Vindo das águas verde-escuras de um rio sossegado, e esparso nos brandos outeiros cobertos com a mesta verdura dos olivedos, o casario da cidade, em quentes tons alvacentos e terrosos, aconchega-se na curva de um céu de aguada azul; e tudo — águas, terras, árvores, casas — se queda em macio esmalte de tintas deleitosas! Ás tardes, quando o crepúsculo — saüdades do sol! — vem dizer à terra a sua eterna melancolia esmorecida, então, Coimbra, posta ao Poente, cobre-se de nostalgias, e é lamentosa a água do seu rio, sem consôlo as sombras dos salgueirais trementes, violada a opala dos céus, e de pungente cinza, nos próximos horizontes, as copas das oliveiras resignadas.»

E D. Carolina Micaelis insiste, mais terra-a-terra:

«Situada à borda do Mondego, parte em terreno chão, parte subindo em anfiteatro pelo dorso dum monte, ao qual fazem vistosa coroa alguns dos seus melhores edifícios, e os arvoredos das margens do rio dando beleza e realce a êste quadro já de si tão formoso, essa

cidade sobreleva a tôdas as suas irmãs nas graças exteriores que ostenta.

«Nenhuma outra apresenta como esta, a quem de fora a contempla, mais nobre e risonho aspecto.

«Vista por dentro, verdade é, varia muito o quadro. As alegrias exteriores quási que se convertem em tristeza, porque a maior parte da cidade, principalmente a baixa, é cortada de ruas estreitas, tortuosas, e guarnecidas de casas de aparência desagradável. Todavia o viajante fica bem pago dêste desgôsto ao entrar em algumas ruas e praças, amplas e orladas de bons edifícios, e ainda mais indemnizado se julgará visitando tantos monumentos que aí se erguem, ricos de arte e de tradições históricas, e venerados por sua antiguidade.

«Os edifícios da Universidade estão colocados no ponto mais alto da cidade, servindo-lhe de majestosa coroa...

«Os arrabaldes de Coimbra são nomeados por sua muita formosura. Os viçosos campos, pomares e bosques silvestres das margens do Mondego, os montes e vales por tôda a parte verdejantes, e por tôdas as partes rebentando água em fontes cristalinas, ou correndo em ribeiros, tudo isto são justos títulos para tão grande nomeada.»

O brilhante jornalista Adelino Mendes remata o quadro com largas pinceladas:

«Coimbra, alma do Mondego e do Choupal, do Museu e da Universidade, dos seus monumentos, do seu cemitério de Santo António dos Olivais, do claustro angélico de Celas, dos seus nichos de Santa Clara, das suas vélhas casas da Baixa, tem para mim o passeio das Lapas, com a casa de França Amado, emergindo do pinhal, lá em cima, dominando, como uma pequenina capela antiga, a concha profunda que o rio Ceira atravessa em zigue-zagues caprichosos. É um sítio europeu, êsse. Quem o não vir, priva-se do conhecimento dum dos mais belos pedaços da terra lusa.»

COIMBRA — Túmulo de D. Afonso Henriques, na Igreja de Santa Cruz

Além das suas incomparáveis belezas naturais, Coimbra possue uma valiosa riqueza monumental e artística.

Basta inumerar a Universidade, com a sua sumptuosa biblioteca; a igreja de Santa Cruz, agora restaurada, com um púlpito precioso, atribuído ao cinzel do artista normando João

de Ruão e uma sacristia ampla e aparatosa; a igreja de Santa Clara, incompleta, única parte que resta das construções do antigo mosteiro — dormitórios, claustro, oficinas e dependências, os régios paços e hospício —; o claustro da Misericórdia, majestosa construção de estilo órico; o claustro de Celas, monumento característico duma fase da arte em Portugal; a igreja de S. Salvador, parte da qual remonta ao século XII; o Museu Machado de Castro, onde se encontra uma variedade enorme de obras de arte em estatuária, escultura, cerâmica, pintura, etc.; o Museu de Ourivesaria, verdadeiro santuário de artefactos religiosos; a Sé Vélha, agora também em restauração e uma das mais antigas igrejas românicas do País, com o seu pitoresco claustro anexo; o Arco de Almedina, etc., etc.

Coimbra foi a terra predilecta da raínha Santa Isabel. O erudito investigador e historiógrafo, Sr. Dr. António de Vasconcelos, evoca da seguinte forma as impressões colhidas na entrada da soberana em Coimbra, após a cerimónia nupcial realizada em Trancoso com el-rei D. Deniz:

«Nunca D. Isabel vira espectáculo semelhante, nunca a magnificência do Criador se manifestara por tal forma nas maravilhas da criação; jamais a sua alma de artista se sentira assim arroubada na contemplação de tanta beleza, de tanta harmonia.

«Coimbra ficou, desde êste momento, a ser para a juvenil raínha um oásis maravilhoso no meio do destêrro dêste mundo; oásis que desperta um antegôzo da Pátria celeste, e donde o coração se ergue, num hino de admiração, amor e reconhecimento, até ao trono do Eterno. Coimbra não mais deixou de ser para a raínha D. Isabel o retiro querido, onde se refugiava de preferência, terra do seu afecto e predilecção, teatro das suas principais boas obras, lugar onde veio fixar residência definitiva quando viúva, onde colocou o seu túmulo, e onde quis dormir o seu último sono à espera da hora do final despertar.»

COIMBRA — Sé Vélha

Trouxemos o visitante em viagem rápida desde o Pôrto ao Buçaco, para que ali pudesse concentrar o espírito em meio duma natureza exuberante, impregnada ainda de religiosidade e misticismo.

Fizemo-lo demorar de-

pois algumas horas em Coimbra, porque nesta cidade tudo é belo e impressionante: pela opulência e variedade da paisagem, pela importância e antiguidade dos monumentos, pelo valor dos seus riquíssimos museus, pelas suas inúmeras recordações históricas, pelo halo de poesia e de romantismo que ainda

COIMBRA — Claustro do mosteiro de Celas

envolve a cidade e os seus subúrbios. O visitante deverá retirar emocionado, com o cérebro revolvido em pensamentos estranhos, a alma agitada em sentimentos desencontrados.

E ao despedir-se das águas do Mondego, voando em imaginação aos passados tempos, não deixará de recordar os versos do Épico:

> Estavas, linda Inez, posta em sossêgo...
> . . . .
> Nos saüdosos campos do Mondego,
> De teus formosos olhos nunca enxuito,
> Aos montes ensinando e às ervilhas
> O nome que no peito escrito tinhas...

E tanta saüdade, de facto, se lhe destilara na alma, que, ao evocar a morte da «mísera e mesquinha», há de compreender a razão porque

> As filhas do Mondego a morte escura
> Longo tempo chorando memoram...

É que essas águas do Mondego, vistas à luz do luar ou ao palor das estrêlas, parece que são ainda formadas das lágrimas derramadas pelos milhares de namorados que naquelas margens têm curtido cuidados de amor.

PARQUE-ESTORIL

COSTA DO SOL

A COSTA DO SOL é uma série adorável de praias lindas, recortadas em pequenas baías, cheias de côr e de luz, deliciosas aguarelas de sonho, estendendo-se sôbre o formoso estuário do Tejo, na margem direita do rio, de Lisboa a Cascais. O Estoril, praia mundana, verdadeira praia da moda para nacionais e estranjeiros, é, pode dizer-se, a capital desta soberba zona de turismo, que atrai e cativa quem uma vez a visita.

Abrigado dos ventos pela serra de Sintra, «A Formosa», mantém, mesmo no rigor do inverno, uma temperatura macia, cariciosa, que o torna superior a Nice ou Monte Carlo e faz dele a estância preferida para repouso e retempêro de energias gastas.

Aproveitando as condições privilegiadas dêste admirável rincão, os seus animadores encheram-no de comodidades, e de encantos, tornando-o um centro internacional de turismo, a rivalizar com os melhores do estranjeiro.

E, assim, a-par dum casino elegante, luxuoso, onde se realizam festas brilhantes, há hotéis magníficos, de instalações modelares, de modo a satisfazer os mais exigentes, campos e parques para a prática dos mais variados jogos desportivos, jardins, etc.

Possue, ainda, o Estoril uma estação termal com águas minerais radioactivas que brotam da nascente a 32°,4 e são, há muito, empregadas com resultado excelente na cura de doenças de pele, gota, reumatismo, garganta e fossas nasais e que, vantajosamente, substituem as afamadas águas de Chatel Guyon.

Servido por um caminho de ferro eléctrico, asseado e rápido, com combóios de meia em meia hora, por uma estrada de turismo alcatroada, ladeada de ridentes paìsagens, ligado à capital francesa pelo *Sud-express* Estoril-Lisboa-Paris, que cobre a longa distância em cêrca de 30 horas, o Estoril tem hoje as melhores condições de acessibilidade, que o recomendam como a melhor estância de turismo, repouso e cura, onde nada falta e tudo tem encanto e beleza.

Lisboa, Maio de 1934.

VIRIATO DE ALMEIDA.

ESTORIL — Palácio Hotel

PRAIA DO ESTORIL

UMAS PALAVRAS

SOBRE ALGUNS PROJECTOS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COLONIAL

A IDÉA da organização da primeira Exposição Colonial Portuguesa, se manifesta praticamente que as incansaveis energias do ilustre Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro se mantêem vigilantes, e seqüentes em seus propositos nacionalistas, demonstra triunfante e principalmente que o Império Colonial persevera e prossegue por forma bem tangivel no caminho da realisação de uma grande obra de progredimento e de civilização.

Mais ainda: vem evidenciar que em perfeita unidade, se encontram sob as directivas do Govêrno da Nação, fortemente fundidas em feixe único, aspirações, existência e labor das Colónias constitutivas do Império, revelando-se o que elas sejam e fazendo entrever o seu valor e riquezas, a todos aqueles portugueses que pela magnitude do Império Colonial sentem justificado amor e orgulho.

Devem indubitàvelmente as questões Coloniais, hoje mais do que nunca, estar entre nós na ordem do dia, tornando-se portanto imperativo que elas deixem de constituir objectivo de consideração, exclusivamente para uma parte apenas, das elites nacionais, e que a sua observação e estudo irradiem até às periferias das massas populares, a-fim-de que estas se compenetrem da grandeza e significado do Império, e verifiquem e realizem o que tem sido o esforço dos seus pioneiros, reconheçam o patriotismo dos portugueses de Além-Mar e fiquem cientes de que aqueles ásperos sacrifícios que à Nação tem exigido a unidade Imperial, conseguiram assegurar uma compensação bem visivelmente fecunda e honrosa.

A realisação da Exposição Colonial, como poderoso instrumento de propaganda, pelo potencial de persuasão e evidência que da sua propria existência dimana, ha de contribuir decerto, com eficácia, para que, no espirito popular, desperte e se avigore a noção clara das responsabilidades que, pelo seu passado como país colonial, adveem para a Nação; para que, verifique quantos esforços teem sido generosamente postos em prática para o seu engrandecimento presente e possa encarar resolutamente os perigos e ameaças que impendem sobre o futuro do Império, que temos o dever e a vontade inabalavel de conservar tão grande como seguro.

Será, também, ensejo feliz para que a Nação conheça, mais de perto, o activo nucleo de coloniais entusiastas que, anhelando por bem a servir dentro das fórmulas definidas e promulgadas pelo Poder, trabalham incançavelmente para o desempenho cabal da nossa missão nacional e civilizadora de país precursor das correntes colonizadoras do mundo.

Procurando educar o povo, a Nação, consolidam-se os laços que unem e orientam a vida do Império, e estimula-se a necessária reacção e retempera das rijas fibras da alma nacional, tornando-a digna da mis-

são que nos é imposta pela tradição do nosso passado inegualàvelmente grande, e sobretudo, pelo imperativo encargo de promover as mais estreitas ligações espirituais e entendimento material de Portugal da Europa com o Portugal de Além-Mar, aglutinando e desenvolvendo as Províncias que o constituem, como sendo o prolongamento efectivo e natural da Pátria Mãe, e despertando assim a eclosão de um avassalador espírito e justo sentido Imperial Português.

Para obtenção dêsse destino magno não faltarão, por certo, em nós os recursos de ordem moral e intelectual. Os correspondentes recursos materiais indispensáveis, de esperar é que sejam obtidos pela rigorosa aplicação dos planos estabelecidos e das medidas de ordem administrativa, de fomento, e financeiras, decretadas pelo Govêrno Nacional.

*

* *

O acto colonial conjuntamente com a carta orgânica do Império e o novo código administrativo das Colónias, constituem um notavel, por certo o mais notavel conjunto de preceitos legais, de medidas de governação atribuidas à administração e propria constituição essencial do Ultramar Português.

Vieram esses diplomas legislativos fixar em limites definidos, embora flexiveis, e por meio de fórmulas modernas e originais, princípios e disposições todos tendentes ao engrandecimento e unidade do Império.

Da sua inteligente e proba pratica advirá, quanto possivel certamente, a elevação gradual, embora lenta, das populações portuguesas de Além-Mar, até à craveira dos povos de civilização e cultura, tornando-as, conscias do valor dos seus direitos e dos seus deveres, como súbditos do Império português.

As suas disposições, ordenadas quanto ao regular exercício das atribuições delegadas pelo Govêrno da Nação, directa ou indirectamente, nos vários graus do funcionalismo, as garantias concedidas à acção e às actividades das corporações e das populações coloniais, permitirão que todos os portugueses, da Europa e os de Além-Mar, constituam um todo perfeitamente harmonico em aspirações e patriotismo, e portanto indestrutivel.

A propaganda nacionalista, adequada e justa, sem exaltações perturbadoras, contribuirá não há que duvidar, para que se consolide a estructura dessa unidade política tão superiormente concebida e preparada.

Para que possam exercer-se, sem atrictos nem dificuldades, estipula-se na nossa legislação para os funcionários de todos os graus que sirvam no Ultramar, para suas corporações e população, atribuição de direitos e deveres definidos, mas dotados de flexura, estructurando uma tal harmonia nas funções, que elas só podem contribuir para que se robusteçam e temperem aquelas relações entre governantes e governados, entre Portugal e as Províncias de Além-Mar, que devem imprimir ao Império as caracteristicas de um bloco homogeneo, integralmente nacional.

Bem sabemos que, se o sucesso duma administração colonial se deriva muito do valor e proficuidade das leis que a regulam e orientam, depende sempre, por igual, e hoje talvez mais do que nunca, do tacto e da forma como elas são interpretadas e aplicadas.

É axiomático que a orientação governativa será sempre influenciada, receberá sempre um cunho pessoal, que lhe imprimirão os predicados de trabalho, de inteligência, de saber, a personalidade própria do governador, e que a aplicação das mesmas normas fixas poderá, não obstante, traduzir--se em resultados dispares, consoante as tendências, o modo de vêr privativo de quem as põe em prática.

Assim, a personalidade dos governadores e a sua escolha nunca deixará de constituir elemento capital para a boa marcha de todos os serviços publicos e para a harmonia perfeita que, entre eles, deve reinar no sentido de serem verdadeiramente produtivos sem prejuiso da propria autoridade e prestígio desses governadores.

A legislação colonial portuguesa em vigôr, representa a unificação de preceitos e quanto possivel a sua uniformisação, em substituição das regras diferentes estatuidas pelas cartas orgânicas das varias colonias.

Esse sistema de *unidade* tem precedentes históricos, mas constitue entre nós quasi uma inovação... Apenas, talvês, as *Bases orgânicas da Administração das Colónias portuguesas,* tivessem pretendido dar uma feição de homogeneidade descentralisadora, à administração das colónias.

* * *

Foi, a unidade administrativa, praticada na mais remota antiguïdade, entre outros, nos impérios Chaldêu e Assyrio, e mais modernamente na China e em nossos dias na Russia, na Austria... As suas províncias, diversas em raças de povoamento, com linguagem e costumes diferentes eram, não obstante, regidas pelas mesmas instituições e leis, e sabe-se quão victoriosamente, contudo, alguns desses Impérios puderam durante milenios ou séculos, victoriosamente resistir aos mais violentos e temerosos embates, subvertendo-se-lhes a integridade, só nos nossos dias, por motivos de ordem social ou por determinantes de politica externa.

Depois da obra de Rebelo da Silva, a legislação promulgada, vem estabelecer notaveis diferenciações nas regras de govêrno e vida das várias provincias ultramarinas. Assim, embora nunca fossem, como é evidente, atingidas as diferenças que entre si existiam nas fórmulas de Administração dos povos da Roma Antiga, por exemplo, em que tanto se consideravam as diferenças etnicas, e onde se conheceram provincias e colónias chamadas do Senado, e governadas por um pro-consul, e provincias Imperiais, mais bem governadas geralmente pelos Legados, sem termos tido, é claro, dentro dos nossos domínios Ultramarinos qualquer cousa que se assemelhasse à «Monarquia Divina» que Roma deixava subsistir no Egypto ou uma «Livre Democracia» como Roma tolerava em Athenas, existiram, mesmo depois de promulgada a Carta Orgânica de Rebelo da Silva em 1869 (não falando por descabido nos potentados indígenas por tanto tempo independentes...) govêrnos de várias categorias e mesmo de igual categoria, com regras de govêrno diferentes entre si e depois Comissários Régios com poderes de Executivo, e ainda Altos Comissários, algumas vezes, com poderes quasi verdadeiramente discricionários.

Nunca, se não muito excepcionalmente comtudo, essas altas individualidades dispozeram de faculdades tão latas como teve S. A. Real o Duque de Connaugth por exemplo, ou tem hoje Lord Bessborough governando o Canadá ou como tiveram na África do Sul Lord Milner, o Conde de Selborne, Lord Gladstone ou o Conde de Athlone: como tiveram na Índia os Marqueses de Reading ou de Curzon, Lord Irwin, hoje Conde de Halifax, ou presentemente Lord Willingdon, isto para falar da Gran-Bretanha; ou como, falando de franceses, teve Galieni, o genial dominador e organisador de Madagascar, ou Lyautey, o grande construtor do Marrocos francês, ou ainda mesmo os governadores das Indias Neerlandesas.

Teem os dois processos, o da diferenciação geográfica de poderes, e o da unidade, suas vantagens e menor-valias.

Mas, aceitamos como muito prestimoso o que ultimamente se fez e reconhecemos o alto serviço prestado à Nação e ao Império com a promulgação da nova orgânica colonial. Diremos apenas que ela, no fundo, além de outros evidentes e altos intuitos vem envolver nas suas disposições e, embora mantendo bem lata a autonomia e descentralisação de poderes, a idéa de uma prudente forma de fiscalisação e de eficaz, mas moderada, tutela do govêrno central sôbre o exercício desses poderes de autonomia.

É de notar, contudo, que as orgânicas privativas, já, por seu turno, haviam surgido representando também, justificada e necessária, reacção contra um excesso de centralização asfixiante.

Realisavam a aplicação do outro sistema e processos de administração, pretendiam levar algumas colónias para franca autonomia administrativa, como sucedia em 1907 a Moçambique, que a ela se habituara sob o regime dos Comissários Régios.

Reagia-se, então, contra a exagerada centralisação de poderes que se fazia na Metrópole, atrofiando o desenvolvimento da colónia e impedindo a criação ou acréscimo das suas riquesas e progresso.

Contra êsse estado de cousas, efectivamente, já se havia insurgido Antonio Enes,

o *precursor* da sua grandeza, quando, com a autoridade que lhe davam situação e talento, lançava aos govêrnos do País a sua apóstrofe célebre: «Moçambique ha de governar-se em Moçambique».

Depois, vinha o grande Mousinho e na legislação de Moçambique durante o consulado notabilissimo e único dos comissários régios, surgiram os decretos provinciais, estatuindo providências tão notaveis que a elas não poderá sem grande injustiça deixar de se atribuir a principal determinante da alta prosperidade e brilhante desenvolvimento que a Provincia então conheceu.

Façamos um ligeiro relato das causais e história da «Reforma Administrativa de Moçambique de 1907», porquanto da publicação que dela fez o ilustre militar e colonial Ayres de Ornellas veiu o dizer-se que *«a Moçambique fôra dada a sua carta de alforria»* e porque, como bem diz o ilustre professor da Escola Colonial, e meu querido amigo Lopo Vaz, *«essa reorganisação foi a base, a fonte de inspiração de toda essa moderna legislação»* referindo-se à legislação que se lhe seguiu — as *«Bases Orgânicas da Administração Colonial Portuguesa»*, e as *«Cartas Orgânicas das Colónias»*, em vigor ainda no comêço de 1933, e acrescentando ainda mais — *«esse extraordinário e ousado esforço no sentido da cientifica modernisação dos nossos processos de administração colonial..... constitue um diploma legislativo de tamanho alcance..... que tal diploma não honra sómente o estadista que o concebeu e decretou, mas até o proprio país.»*

Passado o periodo brilhante e primacial do govêrno de Mousinho, nessa grande, fecunda e progressiva colónia de Moçambique, dada a sua saida do cargo que tão proveitosa e gloriosamente exercia, por motivos de cerceamento das suas atribuições, não deixou, contudo, de ser reconhecido pelos políticos que mais intimamente lidaram com a cousa pública no Ultramar, que o Estatuto Administrativo que vigorava em Moçambique, nas condições normais do Govêrno Geral, estava senil, caduco e tão atrazado que estrangulava iniciativas e fazia abortar as tentativas mais generosas.

Quantas e quantas vezes o Governador Geral dependia, para resolver negócios aliás simples e comesinhos, não do conselho e voto dos que na Colónia estavam em contacto directo com os factos e as oportunidades, mas do funcionamento, mais ou menos lento e desultório do telégrafo, verdadeiro *cordão umbelical* que o ligava ao ministro *dependente*, note-se bem, da informação das repartições, muitas vezes na desordem, do Terreiro do Paço.

As exigências do serviço, desenvolviam-se no entanto, com o grande progresso da Provincia, em incremento simultâneo e paralelo impondo alargamento das atribuïções do govêrno. As direcções dos serviços provinciais exigiam que nelas fossem colocados funcionários competentes, com largas atribuïções e competência disciplinar em relação ao serviço e pessoal que dirigiam...

Paralelamente, era preciso atender à sub-divisão administrativa da província, à sub-divisão dos serviços distritais, não enfraquecendo, antes ampliando, as atribuïções dos governadores dos distritos, ou antes restabelecendo as que lhes haviam sido conferidas pelo Código Administrativo de 1842.

* * *

Em fevereiro de 1905, tomava eu posse do cargo de Governador Geral de Moçambique. Entre outros governadores de distrito, foi o capitão Massano do Amorim, notável colonial, governar o distrito de Moçambique para realisar a sua ocupação que estava suspensa desde a saida de Mousinho, o que fez com o maior arrôjo. Para Quelimane, foi o colonial ilustre, então tenente de Marinha, Ernesto de Vilhena, para Tete o antigo sub-chefe de Estado Maior de Mousinho, tenente Andrade Velez, e para o distrito de Lourenço Marques levei o meu particular amigo e já colonial cheio de saber e serviços, capitão Ayres de Ornellas, que servira como chefe de Estado Maior de Mousinho quando eu fôra Governador da Zambezia. O chefe de Estado Maior da Provincia era o meu amigo, bem equilibrado e ilustre colonial, capitão Batista Coelho que fôra governador de distrito também, no tempo de Mousinho.

Era então Ministro da Marinha e Ultramar o inteligentíssimo e ilustre professor e académico Dr. Moreira Junior, e, ao seu lucidíssimo espirito, não passava desapercebido o que sucedia em Moçambique.

Preocupado, pois, com a necessidade indispensável de obviar aos inconvenientes da situação, expediu, no mesmo ano de 1905 ao Governador Geral da Provincia, a ordem para que, instalada uma comissão de estudo sob a sua presidência, fôsse preparado um projecto de reorganisação da provincia que, sendo-lhe remetido, pudesse ser considerado.

Era seu intuito, evidentemente, promulgar uma obra que désse tanto quanto possível, e dentro das justas medidas, cabal satisfação ao anceio de reformas que a administração da grande colónia então exigia, mercê do seu crescente desenvolvimento, e da sua situação geográfica especial, de adjacência às riquissimas e adiantadas, então, colónias inglesas sul-africanas.

Procurei com júbilo dar cumprimento a essa ordem ministerial, cujo largo alcance tão bem media e para cuja emissão, creio bem, haveriam contribuido as solicitações que a S. Ex.ª eu fizera ainda em Lisboa, com o melhor acolhimento da sua parte.

Nomeada a comissão que deveria estudar e coligir os elementos necessários para a execução do plano ministerial pensamos logo na forma mais exeqùivel e prática de realizar uma obra que servindo o País servisse os interêsses e justas aspirações da Provincia. Compunham a comissão, se a memória me não atraiçôa, o secretário Geral do Govêrno Geral da Provincia, o arguto e inteligente Dr. António de Souza Ribeiro; o Chefe de Estado-Maior, futuro Governador Geral de Moçambique e Ministro das Colónias, Batista Coelho; o inspector de Fazenda Leonel Cardoso; o inspector das Obras Públicas engenheiro Cordeiro de Souza; o Director do Circulo aduaneiro, meu velho amigo e distintíssimo funcionário José Carlos de Lara Everard; o procurador da Corôa e Fazenda e futuro Ministro Couceiro da Costa, o ilustre engenheiro director dos Caminhos de Ferro e futuro Ministro Lisboa de Lima, e se não estou em erro o Capitão dos portos da provincia hoje almirante Hugo de Lacerda, e o Governador do distrito de Lourenço Marques Ayres de Ornellas e Vasconcelos. Ofereceu-se êste para relator do projecto a elaborar, como se me oferecera, antes, para ser Governador do distrito de Lourenço Marques. É escusado dizer a satisfação com que eu e todos os vogais da comissão aceitamos êsse oferecimento.

Tinha Ornellas justificadíssima reputação de erudito e conhecedor de assuntos coloniais e, tendo sido ajudante de campo de Ennes e quando chefe do Estado Maior de Mousinho, havendo vivido sempre junto deste, em sua casa, acompanhára dia a dia e trabalhara seguidamente, embora mais propriamente na área restrita da sua competência, com o grande e inconfundivel mestre e chefe de todos nós.

Conhecera-lhe os planos e ouvira-lhos discutir, por certo, muitas vezes, com um interessantíssimo personagem em quem Mousinho depositava toda a confiança, e que certamente, em algumas ocasiões, o coadjuvou na elaboração da parte juridica das providências que ele promulgava — o Dr. Reis e Lima — muito sabedor Presidente da Relação de Moçambique.

Tinha pois Ornellas especial competência para o desempenho da missão que se propoz desempenhar e mais tempo para o fazer do que os outros vogais, assoberbados com trabalhos.

Reunida a comissão em sessões preparatórias, definindo-se a orientação, principios e objectivos a considerar e a realisar, assentou-se em plano que Ornellas, pensou interpretar cabalmente, num projecto que me apresentou em uma sessão no mês de maio (se não estou em êrro) de 1905, intitulado como se combinara «Organisação administrativa da Provincia de Moçambique» cujo original deve existir nos arquivos do Govêrno Geral em Lourenço Marques, e de que possuo cópia tirada na Secretaria Geral do mesmo Govêrno.

Comportava três títulos, distribuidos em dezanove capitulos e cincoenta e cinco artigos.

Começou êsse projecto a ser apreciado em algumas sessões da comissão, interrompendo esta, durante algum tempo, os seus trabalhos por ter eu de sair de Lourenço

Marques para o norte, e seguindo Ornellas em licença para Lisboa de onde não voltou.

No meu regresso a Lourenço Marques recomeçaram os trabalhos da comissão com novo relator, e chegamos à redacção de um projecto definitivo, de que possuo copia passada na Secretaria Geral do Govêrno, e que foi remetido para Lisboa ao ministro em fins de agosto ou setembro de 1905 acompanhado com o oficio n.º 838/4034 da série desse ano. Constituia esse trabalho definitivo materia distribuida por vinte e tres capitulos e oitenta e quatro artigos.

Criavam-se os chefes de serviço que eram os agentes do poder executivo e definiam-se-lhes atribuições latas.

Criavamos, com o Conselho do Govêrno, o poder legislativo (verdadeira inovação para o Ultramar) definindo-lhe atribuições em que faziamos intervir representantes do comércio, agricultura e industria. Faziamos preparar o orçamento provincial na Provincia, e votá-lo em conselho do Govêrno, considerando-o aprovado no caso do Govêrno da Metrópole não se pronunciar sobre ele até 31 de maio.

Criavamos o Conselho de provincia, tribunal especial, com a constituição e competência e atribuições estabelecidas em vários artigos. Criavamos os chefes de serviço distritais e estatuiamos no artigo 70 do nosso projecto quanto a instituições municipais que «*as povoações onde existissem pelo menos dois mil cidadãos portugueses de raça branca, seriam regidas por uma câmara municipal*» etc. e no artigo 71 «*Tódas as outras localidades onde haja pelo menos cem contribuintes de estatuto europeu serão administradas por uma comissão municipal*» etc.

Propunhamos e definiamos, como se deveriam constituir os concelhos e as circunscrições administrativas que se criavam.

Quiz-me depois parecer que, nesse projecto, não se definia bem nem acautelava convenientemente, talvez, a autoridade dos governadores de distrito perante as novas e latas atribuições que, fatalmente, deviam ser concedidas aos chefes de serviço provinciais, nas suas relações com os chefes de serviço distritais.

Assim, em oficio meu, para o Ministro, oficio que nada tinha que ver com a acção da comissão já então dissolvida, e em data de 21 de outubro de 1905, com o n.º 1025/5040, entendi esclarecer e melhor definir o assunto e apresentar o que julgava dever ser a solução que pudesse harmonizar êsse aparente conflito de jurisdições e atribuições, dizendo:

«Parece-me que a questão se aclara se notarmos que quanto aos serviços gerais dependentes directamente de uma direcção central, a sua execução em cada distrito envolve uma parte interna, técnica, profissional e outra externa, de tacto, de combinação, de harmonia, que poderiamos chamar o exercicio interno e externo desse serviço. Diz o primeiro respeito às operações orgânicas, técnicas, que tem de se realizar segundo preceitos de regulamentos especiais em que seria inconveniente a intervenção do governador... envolve o segundo, as relações do serviço com todos os outros que se exercem no distrito... para que todos trabalhem de acordo, como rodas de uma engrenagem, que é a administração do Govêrno subalterno».

*

* *

Que destino tiveram êsses trabalhos? Dando entrada em fins de 1905 na secretaria do Ultramar poucos mezes antes da queda do ministério progressista, que seria sucedido por um célebre *ministério relampago* de Hintze, ficaram esquecidos pelas repartições do ministério até que subindo ao Govêrno o ministério Franco, Ornellas, Ministro do Ultramar, chamou a si o projecto enviado de Moçambique em 1905, adoptou-o com algumas pequenas modificações (algumas para melhor, outras para pior) e precedendo-o de um luminoso relatório publicou-o em 1907 chamando-lhe e bem, a «Reorganisação administrativa de Moçambique».

Que êle manteve a doutrina e a idéa que dominaram a preparação do projecto de 1905 e que adoptou as idéas que eu expozera no meu oficio para o Ministro, com a data de 21 de Outubro de 1905, não há dúvida.

Basta cotejar o projecto de 1905 com o diploma de 1907.

De resto, eu no meu citado oficio de Outubro de 1905 dizia claramente ao Ministro o que entendia — «*Descentralisação de grau em grau, concentração de atribuições e de responsabilidades em cada grau*» — a que Ornellas, com o seu talento de escritor, soube talvez dar forma mais literáriamente propria, repetindo em 1907 no seu brilhante relatório: «*Descentralisação de poderes de grau para grau e concentração de autoridade em cada grau*», o que como Lopo Vaz disse, atribuindo, a formula como se vê talvez sem grande motivo, a Ornellas «é a formula basica em administração colonial moderna».

Regressei em fins de 1906 a Lisboa e fui nomeado logo por Ornellas então Ministro, vogal efectivo da «Junta Consultiva do Ultramar», cargo que exerci até fins de 1910.

Tive, pois, bôa ocasião de estudar a aplicação e o valor da então vigente «Reforma administrativa de Moçambique», e de verificar os males de que enfermavam as administrações das provincias e distritos autonomos do Ultramar. A própria obra de 23 de Maio de 1907, incontestavelmente o melhor que havia então, carecia de revisão a meu vêr...

Quando em 1909 fui Ministro da Marinha e Ultramar falei muito com Ornellas a êsse respeito e disse-lhe a intenção, em que estava, de fazer estudar por comissões especiais o que conviesse adoptar quanto a organisação administrativa para tôdas as possessões ultramarinas «tencionando quando recebesse os relatórios dos trabalhos dessas comissões, dar-lhe quanto possivel unidade, num trabalho final sintetico. Convidei Ornellas que concordava plenamente com o meu modo de vêr» para presidir à Comissão de Moçambique, aceitando êle gostosamente o encargo.

Em 21 de Janeiro de 1910 publicava-se a portaria por mim assinada, criando oito comissões, com o encargo de «considerando as suas justas aspirações (das possessões ultramarinas) de modo a nem por uma excessiva centralisação lhes entravar a actividade nem caindo no excesso contrário dar porventura lugar a situação de dificil solução... estudarem o assunto em relação a cada uma...».

Comissão para a *India* — Conselheiro Poças Falcão antigo presidente da Relação; Coronel Alfredo de Albuquerque; Christovam Ayres; Conde de Mahem; Silva Teles; Conselheiro Navarro de Andrade; Hypacio Brion; Major M. Sá Pinto Sotto Maior; e Tomaz Garrett e outros.

Para *Angola* — Almirante G. Brito Capelo, antigo comissário regio; Alberto Almeida Teixeira antigo governador; Conselheiros Alvaro Ferreira e Henrique de Paiva Couceiro, antigos governadores gerais; Ernesto Gomes de Souza e Paula Cid e três representantes das forças vivas da provincia e Dr. João Pinto dos Santos.

Para *Moçambique* — Ayres de Ornellas; Alfredo Batista Coelho; Baltazar Cabral; Ernesto de Vilhena; João Ulrich; B. Mendes d'Almeida; João Gaivão; Lopo Vaz Sampaio e Melo; Lino Neto; Cordeiro de Souza; Leotte do Rego, etc.

Para *Cabo Verde* — Conselheiro Barjona de Freitas antigo governador; Christiano de Sena Barcelos; Belchior Machado; Conselheiro Paula Cid; Julio Bon de Souza; Lof de Vasconcelos; etc.

Para *Macau* — Conselheiro Custodio de Borja e Pedro de Azevedo Coutinho antigos governadores; Artur Tamagnini Barbosa; Francisco Diogo de Sá; Jayme da Fonseca Monteiro; Arantes Pedroso oficiais de Marinha, e Olimpio de Oliveira.

Para *S. Tomé* — Visconde de Monte-São, conselheiro Cid e Pedro Berquó antigos governadores; Mantero; Marquez de Vale Flôr; Henrique de Mendonça e João do Canto e Castro Silva Antunes.

Para a *Guiné* — J. Bicker e Oliveira Muzanti antigos governadores; Alberto da S. Moreno; Carlos Pereira; Loureiro da Fonseca; Sena Barcelos; Frederico Pinheiro Chagas; José Cardoso; Proença Fortes; etc.

Para *Timor* — Antonio F. Costa antigo governador; Fernando Machado da Cruz; Jayme Vieira da Rocha antigo chefe do Estado-Maior; Julio Montalvão e Silva; A. Pereira do Vale e José Carrazeda de Andrade.

Deixei de ser Ministro, e não sei se todos os relatórios das comissões deram entrada no ministerio da Marinha e Ultramar... Do relatório da Guiné tenho copia, e bem curio-

sas são algumas das propostas apresentadas nêle.

*
* *

Terminando, repetirei o que já tive em tempo, ocasião de dizer no Porto.

São as Colónias a nossa razão de ser, como nação, mais clara e tangivel; e as glórias do nosso grande passado no Além-Mar constituem, insofismavelmente, a justificação mais forte e mais nobre do nosso orgulho nacional, e o incitamento mais poderoso para persistirmos no esforço construtivo que realisamos para manter o Império Colonial no caminho progressivo e de desenvolvimento que vai percorrendo. Serão para isso precisos sacrifícios, esforços, trabalho; mas assim ha-de ser, porque nós todos Portugueses o queremos!

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1934.

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS PORTUENSE

RIO TINTO

DE

Azevedo, Ferreira & C.ª, L.da

ESCRITÓRIO

Praça da Liberdade, 15

PORTO (PORTUGAL)

TELEF. 543

FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE ALGODÃO.
FABRICO ESPECIAL DE COBERTORES E DIVERSOS
RISCADOS PARA AS COLÓNIAS PORTUGUESAS

FABRICA DE S. ROQUE

TECIDOS DE ALGODÃO

Domingos Antonio de Oliveira & C.ª, Suc.res, L.da

RUA DE S. ROQUE DA LAMEIRA, 854

TELEF. 352

PORTO PORTUGAL

Especialidade em Cotins, Riscados, Armures, Zefires e sêda e Artigos Coloniais

CABO VERDE

O arquipélago da melancolia vive o esfôrço duma importante realização económica.

Ali no Arquipélago Hesperitano realizaram os portugueses uma obra maravilhosa de povoamento que hoje refere uma população luzíada sobremaneira honrosa para o país.

A aridez interminável que é a nota flagrante e expressiva das suas costas esconde vergeis floridos e vales cavados abruptamente nas encostas das suas montanhas.

Julião Quintinha reportou assim esta observação surpreendente: «Para além destas terras — as do litoral — requeimadas pelas lestadas; batidas pelas brisas de nordeste; para além de todos êstes signos que marcam a fatalidade geográfica que assiste a um povo activo e sofredor; para além dêste cenário agreste e deshumano, existe um outro Cabo Verde, ridente e florido, que os mais teimosos, conseguem desvendar, por detraz dos acerados e longínquos montes, vales mimosos de riqueza e graça, explicando aos homens como principalmente, na sua mórbida indolência, êles têm a principal expiação».

O povo de Cabo Verde exprime odiosincraticamente o sentido dos seus maiores e as condições do seu chão natal. Mòrbidamente fatalista a sua qualidade primacial é a duma perseverança que nunca desanima.

Vive confiado no destino da Vida e arrefece o seu desfalecimento nos seus cantares típicos.

Terra de poetas criou culturalmente um riquíssimo folck-lore.

As *mornas* — a canção de Cabo Verde — vive dos motivos da dôr da terra quando açoitada por males enormes, sempre redimida pelo beijo estuante duma crioula que vive Amor e Sacrifício. O expoente máximo desta poesia foi Eugénio Tavares, que na Brava — a ilha cromática de vida simples — foi a enterrar num bailado triste de moços e moças da sua terra.

CABO VERDE — Ponte Grande de S. Vicente

CABO VERDE — Ilha de S. Vicente — Capitania dos Portos, no Porto Grande.

rica do Norte, verifica-se nêles excepcional aptidão de trabalhadores laboriosos e de iniciativa.

Prenhes de tradição histórica no arquipélago encontram-se valiosos atestados do nosso passado, entre os quais se destacam as ruínas da Cidade Velha, na ilha de Santiago, de apreciável valor arqueológico.

No presente, Cabo Verde vive uma hora intensa de realização: — A sua óptima posição económico-financeira, vivendo dos recursos independentes da vida local, na sua grande parte, vem sendo combatida pela crise mundial, pelo que criou a exigência de ràpidamente se delinearem as indispensáveis obras que criem, na possibilidade comprovada do incremento agrícola, o recurso compensador do decrescimento das receitas públicas e dos rendimentos privados.

O plano de realização encadeia um sistema curioso que vai desde a efectivação de importantes obras de hidraúlica agrícola até à organização das classes de produtores, tudo orientado e patrocinado pelo Govêrno da Colónia.

O actual governador, capitão Amadeu de Figueiredo, exprimiu em síntese o sentido de tôda a obra a realizar: —

Os núcleos populacionais na sua mór parte formados por nativos, advindos do acasalamento dos nossos antigos colónos com indígenas da Guiné, tem propulsionado valiosas realizações urbanas e de assistência.

O grau de instrução geral dos nativos é elevado, e através dos contingentes emigratórios para países estranjeiros, especializando a Amé-

CABO VERDE — Ilha de S. Vicente — Uma ponte — Cais

CABO VERDE Ilha de S. Vicente

CABO VERDE—O porto de S. Vicente, visto do mar

Cabo Verde vai criar com a sua produção uma necessária autonomia económica.

Machado Saldanha

Representante do Govêrno da Colónia de Cabo Verde, junto da Exposição Colonial.

O arquipélago de Cabo Verde, no Oceano Atlântico, a 465 quilómetros da costa ocidental da Africa, e a 2.889 quilómetros de Lisboa, é formado por dez ilhas e quatro ilhotas, de natureza vulcânica: Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, (com dois ilheus), S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago. Fogo e Brava, (com duas ilhotas). Em tôdas elas há numerosas correntes de água, especialmente nas que formam o *grupo agrícola,* sobretudo em Santiago, na qual a agricultura está mais desenvolvida, Santo Antão, S. Nicolau e Brava, onde algumas dessas correntes de água são de curso permanente.

As condições climatéricas variam muito de ilha para ilha.

Umas apresentam um carácter tropical, e outras como Fogo, Brava e S. Vicente, um clima benigno e salubre, semelhante ao da Madeira e Canárias.

CABO VERDE — Ilha de S. Vicente — Padrão levantado na Pontinha do Porto Grande, comemorando a passagem ali dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

CABO VERDE — S. Vicente — Edifício dos Correios e Telégrafos

População

A população total do arquipélago é, segundo o último recenseamento, de 148.300 habitantes, sendo 4.040 brancos, 55.159 pretos e 89.101 mestiços. Estranjeiros havia apenas 220.

Administração

A colónia é administrada por um governador, assistido por um concelho de Govêrno,

cuja residência oficial é na cidade da Praia (ilha de Santiago).

CABO VERDE — S. Vicente — Farol de S. Pedro

Instrução

Quanto a instrução, existem em Cabo Verde um liceu central e 150 escolas distribuidas pelas diferentes ilhas. A percentagem de iletrados é inferior a 25 %.

Portos

O arquipélago possue além de alguns pequenos portos destinados ao comércio de cabotagem, dois muito frequentados pela navegação transatlântica ou de longo curso: S. Vicente e Praia.

O primeiro é um dos mais importantes do Império Colonial Português em virtude da sua excelente posição geográfica, e do seu movimento marítimo. Colocado em pleno Oceano Atlântico, no caminho das grandes linhas de navegação entre a Europa e a América do Sul e entre o Oeste africano e a América do Norte, dispõe de condições estratégicas excepcionais como base de abastecimento e de operações em caso de guerra, e as melhores condições para serviço, em tempo de paz, dos navios que por ela fazem escala, fornecendo-lhes água, carvão e óleos combustíveis.

CABO VERDE — S. Vicente — Prainha Mindelo

Tem condições para abrigar cem navios, sendo sempre calmo o estado do porto, constituindo-lhe uma barreira protectora a ilha de Santo Antão, que fica em frente.

A Praia é o segundo porto do arquipélago em importância Está-lhe reservado um largo futuro desde que começarem a funcionar os serviços de aviação comercial resultante dos contractos assinados

CABO VERDE — S. Vicente — Mulheres indígenas

entre o Govêrno Português e as Companhias concessionárias.

*

* *

Ultimamente as estradas desenvolveram-se muito.

Ha várias estações telefónicas. A T. S. F. explora pela Companhia Portuguesa Radio-Marconi, uma estação central na capital da Colónia e o Estado possue, para serviço público, dez postos distribuidos nas diferentes ilhas. É o mais importante centro mundial de cabos submarinos.

Actualmente a base de hidro-aviões da Companhia «Air-France», que explora a linha postal Europa-América do Sul, encontra-se na Calheta de S. Miguel (ilha de Santiago). Dentro em breve a Companhia Portuguesa de Aviação, agindo em ligação íntima com a companhia francesa, começará a explorar a ligação entre Cabo Verde e a Metrópole e as outras ligações com as Colónias Portuguesas de Africa.

Movimento económico

As principais mercadorias exportadas são a purgueira, aguardente, café, sisal, peixe em salmoura, peles e coiros, ricino, sal e milho.

A planta mais cultivada no arquipélago é a purgueira (Jatiopha curcos). Cultiva-se também o milho, que constitue a base de alimentação dos indígenas, a cana de açúcar, o sisal e o tabaco.

O café, sobretudo o das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão, é de qualidade superior e de reputação mundial.

As suas citrinas, especialmente a laranja, cuja exportação para a Inglaterra foi iniciada o ano passado com notável

CABO VERDE — Vista geral da Ilha Brava

CABO VERDE—Praça Cidade da Praia

CABO VERDE Ilha Brava—Porto da Furna

CABO VERDE—Ilha do Sal

CABO VERDE — Ilha da Boa-Vista — Vista de Sol Rei

êxito, também constituem um valor da exportação.

Também se cultivam a mandioca, a batata doce, os feijões etc., além de vários produtos tropicais.

Criação de gado

Os animais mais abundantes no arquipélago são as cabras, e em seguida os porcos. Os cavalos, embora de pequena estatura, são resistentes. Os bois, são empregados na lavoura.

Indústrias

Além do fabrico do alcool de cana de açucar, as indústrias mais importantes no arquipélago são a pesca, a extracção do sal e a de olaria.

Na ilha do Sal e outras existem importantes salinas.

Nas ilhas de Fogo e Brava encontram-se as indústrias indígenas dos chapéus de palha, rendas, etc.

Terminamos com a transcrição de uma parte do relatório do ilustre Governador Amadeu de Figueiredo, apresentado à Conferência do Império.

«Sabem, por exemplo, os que apenas conhecem Cabo Verde, por cá terem passado, que ali se encontram águas mínero-medicinais e águas termais de grande valor terapêutico?

Sabem ainda que o pico do Fogo é de incontestável beleza e, com os seus 2.990 metros, é o ponto mais elevado de todo o território nacional?

¿Conhecem, porventura, a vegetação luxuriante dos ribeiros do Paúl e da Tôrre de S. Martinho e dos Orgãos, ou a fertilidade dos terrenos de Santa Catarina e de Pilão Cão, e de tantos outros?

¿Subiram à Ilha Brava, a Sintra de Cabo Verde, para admirarem as sebes floridas que limitam as pequenas propriedades e os seus jardins cheios de flôres?

CABO VERDE — Ilha do Fogo — Vista do Vulcão tirada o Ponto Alto do Monte (2835 metros de altitude).

VINHOS
ESPUMANTES
NATURAIS
RAPOSEIRA
GRANDE MARCA PORTUGUEZA
NSUPERAVEL
QUALIDADE
CAVES DA RAPOSEIRA
LAMEGO - PORTUGAL
CASA FUNDADA EM 1898
Valle Filho & Genros, Lda

EXIGIR ESTA MARCA
MARCA REGISTADA
ESPINHO
BRANDÃO GOMES & C.ª L.da

Santhiago

FÁBRICA PROGRESSO
A LOUÇA PREFERIDA!

GUINÉ

A COLÓNIA DAS TERRAS VERMELHAS

A GUINÉ portuguesa é um repositório de valiosos subsídios étnicos e morais das raças que descreveram do Oriente as suas linhas migratórias para o Norte de África.

Xadrez de raças, tôdas elas cheias de inusitado e de usos e costumes típicos, definem psíquicamente o maravilhosismo dos seus aborígenes, embora a sua vida de hoje se espraie adentro dos preceitos da civilização, que as nossas autoridades têm pouco a pouco introduzido.

A cerimónia do *fanado*, as festas do Ramadan, o regimen matriarcal dos bijagós, são notas expressivas da vida dos vários povos que habitam a Guiné portuguesa.

A colónia é, por assim dizer, uma extensa planura lacustre, serpenteada por óptimas estradas e por braços de mar, com os contrafortes das ilhas repletas de palmeiras que formam o arquipélago dos bijagós.

Pujante de possibilidades, a terra oferece-se à recolha da riqueza agrícola que de lés-a-lés aflora.

As condições do seu clima encorporam a Guiné portuguesa como colónia de exploração, isto não obstante a permanencia de europeus, ali, quantas vezes, se estender por muitos lustros.

A densidade da sua população cria no país condições excepcionais de facilidade de mão de obra.

A ocupação portuguesa na Guiné, que totalmente se realizou a partir de 1915, presta já um honroso atestado de capacidade de administração, com as suas cidades de Bolama e Bissau, os seus centros comerciais de Bafatá, Cauchungo, Mansôa e Farim, a utensilagem comercial existente e o propulsionamento da assistência técnica agro-pecuária feito pela Administração.

O território da Guiné portuguesa confina, caracteristicamente, o verde-escuro dos seus campos de flora com a nota vermelha do desenrolar das suas estradas, pelo que se define bem o país designando-o como a «Colónia das terras vermelhas».

MACHADO SALDANHA.

Guiné — Bolama — O Palácio do Govêrno, visto do lado sul

a entrada dos Europeus que desejem exercer ali a sua actividade; — e a estação das chuvas, de maio a novembro, durante a qual a temperatura média se mantem à volta de 29° centígrados à sombra.

A parte oriental da colónia, em consequência da sua disposição orográfica, é a mais saudável.

*

* *

A Guiné portuguesa está situada na costa ocidental da Africa. Pelo norte, leste e sul, é limitada por territórios que fazem parte da Africa Ocidental francesa, sendo os respectivos limites fixados em 1900 por um tratado concluido entre Portugal e a França. Os pontos extremos da colónia são o Cabo Rôxo, ao norte, e a Ponta Cajet, ao sul.

Compõe-se de duas partes: uma continental e outra insular: a esta última pertencem o arquipélago de Bijagós, as ilhas de Bolama, Bissau, Pecixe, Jata, etc.

A capital é Bolama, na ilha do mesmo nome. A superfície total é de 36.125 km.²

O litoral é entrecortado por diversos braços de mar e por um grande número de canais, constituindo uma espécie de rêde aquática, engrossada por alguns rios que nascem em território francês, a leste da colónia. Lembra, no seu conjunto, o sistema fiordico das costas da Noruega.

Climatologia

Nesta colónia ha duas estações bem definidas: a estação sêca ou fresca, de dezembro a abril — a que é preferível para

População

Segundo o último recenseamento, a população da Guiné portuguesa é de 340.465 habitantes, sendo 172.827 do sexo masculino e 165.317 do sexo feminino, repartidos pelas seguintes raças: 985 brancos, 338.144 pretos, 1.310 mestiços e 26 amarelos. Ha 304 estrenjeiros.

A densidade da população é superior à do Senegal e à da Guiné francesa.

Divisão administrativa

A colónia é administrada por um governador, assistido por um Conselho de Govêrno. É dividida em dez circunscrições administrativas, subdivididas em *postos civis.*

O principal centro e porto comercial da Guiné é a florescente cidade de Bissau. Seguem, por ordem de importância, os centros comerciais de Bolama, Bafatá, Canchungo, Farim e Cacheu (antiga capital da colónia).

Estradas

Há uma rêde considerável de estradas, que cortam a colónia em todos os sentidos, pondo-a em comunicação com as colónias visinhas, mas ligando sobretudo entre si os centros agrícolas e comerciais, completando assim o elemento excepcional que constitue a sua rêde fluvial e navegável para o desenvolvimento económico da colónia.

Vias fluviais

GUINÉ — Bolama — Edifício das Direcções de Fazenda, Administração Civil Correios e Telégrafos

A Guiné portuguesa acha-se cortada, por tôda a parte, por correntes de águas, canais e braços de mar, que oferecem no seu conjunto, uma rêde navegável de 1.800 km.

Principais portos de comércio

Os principais portos frequentados pela navegação de longo curso são Bissau, Bolama, Bubaque e Cacheu. O mais importante é o de Bissau, pelo qual passa a maior percentagem de comércio externo, o que é devido sobretudo à sua excelente posição geográfica. Possue um cais em cimento armado, onde podem acostar navios de 8 mil toneladas.

Existem outros portos próprios para navios de cabotagem: Bafatá, Farim, Buba, Cacine, S. Domingos e Xitoli.

Comunicações telegráficas e telefónicas

Ha uma rêde de cêrca de 800 km. de linhas telegráficas e telefónicas com 16 estações, internacionalmente ligadas ao Senegal e a Dakar.

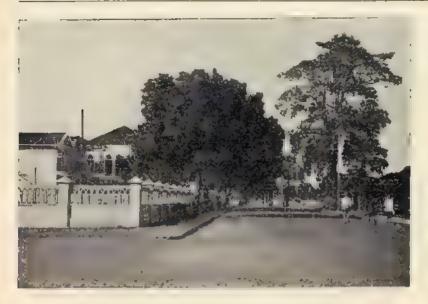
Há também vários postos rádio-telegráficos, sendo muito poderoso o de Bissau.

Bissau e Bolama são servidos por estações do cabo submarino do *West African Telegraph Co.*

GUINÉ — Bolama — Edifício do Banco Nacional Ultramarino

Linhas de navegação

Duas linhas de navegação regulares portuguesas tocam na Guiné.

Além destas, a Guiné é também regularmente servida

GUINÉ — Bolama — Terreno para a Escola de Artes e Ofícios

por navios de várias companhias estrangeiras.

Movimento comercial

A balança comercial da Guiné póde ser considerada, a partir de 1917, como notávelmente equilibrada. Até ha três anos verificou-se que as exportações, no seu conjunto, excediam as importações. Hoje ressente-se da crise mundial e da super-produção das oleaginosas no mundo.

As principais mercadorias exportadas são coiros, cêra de abelhas, borracha, óleo de palma, e sobretudo amendoim e coconote, em que principalmente se baseia a vida económica da colónia.

As principais mercadorias importadas são tecidos de algodão, vinhos e cervejas, tabacos, metais, óleo aromático, autos e caminhões, produtos alimentares, maquinaria agrícola e industrial.

Agricultura

A Guiné portuguesa é uma colónia muito produtiva e, como as raças que nela predominam, especializando os *balautas*, se entregam à cultura da terra, a mão de obra não falta.

Tôda a riqueza da colónia provém da agricultura e criação de animais.

A mancarra ou amendoim e o arroz são os principais produtos agrícolas.

O milho, a mandioca, a bananeira, a laranjeira e a mangueira são abundantes.

Também se cultivam a cana de açucar, o tabaco, o algodão, o gergelim, etc.

Existe na colónia um jardim de Aclimatação. Tam-

GUINÉ – Bolama – Vista parcial do porto e ponte-cais

bém ha um posto zootécnico. Abundam os bois, cavalos, jumentos, carneiros, cabras e porcos.

Indústrias

Além de algumas pequenas indústrias europeias e urbanas, uma importante fábrica de tijolos e diversas serrações, não ha a indicar senão uma fábrica de extracção de óleo de palma no arquipélago de Bijagós. Existem ainda diferentes pequenas indústrias indígenas, tais como a cerâmica, trabalhos em coiros, tecidos, ourivesaria, etc.

No relatório do governador, apresentado à Conferência Imperial, diz-se: «Na Guiné se estabeleceu um programa geral de assistência ao indígena, moldado em princípios de associação e que bem cumpre tornar uma realidade pelos resultados úteis que deve produzir.

O govêrno da colónia encontra-se empenhado na sua melhor realização. Os princípios e bases dêsse programa abrangem a assistência médica, como defensiva do indivíduo: a assistência agrícola e zootécnica como fomentadora da riqueza nativa e a assistência escolar rural, e de beneficência, a primeira como construtiva do futuro trabalhador da terra e a segunda como protecionista».

Neste sentido se está trabalhando afincadamente.

PORTO
SANTOS JUNIOR
DECIDIDAMENTE
O
MELHOR

SE QUEREIS
FINISSIMOS
LICÔRES
REQUISITAI-OS
DA
FABRICA
MARCA REGIST.
ANCORA
FUNDADA EM 1882
DEPOSITO GERAL
R. DO ALECRIM
32-42
LISBOA

S. TOMÉ E PRINCIPE

A PÉROLA DOS NOSSOS DOMÍNIOS COLONIAIS

S. TOMÉ e Príncipe, sob o seu duplo aspecto de ocupação racional e assistência à sua população, é bem a pedra de toque da capacidade colonizadora dos portugueses.

Tudo o que ali há feito, a portugueses se deve e é grande debaixo de todos os os pontos de vista. Tão grande que, ainda hoje, passados 15 anos de loucura colonial, em que os caudais de ouro, despejados sôbre as colónias de África, impulsionaram a sua ocupação e apetrechamento económicos até onde a ilusão o permitiu — ainda hoje nada existe no continente africano que se avantage, em valor intrínseco e moral, à obra por nós realizada em S. Tomé e Príncipe.

Quando vemos, ainda neste momento, a visinha ilha de Fernando Pó com a sua economia estacionária, de duvidosas possibilidades de desenvolvimento, porque a doença do sono nela grassa livremente sem que a combatam, não pode deixar de orgulhar-nos a obra levada a efeito pelos nossos médicos do ultramar que, debelando inteiramente aquele flagelo, o fizeram desaparecer das nossas ilhas há cêrca de 20 anos.

Percorrendo as ilhas de lés a lés, encontramos disseminadas por tôda a parte, nas povoações como nas «roças», uma assistência modelar aos seus habitantes, em habitações higiénicas, hospitais modelares, escolas, creches, etc. que são o mais eloqüente desmentido às calúnias freqüentemente bolsadas contra a nossa obra colonial.

A ocupação económica de S. Tomé e Príncipe sai fora dos moldes modestos em que temos feito a de outras colónias.

A organização perfeita das suas «roças», as suas instalações e o moderníssimo apetrechamento industrial são impressionantes. O aproveitamento das terras tem sido de tal forma intensivo que que não há hoje no arquipélago um palmo de terra cultivável que não esteja aproveitado.

E tôda esta obra formidável, levada a efeito pelos homens, é emoldurada por um «décor» de maravilha, com o relêvo caprichoso, de pitoresco inexcedível, dos seus montes, com o verde quente das suas luxuriantes e vetustas florestas.

S. TOMÉ — O Palácio do Govêrno

grandes altitudes de S. Tomé. A sua parte montanhosa é ao sul, onde se ergue o pico do Príncipe (cêrca de 1.000 ^{m}) tendo ao norte, a cêrca de 3 km. o Pico Papagaio com 891 ^{m}.

Ambas as ilhas são devidas à acção eruptiva, como o prova não só a cratera denominada Lagoa Amélia, em S. Tomé, como os vestígios de outras crateras em volta e os diversos montes em forma de cone, alguns dos quais bem característicos.

As ilhas de S. Tomé e Príncipe estão situadas em pleno golfo da Guiné e formam, com a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, um todo administrativo cuja sede de govêrno é na cidade de S. Tomé.

A ilha de S. Tomé tem 857 km² de superfície e a do Príncipe, situada a cêrca de 150 quilómetros a noroeste, tem apenas 114 km².

Orografia

O sistema orográfico do arquipélago é cheio de relêvo.

O nó ou feixe orográfico da ilha de S. Tomé é formado pelos Pico do Calvário (1.608 ^{m}), Pinheiro (1.611 ^{m}) e Pico de S. Tomé (2.025 ^{m}) tendo em redor, por leste e sul, uma série de montes ou picos cuja altitude varia entre 1.300 e 1.700 ^{m}. Acha-se êste massiço dos mais altos montes da ilha, adjacente à costa ocidental, que por isso é muito aprumada.

A ilha do Príncipe não possue as

Hidrografia

Sob o aspecto hidrográfico, são as ilhas abundantíssimas em água e tão numerosas e interessantes as suas correntes fluviais, que mereciam um exame mais atento que êste simples trabalho não pode comportar. Existem freqüentemente nos seus rios cascatas e cataratas de alturas diversas e de um admirável pitoresco. Ne-

S. TOMÉ — Jardim fronteiro à Alfândega

nhum rio é navegável mas todos têm, na sua maioria, um volume de água muito regular e as suas embocaduras conservam-se permanentemente abertas. No seu caminho para o mar, descem as correntes fluviais dos mais altos montes, atravessam algumas planícies e várzeas que fertilizam, deslizando por entre uma variadíssima vegetação.

S. TOMÉ — Enfermaria de um hospital de roça

Clima

O clima do arquipélago é como o clima dos países equatoriais: fatigante, húmido e permanentemente quente, mas dada a diversidade de altitudes das duas ilhas, sítios há onde as temperaturas são absolutamente moderadas, chegando mesmo em «roças», situadas a cima de 1.000 metros de cota, a haver frio.

A posição das ilhas, a barlavento do delta do Niger e do estuário do Gabão, a cêrca de 400 km. de distância de ambos, pode considerar-se livre da influência daqueles dois importantes focos miasmáticos, do que resulta ser o seu clima suportável para o europeu, quando causas meramente locais, hoje muito diminuidas pelos trabalhos de saneamento, não venham prejudicá-lo.

População

A população de S. Tomé é de cêrca de 52.000 habitantes. Destes, cêrca de 1.300 são europeus, cêrca de 19.000 nativos, constituindo uma raça autoctone denominada os «forros», e os restantes serviçais vindos de outras colónias para os trabalhos agrícolas do arquipélago.

A esta população que vem de fora prestar serviços no arquipélago, são dadas, por leis liberais e humanitárias, tôdas as garantias de liberdade de trabalho e de regresso às suas terras, quando findos os seus contratos.

Todos os assuntos que dizem respeito à entrada, permanência e regresso dos serviçais, são defendidos por uma instituição tutelar, chamada Curadoria de Serviçais.

Divisão administrativa

Administrativamente, S. Tomé e Príncipe divide-se em duas circunscrições: S. Tomé e Príncipe, dependendo desta última a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, ocupada por um residente. A capital da colónia é a cidade de S. Tomé, na ilha do mesmo nome e ao mesmo tempo sede da circunscrição. A circunscrição do Príncipe tem a sua sede na cidade de Santo António. Na ilha de S. Tomé existem outras povoações: Trindade, Madalena, Guadalupe, Santa Cruz dos Angolares e Santo Amaro.

Vias de comunicação

Na ilha de S. Tomé existe um caminho de ferro do Estado que liga a cidade com a povoação da Trindade.

Além desta linha férrea existe, tanto numa como na outra ilha, uma rêde ferro-

S. TOMÉ — Terreiros, sanzalas e secadores numa roça

Portos

Os portos principais do arquipélago são S. Tomé e Santo António. Neles tocam regularmente as carreiras de navegação nacionais de carga e passageiros e as de carga alemã e americana.

Ambos os portos se encontram apetrechados na medida do necessário ao seu movimento comercial.

-viária privativa das «roças», somando algumas centenas de quilómetros.

A ilha de S. Tomé é ainda cortada em tôdas as direcções por numerosas estradas, estando em estudo e construção outras, que completarão a rêde que permitirá dentro de pouco tempo o percurso de automóvel em tôda a ilha.

Dispõe ainda o arquipélago de uma completa rêde telefónica, ligando as roças entre si e estas com as povoações.

No que respeita a ligações internacionais, dispõe de uma estação de T. S. F. na cidade de S. Tomé e, nesta e na de Santo António do Príncipe, amarra um cabo submarino, que permite às duas ilhas a comunicação telegráfica com todo o mundo.

Movimento comercial

Em virtude da depressão económica de que a colónia sofre há uns anos a esta parte, o movimento comercial tem decrescido bastante, sobretudo no que se refere à exportação.

Os principais produtos de exportação do arquipélago são cacau, oleaginosas e café.

S. TOMÉ — Quebra do cacau

S. TOMÉ — Abertura de trincheira para assentamento de decauville

Exportação:

Cacau—1913	exportaram-se	36.500 ton.
1923	»	11.909 »
1933	»	10.516 »
Café—1913	»	641 »
1923	»	282 »
1933	»	632 »
Coconote—1913	»	1.279 »
1923	»	2.569 »
1933	»	3.319 »

O mesmo aumento que se constata nas exportações do café e coconote, estende-se ao oleo de palma e copra.

Não devemos nós encarar com pessimismo a situação económica desta nossa tão rica colónia. Ela conserva em si possibilidades reais de um breve regresso à sua posição brilhante, dentro da economia do Império.

As causas da crise que assoberba o arquipélago são de natureza geral, no que respeita à baixa de cotações,

As principais mercadorias de importação são o vinho e cerveja, produtos alimentares, tecidos, sacos, etc.

A importação é na sua grande parte feita da Metrópole e das colónias portuguesas. A exportação é na quási totalidade dirigida para Lisboa.

Alguns dados estatísticos darão uma ideia aproximada da produção do arquipélago nêste período de depressão económica.

S. TOMÉ — Filhos de serviçais nascidos na Ilha

S. TOMÉ — Um grupo de naturais

No entanto é necessário que se não esqueça que a razão principal das vicissitudes de que o arquipélago sofre neste momento, advem da falta de assistência técnica à sua agricultura. Esta assistência deverá ser orientada tanto no sentido educativo, modificando métodos usados, onde eles possam ser melhorados, como no sentido restritivo, coartando exageros onde eles se manifestem. É necessário atentar na importância incomparável da obra já realizada em S. Tomé e Príncipe, no capital enorme invertido nas suas empresas agrícolas, no que de prejudicial para a economia do país viria com a ruïna da economia do arquipélago, e não deixar para mais tarde o que hoje se pode fazer para melhorar a situação difícil que ele atravessa neste momento.

Sintetizando tôda a confiança que nos incute a vitalidade daquela colónia, a qualidade dos que nela trabalham e a porção de caminho já percorrido, poder-se-á aplicar a S. Tomé a frase que, a respeito de Portugal, escreveu, num livro seu, um jornalista inglês que nos visitou: « S. Tomé e Principe n'est pas un pays qui s'en va, c'est un pays qui revient ».

e de natureza puramente local, quando mais uma vez somos levados a lamentar as conseqüências de uma monocultura intensiva e sem orientação técnica.

É com satisfação que devemos constatar como as explorações estão sendo presentemente orientadas, com o sentido de economia que colocará os preços de custo dos seus produtos no justo equilíbrio com os seus preços de venda. Ao vermos o aumento das exportações do café, do coconote, do óleo de palma e da copra — verificamos igualmente que a orientação seguida até há pouco se modifica com a exploração de novos produtos, que elevarão dentro de pouco tempo a produção global do arquipélago ao nível que a fertilidade das suas terras e o seu apetrechamento industrial prometem.

NADA tem decaído a arte-indústria de Ourivesaria portuguesa. Pelo contrário, dia a dia se aperfeiçoa e expande não só comercialmente, mas no desenvolvimento dos temas criadores, em que se inspira.

UMA das provas evidentes e sobradamente conhecidas fornecê-a há vinte e cinco anos a *Ourivesaria Aliança*, que ocupa hoje, na Rua das Flores, da Cidade do Porto, cinco prédios com uma frente de 30 metros, onde estabeleceu oficinas privativas, estando, por conseguinte, habilitada a encarregar-se de encomendas de todo o género, remetidas para tôda a parte do país, das colónias e do estranjeiro.

OURIVESARIA ALIANÇA

PORTO

JÁMAIS um encargo passado à *Ourivesaria Aliança* deixou de ser cumprido à risca, pois não precisa de procurar fabricantes e operários avulso visto tê-los em sua casa, e mesmo artistas em tôdas as especialidades do ramo, aptos para compreenderem e executarem, em modelares oficinas, com os mais modernos e minuciosos utensílios de trabalho.

É preciso frizar que o seu proprietário Snr. *Celestino da Mota Mesquita*, assume a responsabilidade de acentuar, nos trabalhos executados nas grandes oficinas da *Ourivesaria Aliança*, quanto possível, o reflexo puríssimo dos estilos, manejando, quanto possível, a maravilhosa forma dos grandes estilos portugueses, fixando-a, pelo cinzel, em metais preciosos, que as corporações e os particulares vão entesourando e legando-os à posteridade como prova do seu gôsto artístico e como manifestações de opulência.

SÃO prósperos e contínuos, há muitos anos, os negócios da *Ourivesaria Aliança* com as *Colónias Portuguesas*, graças à organização desta casa que é, no seu género, a maior da Península. O mesmo acontece com o estranjeiro, onde os seus produtos são conhecidos e cotados como altos valores de arte. Na América do Norte, na Inglaterra, na França, na Espanha e no Brasil, há clientes fieis, e cada vez mais numerosos, desta Ourivesaria que tem uma organização especial que permite, graças a essa organização, a fórmula duns preços extremamente favoráveis para o público.

E se desde o alvorecer da civilização se formou no Norte de Portugal uma tendência artística regional, cujos elementos se foram fixando e aperfeiçoando de geração em geração, até aos povos invasores da Ibéria, mais ou menos em contacto com as civilizações orientais, não pode negar-se que a *Ourivesaria Aliança* tem uma invejável e grandiosa quota-parte no progresso hodierno de tão interessante como artística indústria.

Haja em vista a sua monumental banqueta manuelina, que os católicos portugueses resolveram, por subscrição nacional, oferecer a Nossa Senhora de Fátima.

E não se esqueça também o grandioso sacrário em prata, outra obra de arte que se destina à Igreja dos Congregados do Porto.

COMO era de esperar, a *Ourivesaria Aliança* concorre à *Exposição Colonial* que se realiza nesta cidade do Porto no majestoso recinto do Palácio das Colónias. O leitor visite o *Stand* opulento desta casa singular, honra máxima da iniciativa portuguesa.

Lá poderá adquirir uma lembrança dêste certame, duma admirável finalidade patriótica.

E como a *Ourivesaria Aliança* é uma das curiosidades do Porto, vale a pena que os forasteiros a visitem na

RUA DAS FLORES, 191

ANGOLA

A PAR de ser a maior colónia portuguesa, é a de mais variadas condições de solo e de clima, a de mais diverso aproveitamento económico.

Dentro de Angola são possíveis, por assim dizer, tôdas as modalidades da valorização de domínios coloniais. Cabe nela a simples *exploração* das riquezas naturais, como nela tem lugar a pequena e grande cultura pela *colonização europeia;* pode aproveitar-se, conforme as regiões, a exclusiva actividade do negro, como pode utilizar-se isoladamente o trabalho do europeu, ou em *cooperação* o dos dois.

Angola tendo em seu território climas variados, desde os que se classificam de tropicais aos que podem denominar-se frescos, e possuindo as mais variadas condições agrícolas, oferece, conforme a região, meio apropriado para culturas as mais diversas, desde as tìpicamente próprias dos trópicos, às dos meios temperados e, em alguns casos, mesmo às das regiões frias.

O sub-solo já fornece e virá a fornecer em melhores condições de prospeção e exploração, as essenciais riquezas extractivas.

Colocada, quanto a condições mariti-

ANGOLA — Luanda — Edifício dos Correios

ANGOLA — Congo — Residência do Govêrno do Distrito

si, capaz de ser uma grande e boa colónia, mesmo de uma grande metrópole.

Situação geográfica

A colónia de Angola é situada na costa ocidental do continente africano entre os paralelos 4.º e 18.º e os meridianos 12.º e 24.º, compreendendo os territórios entre o Zaire e o Cunene, além do pequeno enclave de Cabinda, a norte do Zaire.

São seus fronteiriços: — a norte, o Congo Francês e o Congo Belga; a este, ainda o Congo Belga e as Rodésias; e a sul, o Sudoeste africano, antiga colónia alemã, hoje mandato da União Sul Africana. Para oeste, Angola cai, em tôda a sua longa extensão de costa, sôbre o Oceano Atlântico.

mas, numa situação privilegiada, cercada de territórios necessitados de produtos da sua exploração, Angola tem, sob o aspecto mercantil, um lugar já importante e de maior valorização futura.

Trata-se da maior colónia portuguesa, na qual, sôbre a infiltração estranjeira, muito predomina a colonização portuguesa a ponto de tornar aquela insignificante, onde cada recanto assinala e relembra o sacrifício e o heroísmo dum sertanejo dado a comércio, de um militar ou de um funcionário.

Trata-se dum país suficientemente rico para se bastar a si na quási totalidade das necessidades dos seus naturais e seus colonos, bastante grande para albergar muito colono, suficientemente apto a tôdas as produções que o tornam, só por

ANGOLA — Dala Tando — Residência dos Oficiais de Infantaria Indígena

ANGOLA — Dala Tando — Exercício de fogo da 12.ª Comp.ª de Infantaria Indígena

rios tomam o regime especial de vales estreitos com freqüentes rápidos na região planáltica e especialmente na região das montanhas, para alargarem na região litoral e interior, formando extensos vales onde por vezes se some a água, ficando a conhecer-se a existência do rio por longos areais, onde a água aflora com facilidade em pequenas escavações.

Assim, só excepcionalmente êsses rios são navegáveis, como parte do curso do Zaire e do Quanza. É de notar que esta característica de infiltrações dos cursos de água, se acentua no sentido sul da colónia a caminho das regiões desérticas do sul de África.

Quanto ao regime orográfico, pode êle esquemàticamente descrever-se pela forma seguinte: — uma linha dorsal de altitude, a *zona planáltica*, onde as elevações, por vezes, vão além de dois mil metros, zona

Tal situação geográfica dá à colónia de Angola uma posição invejável, uma longa costa servida de portos naturais valiosos, entre os quais os mais importantes da costa ocidental africana, os de Lobito e de Luanda, constitue a natural e mais rápida saída de regiões interiores que circundam Angola — o Congo Belga e a Rodésia do Norte sôbre tudo.

A superfície da Angola é de 1:529.900 km² e nela caberia catorze vezes Portugal continental.

Orografia e hidrografia

Os regimes orográfico e hidrográfico da colónia são extremamente característicos.

No centro da colónia nascem alguns dos principais rios africanos, entre outros o Cunene, o Cubango, o Quanza e o Zambeze em um dos seus ramos. Sendo a colónia muito acidentada, êsses e outros

ANGOLA — Hospital Indígena em Luanda

ANGOLA — Bié — Tipos de mulheres

pouco larga, salvo no centro da Colónia; uma segunda região, a *zona das montanhas* que começa a trezentos metros de altitude e vai até ao comêço da zona planáltica à roda de mil metros, sendo esta zona para um e outro lado da linha dorsal planáltica, mais abrupta, porém, para o litoral que para o interior, e, finalmente, a *zona litoral* ao longo da costa, mais estreita ao norte e mais larga ao sul.

O regime hidrográfico e orográfico dão, em paralelo com as latitudes correspondentes, ao norte, regiões acidentadas de cursos de água permanentes, de vegetação exuberante e ao sul, regiões planas para um e outro lado da zona dorsal planáltica, de extensas planícies areentas, de cursos de água aflorando em determinada época do ano sòmente, de vegetação herbácea ou por vezes nula, formando, neste caso, regiões desérticas.

Climatologia

Desta sumária descrição se deduz que Angola possue variados climas, como atrás se anotou, desde o clima tropical, quente e húmido, ao clima temperado, fresco e sêco. Pode resumidamente dizer-se que a zona litoral é, a norte, imprópria para a fixação do europeu, e que ao sul, em determinados locais, é muito apropriada; que tôda a segunda região é pouco apta à longa permanência do europeu, salvo um ou outro ponto, e, finalmente, que tôda a região planáltica é eminentemente apropriada à larga colonização.

As estações são duas: a do *cacimbo* que é fria e sêca e que vai de Maio a Setembro, e a *das chuvas,* que é quente e húmida e vai de Outubro a Abril.

População

A população indígena de Angola pertence a várias raças mais ou menos diferenciadas. Não há um censo de população exacto, de resto difícil, mas pelos arrolamentos parciais, computa-se essa população em cêrca de 3 milhões e quinhentos mil, compreendendo indígenas, assimilados e mestiços.

Os indígenas, na sua generalidade, são trabalhadores e aptos ao exercício de tôdas as profissões. Entram na economia da Colónia com larga parte na produção agrícola que se exporta. A acção da autoridade e o exemplo do excelente colono que é o português, têm feito do indígena angolano um elemento essencial do fomento da Colónia.

A população branca é de 57.264 indivíduos, dos quais sòmente 1.793 estrangeiros ou seja, quanto a êstes, pouco mais que 3 %.

Anote-se que na população branca portuguesa há hoje um importante número de nascidos em Angola, especialmente nas regiões planálticas ao longo do caminho de ferro de Benguela, nas regiões da Huila,

Malange e Mossâmedes. Vão a mais de 17 mil os indivíduos nestas condições. São muito importantes os núcleos fixos de portugueses nestas regiões, ali mantendo uma vida permanente e contínua, de geração em geração.

Tem o maior interesse fixar certos números indicativos da persistência do colono português. Em quanto nas colónias vizinhas de Angola a emigração diminue, em Angola a fixação do português mantem-se. No decénio de 1923 a 1932, a diferença entre os portugueses que entraram e os que saíram dá um saldo favorável ao primeiro movimento de 24.469, ou seja uma média anual de 2.700 indivíduos. Em todo o decénio só num ano a entrada foi inferior à saída, em 1932, e mesmo essa diferença insignificante, é representada por 104 pessoas. Os estranjeiros em Angola também vão aumentando, mas proporcionalmente em menor número. No mesmo decénio a entrada sôbre a saída dá um saldo de 1.281 indivíduos, a-pesar do exôdo notável de 874 estranjeiros em 1932

Registo o interesse dêstes números, que representam um afluxo de gente à colónia.

Divisão Administrativa e Divisão dos Serviços

Angola é uma colónia de govêrno geral. Tem estado dividida até agora em 11 distritos. Pela nova reforma administrativa passa a ser dividida em *províncias*.

As províncias dividem-se em intendências de distrito, estas em circunscrições, e ainda estas em postos administrativos. As provincias serão cinco, as de Luanda, Malange, Benguela, Bié e Huila.

As entidades superintendentes em cada uma daquelas divisões são respectivamente: os governadores de provincia, intendentes, administradores de circunscrição e chefes de posto.

Sob a acção directa do chefe do posto estão as autoridades gentílicas.

Os serviços administrativos correm junto do governador geral, pela direcção dos serviços da administração civil; os serviços de contabilidade e impostos são tratados pela direcção dos serviços da fazenda. Uns e outros têm as suas repartições provinciais junto do govêrno de cada provincia.

Os restantes serviços que funcionam junto do govêrno geral da Colónia ou dêle directamente dependem, por direcções, repartições centrais ou repartições técnicas, são os de saúde e higiene, de obras públicas, de agrimensura, pecuários, aduaneiros, de estatística, de portos e caminhos de ferro, dos correios e telégrafos, de negócios indígenas e curadoria, de instrucção e os das missões religiosas.

Os serviços militares são dirigidos pelo chefe de estado maior da colónia, mas passarão a sê-lo, pela nova orgânica, pelo comando militar em Luanda. Os de marinha são orientados pelo chefe do departamento marítimo.

Todos os serviços mencionados têm dependências provinciais ou passarão a tê-las conforme as necessidades de cada um.

Os assuntos judiciais correm por co-

ANGOLA O Soba Caniza e duas das suas mulheres (Luenas)

ANGOLA — A soba Nbacatalo
e seu irmão o soba Caniza — Alto Zambeze

marcas sob a alçada do Tribunal de Relação de Luanda, ao qual também se subordina a comarca de S. Tomé e Príncipe. Junto da Relação de Luanda e junto de cada comarca existem respectivamente um procurador da República e delegados dêste. Um e outros são consultores do govêrno geral e dos govêrnos locais.

Estradas

Vai além de 27 mil quilómetros a extensão de estradas de automóveis na Colónia e por perto de 8 mil as carreiras do carro boer de tracção a bois, transporte ainda bastante corrente para carga.

Deve dizer-se que a longa extensão de estradas de automóveis marcou um progresso notável sob o aspecto económico e social e mesmo de ocupação. Salvo pelo que respeita às regiões de além Cubango, pode Angola ser percorrida de automóvel, de norte a sul, de este a oeste, em estradas bastantes delas muitíssimo boas. Êste trabalho honra sobremaneira as autoridades administrativas que dele se encarregaram. As obras de arte, pontes e pontões, muitos deles definitivos, já feitos e de perfeita construção, vão sendo levadas a efeito no restante, melhorando muito o trânsito de região para região.

Caminhos de Ferro

Se é certo que para tão vasta Colónia pode parecer reduzida a extensão da sua rede ferroviária, certo é também que tem já hoje uma grande importância, tanto mais que a serve uma quilometragem de estradas muito apreciável.

Possue Angola 2.333 quilómetros de vias férreas, sendo 865 do Estado, e 1.468 de entidades particulares.

Nas do Estado conta-se a linha de Luanda a Malange e a de Mossâmedes a Sá da Bandeira, tendo a primeira os ramais de Golungo-Alto, Calumbo, Bengo e Samba. O caminho de ferro de Luanda tem 617 kms. e o de Mossâmedes 248.

Dos particulares existem o de Amboim com 105 quilómetros, o do Cuio com 15 e o de Benguela com 1.347.

De todos êstes caminhos de ferro o que se pode considerar concluido, de resto o mais extenso, é o de Benguela, que atravessando tôda a Colónia, se liga aos caminhos de ferro do Congo Belga, e por êstes, aos da África do Sul, Lourenço Marques e Beira.

Pode hoje fazer-se o trajecto do litoral de Angola ao de Moçambique em caminho de ferro.

A-pesar-de se poder considerar concluída esta linha férrea, é intenção construir-se um ramal que, de além Moxico, siga directamente para a Rodésia.

De resto o caminho de ferro de Benguela serve uma região riquíssima de colonização, certamente aquela onde existe maior número de colonos, fazendo o tráfego de importantes produtos, especialmente milho, sisal, trigo e cêra, além de parte do cobre da Katanga.

O caminho de ferro de Amboim serve a região do café do mesmo nome, sendo

êste produto o do seu principal tráfego. Destina-se esta via a seguir até Gabela e dali para a região planáltica do interior.

O caminho de ferro do Cuio é um pequeno caminho de ferro servindo a Companhia dos Açúcares de Angola, no Dombe Grande.

O caminho de ferro de Mossâmedes aproveita as regiões planálticas do sul, com necessidade de se internar para as terras de além Chibia e Cunene. Transporta sôbre tudo cereais, couros, farinhas de milho e gado.

O caminho de ferro de Luanda, com seus ramais, serve o rico interior de Luanda. Tem ao presente seu *terminus* em Malange, mas tudo indica a sua penetração mais para o interior. Transporta especialmente café, milho, oleaginosas e óleos vegetais, sisal e farinhas.

Não deixa de ter seu interêsse colocar nestas notas os números representativos do tráfego dos diferentes caminhos de ferro da Colónia extratados de uma monografia que a Delegação do Govêrno de Angola à Exposição Colonial fêz publicar e da autoria do engenheiro Sande e Lemos, Director dos Portos e Caminhos de Ferro da Colónia:

ANGOLA — Alto Zambeze — Uma viuva

Tráfego dos Caminhos de Ferro da Colónia

O movimento dos passageiros nos últimos anos

Anos	Caminho de ferro de Benguela	Caminho de ferro de Luanda	Caminho de ferro de Mossâmedes	Caminho de ferro de Amboim
1923	227.775	90.962	19.931	—.—
1924	227.853	97 446	12.799	—.—
1925	235.443	134.453	12.848	—.—
1926	228.724	139.968	9.559	2.151
1927	237.378	131.823	8.815	3 089
1928	225.002	166.208	10.938	2.142
1929	242.210	122.518	11.957	1.621
1930	259.512	95.425	12.268	2.692
1931	240.599	82.128	9.250	2.771
1932	187.839	87.444	5.766	1.384
1933	—	—	7.065	985

MERCADORIAS (Toneladas)

Anos	Caminho de ferro de Benguela	Caminho de ferro de Luanda	Caminho de ferro de Mossâmedes	Caminho de ferro de Amboim
1923	171.849	54.079	12.180	—.—
1924	186.700	50 106	13.810	—.—
1925	172 593	47.514	14.809	—.—
1926	148.370	54.393	25.503	8.040
1927	205 [illegible]81	74.672	20.834	7.386
1928	226.887	131.544	18.604	8.941
1929	252.641	108.152	21.559	9.320
1930	250.465	127.037	21.862	8 747
1931	246.429	106.478	18.831	8.928
1932	211.797	119.613	13.550	9 179
1933	—	161.153	17.465	6.780

ANGOLA — Escola primária na Circunscrição Civil da Ganda

Data de 1848 a primeira tentativa de construção de caminho de ferro em Angola. Tratava-se do de Luanda. Só em fins de 1886 se inicia a construção dêsse primeiro caminho de ferro, então da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Através de Africa, sendo feita a inauguração dos primeiros 45 kms. em Outubro de 1888.

Quanto ao Caminho de Ferro de Benguela, foi o seu primeiro troço inaugurado em 1908.

O Caminho de Ferro de Malange, hoje incluido na única linha Luanda-Malange, foi construido pelo Estado e posto em exploração, no seu primeiro troço em 1907.

Neste mesmo ano foi inaugurada a primeira parte do caminho de ferro de Mossâmedes.

O caminho de ferro de Amboim foi dado à exploração, no seu primeiro lanço, em 1925.

Portos Comerciais

A longa extensão da Costa, 1.600 kms, oferece, nas pequenas e grandes baías, numerosos portos, dos quais se inumeram sumàriamente os de Landana, Cabinda, Santo António do Zaire, Ambrizete, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim (antiga Benguela Velha), Novo Redondo, Lobito, Benguela, Cuio, Mossâmedes, Pôrto Alexandre e Baía dos Tigres, afóra um elevado número de baías, séde de pescarias, sobretudo no sul da Colónia.

No entanto, os principais portos comerciais são os de Luanda, Pôrto Amboim, Lobito e Mossâmedes, todos testas de caminhos de ferro, e Santo António do Zaire (Sazaire), Benguela e Novo Redondo.

Alguns desses portos são providos de cais de cabotagem, mas sòmente o do Lobito tem em exploração ponte-cais para grandes navios. Está iniciada a construção da ponte-cais de Luanda, e estudadas as de Landana, Sazaire e Pôrto Amboim.

Comunicações Telegráficas e Telefónicas

São 19 as estações radiotelegráficas assim distribuidas: duas em Luanda, e uma em cada um dos seguintes locais: Cabinda, Novo Redondo, Lobito, Mossâmedes, Baía dos Tigres, Nova Lisboa, Malange, Maquela, Vila Luso, Vila General Machado, Sá da Bandeira, Vila Pereira de Eça, Sazaire, Dundo, Vila Henrique de Carvalho, Cangamoba e Cuangar.

São tôdas elas do Estado. Da Empreza Rádio-Marconi existe uma estação directa em Luanda.

O cabo submarino tem amarração em diversas povoações litorais de Angola como Luanda, Benguela e Mossâmedes.

As ligações telefónicas estão feitas por tôda a Colónia em rede extra-urbana, tendo algumas das cidades rêde intra-urbana.

Comunicações aéreas

A Colónia está provida de campos de aviação que infelizmente não têm movimento freqüente por falta de carreiras regulares. Só acidentalmente tocam nesses campos, e especialmente nos de Luanda, Benguela e Mossâmedes, pequenos aviões de turismo ou de estudo. Está em projecto uma carreira regular de aviões que toca em Angola.

Existiu um centro de aviação militar em Nova Lisboa, hoje extinto.

ANGOLA — Distrito de Benguela — Escola Primária n.º 36 «Ferreira Ribeiro» na Circunscrição Civil do Bailundo

Indústria

As indústrias de transformação em Angola nao têm o desenvolvimento que seria natural atinjirem, atenta a grande produção de matérias primas, porque na maior parte são estas exportadas.

No entanto têm grande importância:

a) a indústria dos tabacos que atingiu na colónia uma marcada perfeição tanto em picados como em cigarros e charutos. Esta indústria tem uma produção que não só basta ao consumo interno como permite uma exportação que vai tendo certo valor, bastando dizer, para justificar a afirmação, que Angola importava em 1921, mais de 31 mil quilos de cigarros e em 1933, sòmente importou 478 quilos, tendo em contra-partida exportado neste último ano 1561 quilos de cigarros;

b) as indústrias derivadas da moagem, especialmente a de fabrico de massas alimentares, das quais já pouco se importa.

c) a dos sabões, que basta ao con-

ANGOLA — Uma Escola Primária

ANGOLA — Vista Geral de Dala Tando

serração, carpintaria e marcenaria, as de refrigerantes, a de algodão hidrólico, a das resinas e as das artes gráficas.

Quanto às indústrias que devem classificar-se dentro do grupo da tecnologia imediata e directa da produção, apontam-se as do açúcar, de óleos de origem vegetal, a do álcool, dos lacticínios e das carnes preparadas.

Têm largas possibilidades e futuro em Angola, as indústrias de tecelagem, calçado, papel, cimento, dos derivados da barracha, etc.; parte delas em incipiente exploração.

sumo e dá um contigente apreciável para a exportação.

d) a do sal, com mercados locais e exteriores.

Merecem classificação especial, e por isso constituem outros capítulos, as indústrias de pesca e mineira.

De menor importância mas com tendências progressivas, tanto pelo que respeita à quantidade como pelo que se refere à qualidade, existem ainda as indústrias de moagem, curtumes, cerâmica, e as de

Indústria mineira

Tem lugar importante a dos diamantes cuja produção actual anda por 350 mil quilates. A sua exploração desde 1916 a 1932 está avaliada em 6.600.000 libras.

O ouro existe em diversos pontos da colónia, mas a sua exploração não tem tido incremento. A existência de ouro assinala-se no Lombige, Cassinga, Ochitanda e outros rios e locais.

A prata e chumbo no Caribo e Guio.

O cobre encontra-se distribuído por grande extensão da Colónia. Em exploração, embora reduzida, contam-se as minas do Bembe. Além desta, mas não em exploração, assinalam-se jazigos de cobre no Zensa, Gulungo Alto, Cuvo, Banza, Pedra

ANGOLA — Uma vista do porto do Lobito

Grande, Giraul, Serra da Ganda, Maquela, etc.

O ferro existe por tôda a Colónia, mas não há exploração séria dêle. No entanto, em 1767, em Oeiras, na margem do rio Luinha, já se fabricaram canhões por ordem do Marquês de Pombal.

O manganez, o enxôfre, os ocres, os gessos, os mármores e calcáreos, existem muito espalhados, conhecendo-se algumas explorações de gesso, mármore e cal.

Quanto aos combustíveis, existem carvões asfálticos, turfa, linhite e petróleo A sua exploração é, porém, reduzida e os estudos prévios, salvo pelo que respeita aos petróleos, estão bastante atrasados. Quanto a êstes, a Companhia de Pesquisas de Angola tem trabalhos definitivos que prometem em reduzidos locais uma exploração lucrativa.

No entanto, Angola oferece um largo campo de acção às indústrias de que venho tratando.

Indústria de pesca

É esta uma das indústrias mais exploradas em Angola. O peixe sêco constitue um alimento de primeira ordem e muito procurado pelos indígenas da Colónia e do Congo Belga, Congo Francês e Moçambique para onde se faz uma larga exportação, a qual no último ano foi de mais de 6 milhões de quilos.

O peixe em conserva, em salmoura e fresco, exporta-se também em quantidades apreciáveis, sobretudo o primeiro. Saíram de Angola em 1933, para diversos países e principalmente para Itália e França mais de 411 mil quilos de conserva e mais de 118 mil quilos de salmoura, esta quási na totalidade para S. Tomé. O peixe fresco vai quási exclusivamente para o Congo Belga.

ANGOLA — Uma vista do Lobito

Os centros de pesca são por ordem de importância, Mossâmedes e baías a sul e norte, Benguela, Luanda e Porto Ambrim. A indústria emprega milhares de brancos e indígenas, encontrando-se hoje a indústria sindicada em Mossâmedes e Benguela e em breve tempo será federada numa única entidade exportadora para tôda a Colónia.

É esta uma das actividades de maior incremento actual e de maior futuro, tanto mais que além do peixe sêco e fresco, está tomando largo progresso a produção conserveira, de farinhas e óleos de peixe e a de pasta azotada.

Produções de origem vegetal

A feição predominante em vastas regiões da colónia é a da exploração do solo pela agricultura. Contribuem para ela, o indígena isoladamente, o colono singular branco e as grandes e pequenas emprêsas capitalistas. Não é fácil fazer a distinção dos géneros agrícolas que cada uma das entidades indicadas cultiva, pois, salvo a cana sacarina e o sisal, em cultura industrial, que só emprêsas cultivam, os restantes produtos são explorados por qualquer daquelas formas. No entanto há culturas mais exploradas por indígenas, como as dos cereais em geral, o amendoim, o gergelim, o rícino, o tabaco, o algodão, o feijão, a batata doce, a mandioca, além do café e do dendem. A agricultura indígena tem uma

ANGOLA — Vista Geral do Bailundo

grande importância na colónia; ela contribue com a maior parte para exportação de certas produções.

O colono branco cultiva cereais, algodão, rícino, tabaco, coconote e café, sobretudo.

As grandes e pequenas emprêsas dedicam-se especialmente ao dendem, café, cana sacarina, algodão, sisal.

A importância da agricultura em Angola pode apreciar-se pelos números que adiante, no estudo do movimento comercial, serão incluídos nestas notas. Convém, porém, indicar sob sua ordem de importância para a exportação, as principais produções agrícolas da Colónia: — milho, café, cana sacarina, palmeira do dendem, trigo, algodão, sisal, feijão, arroz e mandioca.

Além destas produções, conta-se, a batata doce, o rícino, a batata, o centeio, o amendoim, o gergelim, o tabaco, a urzela, as madeiras, a goma copal, resinas, a borracha, legumes e hortaliças, tremoço, grão de bico, etc.

Dêste ligeiro enunciado se verifica a vastidão de produtos agrícolos explorados em Angola, desde os que são próprios das regiões tropicais e sub-tropicais, até aos característicos das regiões temperadas.

É vastíssimo o campo que a Colónia oferece à agricultura, e largo o futuro que a espera, com o aperfeiçoamento de métodos de cultura, de resto para algumas culturas e em algumas regiões, já muito perfeitos, com o conselho técnico dado por técnicos abundantes, conhecedores e especializados e com assistência do crédito apropriado.

Produções de origem animal

Oferece também Angola, nas actividades derivadas destas produções, larguíssimo campo de acção. É a colónia portuguesa mais prometedora e ao presente a mais provida de riqueza pecuária. Possue ela mais gado bovino que qualquer outra e mesmo que Portugal continental e ilhas.

Possue Angola mais de 1.500.000 cabeças de gado bovino, mais de 500 mil ovinos e caprinos, perto de 300 mil suinos e aproximadamente 5 mil solípedes, num total de perto de dois milhões e meio de cabeças. Por 100 habitantes há 93,50 cabeças das espécies indicadas e por cada 100 hectares, 1,92 cabeças.

Verifica-se assim que estão longe de atingir as medidas normais os numerosos representativos da densidade pecuária e capitação, o que indica que há ainda um campo larguíssimo a explorar nesta actividade. Por outro lado, o maior possuidor de gado é o indígena. Ainda há que ter em conta que certas regiões da colónia, ao menos por agora, não estão aptas a outra produção que não seja a pecuária.

Isto indica que é vastíssimo o campo de acção para o colono nesta actividade, de resto vivendo independente da actuação agrícola, especialmente pelo que respeita à produção de carne.

Além desta função zootécnica, a de produção de carne, em qualquer das espé-

cies pecuárias, Angola é extremamente apropriada à produção de lacticínios, lã e astracan.

Exporta, ao presente, sobretudo bois, especialmente para o matadouro de Lisboa. Anda por perto de 10 mil o número de cabeças exportadas.

A preparação de carnes e a sua refrigeração virão a ser na colónia indústrias de grande futuro.

*

Da pesca que representa uma indústria de aproveitamento da produção animal já aqui se falou.

*

A apicultura em Angola é exercida quási exclusivamente por indígenas. É o país do mundo que mais cêra produz; em 1933 exportou 1.093 toneladas.

*

Os coiros e peles representam no comércio da Colónia um valor apreciável, tendo-se no último ano exportado 736 toneladas.

É a Colónia rica em caça. Possue o elefante, o leão, o búfalo, o leopardo, o rinoceronte, o hipopótamo, o olongo, a girafa, a zêbra, o galengue, o gnu, a palanca, a palanca preta, a gunga, a impala, muitos outros antílopes e felinos. É elevadíssimo o número de pequenos roedores e aves.

Angola exporta algum marfim, ao presente pouco mais de 2 toneladas, tendo já sido muito elevada essa exportação.

Instrução

O ensino em Angola é ministrado nos graus seguintes:

a) Ensino secundário, nos liceus de Luanda e Sá da Bandeira. Para o ensino secundário existem também colégios particulares em Luanda e Nova Lisboa, que habilitam alunos no regime de externato dos liceus, com exames nestes;

b) Ensino primário superior, na Escola Primária Superior «Barão de Mossâmedes», em Mossâmedes;

c) Ensino normal rural, na Escola Normal do Bailundo, ao presente suspensa;

d) Ensino primário, em escolas oficiais primárias distribuídas por tôda a Colónia; em missões católicas; em escolas particulares e em missões protestantes. Os exames dos alunos de missões e das escolas particulares são feitos nas escolas oficiais;

e) Ensino primário rural, feito nas escolas rurais por professores indígenas;

f) Ensino profissional, feito pelas escolas oficiais, especialmente nas sedes de circunscrições e nas missões.

Estes graus de ensino abrangem ambos os sexos. Em especial para o sexo feminino existem além das escolas das missões, escolas mixtas de ensino primário e profissional, como a Escola Rita Norton de Matos em Luanda e o Asilo D. Pedro V, na mesma cidade.

Pelo que respeita a ensino especial,

ANGOLA — Porto Alexandre — Bairro para os pescadores Poveiros

ANGOLA — Quedas do Dala, no Chiumbe

pode mencionar-se a escola de habilitação para pessoal dos correios e telégrafos, a de enfermagem e no ensino religioso dois seminários maiores em Luanda e na Ganda e seminários indígenas em Galampe, Huíla, Malange e Lândana.

Apesar do número elevado de escolas e estabelecimentos de ensino, é êle ainda insuficiente, salientando-se a falta do ensino agrícola e zootécnico e do industrial.

Tanto êstes ramos de instrução como outros, sendo necessários, não estão esquecidos, existindo projectos de sua instalação.

O ensino superior está circunscrito à metrópole, não existindo, nem se pensando instalá-lo, em Angola.

Assistência ao indígena

É exercida nos seus diversos aspectos por forma louvável por tôdas as autoridades administrativas. Em especial e consoante a própria especialização, exercem a sua assistência junto do indígena, por forma tão eficaz quanto os recursos financeiros da Colónia o permitem, os serviços de saúde, os pecuários e os agrícolas.

O serviço de curadoria do indígena e dos demais serviços de fiscalização cabem a uma repartição especial de negócios indígenas e curadoria.

Movimento comercial

Um país dêstes necessita, em épocas normais, de fazer grandes importações para conseguir o seu apetrechamento. Angola, em épocas normais também não pode nem podia fugir à regra. Assim observa-se, no exame cuidadoso dos números, que a Colónia tem tido algumas épocas em que apesar de tudo importa menos do que exporta como por exemplo no que decorre de 1892 a 1899, tem depois alguns anos de saldo 1909, 1911, 1912, 1915, 1917, 1919, 1922, 1923 e depois seguidamente 1931, 1932 e 1933. O ano de maior saldo positivo de balança comercial é o de 1933 em que foi de mais de 628 libras. O ano de maior déficit da balança comercial foi o de 1927, que atingiu um desequilíbrio de mais de 590 mil libras.

Para se apurar do incremento que tem tomado na Colónia a produção, não deixa de ter seu interêsse dizer que ao presente a exportação é superior a 2 milhões de libras, e que há 50 anos era sòmente de 757.416 libras.

Como referência a uma série de anos transcrevem-se os números referentes aos últimos dez anos e a alguns outros anteriores, de dez em dez anos, sendo o valor em milhares de libras. (1)

ANOS	1884	1894	1904	1914	1924	1925	1926
LIBRAS	757	1.070	1.034	982	1.867	2 099	1.792

ANOS	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
LIBRAS	1.808	2.171	2.583	2.094	1.835	1.768	2.189

(1) (Elementos coordenados pela Delegação do Govêrno de Angola à Exposição).

Valeria a pena, para apreciação, apresentar as médias por decénios, mas a natureza dêste trabalho não permite longas exposições e muitos números.

Tem Angola nacionalizado a sua importação bem como a exportação, embora esta proporcionalmente menos em relação a anos anteriores.

São necessários uns números para o significar. Os que se apontam referem-se a percentagens. (1)

Quanto à importação :

Anos	Da Metrópole	De outras Colónias	Do estranjeiro
1883	15,43	2,09	82 48
1893	27,48	1,27	71,25
1903	61,57	0,34	38,09
1913	45,16	0,22	54,62
1923	38,67	0,66	60,67
1933	55,15	0,14	44,71

Quanto à exportação :

Anos	Da Metrópole	De outras Colónias	Do estranjeiro
1883	61,45	8,87	29,68
1893	84,95	5,05	10,00
1903	90,81	3,84	5,35
1913	77,99	3,91	18,10
1923	53,01	6,07	40,92
1933	57,19	1,75	41,06

Reportando-nos à estatística aduaneira do último ano, 1933, verifica-se que o movimento de *comércio geral* foi de 543 900 contos, sendo 307.397 contos de *exportação* e 236.503 de *importação.*

Os países com que mais trocas comerciais se fizeram foram no *comércio geral total,* os seguintes e por esta ordem: em mais de 200 mil contos, Metrópole; em mais de 100 mil contos, Bélgica (por virtude de exportação de diamantes); em mais de 50 mil contos, Congo Belga; em mais de 10 mil contos, Inglaterra, Alemanha e América do Norte; em mais de 5 mil contos, Austrália; em mais de mil contos, França, Roménia, Holanda, S. Tomé, União Sul-Africana, Índia Britânica, Itália, Noruega e

(1) (Elementos coordenados pela Delegação do Govêrno de Angola à Exposição).

ANGOLA — Viaduto do Caminho de Ferro de Luanda a Malange

Checo-Eslováquia; com menos de mil contos mas mais de 100 e por sua ordem, Moçambique, Japão, Espanha, Congo Francês, Cabo Verde, Jugo-Eslávia e Suíça.

Na *importação:* — Metrópole, Congo Belga, América do Norte, Alemanha e Bélgica, para se designar os países de onde maior valor se importe.

Na *exportação:* — Metrópole, Bélgica, Congo Belga, Alemanha, S. Tomé e Inglaterra, para também só designar os mais importantes.

As alfândegas ordenam-se em movimento pela ordem que segue, tanto no comércio total, como na importação e exportação: Luanda, Lobito, Benguela e Mossâmedes. Juntando mesmo as duas vizinhas alfândegas de Lobito e Benguela, a alfândega de Luanda movimenta mais valor, podendo dizer-se que o rendimento do

norte é maior que o do centro e do sul, sendo representado pelos números seguintes quanto à exportação que é o que mais interessa para avaliar da produção, por esta forma indirecta:

Luanda	157.233	contos
Lobito e Benguela	138:776	»
Mossâmedes . .	11:396	»

Por sua ordem de valor as exportações mais importantes foram:

Diamantes . . .	70:425	contos
Milho	50:010	»
Café	37:873	»
Açúcar	27:188	»
Trigo	10:311	»
Cêra	8.151	»
Peixe sêco . . .	6:147	»
Oleo de palma . .	5:736	»
Coconote . . .	5:494	»
Algodão	4:261	»
Coiros	3.606	»
Gado ovino . . .	3:529	»
Sisal	3:080	»
Peixe em conserva	1:601	»
Tabaco	1:028	»

ANGOLA — Um trecho da Estrada Vila Luso — Cassai

Como anteriormente se disse, a importação tem vindo a nacionalizar-se. Convém saber-se em que géneros essa nacionalização mais se tem acentuado.

A cerveja foi, em 1933, quási na totalidade importada de Portugal.

Para o cimento foram os maiores fornecedores Portugal, Bélgica e Jugo-Eslávia, concorrendo Portugal, em valor, com quási metade da importação.

Nos tecidos Portugal contribuiu com quási três quartas partes da importação total.

No calçado contribue Portugal com apròximadamente metade da importação.

Os vinhos são por assim dizer exclusivamente importados de Portugal, tão pouco vem de outras origens.

*
* *

Eis sumàriamente algumas considerações sôbre a Colónia de Angola. Não são elas o que o autor desejaria fazer, mas as condições de realização dêste trabalho ligeiro não permitem maior pormenor e mais cuidada atenção, que se reservará para outra edição do Catálogo da Exposição Colonial.

ARTUR D'ALMEIDA D'EÇA

BANCO DE ANGOLA

BREVE RESENHA HISTORICA E FINANCEIRA

Foi o Banco de Angola criado pelo Decreto n.º 12.131, de 14 de Agôsto de 1926, e surgiu origináriamente como herdeiro de quási todos os bens morais e materiais que ao Banco Nacional Ultramarino pertenciam, dentro dos limites geográficos da nossa Colónia de Angola.

Foi-lhe instituída essa herança pelos Decretos n.ºs 12.022, de 5 de Agôsto, 12.123 e 12.124, de 14 de Agôsto do mesmo ano de 1926, e, finalmente, pelo citado Decreto orgânico da criação do Banco.

O extenso relatório, que precede êste último Decreto, demoradamente explica as razões do aparecimento de um organismo bancário emissor, privativo da Colónia de Angola, razões já enunciadas sintèticamente no relatório do Decreto n.º 12.123, quando se diz que «a criação de um Banco Emissor privativo de Angola é uma conseqüência lógica da situação de facto criada pela autonomia financeira da Colónia e pelo contrato de 1922».

Era lógico e coerente, na verdade, que ao esbôço de autonomia administrativa das nossas grandes províncias ultramarinas, decretado em 1920 de harmonia com o que se supunha ser nêsse tempo a boa norma de política colonial *d'après guerre,* se ligassem as bases da autonomização da sua vida económica e financeira.

Vive-se intensamente, como é sabido, o primeiro decénio do signo autonomista colonial; mas, no que respeita a Angola, pelo menos, novos problemas nasceram do solo arroteado pelas novas ideas coloniais: a uma notável expansão da ocupação administrativa correspondeu uma intensificação comercial, talvez exagerada, perante o naturalmente lento e precário desenvolvimento da indústria e da agricultura.

O problema da balança de pagamentos da Colónia que até então passava despercebido no sistema misto de comércio de importação e exportação seguido pelo negociante de Angola, começou desde aí a esboçar-se com a diferenciação inevitável das duas correntes comerciais.

Surgiu o problema das transferências. Em 1926 o Banco Nacional Ultramarino cedeu o seu logar ao Banco de Angola, mas o desequilíbrio económico da Colónia, tanto o interno, derivado do excesso de comércio em relação à agricultura e indústria, como o externo, derivado do excesso de exportação de capitais sôbre a respectiva importação, se por algum tempo se atenuou com a entrada em campo dos novos recursos do Banco de Angola e do decidido auxílio financeiro da metrópole, não tardou a acentuar-se com a superveniência da crise económica mundial de 1930, arrastando o preço dos géneros de exportação colonial por 30 % dos que havia sido em 1928 e 1929.

Assim, a crise se encarregou de demonstrar que Angola, como todos os países em formação, não estava ainda em condições de poder reivindicar uma autonomia administrativa que a sua debilidade económica se recusava a suportar.

Tinham corrido aparentemente bem os primeiros anos de existência do Banco de Angola, porque êsses anos marcam precisamente o período

económico mundial em que à inflação monetária, quási universal, determinada pelas necessidades da guerra, se seguiu a inflação de crédito, exigida pela reparação das devastações da mesma guerra.

Uma e outra, fundamentalmente identicas, determinaram a utópica valorização dos preços que consente todos os desvarios económicos; mas uma vez realizado o desequilíbrio da super-produção em relação ao consumo, bastou um ano, o fatídico ano de 1930, para desmoronar mundialmente o falaz edifício duma prosperidade que parecia querer excepcionar-se às imutáveis leis cíclicas da economia política.

Não era, evidentemente, um organismo, como o Banco de Angola, de recursos relativamente limitados, porque eram proporcionados rigorosamente à sua função de Banco Emissor, que poderia obstar a que os efeitos da crise se sentissem em Angola com a violência com que os abalos sísmicos se fazem sentir nas construções rudimentares.

Nem por isso, todavia, o Banco hesitou num sacrifício inglório; e tôdas ou quási tôdas as suas reservas se engolfaram na ravina hiante que o cataclismo abrira no solo económico da grande Colónia.

Mas tanto essa atitude do Banco, como a assistência financeira da Metrópole, tinham um limite natural, digamos mesmo numérico; e assim depois de se acudir até onde era possível acudir, resolveu-se e muito bem, sustar o tratamento da crise angolana por via externa e estimular as energias próprias a colaborarem na sua debelação.

Êste ponto de reversão do sistema terapêutico da crise de Angola é marcado pelo Decreto n.º 19.773, de 27 de maio de 1931, da iniciativa do actual Ministro das Colónias.

Do muito que se tem dito e escrito acêrca dêste diploma notável, tão discutido como talvez o não tenha sido nenhum outro dos diplomas que imprimiram carácter à nossa administração colonial, pode, certamente, fazer-se esta definição sintética: é êle o autêntico e sólido alicerce sôbre que assentará difinitivamente a almejada autonomia orgânica da Colónia de Angola, sem prejuízo, antes com efectiva realização da não menos ambicionada comunhão de interêsses económicos entre ela e a Metrópole.

No curto lapso de tempo que vai decorrido sôbre a sua entrada em vigor, os dados estatísticos têm-se encarregado de confirmar o que acima se enuncia.

Vejamos, por exemplo, a:

BALANÇA COMERCIAL DA COLÓNIA DE ANGOLA

(em milhares de escudos)

ANOS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	NACIONAL	ESTRANGEIRA	TOTAL	NACIONAL	ESTRANGEIRA	TOTAL
1927	83.475	201.416	284.891	138.145	75.003	213.148
1928	88.764	181.052	269.816	117.253	155.119	272.372
1929	124.180	190.036	314.216	118.407	163.513	281.920
1930	92.660	152.972	245.632	102.004	131.964	233.968
1931	66.742	80.924	147.666	88.780	115.530	204.310
1932	92.486	99 003	191.489	118.792	81.085	199.877
1933	97.301	78.668	175.970	145.495	101.368	246.863

Três conclusões visíveis, irrefragáveis a tirar imediatamente dêste quadro:

1.° o notável aumento da exportação de Angola nos anos de 1932 e 1933 de vigência efectiva da nova política colonial, se atendermos a que as cotações dos principais produtos dêsse comércio nestes anos se mantiveram em 40 °/₀, aproximadamente, do que haviam sido nos anos anteriores;

2.° a diminuição real da importação de Angola, que não pode explicar-se apenas por uma baixa do preço dos produtos mas principalmente pela redução das quantidades importadas, conseqüência de um esfôrço incontroverso da nossa colonização no sentido da auto-suficiência, aliado a um espírito de sacrifício devotado patriòticamente ao objectivo visado pela nova política colonial;

3.° a nacionalização progressiva do intercâmbio comercial de Angola.

*

* *

O reflexo desta política, atilada e enérgica, não podia deixar de revelar-se também como salutar na situação do Banco de Angola. Com efeito, depois da momentânea suspensão das suas operações de crédito a que fôra levado pelas circunstâncias apontadas nos primeiros meses de 1931, o Banco de Angola foi renovando gradual e prudentemente o seu auxílio financeiro às actividades da Colónia, até atingir nessa assistência o nível que as novas condições económicas aconselhavam.

Em cada um dos anos de 1932 e 1933 concedeu o Banco de Angola créditos no valor global de 130.000 contos.

Simultâneamente, a economia angolana foi devolvendo ao Banco os recursos em moeda do exterior que anteriormente lhe havia absorvido: a parte do fluxo e refluxo de capitais entre a Colónia e o Exterior, que normalmente se movimenta pelos balcões das Dependências do Banco de Angola, acusava sistemàticamente, desde 1926, um desnível contra a Colónia que em Abril e Maio de 1931, chegou a exceder 50.000 contos.

Em Fevereiro de 1934, o saldo desta parte da balança de pagamentos da Colónia passa a ser de 89.113 escudos, a favor dela.

É mercê desta circunstância que o Banco de Angola pode apresentar aos seus accionistas a sua situação financeira em 31 de Dezembro de 1933, definida pelos seguintes números:

Reserva Monetária	Esc.	90.772.230$32
Circulação fiduciária e Depósito de particulares . .	Ags.	127.739.955$05
Proporção 0,71		
Activo do Banco excluindo a reserva monetária, imobilizações e créditos a longo prazo	Esc.	91.916.387$47
Responsabilidade do Banco excluída a circulação e depósitos	Esc.	36.531.672$48
Proporção 2,51		

*

* *

Foi ainda graças a esta consolidação operada na situação do Banco que se tornou possível a colaboração dêste organismo com o Govêrno da nação na melhoria da posição orçamental de Angola, no saneamento da

sua tesouraria e ainda na obra de fomento que ali se está desenvolvendo sob as directrizes do Poder Central, sem que para tanto fôsse necessário ao Banco aproximar-se do limite legalmente autorizado para a sua emissão de circulação fiduciária.

Além dos saldos devedores da Colónia ao Banco, por fôrça da arrumação de contas antigas estatuída pela Convenção de 1 de Agosto de 1927 e pelo Decreto n.º 16.430 de 28 de Janeiro de 1929, os quais somavam em 31 de Dezembro do ano passado Ags. 30.565.606$26, poude o Banco de Angola emprestar ao Tesouro angolano mais Ags. 14.996.762$49 autorizados pelo Decreto n.º 19.558, de 4 de Abril de 1931, e Ags. 11.953.273$83 autorizados pelo Decreto n.º 20.958, de 3 de Março de 1932, empréstimos destinados quási totalmente à regularização dos débitos do Govêrno de Angola ao comércio.

Em Março de 1932 fez ainda o Banco, ao Fundo Cambial de Angola, um suprimento de 10.000 contos metropolitanos, autorizado pelo Decreto n.º 20.723, de 7 de Janeiro de 1932, para abastecer inicialmente aquele Fundo e habilitá-lo a fazer transferências enquanto não se realizavam as primeiras coberturas provenientes das cambiais de exportação e se adicionarmos ainda o empréstimo gratuito à Colónia de 5.000 contos metropolitanos autorizado pelo Decreto n.º 12.131, de 17 de Agosto de 1926, e o empréstimo em conta corrente ao Fundo Cambial de Ags. 1.851.481$58; soma assim Esc. 74.367.124$16 o contra-valor dos capitais mutuados em 31 de Dezembro de 1933 pelo Banco de Angola a esta Colónia.

O equilíbrio orçamental de Angola, previsto em 1932, acaba de ser confirmado pelas contas do exercício de 1933, verificando-se assim a oportunidade dessa colaboração financeira entre o Banco e a Colónia.

M. A.

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

COM O CAPITAL DE ESC. 220.000.000$00

SÉDE SOCIAL:
Rua dos Fanqueiros 12-2.º — LISBOA

ESCRITÓRIOS EM:
BRUXELAS, LONDRES E NOVA YORK

EXPLORAÇÕES MINEIRAS:
DISTRITO. DA LUNDA (Angola)

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA
(junto do Govêrno da Colónia)

ESTRADAS ABERTAS E MANTIDAS: 700 Km.
CENTRAIS HIDRO-ELÉCTRICAS: 2, com a potência total de 335 HP MINAS EM EXPLORAÇÃO: 18

MATERIAL EM LABORAÇÃO: 27 instalações mecânicas
- 21, a vapor
  - 13 de «pans» de 8 pés
  - 8 » » » 6 »
- 6 eléctricas, de «pans» de 8 pés

PRODUÇÃO TOTAL EM QUILATES, até ao fim de 1933: 3.033 580

PRODUÇÕES ANUAIS:

1917 — 4.110	1925 — 126.571
19.8 — 14.070	1926 — 154 370
1919 — 48.504	1927 — 200.810
1920 — 93.529	1928 — 237.511
1921 — 106.719	1929 — 311.903
1922 — 98.683	1930 — 329.824
1923 — 94.478	1931 — 351.495
1924 — 118.011	1932 — 367.334

1933 — 373.625

EMPREGADOS BRANCOS EM ÁFRICA:

Número médio em 1931, 136
- 82 portugueses (60 %)
- 54 estranjeiros (40 %)

Número médio em 1932, 124
- 79 portugueses (64 %)
- 45 estranjeiros (36 %)

Número médio em 1933, 119
- 76 portugueses (64 %)
- 43 estranjeiros (36 %)

Total de vencimentos pagos a êste pessoal em 1933:
£ 44.000 aproximadamente (além da alimentação, casa e assistência médica).

Em 1 de Janeiro de 1934: 118 empregados brancos, dos quais 77 portugueses (65,3 %).

TRABALHADORES INDÍGENAS:

Em 1931 — 4.988 { 4.120 voluntários / 859 contratados

Em 1932 — 5.286 { 3 912 voluntários / 1.374 contratados

Em 1933 — 5.011 { 3.451 voluntários / 1.560 contratados

Total de salários pagos a êste pessoal, em 1933:
Cêrca de 2.328.000 angolares e alimentação.

VOLUME MÉDIO DE CASCALHO TRATADO MENSALMENTE POR CADA INDÍGENA AO SERVIÇO NAS EXPLORAÇÕES:

Em 1931 . . . . . . 10,59 m. c.
Em 1932 . . . . . . 10,35 m. c.
Em 1933 . . . . . . 11,90 m. c.

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Hospitais:

1 para brancos — 6 para indígenas — 7 dispensários — 21 postos de socorros

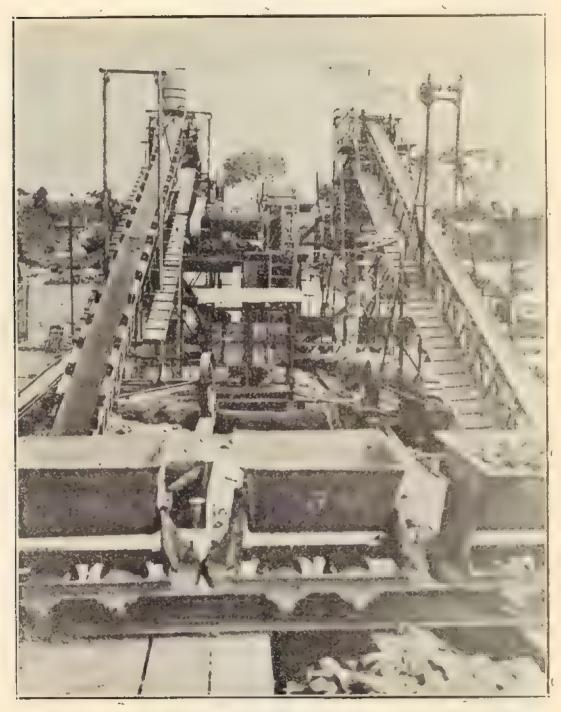
Tratamentos feitos:

Em 1931 — 262.827 { 235.472 a pessoal da Companhia / 27.355 a pessoas estranhas

Em 1932 — 246.285 { 220.599 a pessoal da Companhia / 25.686 a pessoas estranhas

Em 1933 — 316.649 { 277.854 a pessoal da Companhia / 38.795 a pessoas estranhas

Missão de profilaxia contra a doença do sono:

Campanhas realizadas: 3
Kilómetros percorridos: 3.500 (aproximadamente)
Indígenas inspeccionados: 65.892
Tratamentos preventivos: 1.132
Casos averiguados: 64

Companhia de Diamantes de Angola - Instalações mecanicas para o tratamento de cascalho diamantífero, em laboração no Lunda

TRANSPORTES PARA A ZONA DAS EXPLORAÇÕES:

Em 1929:

Via Congo Belga . .	777,2 tons.	(53 %)
» Malange-Saurimo	154,0 tons.	(11 %)
» Lobito.	526,0 tons.	(36 %)

Em 1931:

Via Congo Belga . .	71,7 tons.	(6 %)
» Malange-Saurimo	531,7 tons.	(45 %)
» Lobito.	570,7 tons.	(49 %)

Em 1933:

Via Congo Belga . .	10,0 tons.	(1 %)
» Malange-Saurimo	246,0 tons.	(22 %)
» Lobito.	848,0 tons.	(77 %)

COMPRAS:

	Na colónia e na metrópole	No estrangeiro
Em 1931	4.946 contos (64 %)	2.920 contos (36 %)
Em 1932	5.084 contos (71 %)	2.120 contos (29 %)
Em 1933 . . . aproximadamente	5.700 contos (73 %)	aproximadamente 2.100 contos (27 %)

Todos os géneros para a alimentação do pessoal indígena são obtidos na Província, tendo sido adquiridos, para êste fim, entre 1926 e 1933, 73 tons. de peixe sêco e 19 565 cabeças de gado.

Êste gado percorre 1.700 kilómetros entre o lugar da creação e o do consumo, gastando nêsse percurso cêrca de seis mêses.

CONTRIBUIÇÃO DA COMPANHIA NAS FINANÇAS E ECONOMIA DE ANGOLA:

Importância total já entregue ao Govêrno da Província, a título de participação nos lucros, dividendos e empréstimos contratuais: £ 1.431.936.

Desde 1 de Janeiro de 1931 até 1 de Fevereiro de 1934, pela entrega de participação nos lucros, dividendos e empréstimos ao Govêrno da Colónia, entregas de escudos ao Banco de Angola em Lisboa e vendas de cheques sôbre Londres ao Fundo Cambial em Luanda, a Companhia concorreu para a resolução do problema das transferencias com coberturas no valor de £ 453.00, (média mensal: £ 12 243).

IMPOSTOS PAGOS NA METRÓPOLE:

Desde 1 de Janeiro de 1923 a 31 de Dezembro de 1933:

15.601 contos

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1934.

COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

Ponte do Lumegi — D. 4 — Km. 1131,840

Com o capital estrangeiro de £ 13.000.000, com a protecção oficial do Govêrno Português e com o inteligente e esforçado trabalho das energias nacionais ergueu-se a obra grandiosa, e sob todos os pontos de vista notável, que é a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela.

Em 1928, passados 25 anos desde o dia em que foi assinado entre o Govêrno Português e Sir. Robert Williams, o Contrato de Concessão para a construção do Caminho de Ferro de Benguela, todos os portugueses deviam sentir-se orgulhosos, ao saberem que a sua Colónia de Angola era atravessada de Leste a Oeste pela mais extensa linha férrea portuguesa — 1.347 Kms.

Obras de Arte — Ponte n.º 138 — Km. 724,262 sôbre o Cuanza

O Caminho de Ferro de Benguela é pràticamente uma obra verdadeiramente portuguesa, são portugueses, na

LOBITO
Edifício n.º 625
«Hotel Terminus»
Fachada sôbre
o mar

LINHA NOVA
LISBOA
Edifício 516
Casa de Casados
n.º B. O.

LOBITO
Edifício n.º 346
Hospital Enferma-
ria Indígena

sua maioria, os Directores da Companhia, é portuguesa a sua Direcção em Africa, e, entre 428 empregados da Exploração 425 são portugueses e 3 estrangeiros. Os empregados europeus têm na sua Companhia 760 pessoas de família.

LOBITO Cais em construção — 1.ª Secção (Vista tirada do tôpo montante do cais actual)

Seria, porém, grande injustiça se neste pequeno resumo histórico da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, não fôsse mencionado o nome de Sir Robert Williams.

Foi êle o empreendedor do Caminho de Ferro de Benguela. Foi êle quem alcançou a Concessão, quem conseguiu o dinheiro, quem removeu muitas más vontades e dificuldades diplomáticas.

Foi êle quem, animado por uma grande fé, guiado pelo seu inquebrantável optimismo, escudado na sua perseverança, lutou constantemente durante 25 anos, sem um desfalecimento contra tantas circunstâncias adversas contra a incredulidade de muitos, contra a má vontade de tantos.

Sir Robert Williams encontrou entre os portugueses grandes colaboradores dotados de excelentes e admiráveis qualidades, que tornaram possível a realização desta obra.

É êste o mais belo exemplo de cooperação das energias nacionais com os capitais estrangeiros, que até hoje se regista na nossa História Colonial.

*

A linha férrea da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, partindo do Lobito e seguindo até à Fronteira Belga, foi de início pensada para servir a região mineira da Katanga, mas, à medida que se ia procedendo ao assentamento dos seus rails, iam-se creando novas povoações, novos núcleos de europeus e novas propriedades agrícolas, de modo que, hoje, o seu tráfego interno de mercadorias e passageiros é representado pelos seguintes números: —

ANO — 1933

Tráfego geral de mercadorias	**295.826 Tons.**		**Farinhas**	**6.961 Tons.**
» **detalhado de: —**			**Feijão**	**4.018** »
Milho	**68.044** »		**Cêra**	**880** »
Trigo	**11.086** »		**Tráfego de passageiros internacionais e interno**	**156.272** »
Arroz	**2.047** »			

I — Esbôço geográfico

Situação geográfica

A Colónia de Moçambique, a segunda, em extensão, do Império Colonial Português, logo a seguir a Angola, ocupa na costa oriental do continente africano um território fronteiro à ilha de Madagascar e tem um litoral de 2.600 quilómetros.

É limitada ao norte pelo território, sob mandato inglês, do Tanganhica (antiga África Oriental Alemã); a oeste pela margem oriental do Lago Niassa numa extensão de 225 quilómetros; pela Niassalândia, Rodésia, União da África do Sul (Transvaal) e Suazilândia; ao sul pela União da África do Sul (Natal); a leste pelo Oceano Índico, no Canal de Moçambique.

Encontrando-se, sob o ponto de vista do tempo horário adoptado, no fuso correspondente à longitude de 30º E (Greenwich), tem assim a Colónia de Moçambique a mesma hora da Niassalândia, da Rodésia e da União da África do Sul, e avança duas horas sôbre a de Portugal continental. Quando, pois, em Lourenço Marques é meio-dia são 7 horas da manhã no Rio de Janeiro, 9 no Funchal, na Ilha da Madeira, 10 em Lisboa e no Pôrto e em S. Tomé, 11 em Angola, 3 $^1/_2$ da tarde na Índia Portuguesa, 6 em Macau e Timor.

MOÇAMBIQUE—Residência do Governador Geral

Descrição geográfica

MOÇAMBIQUE — Sentinela indígena do Palácio do Govêrno

A Colónia de Moçambique tem uma superfície de pouco mais de 770.000 quilómetros quadrados, quási nove vezes a área de Portugal continental, e é cortada na sua maior largura pelo Zambeze, um dos maiores rios do continente africano. Ao norte do Zambeze ficam, a contar do norte, a região do *Niassa*, a de *Moçambique* (a primeira que os portugueses ocuparam), a *Zambézia*, a *Angónia* (a NE da Alta Zambézia). Ao sul do Zambeze estão os territórios de *Manica e Sofala* (territórios da Companhia de Moçambique) e o *Báruè* a oeste. Ao sul do paralelo 22º e do curso do rio Save ficam as regiões de *Inhambane*, *Gaza* e *Lourenço Marques*.

Geologia

O estudo geológico desta Colónia não está feito, tendo sido apenas há poucos anos instalado um serviço regular com êste fim.

Sumàriamente pode dizer-se que a *zona alta* (acima de 1 000 metros) é quási exclusivamente constituída por granitos e *gneiss*. Na *zona média* predominam ainda os *gneiss* e xistos cristalinos, havendo também algumas manchas de terrenos primários, constituídos principalmente por xistos argilosos e grés. As *zonas baixas* são formadas principalmente pelos terrenos secundários, terciários e posterciários.

As manchas do primário que mais interessa mencionar, pela sua extensão, são as que se encontram no vale do Zambeze, desde o paralelo 18º até quási à fronteira do distrito de Tete. Aí aflora abundantemente o carbonífero que, aliás, também aparece no norte do Niassa.

Ao longo da costa, entre Lourenço Marques e Moçambique, o cretáceo aflora através das camadas sedimentares. Estas aluviões, ora arenáceas, ora argilosas, ora mistas, mais ou menos carregadas de húmus, formam, por vezes, extensas planícies extremamente férteis e freqüentemente irrigáveis com relativa facilidade nos vales dos rios, como por exemplo o Limpopo.

Formações coralinas abundam também ao longo da costa, sobretudo na parte norte da Colónia, constituindo mesmo numerosas ilhas, como por exemplo as Quirimbas e a ilha de Moçambique.

Finalmente, separando o distrito de Lourenço Marques do Transvaal, temos uma longa formação de rochas eruptivas.

Orografia

Com excepção da região central da Colónia e das regiões ao sul do Lago Niassa, o relêvo orográfico da Colónia é pouco importante e caracterizado por uma gradual elevação de terreno a partir do litoral.

Nos maciços centrais encontram-se altitudes muito elevadas, sendo o grupo orográfico mais notável o dos Montes Na-

múli, cujo pico mais alto fica a 2.700 metros.

A cordilheira Drakenberg, ou os seus primeiros contrafortes, que são a grande muralha em que se apoia o planalto da África Central do Sul, percorre irregularmente tôda a Colónia de Moçambique de norte a sul e nela se encontram as grandes altitudes de Manica (2.700), Báruè, Angónia (1.800) e Alta Zambézia. É por esta longa região que se desenvolve a linha de fronteira entre a Colónia de Moçambique e os países vizinhos.

MOÇAMBIQUE—Lourenço Marques—Antigo edifício do Museu Provincial

Hidrografia

Faixa relativamente estreita da vertente oriental do continente, tem a Colónia de Moçambique um grande número de rios que desaguam no Canal de Moçambique, como têrmo de um curso de oeste a leste.

O maior dêsses rios é o *Zambeze* que, vindo da Colónia de Angola, depois de um percurso de 1.400 quilómetros, entra em Moçambique no ponto mais afastado do litoral, o Zumbo, a 800 quilómetros da foz, e permite a navegação por barcos de vapor em uma extensão de 460 quilómetros. No delta por que termina encontram-se dois portos de mar utilizados pela navegação de cabotagem: Quelimane e Chinde.

Os outros rios, importantes pelo seu caudal e extensão navegável são: no Cabo Delgado, o *Rovuma,* que nasce no território de Tanganhica, tem 850 quilómetros de percurso, dos quais 730 dentro da Colónia e 230 de extensão navegável; nos territórios de Manica e Sofala, o *Búzi,* que nasce na fronteira da Rodésia, próximo de Mossurize, tem 300 quilómetros de percurso e 150 de extensão navegável; o *Save,* que nasce na Rodésia do Sul, próximo de Marandelas, tem 270 quilómetros de percurso e 150 de extensão navegável; no distrito de Lourenço Marques, o *Incomáti,* que nasce no Transvaal, próximo de Lydenburgo, tem 390 quilómetros de percurso, dos quais 270 dentro da Colónia e 140 de extensão navegável; o *Limpopo,* que nasce no Transvaal, próximo da sua capital, Pretória, tem 1.220 quilómetros de percurso, dos quais 520 dentro da Colónia e 220 de extensão navegável, 60 dos quais são percorridos por pequenos vapores. Este rio está destinado a um grande desenvolvimento, pois que o Limpopo atravessa no seu curso inferior um longo e fertilíssimo vale, onde mais de 40.000 hectares podem ser valorizados desde já pela irrigação.

Baías e portos

São 22 as principais baías da costa moçambicana, que servem de portos de abrigo e de comércio: Tungue, Ibo, Pemba, Lúrio, Almeida, Memba, Fernão Veloso, Condúcia, Mocambo, Moçambique, Angoche, Macuze, Tangalane (Rio dos Bons Sinais), Chinde, Púngüè, Sofala, Chiloane, Bartolomeu Dias, Mocoque, Inhambane, Limpopo e Lourenço Marques.

As baías mais excelentemente abrigadas são as de Pôrto Amélia, Fernão Veloso, Moçambique e Lourenço Marques. A baía de Lourenço Marques tem 42 quilómetros

MOÇAMBIQUE—Lourenço Marques—Varanda do Museu Provincial

Companhia de Moçambique.

O clima desta zona é governado pelo regime de depressões e anticiclones do sul do continente. Já se notam as quatros estações, mas tão pouco vincadas que melhor é considerar o ano dividido em duas épocas: sêca ou fresca, e quente ou das chuvas, respectivamente de maio a setembro e de outubro a abril. O valor médio da temperatura varia de 22º a 24º. A percentagem de humidade nesta zona varia entre 70 e 90 por cento.

A região de Inhambane é, pelo que respeita à temperatura e humidade do ar, a de melhor clima da Colónia.

A chuva tem nesta zona um valor que varia de 600 a 1.200 milímetros por ano com uma distribuïção geográfica irregular. Irregular é também o regime de chuvas, havendo anos em que sobe ao dôbro do valor médio e outros em que desce a um têrço. Chove em todos os meses, mas nove décimos do total anual caem de outubro a março.

No território da Companhia de Moçambique e parte meridional do distrito de Quelimane dá-se a transição entre as duas zonas costeiras, estando esta região sob a influência dos dois regimes indicados: o das monções (do norte) e o das depressões e anticiclones (do sul). A chuva apresenta nesta região um máximo, talvez por se juntarem as chuvas das monções com as ciclónicas.

A *zona interior*, com um clima continental, apresenta grandes diferenças de ponto para ponto, não só pelas diferenças de latitude como pelo relêvo do terreno. O valor médio da temperatura varia entre 20º e 26º. A quantidade de chuva varía de

de comprimento por 36 de largura; a área do estuário do Espírito Santo é de 30 hectares.

Clima

A Colónia de Moçambique pode considerar-se dividida, quanto ao clima, em três zonas: duas costeiras, uma ao sul e outra ao norte, e uma interior.

O clima da *zona costeira do norte* é governado pelo regime das monções do Oceano Índico. De outubro a março sopra o NE, que traz as chuvas; de maio a agosto o SW. A temperatura do ar tem um valor médio anual de 24º a 25º. Os meses mais quentes são novembro, dezembro e janeiro; o mais fresco é julho. A quantidade de chuva varia de 700 a 1.500 milímetros por ano. O regime das chuvas é irregular, mas muito menos que na zona costeira do sul. A humidade relativa varia entre 60 e 80 por cento.

Esta zona é visitada pelos ciclones do Oceano Índico ocidental, conhecidos na Colónia pelo nome de *monomocaias*.

A *zona costeira do sul* compreende os distritos de Lourenço Marques e Inhambane e a parte oriental do território da

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — Bataria Mista de Artilharia

500 a 1.800 milímetros por ano, sendo mínima nas terras baixas e máxima nas altitudes. A percentagem de humidade varia de 60 a 80 por cento.

Flora

Entre as principais produções da flora moçambicana podem citar-se: na região de Lourenço Marques, essências florestais, acácias, a trepadeira da borracha (*Landolphia*), várias espécies do género *Ficus*, e como árvore de boa madeira para mobílias, a chanfuta (*Afzélia quanzensis*, Welw.) Em Inhambane encontra-se em grande abundância a mafurreira (*Trichilia emetica*, Vahl.) que dá a semente oleaginosa chamada mafurra.

Em Tete e em Quelimane encontram-se também boas madeiras, sobretudo neste distrito, na região do Boror.

No distrito de Moçambique há florestas onde crescem o mecrusse (*Androstachys Johnsonii*, Prain.), a imbila (*Pterocarpus erinaceus*, Poir.) e o jambire *Lonchocarpus mossambicensis*, Sim), excelentes madeiras de construção. Nos distritos do Cabo Delgado e Niassa cresce o ébano, o sândalo, a teca, o pau-ferro, etc. Nas margens dos rios é muito abundante o mangal, de casca rica em tanino.

As frutas mais abundantes na Colónia são o ananás, a banana, a manga, a papaia, a laranja e tôdas as citrinas.

Está registada a existência de mais de vinte plantas venenosas e de mais de cinqüenta plantas medicinais. Este estudo deve ser prosseguido, não só com um fim especulativo mas até com intuito de exploração industrial.

Fauna

A fauna da Colónia é extremamente variada. Pelas selvas moçambicanas encontram-se representadas quási tôdas as ordens de mamíferos: macacos, leão, leopardo, chacal, hiena, raposa, manguço, porco-espinho; elefante, rinoceronte, búfalo, girafa, antílopes, zêbra, pangolim, etc., etc.

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — Uma secção da Central Geradora dos Caminhos de Ferro

Na costa moçambicana aparece o mamífero sirenídeo *dugongue*, vulgarmente chamado *peixe-homem* e *peixe-mulher*, que deu origem à lenda das sereias. Nos rios encontram-se os hipopótamos.

De entre as aves, mencionamos o avestruz, a galinha do mato ou galinha da Índia, o pelicano, etc., etc.

Dos répteis encontra-se em quási todos os rios o jacaré ou crocodilo, por tôda a parte a tartaruga, o lagarto, a lagartixa, o camaleão e numerosas serpentes desde a gibóia à mamba, extremamente peçonhenta.

Os mares de Moçambique são piscosos, sendo o peixe um dos grandes recursos de alimentação das populações ribeirinhas, indígenas ou europeas. A garoupa, o peixe-serra, o peixe-pedra, etc., pescam-se cotidianamente. É abundante também o marisco: lagosta, camarão, caranguejo, ôstra, em Lourenço Marques; mexilhão e amêijoa, no Chaichai, etc.

Os insectos são numerosíssimos. Existe a abelha, havendo mesmo uma apicultura cafreal, que dá ensejo a uma certa exportação de cêra. Por vezes os gafanhotos e saltões abatem-se como verdadeira praga sôbre as culturas, como sucedeu em 1933-1934. As môscas disseminam a disenteria amibiana. A tsé-tsé transmite doenças ao gado bovino, e ao homem a doença do sono. O mosquito *anopheles* transmite o paludismo. A carraça é transmissora de doenças ao gado bovino, que precisa de ser freqüentemente banhado em tanques carracicidas; transmite também ao homem a febre das carraças. À térmite, vulgarmente chamada formiga-branca, chamam na Colónia *muchém*.

Nos charcos e pântanos são muito freqüentes os caracóis *(planorbes, bulinus)* que transmitem a bilarziose.

Para o estudo sistemático dos insectos prejudiciais à agricultura há uma secção de entomologia agrícola. Para o estudo sistemático dos insectos prejudiciais à saúde pública ainda não foi criada a secção de entomologia médica.

População indígena

O quantitativo da população indígena de Moçambique é conhecido anualmente por uma estimativa que se faz por ocasião da cobrança do imposto de palhota. Por estas estimativas tem-se obtido uma população que anda em volta de 3:500.000 almas.

Em 1930 efectuou-se o recenseamento da população indígena. A última estimativa acusou 3.993.000, o que dá uma densidade de população de 5 habitantes por quilómetro quadrado.

Se quisermos encarar a densidade da população de cada distrito, vemos que o distrito mais densamente povoado é o de Moçambique, com mais de 10 habitantes por quilómetro quadrado; o território de menor densidade de população é o de Manica e Sofala, administrado pela Compa-

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques
Observatório Meteorológico Campos Rodrigues

nhia de Moçambique, em que há apenas 2 habitantes por quilómetro quadrado.

Há três distritos com área inferior à de Portugal continental (cêrca de 90.000 quilómetros quadrados): o de Moçambique, com pouco mais de 84.000; o de Lourenço Marques, com menos de 80.000; o de Inhambane, com 55:000.

O território da Companhia de Moçambique tem mais de 155.000 quilómetros quadrados, o distrito de Tete tem mais de 125.000 e o de Quelimane mais de 100.000.

A densidade da população dos distritos é, aproximadamente como segue:

Moçambique . . .	10,5
Quelimane	8,5
Lourenço Marques .	5,5
Inhambane	4,0
Tete	3,0
Cabo Delgado . . .	2,0
Niassa	2,0
Manica e Sofala . .	2,0

População não indígena

Diluída por assim dizer, nesta população indígena de quási 4.000.000 habitantes há uma população não indígena que deve andar por 40.000 almas, ou seja um centésimo da população indígena.

Até 1928 desconhecia-se o quantitativo e distribuição da população não indígena. Atendendo à grande importância do conhecimento das correntes imigratórias de colonização, neste ano a Repartição de Estatística, que então era dirigida por quem escreve estas linhas, empreendeu o recenseamento desta população, por meio de boletins de família, como se faz na Metrópole. Verificou-se a existência de 35.570 não indígenas. O maior contingente de colonos é o de *europeus* (cêrca de 18.000), segue-se-lhe o de *indianos* (cêrca de 8.000) é muito pequeno o de *chineses* (cêrca de 800). A população de *mestiços*, é de cêrca de 9.000.

Quando falamos de indianos é mister destrinçar duas colonizações: a do *monhé*, nome que na Colónia se dá ao indiano maometano ou hindu, súbdito britânico quási sempre, que em geral vai explorar o comércio com o indígena, quer nos centros de população, quer nos recessos do sertão; e a do *canarim*, indo-português, de Goa, que de preferência procura na Colónia o emprêgo público.

Os *indo-britânicos* são na Colónia em número de quási 5.000. Os *indo-portugueses* pouco ultrapassam 3.000.

Quando se diz que em Moçambique há uma colónia chinesa, abusa-se um pouco do têrmo, pois o que há é uma colónia cantonesa. Todos os *chineses* de Moçambique são oriundos de Cantão. Foi daí que em 1887 se importaram uns mil trabalhadores para a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques a Ressano Garcia. Foi-se a pouco e pouco reduzindo êste número, que em 1912 já era de menos de

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques
Bombeiros Municipais, junto à Estação de Incendios n.º 1

MOÇAMBIQUE — Um trecho do Depósito de Locomotivas do Caminho de Ferro de Lourenço Marques

Moçambique .	1.309
Inhambane .	1.289
Quelimane .	990
Tete . . .	449
Pôrto Amélia.	154
Vila de João Belo . . .	446
Chinde . . .	265
Ibo	243

500 e hoje não chega a 400. Nos territórios da Companhia de Moçambique encontram-se outros tantos chinas.

Dos europeus existentes na Colónia são:

Portugueses — cêrca de 15.000
Estrangeiros — » » 3.500

Dos estranjeiros são mais numerosos os britânicos (quási 2.000) seguindo-se-lhe os gregos (mais de 500), alemães (mais de 300), italianos (cêrca de 250), suíços (160) franceses (120).

Principais centros de população

Os principais centros de população da Colónia de Moçambique são as três cidades de Lourenço Marques, Beira e Moçambique, as cinco capitais de distritos administrativos, Inhambane, Quelimane, Tete, Pôrto Amélia e Metónia e quatro sedes de concelho, Vila de João Belo, Chinde, Lumbo e Angoche.

A população não indígena recenseada nestes centros é a seguinte:

Lourenço Marques .	14.391
Beira	4.296

Lourenço Marques, capital da Colónia, situada na margem esquerda do estuário do Espírito Santo, é uma cidade em rápido progresso. É o melhor e mais bem apetrechado pôrto da África do Sul, com um magnífico cais onde atracam constantemente paquetes e navios de carga, vindos da Europa, da América, da Índia e do Extrêmo Oriente.

Clima temperado e agradável, sobretudo de meio a setembro, época em que é grande a afluência de forasteiros. Excelente praia de banhos a 2 quilómetros da cidade, na Polana. Magnífico Hotel da Polana, sobranceiro à praia. Telefone, telégrafo rádio-Marconi. Carros eléctricos, ómnibus, automóveis. Largas e belas avenidas, confortáveis e magníficos hoteis. Casinos.

A população de Lourenço Marques, recenseada em 1912, era de 26.000. Quinze anos se passaram sem que novo censo fôsse feito, porquanto o que foi ordenado pelo Alto Comissário, dr. Brito Camacho, em 1921 não deu resultado aceitável. Promovi e efectuei o recenseamento nos moldes do da Metrópole, em 1927, tendo obtido 37.311 habitantes, dos quais 9.001 europeus.

Beira, cidade com grande desenvolvimento, capital dos territórios de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique, tem um magnífico pôrto já hoje esplendidamente apetrechado, e é testa de dois caminhos de ferro internacionais, o que liga a Beira com a Rodésia,

e o Trans zambeziano, que estabelece ligação com a Niassalândia.

Moçambique, a mais velha cidade da África Oriental Portuguesa, antiga capital da Colónia, situada na ilha de Moçambique, domina um pôrto comercial muito importante.

Raças indígenas

Os indígenas que habitam a Colónia de Moçambique pertencem à grande família banta (Bântu), de que fazem parte todos os povos da África equatorial e do sul, com exclusão dos boximanes e dos hotentotes.

Os bantos de Moçambique dividem-se em landins, vátuas, muchopes, tongas, angónias e macuas.

São *landins* todos os povos que adoptaram os usos e costumes dos zulos, desde Lourenço Marques até Sofala. Os vátuas, saídos dos zulos, espalharam-se mais para o norte, até ao Alto Búzi.

Os *muchopes* [1] habitam as margens do Inharrime, estendendo-se desde Manjacaze até as terras de Zavala.

Os *tongas* habitam a região que vai desde o sul da Lupata até o Baixo Limpopo, sendo desta raça os indígenas da vila de Inhambane.

Os *angónias* são zulos ou vátuas que emigraram para o planalto da Angónia e para toda a região entre o Niassa, o Lujenda, o Messalo e o Rovuma. Também lhes chamam angónis, angúni e mangúni. Ao grupo dos vátuas pertencem também os *ajaus,* que se têm desviado para o sudoeste até às terras altas do Chire.

Os *macuas* habitam o distrito de Moçambique e ainda ao norte do Lúrio, a região do Mêdo e a costa entre o Rovuma e o Messalo.

O indígena de Moçambique raras vezes é negro carregado ou negro claro. Na maioria dos casos é pardo-escuro.

Acentuadamente dolicocéfalo, de fronte estreita, lábios grossos, nariz chato, ventas largas, carapinha espêssa, barba rala, canície tardia. Estatura média de $1^{m},62$ a $1^{m},66$.

É legítima entre os indígenas a poligamia. São extremamente hospitaleiros. As mãis são carinhosas para os filhos.

Os rongas, os angónis, os ajaus e os macuas são valentes e deles se fazem bons soldados. Muitos deles conquistaram a Cruz de Guerra na campanha do Niassa (1917-1918).

Língua.— Os principais dialectos falados por estes povos são: a língua *ronga,* falada pelos landins e por isso também chamada a língua landina, ou simplesmente, o *landim.* Em Gaza e Inhambane fala-se o *tsua* ou *xitsua.* Os muchopes falam o *chope* ou *xichope.* Os tongas o *tonga* ou *guitonga.* Os indígenas de Manica e Sofala o *sena* ou *xissena.* Em Tete fala-se o dia-

MOÇAMBIQUE — Um passeio no Umbelúzi

---

(1) Os prefixos *ma-, mu-, ba-,* etc., servem nas línguas bantas para formar o plural dos nomes de raças, povos, tribos. Há, pois, incoerência em dar ainda a estes nomes o sinal de plural em português, com o acrescento de *-s.* Submetemo-nos, porém, ao uso, que embora incorrecto já passou em julgado.

MOÇAMBIQUE — Distrito de Lourenço Marques
Uma «passagem» do rio Incomáti, em Xinavane

lecto tetense, ou *nhúngüè* ou *xinhungüe*. Em Quelimane o *xuabo* ou *xixuabo*. Os macuas falam o *quicua*, ou lingua macua. Os ajaus o *iau* ou *xiiau*. Finalmente, os indigenas do território do Cabo Delgado, arabizados, falam uma linguagem cafreal misturada de árabe, chamada *suaili* ou *quissuaili*.

II — Situação económica

Produtos minerais

A existência de jazigos minerais nesta Colónia é conhecida dos portugueses desde a época das primeiras explorações ao interior. Encontram-se na Colónia abundantes jazigos de minérios: *ouro* em Manica e em Tete; *grafite* no Chimoio, na Angónia e em Tete; *estanho*, às vezes associado ao *volfrâmio*, no Chimoio; *cobre* em Manica e em Tete; *chumbo* em Tete; *bauxite* perto da fronteira de Macequece; *ferro* espalhado por tôda a parte; *mica* por exemplo no Niassa.

O *carvão* explora-se em Tete; é abundantíssimo e de muito boa qualidade. Aflora também no Niassa. No distrito de Lourenço Marques têm sido feitas diversas pesquisas na esperança de encontrar a continuação dos jazigos descobertos no Transvaal.

O *petróleo* tem sido procurado nos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane, parecendo haver aí indícios da sua existência.

Produtos vegetais espontâneos e cultivados

Há na Colónia campo vasto para grandes desenvolvimentos agrícolas, pois nela se podem produzir quási tôdas as variedades dos produtos tropicais e sub-tropicais. A mão de obra é abundante, como numerosos são os rios e grandes as áreas de terrenos férteis, sendo geralmente as chuvas em quantidade suficiente para as necessidades agrícolas. As zonas mais férteis da Colónia encontram-se, no sul, nos vales do Limpopo, Incomáti e Umbelúzi, e no norte no vale do Zambeze, nordeste do distrito de Quelimane e em quási todo o distrito de Moçambique.

O valor da exportação dos produtos do solo de Moçambique tem excedido, nos últimos anos, um milhão de libras, sendo os principais produtos exportados os seguintes: sementes oleaginosas, açúcar, sisal, óleos vegetais, frutas frescas e algodão.

As áreas cultivadas ascendem a um total de 25.000 hectares. A produção eleva-se a 11.000 toneladas, 8.000 de bananas, 5.000 de milho, 3.000 de citrinas, 2.000 de produtos hortícolas e 1.600 de algodão.

Açúcar — A área total em cultura da cana de açúcar é de 3.200 hectares.

Coqueiro — No distrito de Quelimane encontra-se a maior plantação de coqueiros do mundo, para cima de 1.000.000, pertencente à Companhia do Boror. A produção anual de copra é de 34.000 toneladas, provindas da cultura europeia, e 10.000 da cultura indígena.

Sisal — A cultura do sisal é já uma das

MOÇAMBIQUE — Gebe — Sisal de 2 anos e meio

mais importantes da Colónia, fazendo-se com mais intensidade nos distritos de Quelimane e de Moçambique, exportando-se anualmente 15.000 toneladas.

Algodão — O solo moçambicano oferece condições favoráveis para a cultura desta malvácea, sobretudo na Zambézia e nos distritos de Moçambique e de Lourenço Marques.

Tabaco — A Colónia possue vastíssimas áreas adaptadas à cultura das melhores variedades de tabaco, na Alta Zambézia e nos distritos de Inhambane e de Lourenço Marques.

Casca de mangal — Ao longo da costa da parte norte da Colónia cresce abundantemente o mangal, de onde se extraem grandes quantidades de casca para tinturaria.

Chá—O chá cultiva-se já em larga escala em Milange, no distrito de Quelimane, exportando-se para a Metrópole 120 toneladas (Chá Celeste). O café produz-se em Inhambane, em Moçambique e no Ibo, sendo apenas suficiente para o consumo local.

Caça

Em todos os distritos da Colónia se encontra muita caça, sobretudo o elefante, o leão, o leopardo, o búfalo, o rinoceronte, o javali, os macacos, e, com menor freqüência, a girafa, a zêbra, etc. Nos rios encontra-se o hipopótamo, o crocodilo, etc. Mas a caça mais numerosa é a dos *antílopes,* que os portugueses chamam às vezes cabritos do mato; são a pala, o gnu, o chango, a palapala, o cudo, etc., etc.

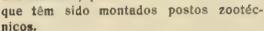
Animais domésticos

O gado bovino é criado em larga escala pelos europeus, mas sobretudo pelos indí-

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques
Rebocador do pôrto, auxiliando a manobra de um navio

genas no distrito de Lourenço Marques, onde existem cêrca de 350.000 cabeças. Em tôda a Colónia não há mais de 480 000. O govêrno da Colónia começa a empenhar-se pelo melhoramento das raças bovinas, por meio de cruzamentos, para o

LOURENÇO MARQUES — Aspecto parcial da baía

que têm sido montados postos zootécnicos.

As epizootias que reinam na Colónia são as mesmas dos países vizinhos, com excepção da *East Coast Fever* de que Moçambique se libertou em 1917, após um combate encarniçado empreendido com feliz resultado pelas autoridades veterinárias.

A agricultura do norte da Colónia é muito afectada pela existência das tripanosomíases que não permitem a utilização do boi como animal de trabalho. Por isso foi criado no distrito de Inhambane um Pôsto de Domesticação, que adapta ao trabalho antílopes corpulentos, principalmente aquele que na União da África do Sul chamam *eland* e os portugueses denominam *cana, môfo* ou *tuca*. Procura-se também obter a domesticação de búfalos e de elefantes com o mesmo fim.

A criação de gado caprino, ovino, etc., tem menor importância, quer pela quantidade de indivíduos existentes, quer pela qualidade das raças obtidas.

Pesca

Desde alguns anos têm sido realizados, com intermitências, estudos oceanográficos com o fim de se reconhecer as possibilidades do aproveitamento intensivo da riqueza das águas marítimas A pesca é em geral muito abundante, mas a sua exploração industrial não está ainda convenientemente organizada.

Encontram-se muitos corais, madréporas e equinodermes, e a holotúria, alimento que os chineses muito apreciam, designando-o por *tripang*. Os antigos navegadores portugueses chamavam-lhe *bicho do mar;* hoje na costa moçambicana dá-se-lhe o nome de *macojojo*. A sua exportação atinge 140 toneladas no valor de 9.000 libras.

Empregam-se na pesca cêrca de 4.000 pessoas e 1.400 embarcações. Dos pescadores, 4.200 são indígenas, 140 europeus e 180 indo-portugueses.

O valor do pescado entrado nos mercados municipais da Colónia atinge 10.800 contos, dos quais 9.000 pertencem a Lourenço Marques e 1.200 a Inhambane.

Desenvolvimento industrial

A **indústria mineira** tem sido praticada em Moçambique desde tempos muito remotos, anteriores à era cristã.

Os portugueses dedicaram-se desde os princípios do século XVI à exploração do ouro, em Manica e Sofala, e da prata, na Chicoa (Tete).

O *carvão* explora-se no distrito de Tete, atingindo a hulha extraída das minas do Muatize 20.000 toneladas. Nestas minas já foi reconhecida a existência de mais de 100 milhões de toneladas de carvão. Aflora também no Niassa e tem sido pesquisado, até hoje sem resultado, no distrito de Lourenço Marques.

As dez minas de *ouro* existentes nos territórios de Manica e Sofala produzem anualmente 3 000 onças no valor de 11.500 libras

A *prata* vai começar brevemente a ser explorada no distrito de Tete, e possìvelmente a grafite na Angónia.

Há uma grande esperança no futuro da exploração mineira, fundada nos resultados de trabalhos efectuados, que levam a con-

cluir que há jazigos francamente exploráveis. A Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique tomou recentemente a iniciativa da constituição de uma sociedade anónima portuguesa, com sede em Lourenço Marques, para a exploração de produtos minerais do solo moçambicano, transformação industrial deles, aquisição de propriedades agrícolas, industriais ou mineiras. Exercerá a mesma sociedade anónima qualquer indústria extractiva e de transformação, estendendo-se a sua actividade à criação e financiamento, para os mesmos efeitos, de organismos idênticos nacionais.

O número de licenças mineiras concedidas nos territórios sob a directa administração do Estado é actualmente apenas de 11, das quais 3 a estranjeiros.

As **indústrias agrícolas** são as mais importantes da Colónia, estando em primeiro lugar a do fabrico do açúcar, estabelecido em várias regiões.

Outras indústrias do mesmo género são as da preparação da fibra do sisal, do chá, do tabaco, extracção de tanino da casca do mangal, extracção de óleos vegetais, fabrico de cerveja, tapioca, moagens, massas alimentícias, havendo além destas, de mobílias, gêlo, sabões, sabonetes e perfumes, tijolos, cal e cimento.

As *indústrias indígenas* são várias e se bem que não sejam de grande monta na economia da Colónia, têm uma certa importância não só no aspecto da vida doméstica e social dos indígenas, mas também na indicação que fornecem sôbre as suas aptidões e faculdades artísticas.

Entre êles há artífices que se dedicam ao fabrico de objectos de uso doméstico e de adôrno, bem como das suas armas e ferramentas de trabalho, devendo destacar-se, entre os objectos de adôrno, o fabrico de belas filigranas de ouro, cuja tradição parece remontar ao tempo das primitivas explorações portuguesas, no princípio do século XVI.

Indústrias

Açúcar. — Existem na Colónia nove fábricas açucareiras, sendo cinco nos territórios directamente administrados pelo Estado e quatro nos da Companhia de Moçambique.

A capacidade de produção anual destas fábricas atinge um total de cêrca de 100.000 toneladas

A quantidade de açúcar anualmente exportado tem variado nos últimos anos entre 60.000 e 86.000 toneladas.

Cimento. — É uma das mais importantes indústrias da Colónia. Há uma única fábrica, na Matola, a déz quilómetros de Lourenço Marques, a qual tem o exclusivo. Emprega 53 europeus e 475 indígenas. Tem

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — Um dos viveiros da Namaacha, a 75 kms. de Lourenço Marques

uma capacidade de produção anual de 35.000 toneladas. Está produzindo 25.000.

Cerâmica. — Indústria que se está desenvolvendo, a do fabrico de tejolos e telhas, podendo ser produzidos 14 milhões de tejolos por ano.

Na missão de Magude, no distrito de Lourenço Marques, fabrica-se louça para uso doméstico e faz-se o ensino da cerâmica artística, com grande êxito.

Óleos. — Existem na Colónia várias fábricas de óleos, a mais importante das quais funciona em Lourenço Marques, com uma capacidade de produção de 1.800 toneladas. Refina o azeite de amendoim para uso alimentar e prepara uma gordura vegetal com o mesmo fim.

A produção total de todas as fábricas varia anualmente de 2.300 a 3.000 toneladas, das quais só 10 °/₀ são consumidas na Colónia.

Sabões. — Existe uma fábrica em Lourenço Marques e outra em Moçambique. As duas podem produzir todo o sabão que se consome na Colónia; no entanto a importação é ainda de cêrca de 600 toneladas, provenientes, quási na totalidade, da Metrópole.

Tabaco. — Existem na Colónia seis fábricas de tabaco, sendo três em Lourenço Marques, duas em Moçambique e uma na Beira. A produção regula por 200 toneladas. A importação de tabaco manipulado é quási nula, pois fabricam-se na colónia 75.000.000 cigarros por ano.

Cerveja, refrigerantes e xaropes. — Há em Lourenço Marques uma fábrica de cerveja em pleno desenvolvimento e outra em construção. A produção está sendo de 460.000 litros. A importação vai-se restringindo de ano para ano.

Há quatro fábricas de gêlo, refrigerantes e xaropes.

Moagem e massas alimentícias. — Das várias fábricas de moagem existentes na Colónia a mais importante é a fábrica de moagem e massas alimentícias de Lourenço Marques. A sua capacidade de produção é, para a farinha de milho, de 11.500 toneladas, e para as massas alimentícias de 360 toneladas.

A matéria prima empregada para farinha é o milho da Colónia e do Transvaal. Para as massas é a farinha de trigo do Canadá e da Austrália, ovos de avestruz e pó de ovos.

A produção de farinha de milho é actualmente de cêrca de 2 000 a 2 800 toneladas. A de massas alimentícias oscila entre 100 e 200 toneladas, sendo já quási suficiente para o consumo da Colónia, que importa hoje muito poucas massas alimentícias.

Tapioca.—Existe uma fábrica de moagem de mandioca e fabrico de tapioca na região de Gaza.

Alcool—As fábricas açucareiras são

MOÇAMBIQUE.— Lourenço Marques — Doca de abrigo para pequenas embarcações

MOÇAMBIQUE — Inhambane — Um trecho da estrada de Zavala

Sejaria — Há também oficinas de construção de sejaria de camiões e ómnibus e de pintura das mesmas carruagens.

Marcenaria — O fabrico de móveis em Lourenço Marques está-se desenvolvendo, apresentando-se já alguns móveis de excelente gôsto artístico.

Indústrias novas — Com o fim de animar o desenvolvimento de novas indústrias na Colónia promulgou o Govêrno em 1914 um decreto, regulamentado no ano seguinte, que concede o direito de exclusivo da exploração de qualquer indústria que à data da concessão não esteja sendo explorada na área a que o exclusivo se refira. Nestes termos está concedido, até 1938, o exclusivo do fabrico de glicerina e extracção de produtos oleaginosos.

autorizadas a aproveitar os resíduos da sua laboração para o fabrico de alcool industrial. A Companhia do Búzi já faz êsse fabrico em larga escala.

Cal — A cal fabrica-se em tôda a Colónia. No distrito de Lourenço Marques há uma fábrica importante, cuja produção oscila entre 100 e 200 toneladas.

Indústrias gráficas — Estão em pleno desenvolvimento, raras vezes sendo necessário mandar executar trabalhos gráficos fora da Colónia.

Reparação de navios — Existem em Lourenço Marques dois estaleiros para reparação de navios, com um movimento anual de cêrca de 100 reparações.

Reparação de automóveis — Há várias oficinas de reparação de automóveis, uma das quais tem instalações muita aperfeiçoadas.

MOÇAMBIQUE — Gorongosa — Uma estrada em plena floresta

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — Marracuene — Residência do Administrador

A *Holland East Africa* Line tem uma linha semanal da Holanda a Moçambique, pelo Cabo e pelo Canal

A *Deutsche Ost Afrika* Linie estabelece também mensalmente viagens de circumnavegação da África, tendo como ponto de partida e de destino o pôrto de Hamburgo, e tocando nos portos de Lourenço Marques, Beira, Moçambique e Pôrto Amélia.

Vias de comunicação

Via marítima — Duas companhias portuguesas de navegação fazem regularmente escala nos três principais portos desta Colónia, ligando-a com a Metrópole duas vezes por mês, *via* Cabo da Boa Esperança. São a Companhia *Nacional* de Navegação e a Companhia *Colonial* de Navegação.

A *Union Castle* Mail Steamship Company faz tocar nos mesmos portos, mensalmente, os paquetes da sua carreira de Inglaterra à África do Sul e vice-versa, *via* Cabo e Canal de Suez.

A *British India* Steam Company tem escala pelos mesmos portos para os seus paquetes, que fazem a ligação de Bombaim a Durban e vice-versa.

Duas companhias japonesas, a *Nippon Yusen* e a *Osaka Thesen* Kaisha, ligam os portos de Lourenço Marques e Beira com o Japão e o Extremo Oriente, bem como com a América do Sul. Duas companhias italianas, a Navigazione Libera *Triestina* e a Companhia Italiana *Transatlántica*, ligam a Itália com a Colónia de Moçambique, pelo Cabo e pelo Canal.

Além destas 10, mais umas 15 companhias estranjeiras fazem tocar em portos moçambicanos os seus vapores de carga, nas suas carreiras regulares, ligando assim a Colónia com todo o mundo.

Três vapores da *Nacional* e dois da *Colonial*, três da *Emprêsa do Limpopo*, bem como outros da *British India*, da *Union Castle*, da *Deutsche*, da *Holland*, asseguram o serviço de cabotagem entre todos os portos da Colónia.

Via fluvial — O Zambeze é o único rio da Colónia que comporta navegação importante com regularidade quási perfeita, desde a sua foz, no Chinde, até Tete. Durante alguns meses do ano os barcos a vapor podem subir o rio Chire, e ir até Vila Bocage. Quinze barcos a vapor portugueses e seis ingleses asseguram, por esta via do Zambeze, as comunicações entre o Chinde e Tete, e povoações intermediárias,

MOÇAMBIQUE — Vista Geral de Angoche

MOÇAMBIQUE — Quelimane — Margens do rio Licungo

aviadores portugueses sob o comando do capitão Brito Pais levaram a cabo um vôo de Lisboa a Lourenço Marques, por Broken Hill, Zumbo, Tete, Quelimane, Beira e Inhambane.

É de prever, pois, um brilhante futuro à Colónia de Moçambique sob o ponto de vista da navegação aérea.

Estão em estudo várias ligações postais por esta via.

Luabo, Mopeia, Caia, Marromeu, onde há fábricas de açúcar, e Murraça, estação do caminho de ferro transzambeziano.

Via aérea — A aviação portuguesa na Colónia de Moçambique foi de carácter militar durante a Grande Guerra, na campanha do Niassa (1917-1918) e é hoje de carácter civil, graças ao Aero-Clube de Lourenço Marques, ao qual se deve a criação de campos de aterragem em Lourenço Marques, Moamba, Chibuto, Muchopes, Vila de João Belo, Inhambane, Beira, Tete, Zumbo e Moçambique, e o estabelecimento de carreiras que ligam Lourenço Marques a Moçambique, com escalas.

Desde 1926 a Colónia tem sido visitada por aviadores estranjeiros que nela têm feito escala nos seus vôos de França a Madagascar, da Suíça ao Cabo, de Salisbury a Pôrto Amélia e do Contôrno da África.

Em 1928 quatro

Estradas — A rêde de estradas carroçáveis em Moçambique tem uma extensão de cêrca de 25.000 quilómetros, dos quais 10.000 foram construídos nos últimos seis anos.

Estas estradas são percorridas por cêrca de 2.000 automóveis, 1.350 caminhões e 900 motocicletas. Os produtos do solo são através delas transportados do local da produção às vias férreas, aos centros de consumo da Colónia e aos portos marí-

MOÇAMBIQUE — Pôsto Administrativo do Lúrio

MOÇAMBIQUE — Ribáuè — Viveiro de tabaco

Entre o Save e o Zambeze, por concessão do Govêrno Português, há dois caminhos de ferro estranjeiros, *Beira Mashonaland Railway* e *Transzambezian Railway*.

Ao norte do Zambeze há os caminhos de ferro de Quelimane e de Moçambique. A extensão, 1.374 km. da rêde dos caminhos de ferro da Colónia, excluindo os particulares, discrimina-se assim:

C. de F. de L. M. a Ressano

Garcia	95	184
Xinavane	89	

timos quando se trata de produtos exportáveis. Lourenço Marques está ligado a Pretória e Johannesburgo, no Transvaal, (e daí ao Cabo) por duas estradas internacionais: à fronteira de Goba, 89 kms., e à de Ressano Garcia 102 kms.. Tete pode comunicar com Salisbury, na Rodésia, por uma estrada de 146 kms. até à fronteira, e com Blantyre, na Niassalândia, por outra estrada, de 128 kms.

De Quelimane a Blantyre vai, por Milange, uma estrada de 365 kms.

De Moçambique à fronteira da Niassalândia há uma boa estrada de 650 kms. De Vila Pery, nos territórios da Companhia de Moçambique, a Umtali, na Rodésia, há uma estrada de 130 kms.

Caminhos de ferro — A Colónia de Moçambique possue 2.047 quilómetros de caminhos de ferro, divididos por nove linhas, com ponto de partida dos vários portos da Colónia e distribuídas por três grandes regiões, duas das quais administradas directamente pelo Estado e uma pela Companhia de Moçambique. São elas: da fronteira do Sul até o Save, do Save ao Zambeze (Companhia de Moçambique), do Zambeze ao Rovuma.

Ao sul do Save há o caminho de ferro de Lourenço Marques, o de Gaza e o de Inhambane.

MOÇAMBIQUE — Uma sentinela na Fortaleza de S. Sebastião

MOÇAMBIQUE — Ponte sobre o Lúrio

Camionagem-automóvel

Os Caminhos de Ferro de Moçambique exploram também a camionagem-automóvel para servir centros de população ou de produção que não sejam servidos por caminho de ferro, e bem assim para prolongar para a Suazilândia e Transvaal o caminho de ferro de Goba, internacionalizando-o.

Emprega vinte carros, com uma capacidade total de lotação de 600 passageiros e de carga de 300 toneladas. As linhas de camionagem percorrem 262.000 quilómetros e os carros transportam anualmente 92.000 passageiros e 220 toneladas de carga. O pessoal é de 20 empregados, metade dos quais são indígenas. A receita é de 1.500 contos e a despesa de 580.

Goba	64	196
Marracuene	34	
C. de F. de Gaza	98	
Inhambane		90
Quelimane a Mocuba . . .		145
Moçambique: Lumbo a Nova Chaves		191
Beira à Rodésia		317
Transzambeziano . . .		251

O pessoal dêstes caminhos de ferro é em número de 6.400 empregados, dos quais 4.770 são indígenas.

A receita anual dos caminhos de ferro do Estado é em média de 2.300 contos e 470.000 libras.

O número de passageiros transportados é de 500.000 e o tráfego de mercadorias de mais de 2.000.000 toneladas.

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques
Uma enfermaria de crianças no Hospital Miguel Bombarda

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — Recolhimento de raparigas indígenas

Canal de Moçambique é perfeitamente segura e cómoda e a entrada e saída nos portos de Moçambique e de Lourenço Marques é acessível a qualquer hora do dia e da noite em qualquer estado da maré.

Portos de mar

Como já dissemos, são muitos e excelentes os portos que existem na costa moçambi ana. Sob o ponto de vista do seu actual movimento comercial, que pode ser aferido pelo número de passageiros desembarcados e tonelagem de mercadorias descarregadas, são os mais importantes os seguintes:

	Passageiros	Mercadorias mil. de toneladas
Lourenço Marques .	35.000	1.000
Beira	25 000	720
Moçambique . . .	1.500	82
Inhambane	3.800	35
Inhampura	3.000	4

Faróis

A costa marítima de Moçambique é, de tôda a costa africana exceptuando a Mediterrânea, a m·is perfeita e completamente iluminada e balizada.

O plano de alumiamento da costa prevê 35 faróis dos quais estão apenas construídos 23. Há além disso 50 bóias luminosas.

A navegação em tôda a extensão do

Comércio

Preços.—O preço da vida é ainda elevado em Lourenço Marques e nos restantes centros de população da Colónia.

O aluguer de uma casa em Lourenço Marques anda em volta de 1.000$00. Os três criados necessários para o serviço de uma casa podem ganhar 500$00 a 700$00. O preço do vestuário e calçado é sensivelmente mais elevado do que na Metrópole. A diária num hotel confortável regula por 60$00.

Os géneros alimentícios têm os seguintes preços médios:

Pão. . . .	Quilo	2$30 a 2$70
Bacalhau . .	»	8$20 a 8$70
Peixe . . .	»	5$20 a 6$00
Carne . . .	»	3$50 a 6$00
Galinha . .		10$00
Ovos . . .	Dúzia	9$50 a 11$00
Toucinho . .	Quilo	8$50 a 11$50
Batatas . .	»	1$20 a 1$70
Feijão . . .	»	2$00 a 3$50
Arroz . . .	»	2$00 a 2$20
Açúcar. . .	»	2$50 a 2$80
Azeite . . .	Litro	9$60 a 10$00
Leite . . .	»	4$50 a 5$00
Bananas . .	Dúzia	1$00
Café . . .	Quilo	15$00 a 17$00
Chá. . . .	»	32$00

Dos produtos empregados na alimentação, aquecimento e higiene doméstica, custam:

Água. . . .	m. c.	2$50 a 2$70
Carvão min. .	Quilo	1$80 a 2$60
Carvão veg. .	»	$63 a $66
Electricidade .	KW.	6$20 a 6$80
Petróleo. . .	Litro	2$50 a 3$10

Atendendo ao custo da vida, cêrca de 24 vezes mais elevado do que em 1914, os salários e vencimentos devem ser aproximadamente duas e meia a três vezes mais elevados do que os correspondentes da Metrópole.

Comércio externo

Importação. — De Portugal e suas colónias, Moçambique está importando mercadorias no valor de cêrca de 3.510.000 escudos-ouro, sendo os principais produtos os seguintes, nas quantidades anuais médias indicadas com os valores correspondentes:

		Quantidades	Valores
Vinhos	— M. de litros	8.000 —	£ 178.000
Tecidos	— Toneladas	500 —	» 95 000
Azeite de oliveira . .	— »	550 —	» 84.000
Calçado	— Pares	50.000 —	» 22 000
Bacalhau e peixe sêco	— Toneladas	430 —	» 19.000
Sabão	— »	680 —	» 15.000
Carnes sêcas . . .	— »	140 —	» 14.000
Águas minerais . .	— »	100 —	» 4.000

Do estranjeiro importa a Colónia de Moçambique principalmente:

		Quantidades	Valores
Tecidos	— Tonel.	2.900 —	£ 530 000
Carvão mineral . .	— »	115 000 —	» 96 000
Gasolina	— »	9.000 —	» 89.000
Máquinas agric. e indust.	—	—	» 73.000
Arroz	— »	6 000 —	» 60.000
Bebidas alcoólicas. .	— M. de litros	1.350 —	» 58.500
Farinha de trigo . .	— Tonel.	5.800 —	» 55.000
Aço e ferro. . . .	— »	3.700 —	» 40.600
Manteiga	— »	260 —	» 32.500

Os principais países de onde a Colónia importa produtos para o seu consumo são os seguintes, com os respectivos valores:

Grã-Bretanha . .	Esc.-ouro	2.335
Índia	»	700
Rodésia	»	250
Austrália. . .	»	133
União Áfr. do Sul .	»	2.566
Portugal	»	2.212
Alemanha . . .	»	728
América	»	700
Japão.	»	290
Holanda e posses.	»	270
Itália	»	175
Bélgica . . .	»	121
Suécia	»	114
França	»	106

Sendo o total da importação de 12 583 milhares de escudos-ouro, vê-se que quási metade (6 142) do valor da importação da Colónia de Moçambique provém da Inglaterra e seus Domínios e Colónias, cabendo a Portugal menos de 18 por cento do total.

Exportação — Os principais produtos do solo e da indústria da Colónia que se exportam são os que constam do seguinte quadro, com as quantidades e valores respectivos:

	Tons.	£
Sementes oleaginosas	74.700	540.000
Açúcar	64.000	261.000
Sisal	12.200	114.000
Frutas frescas . .	10 000	55.000
Algodão em rama .	1.800	60.000
Óleos vegetais . .	2.200	45.600
Milho	13.700	36.800
Holotúrias . . .	140	9.000
Casca de mangal .	2.600	7.400

Os principais países que recebem a exportação da Colónia são os seguintes, com os respectivos valores:

União da A. do Sul	Esc.-ouro	1.984
Portugal	»	1.855
Grã-Bret. e poss.	»	1.352
França	»	1.327
Alemanha . . .	»	571
Holanda	»	456
Bélgica	»	350

MOÇAMBIQUE — Lourenço Marques — A arcada do Liceu de 5 de Outubro

Moçambique exporta para a Inglaterra: açúcar, algodão, casca de mangal, cera, feijão, macojojo, marfim, milho, peles, couros, sementes oleaginosas e sisal;

Para a União da África do Sul: castanha de caju, feijão, frutas, madeiras, marfim, milho, sementes oleaginosas e sisal;

Para a França: algodão, borracha, cera, marfim, sementes oleaginosas, milho, peles, couros e sisal;

Para a Alemanha: algodão, borracha, casca de mangal, castanha de caju, madeiras, marfim, milho, sementes oleaginosas e sisal.

Dos distritos da Colónia são os de Moçambique e Quelimane os que mais exportam, cabendo aos distritos do sul uma percentagem bastante mais pequena.

Comércio geral

O comércio geral da Colónia tem-se ressentido da crise universal e sobretudo da que a partir de 1929 se acentuou na União da África do Sul, mas que felizmente tende a desaparecer.

Os valores dêsse comércio geral da Colónia, na parte administrada pelo Estado, nos últimos seis anos constam do quadro seguinte:

	Mil de Esc.-ouro
1927. . .	114.000
1928. . .	115.000
1929. . .	116.0.0
1330. . .	102.000
1931. . .	95.000
1932. . .	80.000

III — Acção civilizadora

As condições da vida indígena da Colónia de Moçambique são as mais favoráveis ao progresso da população nativa, que está hoje pràticamente livre das fomes e das epidemias que noutros tempos a dizimavam, e bem assim das guerras intestinas e atrocidades cometidas por muitos dos seus régulos.

Tem o indígena ao seu alcance meios de garantir a sua existência pelo trabalho, em serviços públicos e particulares; uma assistência médica e higiénica, organizada e vasta; o acesso a numerosas escolas primárias, escolas profissionais e de magistério rudimentar e mesmo ao Liceu; a justiça é-lhe ministrada gratuitamente em tribunais privativos, para julgamento de seus *milandos*.

Ao lado das escolas oficiais há numerosas escolas missionárias. O trabalho das missões portuguesas é regulado e animado pelo estatuto orgânico das missões católicas de África, com o fim de sustentar os intêresses do império colonial português e promover o seu progresso moral, intelectual e material, ministrando ao indígena o ensino da língua portuguesa e das grandezas e glórias de Portugal; o ensino agrícola e profissional; o ensino doméstico às raparigas.

Entre as figuras excelsas de inteligência e de bondade de que as missões por-

D. ANTÓNIO BARROSO

Saudoso e venerando Bispo do Porto, verdadeiro símbolo do missionário português

tuguesas se podem orgulhar nos tempos modernos, realça a do antigo bispo do Pôrto, D. António Barroso, que antes de ser elevado ao episcopado portuense missionou na África Portuguesa Ocidental e Oriental. Como prelado de Moçambique prestou o venerando antístite relevantes serviços em que ficou bem manifesto o seu zêlo patriótico e cristão.

ANTÓNIO BARRADAS

Professor de Geografia do Liceu de Lourenço Marques
Antigo Director de Estatística da Colónia de Moçambique

Território de Manica e Sofala

Sob a administração da COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

A Companhia de Moçambique tem procurado exercer, durante um período de quarenta e dois anos, no vasto Território que se encontra confiado à sua administração, uma acção profundamente útil que hoje se traduz nas várias modalidades a que, resumidamente, vamos fazer referência.

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE—PORTO DA BEIRA

Melhorando as condições de exploração la terra e de existência da população, ela conseguiu realizar, ao mesmo tempo, uma transformação completa do meio que foi chamada a civilizar, honrando o mandato que lhe confiaram e prosseguindo, através de dificuldades e contratempos de tôda a ordem, uma política inspirada nos mais sãos princípios de patriotismo e de humanidade.

A primeira Carta Orgânica da Companhia, quere dizer o primeiro decreto que regula o exercício dos seus direitos e obrigações, tem a data de 11 de fevereiro de 1891, e subscreve-a o nome ilustre de António Enes. Posteriormente, as suas disposições foram modificadas, sendo actualmente a actividade da Companhia regulada por um diploma de maio de 1897.

O Govêrno poderá ao fim de cincoenta anos, a contar da data da concessão primitiva, ou seja em fevereiro de 1941, alterar ou revogar as disposições da sua

carta orgânica relativas a direitos exclusivos, domínio de terrenos e funções de administração pública.

O Estado, de resto, mantém a sua intervenção activa e permanente junto da Companhia, colaborando em todos os seus actos por intermédio dum comissário do Govêrno e de três administradores, subordinados à orientação superior do Ministro das Colónias.

POPULAÇÃO

O Território da Companhia de Moçambique encontra-se dividido em catorze circunscrições que abrangem uma área total de 134.822 quilómetros quadrados, com uma população de 351.259 habitantes. O número dêstes tem aumentado por uma forma constante, o que traduz um dos sintomas característicos do progresso que já assinalámos.

A população indígena que, em 1903, era apenas de 182.255 habitantes, elevou-se, num período de trinta anos, até 344.091 habitantes; e os não indígenas, que não iam em 1900 além de 2.763, ascendiam passados trinta e três anos a 7.168. Dêstes, 1.943 são portugueses brancos, cujo número, em princípios de 1892, não ia além de 20.

Estas indicações bastam para dar uma idea exacta da acção que a Companhia tem exercido.

ESTRADAS

Um dos seus primeiros cuidados, ao tomar conta do Território, consistiu em iniciar a construção duma rede de estradas que pudesse servir as necessidades e os interêsses da população.

Hoje, todos os centros de actividade comercial se encontram ligados por estradas, cuja construção se intensificou a partir de 1898.

Em 1902 já se tinham construído 1.160 quilómetros, subindo êste número para 2.240 quilómetros em 1912, 2.580 quilómetros em 1922 e 5.972 quilómetros em 1933.

As importâncias despendidas com a realização dêstes trabalhos elevam-se a milhares de contos, constituindo uma das provas eloqüentes do cuidado e da atenção que a Companhia inalteràvelmente tem votado aos serviços de interêsse público.

As magníficas estradas do Território são hoje percorridas por centenas de automóveis e de camiões que asseguram, entre tôdas as povoações, comunicações rápidas e seguras.

CAMINHOS DE FERRO

Em 1892, quando a Companhia iniciou a sua administração, assim como não havia estradas, também não existiam caminhos de ferro no Território. Actualmente a rêde ferroviária atinge, em via larga, 568 quilómetros, divididos por duas linhas principais, uma das quais, com 346 quilómetros, vai desde a Beira até à Rodésia, seguindo a outra da estação do Dondo até à de Murraça, na margem sul do Zambeze.

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE - PONTE EM CONSTRUÇÃO SOBRE O ZAMBESE

O aumento surpreendente do número de passageiros e do tráfego de mercadorias que em ambas se tem verificado, demonstra à evidência que as regiões por elas servidas progridem incessantemente.

Deve ainda assinalar-se a existência de 143 quilómetros de caminho de ferro de via estreita, da Companhia Colonial do Buzi e da «Sena Sugar», que muito contribuem para o progresso comercial do Território.

Vinte seis estações postais, doze estações telegráficas e sete postos de T. S. F. constituem também um argumento seguro para documentar a excelência dos processos que a Companhia vem adoptando no período da sua administração.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Companhia de Moçambique, logo que começou a administrar o Território, tratou de procurar resolver o problema essencial da assistência médica a europeus e indígenas. Em agosto de 1892 fazia ela publicar a primeira Ordem de Serviço contratando um médico e instalando uma enfermaria. Nesse mesmo ano já podiam ser hospitalizados e tratados cem indivíduos de várias nacionalidades, entre os quais quarenta e dois portugueses.

Em 1894 começava a construir-se o primeiro hospital, a que foi dado o nome da rainha D. Amélia, e cuja inauguração se fêz logo no ano seguinte, entrando

em pleno funcionamento. Depois, nunca mais a Companhia deixou de envidar os maiores esforços para dotar o Território com uma assistência médica e hospitalar condigna, podendo nesse capítulo o seu esfôrço ser apontado como modelar.

Os hospitais e enfermarias, servidos por um corpo clínico escolhido, multiplicaram-se, ao mesmo tempo que se fundavam e punham a funcionar outros organismos de especialização clínica que eram dotados com a mais moderna aparelhagem. Sucessivamente o número de hospitais elevava-se a 2, 4 e 15, respectivamente em 1912, 1922 e 1932, sendo o número de enfermarias, em iguais períodos, de 4, 6 e 10.

A cautela com que a sua distribuïção foi feita, procurando servir os mais importantes centros populacionais, e a perícia profissional de médicos e enfermeiros tornaram verdadeiramente notável a organização de saúde e higiene no Território da Companhia de Moçambique.

Deve ainda citar-se a leprosaria de Chiloane como um dos organismos da especialidade que mais relevantes serviços tem prestado neste capítulo.

INSTRUÇÃO

Idêntica, e igualmente proveitosa, tem sido a acção da Companhia para o desenvolvimento da instrução pública no Território.

As três escolas rudimentares, existentes em 1891, transformaram-se, mercê dum esfôrço persistente e bem orientado, na vasta organização escolar que hoje existe e que abrange oitenta e oito estabelecimentos de ensino, de instrução rudimentar, de instrução primária, de artes e ofícios e de preparação de professores indígenas.

Na Beira podem apontar-se as escolas de «Artes e Ofícios», «Tito de Carvalho», «Padre Rafael» e «Beato Nuno», tôdas para o sexo masculino; o Instituto Pio X, para o sexo feminino; e as escolas mixtas «Eduardo Vilaça» e «Oliveira Martins».

No Buzi, em Chemba, em Chiloane, na

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE — VILA FONTES

Chupanga, em Moribane, em Mossurize, em Sofala, por tôdas as localidades, enfim, a Companhia fêz construir escolas dotadas com o material pedagógico necessário para o ensino.

As reformas publicadas, actualizando os processos pedagógicos e permitindo uma larga divulgação do ensino, puseram o Território em condições de satisfazer cabalmente as necessidades da sua população.

Sucessivamente, o número de alunos e de professores vem aumentando, registando-se, em 1933, a seguinte freqüência nos diversos tipos de escolas: 6.700 alunos, sendo 5.456 do sexo masculino e 1.244 do sexo feminino, ensinados por 66 professores, europeus e indígenas.

O facto de ter visto triplicada, durante o período da sua administração, a cifra da população indígena constituïria, só por si, a justificação de tôda a actividade da Companhia de Moçambique. Êle demonstra, além dum progresso económico, uma melhoria sensível das condições gerais de salubridade e assistência.

PROTECÇÃO DO INDÍGENA

A reorganização dos serviços indígenas, feita em 1926, representou um conjunto de medidas de largo alcance, tendo produzido os melhores resultados. Foram proíbidos os contratos de prazo superior a um ano, obrigando-se os patrões a dar uma retribuïção certa em dinheiro, de acôrdo com a tabela de salários mínimos em vigor, não se podendo impor serviços dos quais resultem perigo ou dano para quem os presta.

A fiscalização do novo regime de trabalho ficou confiada à Direcção dos Negócios Indígenas, tendo os serviçais direito a ser reconduzidos, por conta dos patrões, até ao local onde foram recrutados.

As relações de direito civil e comercial entre indígenas e não indígenas encontram-se perfeitamente reguladas, e a administração de justiça aos primeiros rege-se por um fôro privativo, funcionando em todo o Território os tribunais respectivos.

O indígena tem acesso fácil e gratuito à terra, tendo-se criado em tôdas as circunscrições extensas Reservas Indígenas destinadas às suas habitações e culturas, e nas quais se não podem fazer concessões a indivíduos de raças diferentes.

PORTO DA BEIRA

O Território da Companhia, cuja costa abrange uma extensão de 240 milhas, é servido por vários portos, o principal dos quais é o pôrto da Beira, na margem direita do Pungué. É êle o pôrto natural de importação e exportação para uma vastíssima zona geográfica que abrange, além do Território da Companhia, as Rodésias do Norte e do Sul, e a Niassalândia, movimentando também muita carga do Congo Belga.

A Beira constitue a testa das duas linhas férreas a que fizemos referência, e que estabelecem a ligação do Território com as Rodésias, Congo Belga e Niassalândia.

O pôrto possue oito amarrações calculadas para aguentar navios de 15.000 toneladas nas piores condições de tempo; havendo os cais do Pungué, para navios de maior tonelagem, e do Chiveve para batelões. O primeiro dêstes tem 458 metros de comprimento, encontrando-se apetrechado com 12 guindastes eléctricos; o segundo tem 450 metros e está equipado com 15 guindastes.

A carga e descarga faz-se directamente para os comboios, e os passageiros desembarcam no cais do Pungué. No recinto do pôrto e caminhos de ferro existem 14 armazéns, abrangendo uma superfície de 20.000 metros quadrados com as condições necessárias para o serviço de tôda a carga movimentada.

Em 1933 o pôrto da Beira movimentou 462.943 toneladas de carga e 9.328 passageiros, tendo entrado nele 587 navios.

Para o pôrto da Beira e para a vida do Território representa um factor de decisiva importância a ponte sôbre o Zambeze, uma das maiores obras de engenharia moderna, cujos trabalhos de construção ficam concluídos no próximo ano.

VIDA ECONÓMICA

Os números representativos da produção agrícola, do movimento comercial e da actividade industrial no Território constituem a prova mais eloqüente do seu progresso económico.

A indústria açucareira atingiu um grande desenvolvimento e aperfeiçoamento notável, estando em plena laboração as fábricas de Marromeu e Caia, na Zambézia, e a do Buzi, na região dêste nome, tôdas elas com uma alta capacidade de produção e maquinismos modernos. As suas instalações são, sob o ponto de vista técnico, perfeitas.

A-pesar da crise o Território produziu e exportou, no ano de 1932, cêrca de 15 milhões de quilos de açúcar, no valor de cento e noventa mil libras.

Outra indústria de grande importância é a do algodão para cuja exploração se instalaram diversas fábricas, onde os casulos são descaroçados e enfardados.

Como exploração industrial digna de menção deve ainda referir-se a do tabaco, que abastece o mercado local com uma grande variedade de marcas.

Para dar, em síntese, uma idea da importância económica do Território e do seu desenvolvimento no período de administração da Companhia de Moçambique, basta apresentar, finalizando êste artigo, os números representativos da sua actividade comercial.

Em 1893 esta era representada por 15.046 contos, atingindo, em 1930, 2.011.477 contos, e sendo em 1933, a-pesar-das graves dificuldades da crise, de 946.799 contos, números êstes calculados com a libra a cento e dez escudos.

Companhia do Boror

(PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE)

CAPITAL { Acções 24:000.000 francos
Obrigações £ 120.000 }

Esta Companhia, o maior empreendimento agrícola do nosso Império Colonial, possui nos distritos de Quelimane e Moçambique plantações de coqueiros que são as maiores do mundo, além de vastas plantações de sisal e de kapok.

Fundou-se a Companhia do Boror sob a égide do regimen dos prazos que o génio de António Enes transformou duma simples exploração de mussoco (imposto de capitação pago pelo indígena) em poderoso instrumento de exploração e desenvolvimento da terra.

Mercê das vantagens concedidas pelo regimen, e dos capitais que a sua estabilidade lhe permitiu angariar, a Companhia procedeu regular e metòdicamente à ocupação do território dos prazos, cuja administração e exploração lhe foi confiada; providenciou, sempre que se manifestaram anos críticos, por forma a manter a normalidade das condições da vida gentílica da mesma população; prestou em muitas ocasiões auxílios e serviços de importância ao Govêrno, que êste lhe reclamou em ocasiões difíceis e o valor dos quais oficialmente reconheceu; realisou um considerável dispêndio com experiências e ensaios de adaptação e aclimatação de muitas espécies vegetais e animais, de que resultou um considerável conhecimento das condições agronómicas da região; pelos seus trabalhos de campo, de oficina e escola, facultou a um considerável número de indígenas uma educação racional e humana, incutindo conhecimentos e hábitos de trabalho que se está muito longe de ter conseguido, por qualquer forma, em qualquer outro ponto da Colónia; sulcou de estradas e canais a zona explorável; e pode patentear hoje uma obra que será difícil igualar em qualquer colónia e que deve constituir um justo orgulho, não só para a sua direcção, como também para a Administração Colonial Portuguesa.

Quem atravessa as instalações da Companhia e percorre muitos quilómetros ao longo de intermináveis alinhamentos dos espiques de coqueiros, presenciando a regularidade com que se executa a rotina dos seus trabalhos, não imagina o valor que isto representa, nem a intensidade do esforço dinámico e económico que foi necessário desenvolver para atingir o seu actual desenvolvimento.

É difícil condensar numa fórmula sugestiva quanto foi necessário de esfôrço directivo inteligente, de resistência física e moral, de tenacidade, de pertinácia, persistência e tacto, para vencer dificuldades de tôda a ordem, criadas pelo clima, pela ingratidão do solo, pelo indómito temperamento da população e até pelos obstáculos levantados pela rivalidade de uns e pela má compreensão de muitos.

O valor do esfôrço económico pode fàcilmente avaliar-se e verificar-se pelos relatórios dos sucessivos exercícios, vendo-se que passaram muitos anos em se

distribuir dividendos aos acionistas, amontoando no solo todos os lucros da exploração que fôram realizados, com uma verdadeira confiança no futuro, própria da fé de prosélitos na consolidação e desenvolvimento de uma obra que, sendo grandiosa, ainda não atingiu o seu termo.

O trabalho moral e material só pode ser apreciado por quem tenha experimentado a fôrça das vicissitudes que subjugam o lutador dos trópicos que se propõe triunfar dos obstáculos que a natureza lhe põe a cada instante e a cada passo.

Os palmares da Companhia cobrem presentemente cêrca de 29.000 hectáres e teem 2:000.000 de coqueiros. Estão em plena produção cêrca de 1:200.000 árvores que em 1933 produziram 8.600 toneladas de copra.

A plantação de sisal — quási 5.000 hectáres — produziu 2.500 T. de fibra, e muito mais podia ter produzido se a baixa de preços não tivesse obrigado a Companhia a moderar o ritmo do desfibramento.

Tanto a copra como o sisal da Companhia teem nos mercados mundiais o seu «standard» e a sua venda garantida, comquanto os preços não sejam agora satisfatórios.

A colocação da copra na Metrópole é difícil: o seu principal emprego é no fabrico de margarinas que a industria nacional não começou ainda a fabricar e que tem entre nós um consumo relativamente pequeno.

A aplicação do sisal, em cordoaria e fio, aumenta de dia para dia.

Tem também a Companhia do Boror grandes plantações de kapok (suma-uma) para o que, com bastantes dificuldades, obteve a melhor semente de Java. Está a produção no seu início e só o futuro poderá dizer o sucesso que ela terá.

Mas tanto em sisal como em kapok pode a Companhia fornecer largamente tôdas as necessidades da Metrópole.

Como culturas subsidiárias produz a Companhia milho, mandioca e arroz, destinados à alimentação dos seis a oito mil indígenas que traz em permanente trabalho nas suas plantações.

Finalmente adquire a Companhia em Portugal tecidos, vinhos, conservas, ferramentas agrícolas e outros artigos produzidos pela industria nacional; e o seu desenvolvimento, com a terminação da crise, há-de aumentar ainda o seu actual poder de compra.

PORTO DA BEIRA

O Porto da Beira, com uma extensão em cais de quási um quilometro, munido de uma perfeita utensilhagem, e explorado da maneira mais perfeita pelo que interessa às facilidades dadas à navegação, e ao tráfego marítimo que, em elevada tonelagem por êle passa anualmente, tem, como natural zona de influência económica, além de vastíssimos territórios na colonia de Moçambique, as duas Rhodesias, o Sul do Congo Belga e a Niassalandia.

São de um ilustre engenheiro e colonialista escrupuloso o mais possível nas opiniões que emite, as seguintes considerações, que transcrevemos do mais recente numero da revista «Portugal Colonial».

«A Beira deve ser, dentro de 30 anos, o primeiro pôrto de tôda a Africa».

«Êle suplantará todos os portos da Africa do Sul inglêsa».

«E o pôrto do Lobito, nem de longe se parecerá com êle».

«À vastíssima área territorial que o pôrto da Beira já hoje controla, vem juntar-se o tráfego de Niassalandia e todo o tráfego que pode ser drenado pelo lago Niassa que mede, de norte a sul, uma extensão de cêrca de 600 quilómetros».

«O tráfego marítimo da parte sul e duma grande parte da área ocidental dos territórios do Tanganika, far-se-á pela Beira, uma vez construida a ponte sôbre o Zambeze».

«Grande é, e grande continuará a sêr, o tráfego marítimo da União Sul-Africana. Mas este reparte-se por 4 grandes portos mesmo abstraindo Lourenço Marques. Walfish Bay também vai entrar na concorrência àqueles quatro».

«O Lobito têm a concorrência dos portos ao Congo Belga».

«Ao contrário, a Beira não têm concorrentes desde Lourenço Marques até Dar-es-Salam. Há-de, por isso, transformar-se num formidável empório logo que a ponte sôbre o Zambeze esteja aberta à circulação, o que se dará por meados de 1935».

«Muitas explorações se estão já tentando na Niassalandia como na Tanganika, com os olhos postos no pôrto da Beira e no Trans-Zambeziano que o serve».

«Quem controlar o pôrto da Beira, e a rêde dos caminhos de ferro que a êle se liga, tem nas suas mãos a chave dum formidável empório territorial».

A Companhia Colonial do Buzi

Fundada em 13 de Setembro de 1898, para dar execução ao contracto de 1 de Abril do mesmo ano entre Arriaga & Ct.ª e a Companhia de Moçambique, tomou posse da circunscrição do Buzi, ainda então no mais completo estado de selvageria.

Possue hoje um caminho de ferro de penetração com 52 quilómetros, rádio-telegrafia, telefones, fábricas de cerâmica, moagem de milho, serração mecânica de madeiras, fornos de cal, fábrica de alcool deshidratado, uma frota de batelões e rebocadores, movidos a alcool, para transporte dos seus produtos, em grande parte construída nos seus estaleiros e oficinas.

Tem montada uma poderosa instalação de rega; cultiva, sob regimen de colonização, mais de 6.000 hectares de terreno e exporta açucar, algodão, milho, alcool deshidratado, marfim, etc., produtos que apresenta na 1.ª Exposição Colonial.

REPRESENTANTE EXCLUSIVO: — J. M. GRILLO

67, R. Alexandre Herculano — LISBOA

558, R. Santa Catarina — PORTO

FADA-RÁDIO

O RECEPTOR DOS ENGENHEIROS E DOS MUSICOS

PARA
- Casa
- Barco
- Automovel
- Avião

PREFIRA UM FADA-RÁDIO

EM LISBOA:	NO PORTO:
29, Calçada de S. Francisco, 37-1.º e 2.º	Rua do Bemjardim, 266-1.º
TELEF. 2 5033	TELEF 5551
56 — ROSSIO — 58	
TELEF. 2 4417	

Sociedade Industrial de Manequins e Artes Decorativas, L.da

FÁBRICA: AVENIDA GOMES PEREIRA, 100 — LISBOA

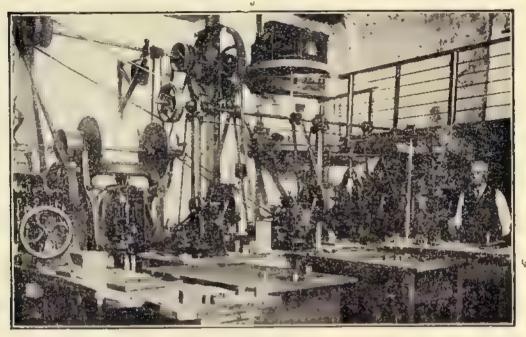
MANEQUINS ARTISTICOS E ARTES DECORATIVAS

GERENTES:	AGENTES NO PORTO:
REYS & LACERDA, L.da	SALA & IRMÃO
R. PEDRAS NEGRAS, 24-1.º Esq.	GALERIA DE PARIS, 99

Fábrica Portuguesa de Artigos de Malha

DE SANTOS & FILHOS

RUA DE OLIVEIRA MONTEIRO, 724

FUNDADA EM 1876 — PORTO

GRANDE COLÉGIO UNIVERSAL

AVENIDA DA BOAVISTA, 28 PORTO TELEFONE: 1519

Visitem o vasto edifício e as suas modelares instalações.

INTERNATO, SEMI-INTERNATO E EXTERNATO

CURSOS PRIMÁRIO, LICEAL E COMERCIAL

A nossa divisa: Formar bons cidadãos e bons portugueses.

INDIA

Do grande império da Índia, fundado pelos portugueses no século XVI, restam a Portugal os territórios a que hoje se chama *Estado da Índia,* em recordação da sua antiga grandeza.

Êste Estado compõe-se de três distritos administrativos, inteiramente separados entre si e sem continuidade territorial: Gôa, Damão e Diu, numa superfície total de 3.800 quilómetros. O distrito de Gôa acha-se encravado no distrito de Concan no extremo sudoeste da província de Bijapour, Presidência de Bombaim.

Gôa forma um bloco compacto cercado de territórios britânicos. Tem como depêndencia a ilha de Angediva, no Canara.

O distrito de Damão acha-se situado no Guzerate, a este do Golfo de Cambaia, cêrca de cem milhas ao N. de Bombaim. Compõe-se de três partes distintas: a primeira, Damão pròpriamente dito e sede do Govêrno do distrito, encontra-se sôbre o litoral do Industão e conta 26 aldeias: a segunda, encravada no território britânico, está situada a 9 quilómetros ao Sw da cidade de Damão e compõe-se das aldeias de Dadra, Demni e Tigra e faz parte da Praganã de Nagar-Aveli, territórios que

ÍNDIA — Ponte de Usgão

constituem a terceira parte, a mais vasta e importante, encravada no país britânico, com 69 aldeias. O distrito de Diu está situado na costa do Kathiavar num ângulo em que o Oceano Indico forma dois golfos, o de Cambaia e o Pérsico. E limitado a E, ao S. e ao O. pelo oceano Indico e ao N. pelo território de Kathiavar. Êste distrito compõe-se egualmente de três partes distintas: a ilha do Diu, Gogola e Simbor, a 25 quilómetros a êste de Diu, onde existe um pequeno forte (Pani-Cola).

A fortaleza de Diu, fica na extremidade oriental da ilha.

Orografia e Hidrografia

O distrito de Gôa é caraterizado pela freqüência de altos relêvos orográficos anfractuosos e de arestas agudas que se elevam bruscamente a grandes alturas, formando vales profundos.

A sua maior altitude é o monte Sangsagor, em Satai. No distrito de Damão a maior elevação é de 250 metros no Pragano.

O território de Gôa é banhado por diversas correntes de água, que nascem na sua maior parte, na cordilheira dos Ghates. Os mais importantes são: o Tiracol, o Araundem, o Chapora, o Baga, o Sinquirim, o Mandovi, oZuari, o Sal e o Talpona. No distrito de Damão o rio mais importante é o Sandalcalo ou Demangaga, que nasce nas montanhas de Pughisanavor, na Índia Inglesa: existem ainda outras correntes de água de menor importância que no verão se atravessam o vau. O distrito de Diu, só tem duas correntes de água: o Chassi e o Vançoso.

Climatologia

No território de Gôa há, de uma maneira geral, três estações climatéricas: a estação das chuvas, que vai de Junho a Outubro, com uma temperatura máxima de 34º,5 e mínima de 22º,6: a estação fresca (para não dizer fria) que corresponde aos mezes de Novembro, Dezembro e Janeiro, com uma temperatura máxima de 33 e mínima de 16º,5; e a estação quente de Fevereiro a Maio com uma máxima de 34º,6 e uma minima de 24º. O clima não se pode dizer mau e deverá melhorar com a regularização das correntes de água e os trabalhos de drenagem.

O clima dos distritos de Damão e Diu defere do de Gôa: notam-se temperaturas mais baixas, especialmente em Diu, onde, no inverno, se sente frio.

População

Segundo o ultimo recenseamento, a população total da Índia era de 531.952 habitantes, dos quais 252.096 do sexo masculino e 279.856 do sexo feminino. sendo 1.498 brancos, 500 negros e mestiços, 6 amarelos e 529 949 índios.

O agrupamento por nacionalidades faz-se como segue: portugueses da Metrópole, 141; portugueses do Estado da Índia e das outras colónias portuguesas, 521 423; estranjeiros, 16 386, quási todos de origem hindu-britânica.

Por distritos a população distribue-se assim: Gôa, 469.494 habitantes: Damão, 48 614: Diu, 13 844.

A densidade da população é de 140,61 habitantes por quilómetro quadrado.

Divisão administrativa e eclesiástica (Padroado do Oriente)

O Estado da Índia é dirigido por um Governador Geral, assistido por um Conselho do Governo composto de 14 membros: o Governador Geral é, ao mesmo tempo, governador do distrito de Gôa. Governadores de distritos dirigem Damão e Diu. O distrito de Gôa conta 441 aldeias com 107.965 fogos: duas cidades — Pangim e Murmugão.

No distrito de Damão há duas circunscrições, Damão e Nagar-Aveli, 12 cantões e 99 aldeias contando 10.164 fogos. As circunscricões do distrito de Gôa são as seguintes: Ilhas, Salcete, Bardez, Murmugão, Pernem, Sanquelim, Satari, Ponda, Sanguem, Quepem e Canacona.

O Padroado Português do Oriente data dos tempos remotos da Conquista. A arquidiocese de Gôa foi fundada no reinado de D. João III. Seus bispados — Da-

ÍNDIA — Ponte de Collem

da Índia Inglesa. O distrito de Damão é servido pela estação de Vapi, a 4 quilómetros da capital, na linha férrea de Bombaim e Baroda.

II — *Estradas* — O Estado da Índia possue uma rêde de estradas, que aumenta e se aperfeiçoa constantemente.

III — *Portos de comércio* — O Estado da Índia possue portos fluviais e marítimos, mais próprios para a navegação de cabotagem do que para a de longo curso, com excepção de Diu, Pangim ou Nova Gôa e Murmugão, sendo êste último o mais importante.

O pôrto de Murmugão, depois do de Bombaim, é o único pôrto de tôda a costa ocidental do Industão em serviço áctivo durante todo o ano. É servido por um caminho de ferro que assegura ao Estado de Mysore e cercanias a melhor e mais

mão e Cranganor — e suas dioceses — Cochim e Meliapor — abrangem diversas cristandades espalhadas nos territórios britânicos.

O Padroado Português tem-se mantido através dos tempos, com o elemento importante de soberania, de protecção e instrução aos numerosos portugueses que residem nos territórios ingleses.

Aspecto económico — Vias de comunicação

I — *Caminhos de ferro* — O distrito de Gôa é servido por uma linha férrea denominada caminho de ferro de Mormugão, que o atravessa de leste a oeste. Pertence à «West of India Portuguese Guaranted Railway Compayn». A sua extensão é de 82 quilómetros em território português, desde o porto de Murmugão até Londa, na fronteira, com ligação à rêde

ÍNDIA — Ponte sôbre o Collem

ÍNDIA — Liceu Central de Nova Gôa

assim como uma rêde telegráfica de 419 km. com 46 estações.

O Estado da Índia tem vários postos de T. S. F., sendo os principais nas cidades de Nova Gôa e Murmugão.

Os cabos submarinos do «Eastern Association» e a rêde submarina do Oceano Índico asseguram igualmente as comunicações do Estado da Índia.

Recursos económicos

Segundo o relatório do governador da Índia, apresentado à Conferência do Império, a situação económica é bem menos risonha do que a financeira, apresentando um importante *déficit* comercial, que para o último ano representa aproximadamente 13 milhões de rupias.

As principais mercadorias exportadas são: frutos de coqueiro, mangas, copra, areka, noz de acajou, peixe sêco e salgado, sal e manganés.

As principais mercadorias importadas são: arroz, açúcar, trigo e farinha de trigo vinhos de Portugal e cerveja, tecidos de algodão, azeite de oliveira, tabaco, petroleo, essência, medicamentos, papel de escrever, automoveis e caminhões, ferro e aço.

A Índia tem uma grande riquesa na enormidade da sua população, mais de 500.000 habitantes, nas suas apreciadas qualidades de trabalho, no arreigado amor à sua terra.

É a emigração que cobre na maior parte êsse *déficit*. É o seu labutar constante, são as suas economias avaramente guardadas, não poucas vezes roubadas até ao seu bem estar, e liberal e generosamente enviadas para a sua terra, que mantem a situação económica da Índia em equilibrio, não obstante a crise mundial ter já lançado

curta saída para o mar: trabalha-se no seu aperfeiçoamento.

O pôrto de Diu é o único pôrto natural da península de Goudjérat, que se presta, como nenhum outro, como entreposto da exportação dos produtos de todo o Kathiavar.

IV — *Comunicações marítimas* — Existem duas Companhias que mantêm um serviço quotidiano entre Pangim e Bombaim, com embarcações de cêrca de 700 toneladas, muito cómodas e confortáveis.

Existem carreiras diárias de navios de grande cabotagem que freqüentam o pôrto de Murmugão, onde penetram igualmente navios de tôdas as nacionalidades, entre os quais os da «British India Steam Navigation Co», que fazem o serviço entre a costa oriental do continente africano e Bombaim.

Entre Murmugão e Pangim e as diversas circunscrições, existe um serviço de embarcações de navegação fluvial, que o govêrno mantem.

Diu tem comunicações regulares com Bombaim e Karachi.

V — *Comunicações telefónicas e telegráficas* — O Estado de Gôa possue uma rêde telefónica de 118 km. de extensão,

no desemprêgo muitos dos portugueses da Índia que mourejam no estrangeiro e até em algumas das nossas colónias, mas que porfiadamente se mantêm lá fora na esperança de melhores dias, sendo muito limitado o número dos que têm regressado às suas terras, permitindo assim que não haja na nossa Índia crise de desemprêgo.

O número representativo do valor da importação podemos desdobrá-lo nos seguintes: 600 mil rupias de importação nacional e 15 milhões e meio de importação estranjeira. Por seu turno, desdobrou-se o da importação nacional nos seguintes: 200 mil rupias de produtos da metropole e ilhas adjacentes e 400 mil das colónias portuguesas, das quais 300 mil dizem respeito a Moçambique e ao seu açúcar, que ocupa já no mercado da Índia portuguesa, em quantidade, mais de metade da importação total, mas que em 1932 foi bastante inferior à de 1931, com o correspondente acréscimo da entrada de açúcar estranjeiro. Esta circunstância derivou da impossibilidade de Moçambique satisfazer tôdas as exigências do mercado da Índia.

É um problema que interessa a Moçambique resolver, tanto mais que a Índia oferece à colocação dêste produto excepcionais condições derivados de legislação especial e cujos resultados se manifestam bem nêstes números representativos de quantidade expressa em ceiras, unidade local:

Importação de açúcar nacional

1930 .	960.917
1931 .	4.001.582
1932 .	2.294.251

enquanto que a importação de Java e das Mauricias, que nada nos compram, baixava respectivamente de 3.408.375 ceiras para 1.073.652 e 2.671.400.

ÍNDIA — Nova Gôa Monumento a Afonso de Albuquerque

A importação das colónias portuguesas é representada, pois, por uma percentagem sôbre a importação total de 2.638, que suponho poderá ser importantemente aumentada.

Menor percentagem do que esta é ainda a importação metropolitana que figura apenas com o número 1.219. Para isso concorre principalmente a falta de uma ligação directa, que muito interessa estabelecer.

A Índia, que importa, quási podemos dizer, tudo, porque importa inclusivamente o arroz de que carece para se alimentar e que constitue a principal verba dêste capítulo, tem a sua principal receita nos tecidos de algodão. Queremos salientar que, embora numa percentagem muito deminuta, se verifica pelas estatisticas aduaneiras que a importação nacional dêstes produtos cresce seguramente desde 1928, passando no valor dos números 97 para 1.247 em 1932 e em quantidade de números 12 para 551.

São, sem dúvida, números muito pequenos, quási sem valor, sobretudo se os compararmos com o da importação total em valor e quantidade: 1.776 702 e 548.792!

Mas não será um índice de certa segurança que pode interessar a indústria nacional destes produtos?

Agricultura

O solo do Estado da Índia presta-se admiràvelmente ao desenvolvimento da agricultura.

É um país de pequenos proprietários, com a propriedade extremamente dividida, e que não dispõem senão de pequenos capitais e aparelhagem rudimentar.

A cultura do arroz tem uma grande importância, pois que êsse cereal constitue a base de alimentação da população da Índia.

A cultura do coqueiro é também importante e constitue uma das principais receitas da Colónia.

A Índia Portuguesa é, depois de Ceilão, o maior produtor de côcos no mundo.

Existem ainda grandes plantações de bananeiras, árvores do pão, mangueiras, etc.

A Índia Portuguesa possue preciosas florestas, onde se encontram principalmente madeiras de teca, sisso, jambo, morata.

Estas essências são tratadas e cultivadas de maneira que delas se poderiam auferir grandes benefícios.

Criação de gado

A criação de gado é considerável Abundam os bois, búfalos, cavalos, porcos, cabras, carneiros, num total aproximado de700 000 cabeças.

Os bois provém quási todos da grande raça asiática dos zébus (Bos indicus), que são excelentes animais para o trabalho, muito robustos e agilíssimos. Os búfalos são muito úteis para os trabalhos dos arrozais.

Indústrias

A principal indústria extractiva actualmente em exploração é o sal, cuja produção chega a atingir 40.000 toneladas anuais com um valor aproximado de 700.000 rupias: uma grande parte do sal é empregada na salgação do peixe e Bombaim importa quási todo o resto.

A indústria da pesca acha-se, por assim dizer, na sua fase inicial de actividade. Todavia a exportação do peixe sêco e salgado é já importante.

A indústria mineira oferece perspectivas animadoras, mas limita-se actualmente à exploração do manganésio. Em 1924 fizeram-se ensaios económicos para a exploração do ferro.

Encontra-se ainda no país a grafite, o níquel, o cobalto, a mica e o alumínio, êste em quantidade importante no distrito de Gôa.

Monumentos

Como monumentos, além de pontes magnìficamente lançadas em paisagens de maravilha, temos escolas, o magnífico edifício do Liceu Central de Nova Gôa, o monumento a Afonso de Albuquerque, fortalezas como as de Diu e de Mormugão, a municipalidade de Gôa. Há ainda que citar o arco de Nossa Senhora da Conceição, Velha Gôa, a casa dos Catecumenos, as ruínas das igrejas de S. José, Santo Agostinho e S. Paulo, e ainda, pela sua irradiação espiritual, que dura há séculos, o templo onde se conserva o túmulo em prata cinzelada do grande Apóstolo da Índia, S. Francisco Xavier, um dos mais dedicados pioneiros da civilização cristã, cujo culto ainda hoje se mantêm, impondo-se a todos, mesmo àqueles que não seguem o seu credo religioso.

MACAU

A PEQUENA colónia portuguesa de Macau, que é considerada a «pérola do Oriente», foi fundada em 1557. É, portanto, o primeiro estabelecimento europeu no Extremo Oriente. Até aos meiados do século XIX (1842), conservou uma importância excepcional nos mares do Oriente. A soberania e a posse desta colónia fôram completamente garantidas a Portugal pela China, por um tratado, assinado em 1887. Desde então Macau desenvolveu-se muito e é hoje uma cidade florescente, embora a concorrência do pôrto inglês de Hong-Kong a tenha prejudicado um pouco.

Se Macau é a menos extensa das colónias portuguesas, é certamente a mais bela de tôdas. Está situada na ilha de Hianchang, entre a ribeira de Cantão e a ilha de Oeste, na pequena península de Ngaoman, ao sul da China, a 40 milhas de Hong-Kong e a 88 de Cantão.

A colónia consiste numa pequena península ligada ao território chinês por um pequeno istmo onde se encontra a «Porta do Cêrco». Como dependência tem as pequenas ilhas de Taipa e Coloane. A superfície total da colónia é precisamente de 14 km², 05.

Porque ainda não foi possível fixar positivamente a jurisdição de Macau, existe um litígio entre Portugal e a China, a respeito da posse dos territórios da parte oriental da ilha da Lapa, da ilha de D. João e da parte norte da ilha de Tai-Vong-Kam

MACAU Estátua de Vasco da Gama

MACAU — Gruta de Camões, onde, segundo a tradição, Camões escreveu parte dos Lusíadas

ou da Meubenta. Portugal mantém nestas localidades algumas escolas, polícia e até uma gafaria na ilha de D. João, que prestam grandes serviços à população chinêsa.

A província de Macau é de formação granítica. O granito encontra-se algumas vezes entrecortado por ligeiras camadas de feldspato ou quartso. São elevações de rocha desta natureza que produziram as oito colinas separadas que se contam nesta língua de terra. Nas partes baixas em que as aluviões e os depósitos das águas, em épocas anteriores, formaram planícies, transformadas em hortas e arrozais, a terra é inteiramente vegetal, formada de sedimentos argilosos e de quartzo como conseqüência da acção corrosiva das águas.

Coroando as colinas de Macau, estabeleceram-se diversas fortalezas para defesa da cidade, entre as quais a do Cerco, a 55 metros de altitude; a do farol da Guia — o primeiro que se acendeu nas costas da China em 1865 — a 93 metros; a de Santiago da Barra, a 77 metros, etc.

Climatologia

O clima de Macau é um dos melhores, senão o melhor, de tôdas as cidades do sul da China, pôsto que seja considerado como tropical moderado, húmido e algum tanto chuvoso. É em Março, Abril e Maio que a humidade se faz sentir mais.

Os dias de calma completa são raros e as chuvas, mais abundantes no Verão, repetem-se algumas vezes na Primavera, mas são raras no Outono e no Inverno. Assim Macau é recomendado como estação de inverno, em relação às regiões do Norte da China, onde presentemente essa estação é rigorosa. As condições de salubridade de Macau são excelentes: a temperatura mé-

dia é aproximadamente de 23º; a média das máximas é de 36º2 e a das mínimas 5º8; a pressão atmosférica é de 760,60 m. m.; e humidade 78,87, sendo o número de dias de chuva cem por ano.

MACAU — Pedra existente à entrada da Fortaleza de S. Paulo do Monte, representando as armas da cidade, encimadas por S. Paulo, com a seguinte inscrição: ANNO DN, 1926.

População

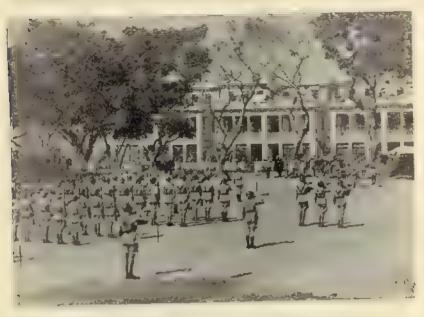
Em Macau, a terceira cidade em população de todo o Império Português, segundo o último recenseamento, existiam 160.000 habitantes, 150.500 dos quais na península e nas embarcações ancoradas no pôrto de Macau, 5.955 na ilha e pôrto da Taipa e 3.484 na ilha e no pôrto de Coloane.

A densidade da população total é de 11.187 habitantes por kilómetro quadrado, o que constitue a densidade mais elevada de tôdas as unidades político-geográficas do mundo, segundo o «Anuário Internacional de Estatística Agrícola» de Roma.

O sexo masculino compreendia 87.548 pessoas e o feminino 69.627, sendo 152.738 amarelos, 3.860 brancos e 577 negros e mestiços.

Por nacionalidades contava: 939 portugueses originários da Metrópole, 2.303 portugueses brancos e assimilados tendo nascido na colónia, 155.315 indivíduos de origem chinesa naturalizados portugueses; os restantes eram considerados estrangeiros.

A população total de Macau em 1916 era de 74.885 habitantes, de 83.984 em 1920. Dobrou desde esta data, o que se deve sobretudo aos acontecimentos políticos que agitam a China.

Cem mil habitantes se acumulavam à data do falado recenseamento na cidade de Macau, que apresenta ruas, edifícios e um aspecto verdadeiramente interessante e pitoresco.

MACAU—A continência à bandeira

cidade, que se desdobra em dois bairros — um de chineses, e outro de não chineses, cada um com seu administrador especial: a da Taipa e Coloane, que tem um conselho municipal presidido pelo administrador, que é igualmente o comandante militar.

A Câmara Municipal (Leal Senado), administra as duas circunscrições.

Economia da colónia (Vias de comunicação) Estradas

As suas avenidas, com as suas grandes árvores, oferecem passeios agradáveis pela frescura das suas sombras. Vélhas igrejas de arquitectura antiga, atestam por tôda a parte o esfôrço dos missionários portugueses, os primeiros que prégaram a religião cristã no Extremo Oriente.

Pelas suas favoráveis condições climatéricas, pelas suas especiais condições sociais e urbanas, Macau é actualmente um dos centros de turismo mais freqüentados do sul da China.

Macau distingue-se de tôdas as cidades do Extremo-Oriente pelo cunho especial nela impresso pela longa permanência do domínio português.

Divisão administrativa

A Colónia de Macau é dirigida por um governador de província. Desde a sua separação de Timor está reduzida a duas circunscrições. A da

Pela sua superfície reduzida, Macau não conta pròpriamente com estradas, tendo apenas ruas e avenidas. Contudo a colónia está ligada por uma estrada de 85 kilómetros de comprimento, ao pôrto chinês de Seac-Ki, ainda não aberto ao comércio externo. Essa estrada foi inaugurada em 18 de fevereiro de 1928 e nela circularam nesse mesmo ano 2.723.725 transeuntes. Macau, segundo as estatísti-

MACAU — Vista do porto interior

MACAU—O farol e a montanha da Guia

cas mais recentes, conta 150 automóveis, 40 autobus, 15 caminhões e 60 motocicletas.

Vai prolongar-se até Cantão.

Pôrto de comércio

Em conseqüência da sua excelente posição geográfica sôbre o delta do rio Si-Kiang, um brilhante futuro está reservado aos portos de Macau, porque esta importante via fluvial drena quási tôda a produção das províncias chinesas do sul — Kuangsi e Kuang-Tung — a qual, sob o ponto de vista agrícola, é considerável. Macau possue um vélho pôrto e um pôrto moderno.

O velho pôrto, denominado pôrto interior, encontra-se entre a cidade e a ilha da Lapa, situada em frente.

O porto moderno chamado porto exterior, encontra-se no ancoradouro de Macau — vasto espaço situado entre a península de Macau e a ilha da Taipa — bastante assoreado, mas onde há alguns anos se aluiu um canal para facilitar o acesso do porto há pouco construido.

Êste último compreende três zonas: a primeira constitue o pôrto industrial, completamente novo, com uma superfície de 85 hectáres, três bacias com profundidades que vão desde 0m,70 a 3m,70 acima do zero hidrográfico: a segunda é o *pôrto comercial* formado pelo terreno conquistado ao mar: tem uma superfície de 80 hectáres com cais acostáveis e é freqüentada pela grande navegação.

A terceira zona compreende o porto actual de transito entre o *hinterland* de Macau e o grande porto interior.

Além dêstes portos peninsulares, existe ainda o pequeno porto de pesca de Taipa

MACAU — Um jardim chinês

e o do Norte da ilha de Coloane, onde teem sido introduzidos importantes melhoramentos.

Os portos de Macau fôram freqüentados em 1928 por 2.697 vapores e 10.999 juncos, que embarcaram 337.840 passageiros e desembarcaram 334.331. Levaram 49.004 toneladas de mercadorias e deixaram 179.392.

MACAU — Vista da baía da Praia Grande

Comunicações marítimas

O maior número de barcos que freqüentam os portos de Macau é constituído por veleiros chineses, a que se dá indistintamente o nome de juncos. Macau está diàriamente em comunicação directa com os grandes portos de Cantão, a oito horas de viagem e de Hong-Kong, a 4 horas por mar.

Comunicações telefónicas e telegráficas

A rêde inter-urbana de Macau tem 190 km. de extensão, conta 900 assinantes e funciona automaticamente.

Os *cabos-submarinos* da «Eastern Association» da rêde do Oceano Índico e os que estão amarrados a Hon-Kong asseguram as comunicações de Macau com o estrangeiro. Um outro cabo liga a península às ilhas da Taipa e Coloane.

Macau possue uma poderosa estação de T. S. F. que comunica com Lisboa.

Movimento comercial

Como em Macau não existem alfandegas, é difícil obter dados exactos sôbre o movimento comercial. Os que existem são extraídos de manifestos de carga, que são insuficientes.

A maior parte do comércio de Macau — onde não há grande comércio — faz-se com os portos da China, principalmente Cantu e Hong-Kong. Os principais productos exportados são peixe salgado, fogos de artifícios, fosforos, perfumes, oleo de canela e conservas.

Os principais produtos importados são: o arroz, o açucar, azeite, lenha, madeira de construção e tabaco.

Em virtude da sua pequenez, quási tôda ocupada pela cidade, esta colónia não se presta à indústria agrícola. O seu tráfico comercial recai, portanto, sôbre mercadorias que importa para as reexportar em grande parte depois de as ter transformado pela indústria local, que se desenvolveu muito nos últimos anos.

Assim, a maior parte das mercadorias importadas são substâncias alimentares e matérias primas destinadas às indústrias locais.

Indústrias

Macau é mais rica sôbre o ponto de vista industrial.

A sua indústria principal é a da pesca e produtos derivados. Ocupa 25.000 pessoas, 2.500 barcos e movimenta um capital de cêrca de 40.000 contos.

MACAU - Portas do Cêrco, na fronteira chinesa

de lampadas elétricas de algibeira; duas de tecidos de algodão; 10 de velas para altares; uma de cortumes; várias de sabão, papel, cal de ostras, objectos de cobre, de latão, e de chumbo; numerosas ourivesarias, marcenarias, sapatarias, etc.

No relatório do Governador enviado à Conferência Imperial lê-se:

«Gostava Macau de estreitar as suas relações comerciais com a metrópole e com outras colónias portuguesas, recebendo os seuspro dutos que cá podem ter colocação e enviando-lhes aqueles que lhes convenham.

Mais por motivo de ordem moral que material, muito estimaria que cessasse o facto desagradavel de, sôbre alguns produtos que envia à metropole, incidirem direitos de importação superiores aos que incidem sôbre os mesmos productos enviados de Hong-Kong»

A indústria do cimento está nas mãos dos ingleses. A fábrica de cimento da Ilha Verde pouco interessa à Colónia, salvo na ocupação que dá a 350 operários.

Há em Macau uma grande fábrica de tijolos, com 10 fornos de grande capacidade; 10 fábricas de tabaco para cachimbo e 5 de charutos; 3 de fosforos; 8 de conservas alimentares; mais de 50 de limpumm, muito usado pelos chineses; numerosas de *panchões* ou estalos da China; uma de gelo; uma de artigos de malha; 3 de pivetes insecticidas; 17 estaleiros que produzem mais de cem embarcações por ano; 6 fábricas de oleos; uma de cerveja; uma

Não queremos terminar sem lembrar que em Macau existe a Gruta de Camões, onde o nosso maior Poeta de todos os tempos escreveu, segundo a tradição, parte dos Lusiadas.

TELEF. { Sede — 2109 / Fáb. — 1

COMPANHIA RIO AVE

S. A. R. L.

{ SEDE - R. Passos Manuel, 37 - Porto / FÁBRICA - Vila do Conde

---

FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO E TECIDOS MISTOS DE ALGODÃO E SEDA

ESPECIALIDADE EM ESTAMPARIAS FINAS

FORNECEDORA DAS PRINCIPAIS FÁBRICAS DO PAÍS QUE SE DEDICAM A BRANQUEAR, TINGIR E ESTAMPAR

Pessoal fabril: 700. Teares: 600. Fuzos: 17.000. Produção: cêrca de 5 milhões de mts.

PORTO
RAMOS PINTO

TIMOR

Geografia Política

A origem do povo Timorense explica-se pela emigração sucessiva dos povos Bataks do norte de Sumatra e Alfuros das Celebes, ambos já mestiçados pelas emigrações sucessivas de ilha em ilha até Timor.

Hoje a população Timorense está profundamente mestiçada de sangue melanesio e indonesio, com mistura de sangue papua em vários graus, acentuando-se este principalmente no extremo leste da ilha. Alguma mestiçagem de europeus e índios e muita de chinas e africanos.

A civilisação indu ou Mahometana não alcançou Timor.

Anteriormente ao nosso estabelecimento na ilha, já os povos se haviam fixado à terra, as famílias constituindo as aldeias, a reùnião destas os chamados sukus que se reùniam em circunscrições, governadas as primeiras pelos datos e os segundos pelos liurais, mas regendo-se sempre pelos chamados usos e costumes, verdadeiros princípios de direito não escrito.

Os vaticínios colhidos em aruspícios, como na velha Etruria, pela consulta das entranhas de animais imolados, constituem importantes cerimónias que se denominam estilos, sendo os mais importantes os do culto dos mortos e dos antepassados.

Os indígenas são animistas fetichistas, acreditando na existência de uma alma que após a morte abandona o corpo e fica divagando como sombra e bom ou mau espírito.

São animistas fetichistas, acreditando na existência das coisas lulics (sagradas), na

TIMOR — Um aspecto de Lahane, vendo-se o Palacio do Governador

existência de uma alma ou ente supremo Maromac.

As danças representam um papel importante, são a expressão de solidariedade e alegria comum, realisam-se a propósito de todos os acontecimentos da sua vida material e psiquica.

Os cantos não estão estudados, mas posso afirmar que teem uma melodia e harmonia especiais a que não podemos negar um certo encanto e beleza.

São muitos os dialectos falados em Timor, mas o mais difundido é o Tetum. Leite de Magalhães num estudo sôbre os povos de Timor dividiu-os em sete grupos distintos, representativos das diferentes origens prováveis.

Nestes povos encontram-se as qualidadades e defeitos próprios da amálgama de raças que entram na sua mestiçagem, ainda influenciadas pelo meio, clima, e alimentação.

A sociedade indígena está absolutamente organisada com as suas autoridades hierarquicas com funções bem definidas, a que a nossa administração em boa política soube manter as suas prerogativas, fazendo deles auxiliares valiosos da nossa acção colonisadora; é claro que, há bons e maus chefes, como há bons e maus funcionários.

A ocupação da colónia é a mais perfeita, uma acção administrativa cuidada mercê da qual se tem operado uma profunda transformação no modo de ser dos indígenas.

É de boa justiça dizer-se que a colonisação militar em Timor teve uma elevada função civilisadora e educadora.

O grande Mousinho de Albuquerque dizia: o que temos a fazer para educar e civilisar o indígena é desenvolver-lhe pràticamente as suas aptidões de trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da província, enriquecendo-o e civilisando-o.

E assim se fez em Timor.

O desenvolvimento da colónia tem sido função da protecção benévola e dirigente do govêrno ao indígena.

O verdadeiro colono de Timor é o indígena e o grande colonisador o Estado. A colónia está dividida administrativamente em: Concelho de Dili, abrangendo a ilha de Atauro, comandos militares de Lautem, Viqueque, Manufahi, Suro, Bobonaro, Cova Lima, Hato Lia, Motael e Oecussi e as circunscrições de Manatuto, Baucau e Liquiçá. Os comandos militares e as circunscrições civis estão divididos em postos militares e civis.

São numerosos os indígenas falando e escrevendo o Português, há chefes de postos civis indígenas, que desempenham cabalmente a sua missão.

O ensino é ministrado pelas Missões Religiosas compostas de 16 missionários e membros auxiliares. Além destes há 17 professores pertencentes aos municípios. O ensino compreende a instrução primária e a profissional.

A assistência médica aos indígenas é muito completa, existindo 5 médicos e um quadro completo de enfermeiros europeus e indígenas.

Em Dili, capital da colónia, existe um magnífico Hospital, bela construção explendidamente situada na encosta da montanha de Lahane.

Em todos os comandos do interior há assistência médica e postos sanitários com distribuição gratuita de medicamentos.

Não foi esquecido em Timor o grande princípio de que um povo trabalhador bem contente é a melhor agência para a grandeza de um pais.

A minuciosa ocupação da colónia permite serviços de arrolamento muito completos. Um dos últimos censos dá-nos os seguintes números quanto à população:

451.604 habitantes, sendo europeus 300, chineses 1.200, 50 africanos; os restantes 450.054 são timorenses e mestiços.

Pela organisação judiciária, Timor constitui uma comarca com séde em Dili pertencendo ao distrito judiciário da Índia.

Geografia Física

Situação e Superficie

Timor é a mais oriental das ilhas do arquipélago de Sonda, última da cadeia de fusis que desde Sumatra se estende até 240 milhas da Austrália.

Está compreendida entre os paralelos

de 8° 20' e 10° 22' de lat. S. e os meridianos 121° 17' e 124° 40' de long. E.

Tem 500 quilómetros de extensão por 100 na maior largura e a área aproximada de 33.342 k².

TIMOR — Dili — Uma rua

Constitui a colónia Portuguesa de Timor a parte oriental da ilha com 16.384 k² de superfície, o território de Oekussi com 2.461 k² de superfície, a ilha de Pulo Kambing ou Atauro com 117 k², situada 12 milhas a norte de Dili (capital da colónia) e finalmente o pequeno ilheu de Jaco ou Nussa Bessi separado da ponta leste da ilha por um estreito canal de 400 metros; ao todo 18.962 k² ou sejam contas redondas 19.000 k².

Os restantes 14.380 k² pertence à soberania holandesa tendo por limites os estabelecidos pelo tratado de 20 de Abril de 1859 alterados pelo acordo de 1902, sendo a linha de fronteira marcada definitivamente em 1912 seguindo em quási tôda a sua extensão por linhas de água, sendo a raia seca demarcada com marcos de cimento numerados.

A colónia de Timor situada a 240 milhas da Austrália, 1.200 de Singapura e 720 das Filipinas, em pleno coração do Império Colonial Holandês, possuindo o admiravel porto de Dili, capaz de alojar uma boa esquadra, é uma posição estratégica numa provavel luta no Pacífico.

A Alemanha, que em 1914 nada esquecera para a sua cuidada preparação, lá tinha fundeado entre Jaco e Timor um grande carvoeiro (Anjin da N. Lloyd) para abastecer o couraçado «Endem», que operava no visinho estreito de Sonda.

TIMOR — Dili — Foz do Coilão Cêbre

Clima

Timor pertence à Insulindia, cujas ilhas estão situadas, dispersas a norte e sul do equador, no oceano índico, lugar predilecto das monsões, quer asiáticas, quer australianas. Os ventos predominantes são N. O. e S. E.

Nas ilhas situadas ao sul do equador a monsão N. O. é a das chuvas, a monsão S. E. é a monsão seca ou antes com um mínimo

TIMOR — Dili — Quartel de Artelharia

Para melhor nos integrarmos na paizagem Timorense, transportemo-nos até lá em espírito; a viagem é rápida e não sobrecarrega o orçamento da colónia.

Os holandeses chamam a Java a terra do eterno verão, o paraíso do oriente, a ilha da belesa. Timor não é inferior a Java em paisagens e aspectos.

6 horas da manhã, o sol, que naquelas paragens tem hábitos de regularidade, acaba de se erguer, lá dos lados do mar, na ponta da ilha.

Estamos no mais avançado do domínio português como proa de navio com rumo ao oriente — e Timor em malaio significa oriente.

Manhã de horisontes límpidos e lavados pelas chuvas da véspera, que a monsão de oeste faz caír, com regularidade, depois do meio dia.

As ilhas visinhas de Timor Weter, Atauro e Risser parecem mais próximas, vêem-se detalhes, nesta última uma velha muralha lembra a dominação Portuguesa, que os nativos recordam com saudade.

Os cumes das altas montanhas que formam a espinha central da ilha, orientada de leste para oeste, Vero, Iliomar, Lari Tama, Ramelau e Kablaque, com altitudes que vão até 2.980 metros, estão a estas horas ainda livres de nevoeiros que pela tarde habitualmente as cobrem; podemos observar nítidamente os grandes macissos calcáreos semelhantes a ruínas de velhos castelos, aonde, apesar da vegetação, se vêem as furnas e cavernas, baluartes de rebeldia de outras épocas que não voltam mais e a que os nativos dão o nome de Fatu Quac (buraco de pedra).

A ponta da ilha é uma estreita mancha de verdura, aboborada de água e de humidade; pouco a pouco as duas vertentes N. e S. vão diferenciando-se em declives abrutos, em ravinas sinuosas, sempre guar-

de chuvas. A primeira sente-se de Novembro a Maio, a segunda de Junho a Outubro.

O clima de Timor é influenciado pelo aquecimento e arrefecimento da massa continental australiana, determinando monsões, sendo na costa sul que se faz sentir essa influência, aonde as montanhas elevadas desempenham o papel de condensadoras e originam chuvas de relevo.

Os restantes factores climatóricos, puramente geográficos, como altitude, vegetação, natureza do terreno, orientação e situação quanto a relevo, tem uma grande importância nas condições climatóricas de Timor. Podemos classificar o seu clima de *equatorial oceânico* modificado pela altitude e condições locais, como se reconhece pela análise dos valores publicados pelos anais meteorologicos das colónias portuguesas.

Pluviosidade máxima na costa sul. Raimera (1.450^{m}). Os valores normais de 8 anos dão a média de 2.824,7 m/m de chuva, com 141 dias chuvosos.

Iliomár (na costa sul) apresenta em 1927 um diluviosinho de 4.184 m/m de chuva.

Temperatura máxima — Liquiçá (costa norte) 30° 6' (média) — Dili (capital) 27° 14' (média).

Temperatura mínima — Maubisse (1.460) 19° 45' (média).

Nas altitudes acima de 2.000^{m} que são frequentes em Timor, há porém temperaturas inferiores, sendo vulgar a água cobrir-se de uma delgada camada de gelo.

necidas de espessa vegetação; em socalcos encanteirados vêem-se brilhar, batidas pelo sol, as folhas das palmeiras marcando em tufos os lugares das povoações e hortas dos indigenas.

Depois lá para oeste, alturas de Lautem, a ilha alarga-se e a diferenciação das costas vai acentuando-se.

Planicies arenosas junto á praia da costa norte e por elas vemos correr caudalosas ribeiras, cujas margens guarnecidas de casuarinas se vão apertando entre as encostas das montanhas que em declives suaves se elevam, predominando as terras pobres de humus a que nem a época das chuvas modifica o aspecto e sómente nelas vemos o palavão branco como que esforçando-se por crescer. Por vezes as encostas descem em declives abrutos até ao mar.

Oasis de verdura, Bacau e Liquiçá, os arrosais de Sama, Laivai, Laga e Manatuto, quebram a aridez da costa norte nas baixas altitudes.

Na costa sul a vegetação é densa e fechada até ao mar, mantendo luxuriantes os tons verdes.

As ribeiras da costa sul nem sempre desaguam directamente no mar, umas vezes somem-se no solo, outras formam coilões (pantanos) aonde pululam os crocodilos, único animal feroz que há na ilha.

Tôdas essas águas ricas do humus das encostas, fertilisam essa terra povoando-a de extensas matas aonde crescem as mais ricas madeiras, pau ferro, pau rosa, téca e muitas outras.

Olhando Timor e as suas altas cordilheiras, mal se imagina que para dentro delas, na parte central da ilha, existem ricos planaltos que se sucedem em degraus, ravinas profundas, emaranhadas, enrugadas e orientadas em todos os sentidos, paisagem assombrosamente variada, hortas aonde o feijão e o milho começam a germinar, vendo-se os indigenas na faina de as defender dos macacos, dos veados e das cacatuas, varseas de arroz em pousio e já em preparação outras; abundantes coqueiros, por vezes espalhados, outros em tufos, de mistura com esbeltas arequeiras, tamareiras, sagueiros e toda a variedade de palmeiras; tufos de bambus colossais.

Pequenas hortas de tabaco, amendoim, algodão, mandioca, inhames, batata doce e da Europa, que os indigenas cultivam com interesse.

E por entre essas hortas, cresce a bela couve Portuguesa.

Matas de frondosos arvoredos com gigantes seculares cobertos de lindas orchideas, figueiras de baneanes (engondões) com as raizes aereas formando magestoso tronco.

É nesse habitat de floresta, que vive o sandalo salutifero e cheiroso que outrora deu nome a Timor, de dificil cultura, pois é crença dos indigenas que necessita de sêr desejado por um determinado pássaro para poder germinar.

Por tôda a parte fruta, pão, jaca, nôna, manga e papaia, de mistura com a laranja, a tangerina e o limão e outras frutas da Europa que num uso bem Português ali introdusimos.

Nas meias encostas, livre dos ventos do mar, cresce o café arábica, livre de doenças, como mostram o verde brilhante das suas

TIMOR — Alas — Uma cascata

folhas e o vermelho das suas cerejas maduras.

Lá para os lados do oeste, lá para a Hato Lia ainda o terreno chega para os plantadores europeus se dedicarem á cultura do café e do cacau, lá estão Pahata, Fatu Bessi e tantas outras com as suas lindas casas e jardins cheios de rosas, mostrando que é o lugar favoravel á fixação do europeu.

E por tôda a parte, água, muita água, cristalina e boa, da serra Portuguesa cantando em cascatas, nascentes, regatos e pequenos ribeiros.

Ainda fica terreno para a exploração do petrolio, lá para a costa de Manatuto, Viqueque e Suai e brotarem caudaes de águas sulfurosas quentes de que os Europeus e indígenas, já colhem benéficos resultados.

E finalmente, o terreno ainda sobra para as vastas pastagens aonde milhares de bufalos, cavalos, cabritos e carneiros se criam num à vontade feliz.

Toda a ilha está sulcada por caminhos e estradas que nos condusem a toda a parte; aonde não chega o automovel lá nos leva o infatigavel cavalo timorense.

É esta a terra — tão cheia de beleza como de fartura, que olhos que a vejam jámais a esquecem, como jámais se desapega das almas dos que nela hajam trabalhado.

TIMOR — Um cafezeiro em Fotu-Beni

Geologia

A ilha de Timor é como que um prolongamento do continente Australiano, ao qual está intimamente ligado pela época de formação, pela constituíção do seu solo e também pela sua fauna e flóra, principalmente na costa sul.

A estrutura geológica do solo de Timor é em parte madreporica e shistosa, notando-se nas montanhas o pórfiro, o quartzo, o micashisto, o shisto e a argila; nas planicies os calcareos e as formações terciárias.

São vulgares os recifes de coral em altitudes até 400 metros.

Os indígenas na sua pitoresca fórma de apreciar os fenómenos da natureza, partindo da ideia de que a ilha emergiu do mar, chamam ao cume mais elevado da mais alta montanha (2.980) Tata-Mai-Lau (ponta avó, a que nasceu primeiro).

Nos leitos de algumas ribeiras encontram-se o quartzo cristalino não cariado, e os shistos córados de preto, vermelho e verde pelos sais de ferro e magnesia. São freqüentes os blocos de marmore branco e rosado.

Na ribeira de Bubussusso, na costa sul, encontra-se em diminuta quantidade o oiro em pó e por vezes em palhetas; admite-se a existência do quartzo aurifero em filões de pequenas importâncias.

Encontra-se a pirite de cobre a que os indígenas chamam escravo do oiro. Existe também o manganez. O shisto carbonoso fez supôr durante algum tempo a existência de carvão mineral.

Os antigos referem-se à existência dum vulcão que desapareceu deixando na sua cratera extinta uns pantanos.

Durante doze anos de permanência na colónia nunca encontrei vestigios de atividade plutónica; existem sim mas vulcões de lama com erupções devidas à decompo-

sição gazosa do petrólio, hidrogénio fosforoso, vapores inflamáveis do próprio jazigo de petrólio, nascentes de águas quentes sulfurosas, na montanha ê algumas na praia, junto ao mar. As nascentes mais importantes são as de Marobo, aproveitadas pela medicina local para o tratamento de mucoses freqüentes entre os indígenas.

O scismógrafo existente na estação meteorológica de Dili, regista freqùentes abalos de terra, o que não surpreende, pois Timor não obstante estar fora do chamado anel de fogo da Nalasia, está perto dos centros scismicos, e esses abalos podem também ter causas tectónicas.

TIMOR — Plantação de tabaco

Orografia

Como já disse, a ilha ou antes o território Português é percorrido de leste para oeste por uma cordilheira de montanhas, cujas altitudes vão aumentando desde a ponta da ilha, estando as mais largas vertentes orientadas a norte e sul.

As altitudes mais importantes dessa espinha dorsal são: Véro (800), Naunila (800), Mata-Biam (2.380), Lari-Tama (1.400), Mundo Perdido (1.770), Ramelau (2.980), Kablac (2.326) e Lakus (1.827).

Hidrografia

O sistema hidrográfico é constituído por ribeiras de curso temporário, que na época sua, sómente teem água próximo da nascente nas encostas das montanhas; nas planicies os seus leitos são areia e pedras com simples fieiras de água.

Na época das chuvas transformam-se em torrentes impetuosas cujo leito por vezes ainda incerto se alarga, tornando-se a sua travessia difícil e por alguns dias impossível de se fazer.

As ribeiras mais importantes, desaguando na costa norte são: Malaidade, Same, Laivai, Laga, Vemasse, Laleia, Lacoló, Comóro e Lois, esta última sem dúvida e mais importante, recebendo as águas das vertentes norte da parte central e tendo como afluentes as ribeiras Lau-Ile, Marobo e Bebai. As ribeiras mais importantes da costa sul são: Iliomar, Viqueque, Lacluta, Dilor, Carauholo, Uelulik, Raiketa e Talau e muitas outras cujas águas por vezes se espalham pelas terras baixas da costa sul fertilisando-as com o humus das encostas.

Na parte leste entre Mua Pitine e Foi loro existe um largo planalto e a escoante das suas águas, fórma uma lagoa de dimensões variáveis, conforme a época seca ou das chuvas, cuja saída se faz do sopé da montanha de Pai Jau na costa sul. Próximo de Alleu, na parte central, existe uma outra lagoa, a de Soloi, ambas são notáveis pela muita caça que ali existe.

Quer na vertente norte quer na sul são abundantissimas as nascentes de água, que correm de degrau em degrau formando lindas cascatas; uma das mais notáveis é em Baucau, na vertente norte, muito curiosa porque na época seca leva mais água do que na época das chuvas.

Geografia Económica

Os principais rendimentos da colónia de Timor são constituidos por contribuições e impostos directos e indirectos, receitas de serviços públicos e outros. As receitas orçamentadas para o ano de 1930-1931 são na importância de 1.272.020,00 patacas, (moeda corrente na colónia) e as despesas estão orçamentadas em 1.268.792,15 patacas.

Entre as receitas sobresaem as do imposto indigena e dos direitos alfandegários; assim no ano económico 1930-1931, o imposto está orçamentado em 670.000,00 patacas, os direitos de importação estão orçamentados em 150.000,00 e os de exportação em 179.000,00 patacas.

A importação em 1929 foi no valor de 1.323.222,00 patacas.

A exportação em 1929 foi no valor de 1.645.430,00 patacas.

Os principais produtos de importação são os tecidos, farinha, açucar e bebidas.

Na produção de Timor a parte principal pertence ao indigena, o número de agricultores europeus é sómente de 6, que se dedicam quási exclusivamente á cultura do café. Há algumas empresas das quais as mais importantes são a Sociedade Pátria e Trabalho, Empresa Agrícola Perseverança, e Companhia Timor.

A legislação sôbre concessões de terreno para plantações de café, borracha, coqueiros, etc., é a mais liberal e simples. A mão de obra abundante e barata.

Existe uma perfeita harmonia entre os interesses do Estado e os dos povos, principal factor da riqueza local.

A ilha de Timor, cujo clima já classifiquei de equatorial oceanico, em virtude da sua orografia, apresenta-nos tôdas as gradações climáticas, função dos factores temperatura, pressão e humidade, permitindo assim a exploração dos mais variados produtos quer de origem tropical quer dos climas temperados.

Apreciemos pois os principais produtos de exportação segundo o seu valor, cuja influência na economia da colónia nos é testemunhada pelos números que acompanham esta monografia.

Café — Tem sido até hoje a maior riquesa da colónia e que mais atenção tem merecido. A espécie cultivada em Timor é o arábica, a sua qualidade é muito apreciada nos mercados de Socrabaia e Makassar aonde é aproveitado para dar nome a outras espécies que se pretendem acreditar; note-se que o café é exportado a maioria das vezes descascado e polido, mas não seleccionado.

O habitat natural do café em Timor é a zona dos 1.200^{m} a 1.500^{m} nas regiões de Motael, Hato, Lia, Bobonaro, Liquiçá, Suro e Manufahi. É nessa altitude que apresenta maior vigor e produtividade e é aonde melhor resiste a qualquer doença e quanto a doenças, não há até agora nenhuma que se tenha apresentado de fórma assustadora, ou que, sensivelmente tenha baixado a produtividade dos caféeiros.

A pouca produtividade dos caféeiros é devida à velhice das árvores e ao péssimo método de cultura, defeitos estes que pouco a pouco vem sendo eliminados pela organisação metódica da cultura, viveiros, selecção de sementes e árvores a transportar. As qualidades robustas, libéria e quilou cultivam-se nas baixas latitudes, mas a sua produção não pesa na balança económica.

Os cafés de Timor são classificados em três espécies comerciais: Moka (perlé ou caracoli), 1.ª e 2.ª qualidade.

O moka é produzido nos ramos extremos das árvores, é o que se chama pea-berri, resultante da fertilisação dum só óvulo da flor, formando-se uma só semente ou parche, que toma a fórma esférica.

O «Departamento de Agricultura e Comércio de Java» pelas análises feitas nos Laboratórios, classificou os cafés de Timor como dos melhores do mundo, pelo seu sabor agradável e aroma delicioso, pela grande percentagem de óleo aromático «*Cofeone*».

Em 1927 o café tinha em Makassar a cotação de 85 florins o pico, hoje o seu preço baixou, como o dos restantes produtos coloniais, mas este facto vem revelar a necessidade de se fazer uma maior selecção, atingindo um grau de cultura que fará do café de Timor um produto sem rival nos mercados.

Coqueiro — Dos variados produtos em que o coqueiro é precioso, sómente a copra

é aproveitada para exportação e apesar dos processos imperfeitos usados pelos indígenas, para a sacagem, tem boa cotação no mercado de Makassar. O coqueiro espalhado por toda a ilha, mesmo em altitudes até 800 metros, abunda principalmente em Lautem, Baucau e Viqueque.

Cêra — O indígena limita-se a tirar os favos que as abelhas depositam em árvores de gigantesco porte, a que dão o nome de « árvore do bicho mel ».

Este produto é susceptivel dum aumento extraordinário, se houver a iniciativa da apicultura, por colmeias modernas e cuidadas.

Cacau — Este produto é sómente cultivado por alguns plantadores europeus, a sua produção é muito limitada; com resultados económicos apenas tem sido explorado pela Empreza Agrícola Perseverança.

Não obstante os cuidados que a cultura exige dificultarem a sua vulgarisação entre os nativos, ultimamente, tem-se feito viveiros de alguns milhares de sementes.

Borracha — Tem-se plantado principalmente nas planícies da costa sul, bastantes « heveas brasiliensis », o seu desenvolvimento mostra a possibilidade da exploração deste produto, que já em pequena escala se iniciou.

As experiencias de melhores resultados são as do comando de Hato Lia feitas como cultura intercalar nas plantações dos indígenas.

Algodão — Apesar de ser uma cultura, que poderia ter grande valor económico, é sómente cultivado pelos indígenas que o aproveitam para tecer os seus panos. Não faltam terrenos próprios para esta cultura.

Tabaco — Muito cultivado pelos indígenas que o usam para a masca e fumo. É de ótima qualidade e alguns comerciantes chinas preparam-no e apresentam no mercado, cigarros que tem muito consumo. As regiões que melhor tabaco produzem são Balibó e Dotique.

Sisal — A sua cultura está espalhada por toda a colónia e os indígenas tem especial habilidade para o aproveitarem em cordas e até tecidos.

Pode ser uma cultura muito remuneradora e não faltam em Timor terrenos próprios para a sua intensificação.

Quina — A Sociedade Agricola Pátria e Trabalho tem feito experiencias na cultura desta riquíssima planta e os seus resultados são animadores.

TIMOR — Um régulo

Palmeira do Azeite ou Denden — Cultura recentemente introduzida em Timor e que sem dúvida triunfará pois não são grandes as exigências desta palmeira quanto a solo, não faltando também humidade e luminosidade para o desenvolvimento e frutificação. A sua cultura faz-se em grande escala em Sumatra e Java, com grandes resultados em exportação de óleo, e em todas as nossas colónias se faz esta cultura valiosa não só como produto alimentar para o nativo mas como produto de exportação.

Riquesa florestal — A costa sul é quási uma mata ininterrupta principalmente nas regiões de Loré e Manufahi, destacando-se na riquesa florestal o pau ferro, pau rosa, tamarindo, nita, téca e muitas outras.

O sandalo, que outrora deu nome a Timor, está hoje proibido o seu corte a-fim-de se efectuar o seu repovoamento, que só o ciclo dos anos conseguirá, pois esta pre-

TIMOR — Uma rainha com seu séquito

vam-se as mais lindas rosas.

Quanto a productos minerais, ouro, ferro, cobre, manganez e até o próprio petrólio, não há ainda exploração com vantagens económicas.

Pecuária — Uma das riquezas da colónia são os seus gados. Todos os gados se dão bem e prosperam, principalmente o cavalar. Não há epidemias de carácter grave.

Número provável das especies pecuárias:

Gado	bufalino	126.356
»	cavalar	71.280
»	suino	121.225
»	lanigero	47.171
»	caprino	146.122
»	bovino	1.477

ciosa essência exige um habitat de floresta, que até agora se não conseguiu em viveiro. Entre os cereais são o milho e arroz os mais cultivados.

O milho é cultivado em toda a ilha, tendo anualmente duas colheitas na costa sul, é muito usado na alimentação dos nativos, não em farinha, mas partido ou pilado.

O arroz é cultivado em varseas e em sequeiro nas montanhas.

Para as varseas aproveitam-se as águas das ribeiras que sabem captar habilidosamente, aproveitando os bufalos para voltar as terras já ensopadas em água. Há arroz branco de ótima qualidade, sendo também vulgar o vermelho e algum escuro, quási preto.

O trigo já figurou nos productos da exportação e tem-se procurado reanimar essa cultura, pois havendo água em abundância para acionar os moínhos e terrenos próprios para a cultura do trigo, a colónia deixaria pelo menos de importar farinha.

Além das frutas tropicais papaia, banana, ananáz, anona, etc., estão vulgarisadas a tangerina, laranja e figueira; alguns europeus cultivam ameixas, pecegos e maçãs.

A videira produz duas vezes ao ano e obtem-se uvas de ótima qualidade.

Dão-se muito bem tôdas as hortaliças e legumes da Europa e nos jardins culti-

O desenvolvimento da exportação de peles demonstra o consumo interno de bufalos. A insuficiência de preparação desvalorisa-as muito.

A indústria de cortumes seria bem util e rendosa.

Quanto a industrias aparecem-nos em primeiro lugar as que se relacionam com os productos agricolas e sua preparação. Existem oficinas de descasque mecânico de arrôs e de café. Serração de madeiras para construções. Fábrica de sabão aproveitando os recursos locais em gorduras. Reparação de automoveis. Algumas pescarias e secagem de peixe, tão abundante na costa norte, industrias de largo futuro a que nem sequer falta, e abundante, sal das salinas de Laga.

Industria de telha aproveitando o ótimo barro de Manatuto.

As industrias dos indígenas tem um cunho estritamente doméstico, no entanto estimulados pelas autoridades administrativas tem-se conseguido que êles façam com bastante perfeição, chapeus de palha de folha

de palmeira e de várias fibras, cestos, e trabalhos em chifre de bufalo e em bambú.

As mulheres tem especial habilidade para tecerem panos com o algodão nativo em interessantes combinações de côres que variam de uma região para outra, fazendo tambem os finissimos trabalhos em desfiado que rivalisam com os mais perfeitos.

Comércio — A actividade comercial é representada por três casas portuguesas, uma alemã, e 150 chinesas e arabes, umas na capital e outras nas povoações comerciais do interior. Estas ultimas são na sua quási totalidade financiadas pelo comércio das Indias neerlandesas, principalmente Makassar e Soerabaia; usando principalmente o comércio de permuta, isto é, os comerciantes mandam o café, e de Makassar mandam os diferentes géneros de importação e alguns florins para o negócio; é esta a velha rotina com grave prejuizo para a economia da colónia.

Comunicações — Timor está ligado com Makassar e Soerabaia pelos barcos da K. P. M. em carreiras quinzenais para cada um daqueles portos.

Por vezes os barcos de Macau visitam o porto, mas subsidiados pelos govêrnos das duas colónias.

O porto de Dili é pelo movimento comercial o mais rendoso dos portos das pequenas ilhas de Sonsa, a saber: Bali, Lombok, Sumbaw, Solor, Flores, pois sem dúvida não podemos comparar Timor a Java, Sumatra, Borneo e Celebes.

Esta observação é digna de atenção porque revela exuberantemente o que tem sido o esfôrço Português, numa colónia tão distante da Metrópole, da sua zona de influência e das restantes colónias Portuguesas.

Uma estação de T. S. F. liga a colónia com Java e Macau; no interior são as comunicações asseguradas por uma rêde telefónica com 1.500 de extensão.

Existe um vapor de 500 tons. que faz o serviço de cabotagem em 10 portos das duas costas; na costa norte o serviço de cabotagem é também feito por embarcações chinas chamadas cercoras. Timor está sulcado de estradas em todas as direcções canalisando-se os produtos do interior para o litoral, umas vezes de automóvel outras a dorso de cavalo timorense que tão úteis e valiosos serviços tem prestado.

TIMOR — Um grupo de régulos

Pedro Garcia de Lencastre

ROTEIRO RESUMO ELUCIDATIVO DO VISITANTE DA

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

A Exposição compreende três secções:

I — A secção oficial;
II — A secção particular;
III — As atrações e concessões.

Tôdas as secções estão distribuidas no **Palácio das Colónias**, jardins respectivos e rua entre o Palácio e o Quartel do Batalhão de Metralhadoras n.º 3.

A entrada para o publico faz-se pelo portão principal do Parque do Palácio. Está naturalmente indicado que seja visitada, em primeiro a

SECÇÃO OFICIAL

Seguindo o itinerário mais curto, encontra-se logo em frente ao portão da entrada o

Monumento ao esforço colonizador português,

obelisco onde estão inscritos os nomes ilustres dos homens que maiores serviços prestaram à obra portuguesa de colonização nos últimos cincoenta anos. Na base do monumento

Parque de entrada da Exposição Colonial

propositadamente adaptada para a Exposição Colonial. Duas datas estão inscritas na fachada: *1415* — data da tomada de Ceuta, em que principia o esfôrço colonizador português, *1934* — data da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.

Entrando pela porta principal do Paláçio encontra-se a

Sala histórica

onde além de outros elementos gloriosos da História da colonização Portuguesa figuram

Três grandes planisférios luminosos

à direita, o das *viagens marítimas dos por-*

Seis esculturas

comemoram as figuras a quem se deve o esfôrço colonizador: a mulher, o militar, o missionário, o comerciante, o agricultor e o médico. Em volta do monumento, em mosaico-cultura, vêem-se as

Cartas das oito Colônias portuguesas

desenhadas nos canteiros. Á esquerda, num canteiro que margina a Avenida de Angola, ergue-se a

Reprodução dum Fortim militar

do tipo dos que foram construídos para a ocupação militar das Colónias, com maquetas de vários modêlos de fortificações. Á direita, em canteiro oposto, vêem-se as

Reproduções das pedras de Dighton e de Yelala.

Seguindo a rua do Principe que tem princípio à direita, logo depois da entrada, encontra-se o

Pavilhão etnográfico

onde estão expostas as mais ricas peças etnográficas das nossas colónias.

Completam o conjunto da Praça do Império, como elementos decorativos,

Duas fontes luminosas

e um magnífico jardim inteiramente arranjado para a Exposição.

Ao fundo da Praça do Império ergue-se o

Palácio das Colónias

(antigo Palácio de Cristal), cuja fachada foi

Monumento ao esfôrço colonizador português

tugueses; à esquerda, o das *suas viagens terrestres e explorações;* ao fundo o da *expansão da raça e lingua portuguesa.*

No centro está o tumulo de Afonso de Albuquerque e a espada de Vasco da Gama; e em 4 vitrinas documentários de valor histórico.

Na sala à direita desta expõe o

Arquivo Histórico Colonial

os mais ricos e curiosos documentos da nossa epopeia de colonizadores.

Voltando à sala histórica passa-se à grande

Nave central

onde se encontra uma copiosa demonstração da acção colonizadora portuguesa nos últimos cincoenta anos, dividida em grupos técnicos, composta com todos os processos usados em certames desta natureza. No tecto

Dez telas com motivos cenografados; oito focam aspectos da vida em cada uma das colónias e, duas outras centrais, dão a ideia da grandeza territorial de Portugal de àquem e de além-mar.

Seguindo pela ala direita da Nave expõem-se, seguidos, por debaixo da galeria, os seguintes grupos:

Padrão de Diogo Cam (autentico)

A base do monumento ao esfôrço colonial português

Poder Central

mostrando em dioramas a

organização militar das colónias,

a orgânica colonial e

os factos da politica colonial de maior relêvo dos últimos anos.

Gráficos vários

dão uma ideia da *posição financeira das colónias,* quanto a orçamentos e dotação dos principais serviços; outros mostram a *organização do Ministério das Colónias* e de vários serviços das colónias. Em vitrinas apresentam-se estampilhas, condecorações e outros símbolos de soberania.

Fotografias

em profusão, focam aspectos flagrantes da organização e vida militar e burocrática das colónias.

Pavilhão Etnográfico

as de outras nações e a sua relação com os respectivos territórios e população indígena.

Fotografias várias completam o quadro sugestivo dos nossos métodos de povoação e fixação, da nossa expansão colonizadora e da assistência concedida ao povoamento europeu.

Política indígena

Pretende-se mostrar os moldes liberais e humanitários em que se baseia a política indígena nas nossas colónias.

Um diorama oferece o aspecto de

um tribunal indígena,

completado com um

diploma de nomeação dum soba.

Fotografias de chefes indígenas

dizem bastante sôbre o nosso respeito pelos costumes dos povos sob o nosso domínio, quando êles não guerreiem os preceitos elementares da civilização, o reconhecimento, dentro de certos limites, da autoridade dos

Pelo corredor anexo, pode ser visitada a

Sala do Império

onde se mostra o resumo do esfôrço colonial português nos últimos cincoenta anos.

Este resumo exposto no movel central da sala, é, por assim dizer, a síntese da representação oficial. O seu desenvolvimento encontra-se na grande nave central do Palácio, onde se patenteia a grandeza, intensidade e resultados do nosso esfôrço colonial nos seus multiplos aspectos.

Povoamento Europeu

Aos lados de um diorama central em que se vê uma *Casa de Colono,* existem *dois mapas* de Moçambique e Angola figurando as concessões de terras, por cada um dos distritos em que se dividem estas colónias. Num gráfico ao lado faz-se a comparação entre a população branca das nossas colónias de África com

Alusão ao combate à doença do sôno no Congo Português

Demonstração da acção instrutiva das missões religiosas portuguesas

Demonstração da acção utilitária das missões religiosas portuguesas

Rumo às Colónias — Alegoria do Grupo de Navegação

seus chefes, a garantia da sua propriedade e da sua liberdade de trabalho.

Ensino Colonial

Dá-se uma ideia da difusão do ensino colonial na Metrópole e do seu incremento nos últimos anos. Mostra-se a organização e freqüência dos estabelecimentos oficiais onde se ministra o ensino colonial e dos museus de carácter puramente colonial.

Em *stands* especiais registam-se os trabalhos e estudos das três universidades do país em matéria colonial.

Instrução nas Colónias

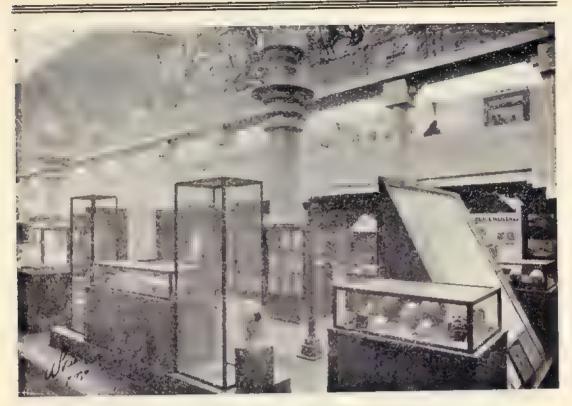
Maquetas, fotografias e gráficos mostram como é grande a expansão do ensino nas Colónias sob os seus vários aspectos.

Escolas primárias,
Liceus nacionais,
Liceus centrais,
Escolas Superiores e
Escolas profissionais;

reproduzindo edifícios, corpo docente e movimento escolar — tudo mostrado por meio de maquetas, diagramas e fotografias, afirmando-se eloqüentemente o carinho com que se tem cuidado

Grupo de Navegação (Marinha de Guerra e Mercante) da Secção Oficial

Aspecto Geral da Nave Central

Grupo dos Caminhos de Ferro e Portos — Secção Oficial na Nave Central

Grupo de Medicina e Higiene

Galeria das Industrias das Colónias Portuguesas

Secção de arte indígena

Um aspecto da Nave dos Expositores das Colónias

Reprodução do Arco dos Viso-Reis da India

da instrução nas nossas Colónias.

Junto ao grupo de instrução foi montado o grupo de

Medicina e Higiene

Ao centro encontra-se um alçado com documentários sôbre a organização e difusão da assistência médica nas colónias. Á direita um grupo de manequins, em tamanho natural, dá a ideia exacta de um

Acampamento de combate à doença do sono;

à esquerda a organisação de saúde e assistência médica nas colónias, por meio de diagramas, cartas, maquetas e fotografias. Trabalhos sôbre antropologia e anatomia científica completam a demonstração

Junto a êste grupo esta o de

Assistência espiritual

Mostra a

Acção das missões religiosas

nas Colónias. Essa obra completíssima vai desde a sua acção puramente religiosa, de catequese, até à assistência médica e educação profissional.

Ao centro do grupo vê-se uma rotunda, tendo ao meio um

Altar ladeado por lapides

contendo os nomes de 150 missionários mortos ao serviço da causa missionária. Rodeando a rotunda

5 grupos de manequins

dão aspectos flagrantes da acção missionária, no ensino e na assistência médica. Mapas e fotografias demonstram a

Expansão da obra missionária.

Diversos produtos das indústrias criadas dentro das missões, mostram os resultados do ensino profissional por elas ministrado.

Navegação

Ao centro do grupo vê-se a

Estátua do Marinheiro.

Reprodução do Farol da Guia, de Macau

Cercando a estátua, duas secções: a da marinha de guerra e a da marinha mercante. Na primeira faz-se referência à sua cooperação na manutenção da soberania portuguesa e a reconstrução naval; na segunda às carreiras de navegação regulares para a África, exibindo-se no grupo maquetas, material de guerra e nautico, plantas, diagramas e fotografias.

Portos

Elucida-se o valor do seu apetrechamento com numerosas *maquetas* de Lourenço Marques, Macau, Lobito, Mormugão, Beira, Luanda, Guiné Portuguesa, etc.

Outras maquetas *miniaturas dos guindastes* usados nos portos ultramarinos e uma *maqueta* das instalações frigoríficas do porto de Lourenço Marques, completam a exhibição, que compreende tambem *Cartas, gráficos estatísticos e fotografias.*

Monumento aos Portugueses mortos nos cincos Continentes

Pela estreita comunhão das suas funções e objectivos, e pelos seus naturais contactos, deve ligar-se, numa apreciação de conjunto, este grupo e o seguinte, dos

Caminhos de ferro

composto com planos em relêvo, maquetas, dioramas, gráficos, diagramas, etc., dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, Zambezia, Rodesia, Benguela, Luanda, Mossamedes, Mormugão, etc.

Passando à ala esquerda da Nave, por debaixo da galeria, vêem-se os seguintes grupos:

Automobilismo

Com 2 dioramas mostrando *aspectos de estradas coloniais.*

Aos lados gráficos e cartas, mostrando a importância das rêdes de estradas nas colónias e fotografias de trechos das mesmas estradas e obras de arte importantes; e um motor de automovel que trabalha com carburante colonial.

Comunicações

Em cartas, gráficos e fotografias mostra-se a *expansão das comunicações* postais, telegráficas e aerias nas colónias

Ao centro uma
maquete da praia da Polana
em Lourenço Marques, encimada por uma fotografia aerea desta cidade, esclarece a importância deste burgo.

Aos lados
plantas
de Macau, de Luanda e de outras cidades ultramarinas. Fotografias de aspectos de cidades e povoações coloniais.

Comércio

Demonstração

portuguesas, nos seus aspectos internos e internacionais.

Uma maqueta reproduz o posto oficial de rádio que mantem comunicações com as colónias do Oriente e com os navios de guerra fundeados nos portos da África Portuguesa.

Instituições de Crédito

Um diorama foca
um aspecto de uma delegação
da Caixa Económica Postal. Aos lados gráficos dizendo a
importância do auxilio financeiro
dado pela Metrópole às Colónias e pelas instituições de crédito aos Govêrnos das Colónias e particulares

Urbanisação

Pretende-se dar uma idea do valor das principais cidades do Império.

Legendas das gravuras:

Trecho da aldeia de Angola — Casa do colono.

A interessante caravela da Companhia União Fabril Portuense.

composta com gráficos da
expansão Colonial
das Colónias Portuguesas. Estatísticas das suas relações comerciais com a Metrópole e das possibilidades da sua intensificação. Mostruário de Embalagens.

Pavilhão de chá (Macau)

Assistência Cientifica

Todo o conjunto de elementos dêste grupo mostra, na sua complexidade, como a
assistência cientifica às Colónias
tem sido completa e orientada no sentido do perfeito conhecimento dos territórios sob o nosso domínio.

A secção de *botanica* demonstra qual a orientação e investigação das culturas e flora das Colónias que tem sido feita por vários cientistas nacionais. Mapas das Colónias indicando os trabalhos das
missões de delimitação das fronteiras
de Angola, Moçambique, Guiné e Timor, ladeados com as fotografias dos chefes das missões já falecidos.

Cartas geodesicas;
gráficos de
observações meteorológicas
pelos observatórios coloniais; planos de
obras hidraulicas
cartas de reconhecimentos geológicos e de hidrografia dos portos e rios das Colónias. A seguir vê-se a secção de

Reprodução de um templo indu

Arte indigena

Repositório de tôdas as
manifestações artísticas
dos naturais das nossas Colónias.

Ao fundo da Nave, no palco, ostenta-se
uma alegoria
fantasiando o que serão as Colónias, dentro de alguns anos, nos seus diversos aspectos.

A saída da Nave faz-se pela Galeria do lado do teatro. Antes porém de subir ao pavimento superior devem visitar-se as

Naves laterais

uma destinada aos Expositores particulares das Colónias, outra aos Expositores da Metrópole; e outra ainda (antiga sala do chá) onde se agruparam objectos de arte (espe-

Bailadeira da India Portuguesa

cialmente ourivesaria e pratas trabalhadas).

Voltando atraz, subindo pela escada que dá acesso à galeria superior do lado esquerdo vê-se as secções de

Pecuaria

onde existe um diorama mostrando um

tanque carrapaticida

tendo aos lados dois gráficos mostrando a

riqueza comparada

do creador metropolitano e do creador do ultramar e o gado bovino existente no continente e nas nossas colónias.

Gráficos e fotografias

dão a ideia da riqueza pecuária dos nossos domínios.

Agricultura e florestas

com um mostruário sintético de

produtos tropicais e florestais

seus derivados. Cartas das colónias localisando as principais culturas. Ao centro dois dioramas mostram

plantações de sizal e café

tendo do lado esquerdo uma carta de Angola e do lado direito outra de Moçambique, com as respectivas zonas de cultura. Desta secção passa-se á de

Produtos do sub-solo *(geologia e minas)*

onde se vêem as cartas geológicas de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Amostras de minérios

extraídos das colónias e fotografias (diapositivos) dão uma ideia da riqueza do sub-solo das nossas possessões ultramarinas.

Entra-se depois num corredor figurando uma

galeria de mina

que dá acesso ao terraço da rectaguarda do Palácio. Seguindo êste entra-se no Stand da

Companhia dos Diamantes de Angola

onde gráficos, amostras, dioramas e fotografias mostram a prosperidade e possibilidades desta grande empreza colonial. Seguindo em frente, entra-se na secção de

Indus domadores de serpentes

Industrias coloniais

onde se vê uma demonstração eloquente do grau de

desenvolvimento das industrias

nas nossas colónias, composta de mostruários das industrias de conservas, sabão e oleos, assucar, tabacos, materiais diversos, artes gráficas, tecidos e produtos texteis, cerâmica e vidros, produtos alimentares e de consumo.

Gráficos estatísticos

exprimem os números globais da importancia de cada uma das indústrias.

Entra-se depois na

Sala militar

Nela são representados em dioramas e quadros, vários aspectos das nossas

campanhas coloniais

na Guiné, Moçambique e Angola.

Em vitrinas, objectos recordam a nossa epopeia de ocupação militar das Colónias e os herois dela.

Passa-se em seguida para a sala da

Agência Geral das Colónias

e secções de informações e propaganda,

Interessante tipo de balanta

Régulo Sissê, da Guiné Portuguesa

destinadas a ilucidar o público em geral.

Percorrido todo o interior do Palácio das Colónias, passemos agora aos

JARDINS

Desemboca-se na Avenida da India, limitada no tôpo norte pela reprodução fiel do

Arco dos Vice-Reis da India.

Na sua rectaguarda pode examinar-se o *Pavilhão Etnográfico*

Aldeia indigena dos Balantas — Guiné

contendo especies da fauna das nossas Colónias.

Em frente, à esquerda, encontramos o

Monumento aos Mortos da Colonisação nos cinco continentes

Mais adiante à direita o

Cinema «Balanta» e Palco de Festas destinados a exibições cinematográficas e espectáculos exoticos realisados pelos indigenas.

A seguir temos o

Pavilhão do Conselho Nacional de Turismo

que reune uma curiosa colecção de objectos etnogrificos das colónias portuguesas.

Caminhando para o Sul temos à direita

um aspecto de Angola,

com uma aldeia indígena, um trecho de estrada e uma casa de Colonos. Mais adiante está instalado o

Pavilhão de Caça e Turismo

Um indigena da aldeia da Guiné

Cabeleireira indigena

Entre as representações oficiais, que se patenteiam na Exposição Colonial Portuguesa, a do Conselho Nacional do Turismo ocupa lugar de justificado relêvo.

Ergue-se o seu Pavilhão, de proporções atraentes e largas, na Avenida da India, junto ao Cinema Balanta. A côr azul das suas paredes direitas destaca-se. Convida. E' uma côr fresca, moderna, desempoeirada, como deve ser, e é, a acção do organismo que a apresenta.

Isso mesmo se vê entrando no Pavilhão. Compreende-se que houve ali a preocupação de pôr o publico em contacto com as regiões, com as diversas regiões de Portugal,

mostrando-lhe do Minho ao Algarve, aos Açores e á Madeira, em dioramas sintéticos, mas expressivos, costumes e paisagens, cheios de colorido e de vida. E' curioso observar, nessa representação animada, como diferem, entre si, as várias províncias portuguesas. Aqui, é o Minho que nos fala com seus telhados vermelhos e suas latadas altas, de onde as uvas, suspensas, fazem arco sob a moça garrida que passa, ao longe...

Ali, é a região de Trás-os-Montes, alcantilada e fértil com suas pedras musgosas que falam do passado...

Depois, depois são as Beiras, uma, doce e de luz branda, tocada de misticismo, e, outra, nevada e agreste, com a Serra da Estrela erguida ao alto, saída do coração da terra e são, a seguir, a Extremadura plana, com seus gados e seus arrosais e olíveiras, correndo junto ao rio, e as regiões do Alentejo e do Algarve, uma calcinada de sol, e outra cheia de flores, de flores brancas,

Pavilhão de S. Tomé e Principe (posto de prova de café)

Orquestra de chopes (marimbas) de Moçambique

das lindas flores da amendoeira.

O Douro, o Douro em que vivemos e em cujo coração alcantilado se cria e desenvolve o vinho, o melhor e mais fino vinho português, lá está, também, na sua altura, falando-nos, através do diorama, de como é franca e viva e sincera a gente que nele nasceu e se criou.

Aldeia de indigenas de Moçambique

Por isto só, a representação do Conselho Nacional de Turismo, dentro da Exposição, seria notável. Mas há mais, ainda. Muito mais. Coisas que não se devem deixar de admirar, porque são coisas portuguesas, da nossa terra, bela entre as mais belas do mundo.

Note-se, por exemplo, o grande mapa dos Monumentos Nacionais.

Estendido em comprimento, e feito em relêvo, relêvo que algumas luzes de côr exalçam mais, é — chamemos-lhe assim — um painel grandioso, digno do organismo que, tão eloquente e artisticamente, o apresentou. Painel onde sobressaem castelos e igrejas, mosteiros e pedras milenárias que dão a êste jardim de Portugal o ar grave e altivo das velhas Raças fidalgas.

Do mesmo lado, um pouco mais adeante, encontra-se um dos mais interessantes stands, a

Caravela da Companhia União Fabril Portuense.

lindissima construção reproduzindo em todos os seus pormenores uma das naus dos nossos descobridores, soltas ao vento as velas ostentando a Cruz de Cristo. Quer na coberta, quer na sua camara, assim como nas explanadas do castelo que rodeiam a nau, há amplos e explendidos *bars* onde o público se delicia com os magnificos refrescos e preciosa cerveja da União Fabril Portuense que todo o português prefere e que rivalisa com as mais afamadas cervejas estrangeiras. E' um stand que dá brilho à Exposição e que honra a Companhia União Fabril Portuense.

Indigenas Bijagós numa das suas pirogas

Ao fundo, do lado esquerdo, uma *Capela e Exposição missionária*
com um mostruário de trabalhos executados nas missões. Depois vamos encontrar no tôpo sul da Avenida a reprodução exacta do

Farol da Guia, de Macau.

Contornando êste pela esquerda descemos à rua de Téte e encontramos num miradoiro, sobranceiro ao Douro, a

estátua de Afonso de Albuquerque.

Um aspecto da aldeia lacustre de Bijagós

O popular Augusto brincando na sua aldeia de Bijagós

Depois descendo a Calçada de Diu encontra-se à esquerda um torreão onde está arvorada a Bandeira das Conquistas. Seguindo pela rua de S.to António do Zaire, entramos na rua de Macau onde está instalado o

Pavilhão de Macau

destinado a casa de chá e onde toca habitualmente uma orquestra de musicos chinezes, atráz do qual se vê a

Gruta de Camões.

Continuando, temos no extremo da mesma rua

Um templo indú

guarnecido com bailadeiras e indigenas deste Estado.

Na parte posterior da rua de Bissau estão instaladas, dos dois lados, as

aldeias indigenas Balantas (Guiné)

devendo orientar-se a visita em direcção à Avenida da India seguindo pela Avenida das Colónias, onde, após a fachada do Palácio, se encontra, ao nascente, o

Pavilhão de S. Tomé,

com posto de provas de café atraz do qual está situada a

aldeia indigena de Moçambique

e em frente uma instalação em cimento-armado ao tipo das casas destinadas às circunscrições civis das colónias e a instalação oficial dos

Grupo de indigenas Bijagos

O progresso da cidade é também apresentado num diorama. Ao centro da sala está exposta uma «maquete» da Igreja e Escola de Artes e Ofícios da Beira. São apresentadas ainda outras «maquetas», entre as quais merece relevo especial a que reproduz os edifícios que constituem o Hospital Indígena da Beira. Nas paredes são exibidos quadros sôbre serviços de saúde, ensino e missões religiosas.

Na sala imediata, á esquerda do visitante, estão instaladas as secções de história e colonisação. Na primeira vêem-se modelos da fortaleza de Sofala e do portal da fortaleza de S. Marçal, em Sena. Uma carta histórica desenhada no estilo dos antigos portulanos, mostra os reinos indígenas estabelecidos no princípio do século XVI no Ter-

Correios e Telégrafos
com todos os serviços inerentes.

Descendo pela esquerda depara-se-nos o

Pavilhão da Companhia de Moçambique

O pavilhão da Companhia de Moçambique está instalado num recinto privativo que ocupa uma extensa area. No largo fronteiro á fachada exterior funciona um farol, com luz intermitente. Amplas escadarias, laterais e central, conduzem o visitante ao pavilhão. Todo o recinto está ajardinado. A iluminação decorativa é constituida por mil lampadas colocadas nas árvores. Á esquerda e à direita do pavilhão foram construidas duas palhotas destinadas a artífices indígenas que trabalharão à vista do público.

A entrada para o pavilhão, que está dividido em três salas, efectua-se pela porta do lado direito. Nessa primeira sala, encontra-se a documentação relativa a assuntos de administração publica, destacando-se ao centro da parede lateral um grande mapa luminoso, com cinco fases, destinado a mostrar os progressos realisados no Território durante o periodo da administração da Companhia. Uma série de positivos em vidro, iluminados, põe em evidencia a transformação da cidade da Beira desde 1888 até hoje.

Aldeia de Timor, sôbre a gruta do lago

ritório que a Companhia hoje administra. A carta é rodeada por três grandes *panneaux*, simbolisando a descoberta, a penetração do interior da África e a submissão do indígena.

Na mesma sala é apresentado um diorama do porto da Beira. A documentação sôbre o movimento do porto é dada em grandes quadros, mostrando-se também o trafego dos caminhos de ferro, construção de estradas e movimento de serviços postais e telegráficos.

Outro aspecto da aldeia de Timor

A terceira sala apresenta, á direita do visitante, gráficos e quadros relativos á agricultura, comercio e industria. A fábrica da Companhia Colonial do Buzi é apresentada num diorama. Ao centro da parede lateral destaca-se a reprodução, em perspectiva, da ponte sôbre o Zambeze.

Tôda a decoração obedece rigorosamente ao estilo africano.

Caminhando pela Avenida de Lourenço Marques vê-se à esquerda, sôbre a grande

Trecho do interior do Pavilhão de Moçambique

Feiticeiros de Angola com os seus alaúos

querdo, examinando o Pavilhão do jornal *O Seculo* (que tem um curioso planisferio), seguindo pela rua de Timor em direcção do

Pavilhão e aldeia de Cabo Verde

onde é servido café oriundo desta colónia.

Diversões

Convém não deixar de examinar o

Fosso zoológico

onde estão em liberdade alguns exemplares da fauna africana e junto a este uma secção de divertimentos do

Luna Parque.

Pelas ruas dos jardins transita um comboio miniatura e espalhados por todas as ruas e avenidas encontram-se explendidos stands, magnifica representação das mais variadas industrias nacionais.

gruta do lago a

aldeia de Timor,

e mais um pouco á esquerda a ilhota onde está instalada a

aldeia lacustre dos Bijagoz (Guiné).

Ao fundo da referida Avenida à nossa esquerda, em frente ao Restaurante está instalada a estação do

Cabo Aereo

que transporta visitantes da rua da Restauração para o recinto.

Para completar a volta, convem seguir novamente pela Avenida da India, lado es-

Teatro da Exposição

Nenhum visitante deve deixar de assistir á representação da fantasia que se exibe no Teatro da Exposição, feita expressamente para complemento da demonstração organisada e representada pelos melhores artistas da terra portuguesa.

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

Rua Duque de Loulé, 240

= = PORTO = =

CAPITAL { ações . . . . . . 40.000 contos
{ obrigações . . . . 16.500 contos

ELÉCTRICIDADE DO LINDOSO

Consultem as tarifas da

U. E. P.

HOTEL CONTINENTAL

4, R. DE ENTREPAREDES, 12

(À PRAÇA DA BATALHA)

PORTO

TELEFONE, 788

ESMERADO SERVIÇO DE MESA
QUARTOS CONFORTAVEIS E HIGIENICOS
ALMOÇOS E JANTARES AVULSOS

PREÇOS MÓDICOS

REDE para Construções de Cimento Armado
Rede para Vedações
Capachos de Arame
Colchões de Arame
Capacho metálico «IDEAL» Registado

Marca registada

A PRODUTIVA

(Registada)

JOSÉ DE MAGALHÃES

Rua da Picaria, 27 Telefone, 91

PORTO

A POEIRA

EVITA-SE

COM O

CLORETO DE CALCIO

SOLVAY

À VENDA EM TODAS AS CASAS DE DROGAS

PRINCIPALMENTE

NESTA ÉPOCA DO ANO NENHUMA SENHORA PODERÁ DISPENSAR OS PRODUTOS DE BELEZA

DE

ELISABETH ARDEN

À VENDA NO

GRANDE BAZAR DO PORTO

R. Santa Catarina, 192
PORTO
E
DAVID & DAVID
R. Garret, 102
LISBOA

PREFIRA

Ponche ALBERGARIA

O MELHOR ENTRE OS MELHORES

FABRICA:

AVENIDA CAMILO 116 a 129

PORTO

TELEF. 2308

JOSÉ JULIO VILAÇA

R. Dr. Sousa Viterbo, 87

PORTO

MAQUINAS para a Industria Textil das melhores fabricas Alemãs.

MOTORES e TRACTORES

OTTO-DEUTZ

O principal comboio que circula no recinto da Exposição é rebocado por um Tractor

OTTO-DEUTZ

PLANTA GERAL DA 1ª EXP. COLONIAL PORTUGUESA PORTO 1934

AVENIDA LOURENÇO MARQUES
AVENIDA DA INDIA
AVENIDA DAS COLÓNIAS
PALÁCIO DAS COLÓNIAS (SECÇÃO OFICIAL)
EXPOSITORES DA METRÓPOLE
EXPOSITORES DAS COLÓNIAS
CIRCUNSCRIÇÃO CIVIL
ALDEIA DE MOÇAMBIQUE
LARGO DE S. TOMÉ
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
AQUARTELAMENTO DA COMPANHIA INDIGENA DE MOÇAMBIQUE
AVª MOÇAMBIQUE
PARQUE ZOOLOGICO
DIVERSÕES — LUNA-PARQUE
PRAÇA DO IMPÉRIO
AVª ANGOLA
ESTRADA ANGOLANA
ANGOLA
ARCO DOS VICE-REIS DA INDIA
PAVILHÃO DE ETNOGRAFIA
RUA DO PRINCIPE
RUA DA GUINÉ
RUA DE S. TOMÉ
RUA DA PRAIA
RUA DE MALTA
RUA DE SÁ DA BANDEIRA
RUA DE LUANDA
ALAMEDA DO CONGO
RUA DE TETE
RUA DE BEIRA
GUINÉ
CABO VERDE
FAROL DA GUIA
LUNA-PARQUE
QUISSANGE
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO
CINEMA - PALCO DE FESTA
ESTAÇÃO DE CABO AEREO
ENTRADA PARA O PUBLICO
SAIDA
ENTRADA PARA MATERIAIS
RUA DE BISSAU
RUA DE NOVA

Concreto

MATOZINHOS

Unica fabrica de materiais de cimento para construções, blocos, etc.

CONCRETITE

poderoso hidrofugo e

AZULEJOS

de areia e cimento.

OLIVEIRA & KAMIO, L.DA

Rua das Flores, 139-1.º = PORTO

Maquinas para todas as Indústrias

Acessórios para as mesmas

Instalações Eléctricas

Material Eléctrico

A Central dos Loios

Largo dos Loios, 11-14

PORTO

TELEFONE, 1599

Apresenta sempre as últimas novidades em

SEDAS
LÃS
PELES
E
MIUDEZAS

Visite V. Ex.ª o Stand n.º 125 da **Litografia Nacional** do Pôrto, na nave dos Expositores da Metrópole

H. VAULTIER & C.A

PORTO — LISBOA

Stand 184 — Rua da Guiné

FABRICANTES de
Correias de Couro, Mangueiras para incendios
Puados para cardas, Tambores de madeira.
Manufactura de Borracha

Rua Mousinho da Silveira, 203 — PORTO

CASA DO CANTINHO

A. PINHO & C.A

LOIOS, 85 — TELEF. 1310

MODAS, PELES, MIUDEZAS
e todos os artigos de novidade para Senhora

Esta casa não tem filiais

FARMÁCIA Almeida Cunha, L.da

(ANTIGA FARMÁCIA DO BOLHÃO)

327, R. Formosa, 329 — PORTO Telefone, 4874

Serviço permanente às quartas-feiras

AVIAMENTO DE RECEITUÁRIO. ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS. SABONETES — PERFUMARIAS

LABORATÓRIOS para a preparação em larga escala de Empolas com liquidos injectaveis, Granulados, Comprimidos, Extractos fluidos. Colirios esterilizados. Artigos para penso. Produtos para narcose, etc.

PIANOS E ORGÃOS

A DINHEIRO E PRESTAÇÕES

Vendem-se, trocam-se e afinam-se

DAVID RUVINA

Telefone 715 R. Formosa, 173 — PORTO

PLANTA DO INTERIOR DO PALÁCIO DAS COLÓNIAS

EXPOSITORES

Secção oficial e organismos na mesma encorporados

PRIMEIRO GRUPO

Secção retrospectiva

CLASSES I E II

Descobertas — Conquista e Colonização

Praça do Império

Direcção da Exposição

Monumento ao esforço colonizador português.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*

Reprodução das inscrições nos rochedos de Yelala, nas margens do rio Zaire ou Congo, com a inscrição dos navegadores portugueses (século XV).

Reprodução das inscrições nos rochedos de Digthon atribuidos ao navegador português Miguel Corte Real que saíu do arquipelago dos Açores em 1511 para descobrir a América.

322 — **Sociedade de Geografia de Lisboa**

LISBOA — *Rua Eugénio dos Santos*

Padrão do Cabo de Sta. Maria, 1482 (original) de Diogo Cam.

402 — **Batalhão de Sapadores Mineiros**

PORTO — *Quartel do Bom Pastor*

Reprodução dum fortim militar usado nas campanhas coloniais — Maquetas de fortificações e obras de engenharia.

Palacio das Colónias — Salão de entrada

Direcção da Exposição

Planisferios luminosos (3) demonstrando as viagens marítimas e terrestres realisadas pelos portugueses desde o século XV — Expansão da raça e do idioma nacional.

322 — **Sociedade de Geografia de Lisboa**

LISBOA — *Rua Eugénio dos Santos*

Documentários históricos da conquista e ocupação portuguesa — Estátuas de navegadores, sarcofago de Afonso de Albuquerque, astrolábio (instrumento nautico usado nos séculos XV e XVI), pequena reprodução em prata da caravela em que foi feito o descobrimento do arquipelago dos Açores em 1432; cofre contendo terra recolhida no local onde se encontra a pedra de Dighton; roteiro e atlas do mar Roxo, por D. João de Castro; roteiro de Gôa e Diu; *Décadas*, de João de Barros; Comentários, do grande Afonso de Albuquerque; alguns documentos da Torre do Tombo; mapa topográfico da cidade de S. Tomé de Meliapor e seus domínios; mapa do Brazil (manuscrito); mapa das provincias e ilhas de Gôa (manuscrito); Portulano; atlas do Visconde de Santarem; armas, pelouros de pedra, espadas, trofeus de guerra, manuscristos, capacetes, cabeças de guerreiro em bronze (Benin), retratos, galhardetes e bandeiras. (Foi editado um catálogo detalhado).

403 — **Museu Militar de Lisboa**

LISBOA — *Largo dos Caminhos de Ferro*

Peças de artilharia, morteiros e uma espada de duas mãos de Vasco da Gama.

Camara Municipal do Dondo

ANGOLA - DONDO

Bandeiras do Dondo e Mâssangano.

Salão anexo (antiga «sala holandeza») nave central do Palácio das Colónias

392 — **Arquivo Histórico Colonial**

LISBOA — *Junqueira*

Codices, plantas, cartas geográficas, livros, figurinos e documentos justificativos da expansão colonial portuguesa atravez dos séculos.

394 — **Vieira Guimarães**

LISBOA — *Calçada do Monte, 29-1.º*

Trechos arquitectónicos da Igreja de Cristo, de Tomar.

213 — **Direcção dos Serviços de Administração Civil de Moçambique**

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Maqueta da Fortaleza de S. Sebastião de Moçambique — Esboço representativo de penetração e alastramento do dominio português — Reprodução duma carta de Lafitan.

SALÃO MILITAR

Salão no pavimento superior da antiga «sala holandeza»

424 — **Museu Militar de Lisboa**

Dioramas alusivos ás campanhas coloniais na Guiné, Angola, e Moçambique.

1849 — Bandeira do antigo batalhão de Macau que em 1849 sob o comando do tenente Vicente Mesquita tomou de assalto a fortaleza de Passalend, quando os chinezes pretendiam atacar Macau.

1886 — Bandeira do sultão de Zanzibar que esteve arvorada no Quartel de Macaloe na Baía de Tungue e foi arriada pelo coronel Palma Velho que expulsou a força arabe, arvorando a bandeira portuguesa.

1889 — Bandeira da expedição ao Niassa.

1895 — Bandeira que acompanhou a 2.ª bataria de artilharia de montanha na campanha de Moçambique.

1915 — Estandarte do 3.º Grupo de Metralhadoras condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª classe por feitos de valor em Angola.

1915 — Estandarte do Regimento de Artilharia n.º 7 condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª classe por feitos de valor em Angola.

1915 — Estandarte do Regimento de Cavalaria n.º 11, condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª classe por feitos de valor em Angola.

Bandeira do Regimento de Artilharia de Montanha condecorada com a Cruz de Guerra de 1.ª classe por feitos de valor praticados nas campanhas de Africa.

Espadas do

Major Sousa Machado, comandante da expedição ao Niassa em 1899, Coolela 1895.

1.º tenente de artilharia Sanches de Miranda, combate de Magul.

Tenente-coronel Eduardo Costa, combates de Marracuene, Monapo, Calapute e Coolela — 1895.

Coronel Eduardo Galhardo, operações em Gaza, 1895.

Almirante Batista de Andrade, ocupação do Ambriz (Angola).

Capitão Alfredo Freire de Andrade, campanha da costa oriental de 1895.

General João de Almeida, campanhas de Angola.

1.º tenente Sanches de Miranda, oferecida pelos oficiais da arma de artilharia após a prisão do régulo Gungunhana.

Retratos de

Alves Roçadas
Eduardo Costa
Eduardo Galhardo
Freire de Andrade
Ferreira Gil
Mousinho de Albuquerque
Nicolau de Mesquita
Pereira de Eça.

Grupo de oficiais que fizeram parte da expedição a Moçambique em 1895;

Armamentos usados em campanhas coloniais e despojos de guerra.

322 — **Sociedade de Geografia de Lisboa**

Bandeiras nacionais utilisadas em diversas campanhas de Africa:

1885 — Bandeira arvorada em Santo António do Zaire (Congo Português) por ocasião da posse efectiva de Portugal.

1887 — Expedição Henrique de Carvalho ao Muatianvua (Angola).

1888 — Expedição Victor Cordon ao Sanhati (Moçambique).

1889 — Expedição João Coutinho, Zambeze e Chire (Moçambique).

1890 — Expedição Henrique Paiva Couceiro, ao Bié (Angola).

1890 — Expedição Eduardo Galhardo, ao Coolela (Moçambique).

1891 — Expedição Teixeira Trigo na campanha da Lunda (Angola).

1902 — Expedição do Bailundo (Angola).

404 — **Arsenal de Marinha (Construções Navais)**

Busto da República, em bronze.

405 — Ateneu Comercial do Porto

Bandeira que se arvorou em Dahomey estabelecendo o protectorado português.

Espingarda dos exploradores Capelo e Ivens.

451 — Viuva de Mousinho de Albuquerque

Espada de honra oferecida ao major Mousinho de Albuquerque pela Associação Comercial do Porto. Fotografia de Mousinho de Albuquerque.

452 — General João de Almeida

Busto em bronze, espada, bandeira e documentos relativos à campanha dos Dembos (Angola).

453 — Costa Mota

Mascara mortuaria de Mousinho de Albuquerque.

454 — Coronel José Joaquim Ramos

Quadros (3) a oleo, com episodios das campanhas de Africa.

455 — Alberto de Sousa

Aguarelas.

SEGUNDO GRUPO

Organica colonial

CLASSE III

Poder central

Primeira secção à direita na nave central do Palácio, por baixo da galeria

395 — Ministério das Colónias

LISBOA

Subsidios para a organização administrativa colonial e documentação da soberania nacional.

Direcção da Exposição

Diorama com a obra do Ministério das Colónias nos últimos cinco anos.

Gráfico com a organização interna do Ministério das Colónias.

Gráfico com a organização dos serviços de Fazenda das Colónias.

Gráfico demonstrando os organismos e conselhos consultivos do Ministério das Colónias.

Diorama demonstrando a organização administrativa das Colónias.

Gráfico com a organização Júdicial do Ultramar.

Gráfico indicando os organismos cooperadores.

Gráfico com a distribuição das despesas nas Colónias.

Gráfico demonstrando o equilibrio orçamental das colónias portuguesas.

Fotografias.

Legislação.

Friso decorativo.

364 — Agencia Geral das Colónias

(DIVISÃO DE PROCURADORIA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Colecção de estampilhas das colónias portuguesas.

211 — João Anjos

LISBOA — *Rua do Mundo, 121*

Medalhas e condecorações coloniais.

ANEXO:

Sala do Império — complemento da demonstração — ao fundo do corredor (antigo salão D. João V)

Direcção da Exposição

Composição, com dezasseis mapas, mostrando em síntese a posição comparada das oito colónias há quarenta anos e na actualidade, sob o ponto de vista da ocupação, fomento, assistencia e desenvolvimento administrativo.

TERCEIRO GRUPO

Colonisação

CLASSE IV

Povoamento europeu

Segunda secção à direita da nave central do Palácio, junto à escada de acesso à galeria

Direcção da Exposição

Tela pintada demonstrando uma habitação de colonos em Africa.

Carta de Angola com a distribuição das terras concedidas e população europeia.

Carta de Moçambique com a distribuição das terras concedidas e população europeia.

Gráfico com a comparação do povoamento promovido pelas potencias coloniais europeias em Africa.

Colecções de fotografias de velhos colonos na costa ocidental e oriental portuguesa.

Friso decorativo.

QUARTO GRUPO

Política indígena

CLASSE V

Curadoria

Terceira secção à direita da nave central do Palácio, junto à escada de acesso á galeria

Direcção da Exposição

Tela pintada representando uma audiencia por um administrador de circunscrição a autoridades gentílicas.
Diploma de investidura de funções a um soba. — Legislação.
Fotografias de autoridades gentílicas.
Friso decorativo.

364 — **Agencia Geral das Colónias**
(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*
Fotografias de autoridades gentílicas.

QUINTO GRUPO

Assistencia técnica, social, económica e financeira

CLASSE VI

Ensino Colonial na Metrópole

Quarta secção à direita da nave central do Palacio, por baixo da galeria

326 — **Escola Superior Colonial**
LISBOA — *Praça do Rio de Janeiro*
Demonstração gráfica da sua organização. — Freqüência de alunos, composição do curso.
Fotografias.

328 — **Instituto Superior de Agronomia**
LISBOA — *Tapada da Ajuda*
Demonstração gráfica da sua organização.
Fotografias.

329 — **Instituto de Medicina Veterinária**
LISBOA — *Rua do Instituto de Medicina Veterinária*
Demonstração gráfica da sua organização.
Fotografias.

327 — **Escola de Medicina Tropical**
LISBOA — *Junqueira*
Demonstração gráfica da sua organização.
Fotografias.

331 — **Instituto Superior do Comércio**
PORTO — *Avenida Rodrigues de Freitas*
Demonstração gráfica da sua organização.
Fotografias.
Trabalhos escolares.

215 — **Instituto Superior do Comércio**
LISBOA — *Rua do Quelhas*
Fotografia.

327 — **Escola «Infante de Sagres»**
LISBOA — *Quinta das Palmeiras — Laranjeiras*
Documentário sôbre ensino colonial.
Maqueta das instalações do Colégio.

MUSEUS

333 — **Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia**
LISBOA — *Rua Eugénio dos Santos*
Demonstração da sua cooperação no ensino Colonial e preparação de funcionários para Ultramar.
Fotografia da «Sala Portugal».
Objectos etnográficos.

386 — **Museu Agrícola Colonial**
LISBOA — *Belem*
Demonstração gráfica da sua organização, no grupo de ensino.
Fotografias.
Especime dos mostruários que são distribuidos pelo Museu aos estabelecimentos de ensino do País.
Gráfico com a estatística de visitantes.

334 — **Jardim Colonial de Lisboa**
LISBOA — *Belem*
Fotografias das suas instalações.
(Instalação especial na Estufa Municipal com um mostruário da flora tropical).

335 — **Universidade de Coimbra**
COIMBRA
Colaboração no grupo de ensino. Demonstração gráfica da missão escolar de estudo em Angola em 1927.

336 — **Universidade de Lisboa**
LISBOA
Colaboração no grupo de ensino, demonstração gráfica da colaboração na missão escolar universitária em Angola em 1927.

337 — Universidade do Porto

PORTO

Colaboração no grupo de ensino colonial.

Trabalhos e mostruários apresentados pelas Faculdades de Medicina, Engenharia e Ciencias.

CLASSE VII

Instrução nas Colónias

Direcção da Exposição

Oito diagramas com a distribuição e localisação de estabelecimentos escolares nas colónias portuguesas.

338 — Escola Médica-Cirurgica de Nova Gôa

INDIA PORTUGUESA

Fotografias da sua séde, professores, alunos e dependências. Gráficos.

339 — Escola Normal de «Luiz de Camões» de Nova Gôa

INDIA PORTUGUESA

Fotografias da séde e dos alunos.

340 — Liceu Central de «Afonso de Albuquerque» de Nova Gôa

INDIA PORTUGUESA

Fotografias da sua séde e dos alunos, diagrama da população escolar e do número de professores.

341 — Liceu Central de «5 de Outubro»

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Fotografias da séde, dos alunos e do museu provincial anexo. Diagramas da população escolar e do número de professores.

342 — Liceu Central de «Salvador Correia»

ANGOLA — LUANDA

Fotografias da sua séde.

Diagrama da população escolar e do número de professores.

345 — Liceu Central do «Infante D. Henrique»

CABO VERDE — S. VICENTE

Fotografia da sua séde e dos alunos.

Diagrama da população escolar.

346 — Liceu Nacional da Huila

ANGOLA — *Sá da Bandeira*

Fotografia da sua séde.

Diagramas da população escolar.

344 — Liceu Nacional de Macau

MACAU

Fotografias da sua séde e dos alunos.

Trabalhos escolares.

347 — Liceu Municipal de «D. Francisco de Almeida»

INDIA PORTUGUESA — *Mapuçá*

Fotografias da sua séde e dos alunos.

Diagrama do movimento escolar.

348 — Liceu Municipal de «D. João de Castro»

INDIA PORTUGUESA — *Margão*

Fotografias da séde e de alunos.

Gráficos de aproveitamento escolar.

343 — Escola Nacional Feminina de Nova Gôa

INDIA PORTUGUESA

Fotografias da sua séde, alunas e professoras.

432 — Escola Primária Superior «Barão de Mossamedes»

ANGOLA — MOSSAMEDES

Mostruários.

434 — Escola «Rita Norton de Matos»

ANGOLA — LUANDA

Mostruários e fotografias.

435 — Escolas Primárias (oficiais e particulares e de missões religiosas)

Fotografias de diversas escolas primárias das colónias e grupos de alunos.

Plantas de estabelecimentos escolares.

436 — Escolas Profissionais

Fotografias de diversas escolas de artes e ofícios das colónias, oficiais e das missões católicas.

Trabalhos escolares.

433 — Escolas Rurais

Fotografias e mostruários.

406 — Museu «Alvaro de Castro»

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Maqueta da Escola de habilitação de professores indígenas de Manhiça (Lourenço Marques).

Maqueta duma escola de ensino elementar em Moçambique.

Maqueta da Escola profissional do sexo feminino «João Albasini» (Lourenço Marques).

Maqueta da Escola de Artes e Ofícios do sexo masculino de Moamba (Lourenço Marques).

Maqueta duma escola rudimentar para indígenas.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — *R. da Prata, 34*

LISBOA

Fotografias e documentários sôbre o ensino nas colónias.

CLASSE VIII

Medicina e higiene

Parte central da nave central do Palácio

Direcção da Exposição

Demonstração da assistencia médica oficial nas colónias portuguesas.

Diagrama dos estabelecimentos de saúde — hospitais, laboratórios, enfermarias e gafarias.

Diagrama do pessoal sanitário ao serviço do Estado.

Fotografias de hospitais, enfermarias e farmácias das colónias portuguesas.

Cartas com a localisação dos estabelecimentos de saúde e higiene nas oito colónias portuguesas.

Alegoria, com manequins em tamanho natural, ao combate à doença do sono no Congo Português.

Maquetas dum hospital e duma gafaria.

349 — **Repartição de Saúde e Higiene do Ministério das Colónias**

LISBOA

Colaboração no grupo de saúde e higiene.

327 — **Escola de Medicina Tropical**

LISBOA — *Junqueira*

Documentação sôbre a acção no Ultramar das missões de estudo e combate às doenças tropicais enviadas às colónias e investigações científicas realisadas por médicos portugueses.

Exibição de pormenores sôbre:

Bilharziose — Lepra — Paludismo — Doença do sôno — Peste — Disenteria amibiana e doenças em geral.

Diapositivos, gráficos, mapas, fotografias, material sanitário e medicamentos.

407 — **Instituto de Antropologia da Universidade do Porto**

PORTO

Mapas das colónias com a distribuição das raças.

Craneos de naturais das colónias portuguesas.

Mascaras de indígenas.

Quadros com documentos antropológicos.

Trabalhos de investigação científica editados.

408 — **Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto**

PORTO

Craneos e esqueletos de naturais das colónias.

Fotografias e publicações de investigação científica editados.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Stand documentando a realisação do 1.º Congresso de Medicina Tropical em Angola, em 1923 — Teses, actas das sessões, fotografias dos congressistas.

Fotografias de estabelecimentos hospitalares.

425 — **Museu «Alvaro de Castro»**

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Maqueta duma enfermaria regional em Moçambique.

Maquetas de postos regionais de 1.ª e 2.ª classes.

409 — **Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene de Moçambique**

LOURENÇO MARQUES

Gráficos sôbre assistencia médica a europeus e indígenas.

Fotografias.

410 — **Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene de Angola**

LUANDA

Gráficos sôbre assistencia médica a europeus e indígenas.

Gráficos de atoxilisações dadas a indígenas em Angola (combate à doença do sôno)

Fotografias e trabalhos editados.

426 — **Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene de Cabo Verde**

S. TIAGO — *Praia*

Fotografias e documentários estatísticos.

214 — **Cruz Vermelha Portuguesa**

LISBOA — *Praça do Comércio*

Gráfico da sua cooperação nas campanhas coloniais.

26 — **Alfredo Leão Pimentel**

PORTO — *R. do Vilar, 161*

Manual do colono.

CLASSE IX

Assistencia espiritual

(MISSÕES RELIGIOSAS)

Parte central da nave central do Palacio

Direcção da Exposição

Necrologio dos missionários falecidos nos últimos quarenta anos nas colónias portuguesas ao serviço da sua causa.

Demonstração, por grupos de manequins, da acção espiritual, assistencia médica, ensino de letras e misteres, aos indigenas.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*

Fotografias e objectos manufacturados nas Missões.

400 — **Congregação dos Padres Seculares**

Demonstração gráfica da sua acção nas Colónias.

Fotografias das casas de formação na Metrópole e dos estabelecimentos missionários em S. Tomé, Angola, Moçambique, India e Timor.

Gráficos, artigos e objectos fabricados nas missões ultramarinas pelos seus educandos.

399 — **Congregação dos Padres do Espírito Santo**

Demonstração gráfica da sua acção nas Colonias.

Fotografias das casas de formação na Metrópole e dos estabelecimentos missionários, em Angola.

Gráficos, artigos e objectos fabricados nas missões ultramarinas pelos seus educandos.

352 — **Congregação dos Padres Franciscanos**

Demonstração gráfica da sua acção nas Colónias.

Fotografias das casas de formação e dos estabelecimentos missionários.

Gráficos, artigos e objectos fabricados nas missões ultramarinas pelos seus educandos.

401 — **Congregação dos Padres Jesuitas**

Demonstração gráfica da sua acção em Moçambique (Zambeze).

Fotografias, gráficos, artigos e objectos fabricados nas missões ultramarinas pelos seus educandos.

355 — **Irmãs Franciscanas Missionarias de Maria**

Demonstração da sua acção nas colónias portuguesas e fotografias das casas de formação.

Grupos de manequins sôbre a acção espiritual e assistência médica aos indigenas.

Trabalhos executados nas missões.

354 — **Irmãs Missionarias de S. José de Cluny**

Demonstração da sua acção nas Colónias Portuguesas.

Trabalhos executados nas Missões.

Grupos de manequins sôbre a acção espiritual e assistência médica aos indigenas.

Desdobramento junto à Capela na Avenida da India

437 — **Bispado de Angola e Congo**

ANGOLA — LUANDA

Mostruários das missões católicas da Colónia.

Gráficos e estatisticas.

CLASSE X

Assistencia cientifica

Secção do lado esquerdo na nave central, por baixo da galeria

CLIMATOLOGIA

358 — **Observatório Meteorológico «Guilherme Capêlo»**

ANGOLA — LUANDA

Colaboração na demonstração dos estudos e investigação de carácter cientifico em Angola.

Cartas e mapas sôbre Climatologia e Meteorologia.

427 — **Observatório Meteorológico e Astronómico «Campos Rodrigues»**

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Colaboração na demonstração dos estudos e investigação de caracter cientifico em Moçambique.

ZOOLOGIA

411 — **Instituto de Zoologia da Universidade do Porto**

PORTO

Referencias a trabalhos de zoologia em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor.

BOTANICA

356 — Instituto Botânico «Almeida Henriques», da Faculdade de Ciencias da Universidade de Coimbra

COIMBRA

Colaboração na demonstração dos estudos e investigações de caracter cientifico.
Plano relevo da ilha de S. Tomé.
Dispositivos.
Cartas com itinerarios de missões de investigação.
Mostruário de plantas.
Fotografias.

412 — Instituto de Botânica da Faculdade de Ciencias da Universidade do Porto

PORTO

Referencia a trabalhos feitos sôbre plantas de Angola e Moçambique.

MINERALOGIA

428 — Faculdade de Ciencias da Universidade do Porto

(MUSEU E LABORATÓRIO MINERALÓGICO E GEOLÓGICO) — PORTO

Colecção de minérios das colónias.

HIDRAULICA

414 — Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Cabo Verde

S. TIAGO — PRAIA

Planta da Trindade.
Planta da represa do Boqueirão.
Planta da represa de S. Jorge.

GEODESIA

Direcção da Exposição

Cartas com a referencia às missões de delimitação de fronteiras nas colónias de Angola, Moçambique, Guiné e Timor.
Fotografias dos chefes dessas missões já falecidos. — Pormenores fotográficos desses trabalhos.

357 — Comissão de Cartografia do Ministério das Colónais

LISBOA

Colaboração na demonstração dos estudos e investigações de carácter cientifico nas Colónias Portuguesas; delimitação de fronteiras, levantamentos hidrográficos, geodesia, etc.
Mapas, plantas, fotografias, aparelhos e bibliografia.

GEOLOGIA

Direcção da Exposição

Documentário sôbre investigações nas colónias.
Cartas (várias edições) de Angola e Moçambique.

364 — Agencia Geral das Colónias

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Plano em relevo do arquipélago de Cabo Verde, para complemento da demonstração dos estudos geológicos.
Dispositivos, fotografias, mapas, gráficos, cartas geográficas, levantamentos, etc.
Friso decorativo.

CLASSE XI

Urbanisação

Secção à esquerda da nave central do Palácio, por baixo da galeria, junto à escada de acesso àquela

Direcção da Exposição

Tela pintada mostrando um aspecto duma cidade africana.
Documentário sôbre a evolução do urbanismo nas colónias.
Fotografias de aspectos urbanos, plantas das cidades de Macau, Luanda e Praia (Cabo Verde).
Friso decorativo.

359 — Direcção dos Serviços de Administração Civil de Lourenço Marques

MOÇAMBIQUE

Maquetas demonstrativas da evolução urbana de Lourenço Marques.
Fotografia com o levantamento aerio da cidade de Lourenço Marques (1933).

429 — Camara Municipal de Luanda

LUANDA

Plano em relevo da cidade de Luanda.
Gráficos, plantas e fotografias.

430 — Camara Municipal da Praia

CABO VERDE — S. TIAGO

Planta da cidade da Praia.

439 — Direcção de Serviços de Estatística e Propaganda de Cabo Verde

S. TIAGO — PRAIA

Documentário fotográfico da colónia.

CLASSE XII

Instituições de crédito

Secção à esquerda da nave central do Palácio, por baixo da galeria, junto à escada de acesso àquela

Direcção da Exposição

Tela pintada focando uma modalidade de previdência — uma sucursal duma Caixa Económica Postal.

Gráficos representando os empréstimos feitos pela Metrópole ás Colónias.

Gráfico representando o auxilio prestado pelo Banco Nacional Ultramarino ao comércio, indústria e agricultura nos últimos 10 anos.

Gráfico representando o auxilio prestado pelo Banco de Angola ao comércio, indústria e agricultura nos últimos 10 anos.

Gráfico e estatística da mutualidade em Angola.

Fotografias de estabelecimentos bancários nas colónias.

Friso decorativo.

SEXTO GRUPO

Transportes, vias de comunicação e transmissão

CLASSE XIII

Navegação

Centro da nave central do Palacio das Colónias

MARINHA DE GUERRA

431 — **Ministério da Marinha**

Alegoria (escultura) da navegação.

Baixo-relevos com motivos nauticos.

Gráfico com alusão à reconstituição da Marinha de Guerra Nacional.

Fotografias de unidades navais que prestaram serviços nas colónias.

361 — **Escola Naval**

LISBOA

Maquetas do cruzador «Adamastor» e do aviso «Gonçalo Velho».

360 — **Arsenal da Marinha**

(CONSTRUÇÕES NAVAIS) — LISBOA

Maquetas da canhoneira «Beira» e do aviso «Pedro Nunes».

362 — **Arsenal de Marinha**

(DEPÓSITO DE MATERIAL DE GUERRA) — LISBOA

Metralhadoras, canhão-revolver e carabinas de vários modelos utilisados por fôrças de marinha em campanhas e combates nas colónias.

322 — **Sociedade de Geografia de Lisboa**

LISBOA — *R. Eugénio dos Santos*

Bandeira nacional utilisada pela Companhia de Marinha na expedição contra os Cuamatos (Angola).

MARINHA MERCANTE

Direcção da Exposição

Carta em relevo com o continente africano e indicação das carreiras de navegação mantidas pela Marinha Mercante Nacional.

210 — **Companhia Nacional de Navegação**

LISBOA — *Rua do Comercio*

Maqueta dum navio da sua frota (vapor *Niassa*).

Gráficos do movimento de passageiros e carga; fotografias dos seus navios.

113 — **Companhia Colonial de Navegação**

LOBITO

Gráficos, dispositivos e fotografias das unidades da sua frota.

415 — **Oficinas Navais da Guiné**

BOLAMA

Modelo de escaler de serviço do porto (executado por dois operários indígenas).

453 — **Inspecção dos Serviços Económicos de Macau**

(CAPITANIA DOS PORTOS) — MACAU

Maquetas de embarcações usadas na navegação nos mares da China.

454 — **Sociedade Industrial Ultramarina**

GUINÉ — BISSAU

Maqueta dum dos cuteres que fazem a navegação entre a Guiné e o arquipélago de Cabo Verde.

CLASSE XIV

Portos

Parte central da nave central do Palácio

Direcção da Exposição

Documentários sôbre a importancia dos principais portos das colónias, gráficos, elementos estatísticos de trafego, movimento de entrada e saída de navios, cartas hidro-

gráficas, diagramas de importação e exportação, fotografias reproduzindo trabalhos de apetrechamento e aspectos.

357 — **Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias**

LISBOA

Planos hidrográficos de portos coloniais.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Planos em relevo dos portos de Macau, Mormugão, Guiné e S. Vicente de Cabo Verde.

373 — **Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques**

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Maqueta do porto e estação central ferroviária de Lourenço Marques.

Modelos de guindastes do apetrechamento do porto de Lourenço Marques.

Maqueta do frigorífico do porto de Lourenço Marques.

103 — **Companhia de Moçambique**

LISBOA — *Largo da Biblioteca Pública, 10*

Maqueta do porto da Beira.

242 — **Direcção do Caminho de Ferro de Benguela**

LISBOA — *Largo do Quintela*

Maqueta do porto e cidade do Lobito.

429 — **Camara Municipal de Luanda**

ANGOLA - LUANDA

Plano em relevo do porto de Luanda.

418 — **Departamento Marítimo da Colónia de Moçambique**

LOURENÇO MARQUES

Maqueta dos farois da Colónia.

368 — **Departamento Marítimo da Colónia de Angola**

LUANDA

Gráfico com a demonstração da farolagem da costa da colónia de Angola

Gráfico indicando o trafego marítimo na colónia.

Fotografias de farois.

455 — **Repartição dos Serviços de Marinha da Guiné**

BOLAMA

Gráfico da farolagem e balisagem da Colónia da Guiné.

Gráfico da navegação de longo curso nos portos da Colónia da Guiné.

456 — **Capitania do Porto de S. Tomé**

Gráfico indicando a farolagem das ilhas de S. Tomé e Principe.

Fotografias com farois e aspectos de navegação na Baía de Ana de Chaves — S. Tomé.

457 — **Capitania dos Portos de Cabo Verde**

CABO VERDE — S. VICENTE

Gráficos sôbre farolagem; fotografias.

281 — **Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aerios, L.ª**

LISBOA - *R. da Rosa, 277*

Cartas de levantamentos fotogrametricos do porto de Mormugão.

CLASSE XV

Caminhos de Ferro

Parte central da nave central do Palácio

Direcção da Exposição

Demonstração, com fotografias e gráficos, do Caminho de Ferro de Lourenço Marques.

Demonstração com diagramas e fotografias dos Caminhos de Ferro do Zambeze e Rodesia, no território de Manica e Sofala (Moçambique).

Fotografias, gráficos e diagramas demonstrando a importancia das linhas ferreas das Colónias e seu movimento.

371 — **Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Luanda**

ANGOLA — LUANDA

Stand e documentação anexa para demonstração da linha ferrea de Luanda a Malange. Maqueta da estação central de Luanda. Mapas com o traçado e perfil, gráficos de movimento de receitas e encargos, diagrama do movimento de passageiros e mercadorias, fotografias de material fixo e circulante, estações, oficinas e dependencias. Obras de arte, aterros, viadutos, etc.

Documentação (gráficos e fotografias) sôbre o ramal ferroviário do Golungo Alto.

372 — **Direcção do Porto e Caminhos de Ferro do Sul de Angola**

LUBANGO — *Sá da Bandeira*

Stand e documentação para demonstração do caminho de ferro de Mossamedes, diagramas do transporte de passageiros, mercadorias e gado, fotografias do material fixo, circulante, estações, obras de arte, etc.

242 — **Direcção do Caminho de Ferro de Benguela**

LISBOA — *Largo do Quintela*

Maqueta do material circulante em uso na linha ferrea do Lobito à fronteira leste de Angola.

Mapas em relevo demonstrando a influencia do C. F. na zona atravessada.

Demonstração comparada da sua extensão.

Maqueta duma estação do mesmo caminho de ferro.

Fotografias do material circulante.

Gráficos do movimento de carga e passageiros transportados.

458 — **Direcção Fiscal do Caminho de Ferro de Mormugão**

ÍNDIA — NOVA-GÔA

Fotografias.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Plano em relevo da India Portuguesa, com o traçado do caminho de ferro de Mormugão.

Fotografias.

CLASSE XVI

Automobilismo

Primeira secção à esquerda, na nave central do Palácio, por baixo da galeria

Direcção da Exposição

Dioramas reproduzindo aspectos de viação automóvel em Africa — uma estrada; e uma passagem num rio por meio de jangada.

Gráfico demonstrando o desenvolvimento da rêde de estradas em Angola.

Gráfico documentando a rêde de estradas de Moçambique.

Gráfico registando o desenvolvimento de estradas na colónia da Guiné.

Fotografias de estradas, pontes, automóveis e caminhões de carga.

Reprodução de veículos utilisados em carreiras de passageiros e turismo.

Friso decorativo.

CLASSE XVII

Comunicações em geral

Secção à esquerda, na nave central do Palácio, por baixo da galeria

Direcção da Exposição

Maqueta da Estação Rádio Telegráfica Naval de Monsanto (Lisboa), que mantem comunicações regulares entre a Metrópole e os navios de guerra surtos nos portos africanos; e com as estações radiotelegráficas das colónias.

Gráfico de comunicaçõs pela telegrafia sem fios e cabo submarino com as colónias portuguesas.

Gráfico demonstrando o volume de correspondencia postal e telegráfica do Império.

Gráfico do arquipélago de Cabo Verde mostrando a influencia da ilha de S. Vicente como centro de comunicações entre os continentes europeu, africano e americano.

Gráfico das comunicações telegráficas da colónia da Guiné

Fotografias diversas de estações telegráficas, telefónicas, postos radiotelegráficos, campos de aviação, etc.

Friso decorativo.

359 — **Repartição dos Serviços de Administração Civil**

MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES

Reprodução fotográfica do campo de aviação de Lourenço Marques.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Fotografias.

SETIMO GRUPO

Agricultura e Florestas

CLASSES XVIII A XX

Processos de cultura e exploração — Materias primas alimentares e industriais — Produtos florestais

Galeria do lado esquerdo da nave central do Palácio

Direcção da Exposição

Dioramas sôbre agricultura:
Uma plantação de algodão;
Uma plantação de sizal.

Cartas:

Agricultura em Angola, localisação de culturas.

Agricultura em Moçambique, localisação de culturas;

Colecção de produtos e madeiras das colónias portuguesas.

332 — **Museu Agricola Colonial**

LISBOA — *Belem*

Cooperação na organisação tecnica da secção de agricultura e florestas.

Cedencia de produtos, sementes e fotografias.

Fornecimento de analises dos produtos expostos.

375 — **Repartição dos Serviços Agricolas e Pecuários de Cabo Verde**

S. TIAGO — PRAIA

Mostruário de produtos agricolas da colónia, fotografias e gráficos.

376 — **Repartição dos Serviços Agricolas e Florestais da Guiné Portuguesa**

BOLAMA

Mostruários de produtos agrícolas da colónia, fotografias e gráficos.

377 — **Direcção dos Serviços de Agricultura de Angola**

LUANDA

Mostruário dos tipos oficiais de café para exportação; produtos, colecções de madeiras, fotografias e gráficos.

388 — **Direcção dos Serviços de Agricultura de Moçambique**

LOURENÇO MARQUES

Mostruários de produtos agrícolas da colónia, colecções de madeiras, fotografias e gráficos.

Stand, com uma carta da colónia localisando as principais culturas.

Stand das madeiras da colónia.

Stand das frutas da colónia.

Stand das principais produções de exportação com a reprodução, em miniatura, dos 8 principais produtos de exportação, acompanhado de documentário fotográfico.

Monografia.

379 — **Direcção dos Serviços de Agricultura da India Portuguesa**

NOVA GÔA

Mostruários de produtos agrícolas, colecções de madeiras da colónia, fotografias e gráficos.

459 — **Direcção dos Serviços de Agricultura de S. Tomé e Principe**

S. TOMÉ

Mostruários de produtos agrícolas, colecções de madeiras da colónia, fotografias e gráficos.

380 — **Repartição dos Serviços de Agricultura de Timor**

DILI

Mostruário de produtos agricolas da colónia, madeiras, fotografias e gráficos.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Mostruários de produtos e madeiras das colónias portuguesas; fotografias.

194 — **José Epifanio Carvalho de Almeida**

LISBOA — *Praça dos Restauradores, 13-1.º*

Livro sôbre agricultura tropical.

334 — **Jardim Colonial de Lisboa**

LISBOA — *Belem*

Mostruário de plantas tropicais (na estufa do Palácio de Cristal).

OITAVO GRUPO

Pecuaria

CLASSES XXI E XXII

Explorações pecuarias e sua orientação oficial — Produtos e derivados

Galeria do lado esquerdo da nave central do Palácio

Direcção da Exposição

Diorama representando um tanque destinado a banhos de gado, para defesa de insectos.

Graficos:

Angola, grande mapa pecuário.

Moçambique, grande mapa pecuário.

Detalhes sôbre arrolamento de gados nas colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné.

Pormenores sôbre pecuária em

ANGOLA:

Exportação de gado da colónia

Estação Zootecnica do Sul (Humpata)

Receitas

Venda de reprodutores

Ferragens.

Manteiga fabricada

Leite produzido

Venda de reprodutores

MOÇAMBIQUE:

Comparação, por densidade, da riqueza pecuaria entre os distritos

Distribuição da riqueza pecuaria por nacionalidades

Resumo do gado importado

S. TOMÉ E PRINCIPE:

Bovideos importados

1.º Concurso de Pecuária

Companhia de Moçambique

Arrolamento de gados no território

Distribuição, por nacionalidade, do gado existente

Amostras de sangue analisadas.

381 — **Direcção dos Serviços Pecuários de Angola**

ANGOLA — *Luanda*

Documentários e gráficos sôbre a organização dos serviços pecuarios da colónia.

Mostruário de produtos animais e derivados.

460 — **Repartição de Serviços de Agricultura e Pecuária de Cabo Verde**

S. TIAGO — *Praia*

Fotografias do posto zootécnico da Trindade.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*

Documentário fotográfico.

457 — **António Lebre (Dr.)**

LISBOA

Documentário fotográfico e elementos técnicos.

NONO GRUPO

Produtos do sub-solo

CLASSES XXIII E XXIV

Minérios - Exploração e extracção

Galeria do lado esquerdo da nave central do Palacio

Direcção da Exposição

Cartas geológicas de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Gráfico das concessões mineiras em Angola.

Mapas localisando os jazigos de minerios.

Dispositivos de aspectos geológicos.

Amostras de minerios: carvões, cobre, ferro, gesso, enxofre, manganesio, chumbo, mica, petrolio, etc.

385 — **Direcção Geral de Minas e Serviços Geográficos**

LISBOA

Mostruário de minérios das colónias portuguesas.

390 — **Repartição dos Serviços de Indústria e Minas de Angola**

LUANDA

Elementos estatísticos, gráficos, monografia e mostruário de minérios.

378 — **Repartição de Indústria e Minas e Serviços Geológicos de Moçambique**

LOURENÇO MARQUES

Elementos estatísticos e gráficos, monografia e mostruário de minérios.

461 — **Repartição dos Serviços de Indústria e Minas da India Portuguesa**

NOVA GOA

Elementos estatísticos, monografia e mostruário de minérios.

Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Cabo Verde

S. TIAGO — *Praia*

Amostras de calcários da ilha de S. Nicolau.

462 — **Repartição dos Serviços de Indústria e Minas de Timor**

DILI

Amostras de petrólio e sucedaneos.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*

Documentário fotográfico

Amostras de minérios.

296 — **Societé Miniére et Geologique du Zambeze**

MOÇAMBIQUE — *Téte*

Diorama das suas minas.

Mapa com a localisação das minas.

Mostruário de carvões.

147 — **Companhia do Zambeze**

MOÇAMBIQUE

Amostras de minérios.

318 — **Companhia das Minas de Cobre do Bembe**

ANGOLA — *Congo Português*

Amostras de malaquite, cobre e sulfato.

173 — **Companhia dos Diamantes de Angola**

LISBOA — *Rua dos Fanqueiros, 12*

Exploração de diamantes na Lunda — Angola.

Dioramas com aspectos dos trabalhos.

Gráficos comparativos da extracção de esteril, carga importada e pessoal ocupado.

Diagrama da produção.

Mostruário de diamantes.

Friso decorativo.

579 — **Fernando Mouta (Engenheiro)**

Documentário fotográfico e elementos técnicos.

DECIMO GRUPO

Comércio

CLASSE XXV

Expansão comercial

Secção do lado esquerdo da nave central do Palácio das Colónias

Direcção da Exposição

Gráficos: demonstrando o movimento comercial entre as colónias portuguesas e a Metrópole, comparado com o de várias procedencias estrangeiras.

Comércio total entre a Metrópole e as colónias portuguesas.

Demonstração do que podia ser o inter-cambio comercial com o Império.

Gráfico do movimento comercial em Angola durante os últimos 50 anos.

Gráfico da balança comercial da Guiné.

Mostruario de embalagens.

DECIMO PRIMEIRO GRUPO

Industrias em geral

CLASSE XXVI

Expansão industrial

Galeria da direita da nave central do Palacio das Colónias

364 — **Agencia Geral das Colónias**
(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Mapas de Angola, Moçambique, India e Macau mostrando a expansão industrial nestas colónias.

Gráficos (triptos) decorativos, com elementos estatisticos sôbre as industrias seguintes:

Pesca e conservas
Açucar
Oleaginosas
Tabacos
Artes Gráficas
Produtos alimentares.

CLASSE XXVII

Pesca e conservas

458 — **Companhia de Pescarias de Angola**
ANGOLA — MOSSAMEDES
Conservas de peixe.

459 — **João M. Madeira**
ANGOLA — MOSSAMEDES
Conservas de peixe.

460 — **Empreza Fabril de Conservas de Peixe, Ld.ª**
ANGOLA — MOSSAMEDES
Conservas de peixe.

461 — **Companhia de Mossamedes**
ANGOLA — *Mossamedes*
Conservas de peixe.

462 — **Costa & C.ª**
INDIA — *Margão*
Conservas de peixe, carne e molhos.

463 — **Cooperativa Industrial, L.ª**
INDIA — *Margão*
Conservas de frutas.

464 — **Josephine Hongaz**
INDIA — *Nova Gôa*
Castanha de caju, descascada.

465 — **Narana Ganeza Lantie**
INDIA — *Margão*
Castanha de caju, descascada.

466 — **Gonpot Sencor Torney**
INDIA — *Margão*
Castanha de caju, descascada.

470 — **Kwong Me Chun & Co.**
MACAU
Conservas de peixe.

667 — **Hip Cheong**
MACAU
Conservas de peixe e frutas.

468 — **Sun Tack Loong C.º Ld.**
MACAU
Conservas de frutas.

469 — **Sun Tack Loong Yuen Kee Co.**
MACAU
Conservas de frutas.

471 — **Sun Tack Loog Canned Co.**
MACAU
Conservas de frutas.

472 — **Fook Tai Hing**
MACAU
Molhos.

473 — **Wing Sang**
MACAU
Molhos.

474 — **Une Xane**
MACAU
Molhos.

475 — **Tsu Chan**
MACAU
Calda de tomate.

476 — **J. Nascimento & Filho**
CABO VERDE — *Carriçal — S. Nicolau*
Conservas de peixe.

578 — **David Benoliel Boavista**
CABO VERDE — BOAVISTA
Frutas em calda e cristalisadas.

580 — **Hin Kee**
MACAU
Pastelaria — Dôces.

CLASSE XXVIII

Açucar

23 — **Companhia do Açucar de Angola**
ANGOLA — *Luanda*
Amostras de ramas de açucar e tipo comercial de açucar de consumo local.

293 — **Companhia Colonial do Búzi**
MOÇAMBIQUE
Amostras de ramas de açucar.

137 — **Sociedade Agrícola do Cassequel**
ANGOLA — *Lobito*
Amostras de ramas de açucar.

118 — **Sena Sugar Estates, Ld.ª**
MOÇAMBIQUE
Amostras de ramas de açucar.

CLASSE XXIX

Oleos e sabões

479 — **E. Ginwala**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Oleos, sementes e pastas.

244 — **M. Ribeiro de Almeida (Fábrica Progresso)**
CABO VERDE — S. VICENTE
Sabões, sabonetes e oleos.

223 — **Companhia Geral de Angola**
ANGOLA — *Luanda*
Sabões e oleos.

23 — **Companhia do Açucar de Angola**
ANGOLA — *Luanda*
Oleos.

172 — **Herculano Ferreira**
ANGOLA — *Luanda*
Sabão e sabonetes.

481 — **Sociedade de Sabões da Munhava**
MOÇAMBIQUE — *Beira*
Sabões e oleos.

482 — **Carapurcar & Irmãos (Fábrica Nacional de Sabões e Velas)**
INDIA — *Taleigão — Gôa*
Sabões e velas.

483 — **Bragança & C.ª**
INDIA — *Nova Gôa*
Sabões.

484 — **Sebastião da Costa**
TIMOR — *Dili*
Sabões.

486 — **Hov King**
MACAU
Sabões

485 — **Nationale Candle Mfc. Co.**
INDIA — *Vasco da Gama*
Velas.

487 — **J. S. Gujral**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Velas.

CLASSE XXX

Tabacos

581 — **Sociedade Colonial de Tabacos, Lda.**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
ANGOLA — *Luanda*
Mostruário de tabaco em fio e manipulado — Charutos.

488 — **A. E. George Ld.ª, Suc.**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Mostruário de tabaco em fio e manipulado.

170 — **Empreza dos Tabacos da Beira, Lda.**
MOÇAMBIQUE — *Beira*
Tabacos manipulados e em fio.

220 — **Sociedade Industrial dos Tabacos de Angola, Lda. (SITAL)**
ANGOLA — *Luanda*
Mostruário de tabaco em fio, cigarros e charutos manipulados.

245 — **Companhia dos Tabacos de Cabo Verde, Lda.**
CABO VERDE — *S. Vicente*
Tabaco em fio e manipulado.

490 — **Sing Ping & Co.**
MACAU
Tabaco manipulado.

491 — **James Tobaco Mfg. Co.**
MACAU
Tabaco manipulado.

492 — **Chan Sau Lan**
MACAU — *Rua 5 de Outubro*
Manocas de tabaco.
Mostruário de tabaco manipulado.

493 — **Soi Fong**
MACAU
Tabacos.

494 — **Tat Cheong**
MACAU
Charutos.

495 — **Chan-Ian-Lan**
MACAU
Cigarros.

496 — **Tam Mon Lau**
TIMOR — *Aven. Almeida Ribeiro*
Aparelho de cortar tabaco.

CLASSE XXXI

Materiais de construção

497 — **Empreza Industrial de Calcareos**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Tintas a água.

498 — **Fábrica de Cimentos da Ilha Verde (Green Island Cement Co. Ltd.)**
MACAU — *Ilha Verde*
Mostruário de cimento — Tijolos, fotografias, modelos de embalagens.

499 — **Fábrica de Cimento da Matola**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Mostruário de cimento, embalagens, fotografias da fábrica e instalações — Analises.

506 — **Hume Pipe Co. Ltd.**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Tubos colectores em cimento.

288 — **José Lourenço**
ANGOLA — *Sá da Bandeira*
Mostruário de artigos de ceramica — Tejolos, telhas, manilhas, vasos e objectos vidrados.

293 — **Companhia Colonial do Buzi**
MOÇAMBIQUE
Tejolos.

502 — **J. Estevam Ferreira**
MOÇAMBIQUE
Cal.

503 — **Sociedade Industrial Ultramarina**
GUINÉ — *Bolama*
Ceramica.

504 — **Fábrica de Ceramica de Magude**
MOÇAMBIQUE
Ceramica de construção.

505 — **Missão Portuguesa de S. Jerónimo de Magude**
MOÇAMBIQUE
Ceramica de construção.

582 — **Empreza Ceramica da Boavista**
CABO VERDE — BOAVISTA
Ceramica de construção.

CLASSE XXXII

Produtos quimicos

506 — **Sociedade Industrial de Vernizes, L.ª**
ANGOLA — *Luanda*
Mostruário de vernizes.

507 — **Leung Wing Hing**
MACAU — *R. 5 de Outubro*
Mostruário de pivetes.

508 — **Chun Lun Hing**
MACAU — *Rua Almirante Sergio*
Mostruário de pivetes.

509 — **Kuvong Hing Tai**
MACAU
Mostruário de panchões.

510 — **Kuong Yeen**
MACAU — *Largo do Pagóde do Bazar*
Mostruário de panchões.

511 — **Chan Tín Que**
MACAU
Mostruário de fogos de artifício.

512 — **Kwang Long Yuen**
MACAU
Mostruário de fogos de artifício.

513 — **Tai Cong**
MACAU — *Avenida Almirante Lacerda*
Mostruário de fósforos.

514 — **Tung Hing**
MACAU — *Estrada Coelho do Amaral*
Mostruário de fósforos.

515 — **Cortez Curado (Farmácia Ultramarina)**
ANGOLA — *Benguela*
Produtos farmaceuticos.

516 — **Jorge & C.ª L.ª (Farmácia Moderna)**
MACAU
Produtos farmaceuticos.

517 — **Fred de Sá**
ÍNDIA
Pasta dentrifica.

CLASSE XXXIII

Metalurgia

583 — **Metal Manufacturing Co. L.ª**
MACAU
Lanternas electricas.

518 — **Escola de Artes e Ofícios da Moamba**
MOÇAMBIQUE — LOURENÇO MARQUES
Trabalhos metalurgicos.

463 — **Escola «Oscar Torres»**
ANGOLA — SÁ DA BANDEIRA
Trabalhos metalurgicos.

CLASSE XXXIV

Artes gráficas

464 — **Imprensa Nacional de Angola**
LUANDA
Trabalhos gráficos — Tipografia, litografia e encadernação.
Fotografias.

317 — **Imprensa Nacional de Moçambique**
LOURENÇO MARQUES
Trabalhos gráficos — Tipografia, encadernação e litografia.

465 — **Imprensa Nacional de Macau**
MACAU
Livros.

168 — **Empreza Gráfica de Angola, L.ª**
ANGOLA — LUANDA — *Av. Salvador Correia*
Trabalhos gráficos, fotogravura, edição de jornais e livros.

298 — **Minerva Central (J. A. Carvalho)**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Trabalhos gráficos — Livros e carimbos de borracha.

326 — **Manuel Joaquim Ramiro**
ANGOLA — *Luanda*
Livros.

466 — **Escola de Artes e Ofícios de Moçambique**
MOÇAMBIQUE
Trabalhos gráficos.

383 — **Fotografia Portuguesa**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Albuns com fotografias.

566 — **Pedro Cirilo Gomes (Fotografia)**
CABO VERDE — BRAVA
Mostruário de fotografias.

CLASSE XXXV

Industria textil e de vestuário

524 — **Empreza Industrial Portuguesa**
ÍNDIA — *Nova Gôa*
Mostruário de tecidos de fabrico regional.

525 — **Bai Aana**
ÍNDIA — *Damão*
Mostruário de tecidos de fabrico regional.

526 — **The Tung Weaving & Dyéong Factory**
MACAU
Mostruário de tecidos de fabrico regional (riscados).

527 — **Tack Son & C.º**
MACAU — *Rua dos Mercadores*
Chapeus.

— **Camara Municipal da Brava**
CABO VERDE — BRAVA
Chapeus de palha tipo Panamá.

584 — **Pou Joc Lau**
MACAU
Tear chinez

568 — **Camara Municipal de S. Nicolau**
CABO VERDE — S. Nicolau
Cordas.

529 — **Li Chen-Tong**
MACAU — *Rua da Herva*
Rêdes.

364 — **Agencia Geral das Colónias**
(DIVISÃO DE PROPAGANDA)—LISBOA—*Rua da Prata, 34*
Mostruário de tecidos das colónias da Guiné, India e Angola (manufactura e tinturaria naturais).

CLASSE XXXVI

Peles e derivados

530 — **Luis Gonçalves Durão (Fábrica de Cortumes do Maputo)**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Peles preparadas.

226 — **António Duarte Peão (Fábrica de Cortumes)**
ANGOLA — *Humpata*
Mostruário de peles curtidas para consumo.

571 — **Companhia Industrial e Agrícola da Huila**
ANGOLA — *Sá da Bandeira*
Mostruário de peles curtidas para consumo.

531 — **João Martins Guerreiro**
ANGOLA — *Chibia*
Calçado.

532 — **Escola de Artes e Ofícios da Moamba**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Calçado.

533 — **Yan Yan**
MACAU
Calçado.

534 — **Dün Dün**
MACAU — *Avenida Almeida Ribeiro*
Calçado.

535 — **Sí San**
MACAU — *Beco dos Colaus*
Calçado.

536 — **Missão Católica de Dili**
TIMOR — *Dili*
Calçado.

569 — **Oliveira Beirão & C.ª Ld.ª**
CABO VERDE — PRAIA, S. TIAGO
Peles de cabra, cortidas.

364 — **Agencia Geral das Colónias**
(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *R. da Prata, 34*
Chapeus, bengalas, guarda-sol, tecidos de mabela e outros de fabrico indigena de várias colónias portuguesas.

CASSE XXXVIII

Mobiliário

198 — **Delfim A. Grilo & Ca.**
ANGOLA — *Luanda*
Bilhar confeccionado com madeiras da colónia.

537 — **Almoxarifado de Fazenda de Moçambique**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Mobiliário.

538 — **Escola de Artes e Ofícios da Moamba**
MOÇAMBIQUE
Mobiliário.

539 — **Missão de S. Jerónimo da Magude**
MOÇAMBIQUE
Mobiliário.

540 — **Missão de S. José de Lhanguene**
MOÇAMBIQUE
Mobiliário.

CLASSE XXXVII

Ceramica e vidros

541 — **Missão de S. Jerónimo de Magude**
MOÇAMBIQUE
Ceramica artistica e de uso domestico.

542 — **Chan Tin Quei**
MACAU
Vidros.
Modelo de forno para derreter vidro.

569 — **Camara Municipal de Boavista**
CABO VERDE — *Boavista*
Artefactos de olaria.

CLASSE XXXIX

Produtos alimentares e de consumo

543 — **Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimenticias**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Mostruário de massas alimenticias.

544 — **António Ferreira de Faria**
ANGOLA — *Nova Lisboa*
Massas alimentícias.

545 — **José de Matos Ld.ª**
CABO VERDE — *S. Vicente*
Bolachas.

560 — **On Tai**
MACAU
Farinhas.

557 — **Sociedade Agrícola de Lugela**
MOÇAMBIQUE — *Milange — Quelimane*
Chá.

495 — **Cha Ian Lau**
MACAU
Mostruário de chá.

554 — **Xião Sane**
MACAU
Mostruário de Chá.

566 — **Yee Mow Tai**
MACAU
Chá.

558 — **José Caetano Dias**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Xaropes.

559 — **Fábrica de Cerveja Nacional**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Cerveja, refrigerantes e xaropes.

547 — **The Victoria Cold Storage & Ice Factory Ltd.**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Refrigerantes e xaropes.

551 — **Empreza Lobito Planalto**
ANG· LA — *Lobito*
Refrigerantes.

243 — **Dr. José Augusto Ferro (Herdeiros)**
CABO VERDE — *Tarrafal do Monte de Trigo (S.to Antão)*
Aguardente de cana.

552 — **Valente de Sousa (Dr.)**
INDIA — *Cujirá, Gôa*
Aguardente de cajú.

570 — **Manoel Lopes da Silva Junior**
CABO VERDE — *Ponta do Sol (S.to Antão)*
Agua de mesa.

550 — **Empreza de Agua de Tomo**
CABO VERDE — *S. Vicente*
Agua de mesa.

218 — **Sociedade Agrícola Queluz, Lda.**
S. TOMÉ
Agua de mesa

553 — **Hig Cheong**
MACAU
Vinho chinez.

172 — **Herculano Ferreira**
ANGOLA — *Luanda*
Café moído para consumo.

555 — **Ismael Abookai**
MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*
Farinhas.

CLASSE XL

Ourivesaria e Bijuteria

364 — **Agencia Geral das Colónias**
(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*
Objectos em ouro, prata, marfim, ébano, mugigemba, tartaruga, metal e madeira de laca, confeccionados nas colónias por naturais.

561 — **Veng Hap**
MACAU — *Rua Camilo Pessanha*
Objectos de cobre.

562 — **Cong Cheong Seng**
MACAU — *Rua da Terceira*
Objectos de cobre.

565 — **Manoel de Jesus Pires (Tenente)**
TIMOR
Objectos em prata e chifre de bufalo fabricados por indígenas — Estofos.

DECIMO SEGUNDO GRUPO

Arte, Literatura e Publicidade

CLASSE XLI

Arte indígena

Secção privativa, ao fundo da nave principal do Palácio das Colónias.

440 — Governo da Colónia de Cabo Verde

S. TIAGO — *Praia*

Trabalhos artisticos de adorno, confeccionados por naturais da colónia.
Fotografias.

441 — Governo da Colónia da Guiné

BOLAMA

Trabalhos artisticos de adorno e de caracter etnográfico confeccionados por naturais da colónia
Fotografias.

445 — Governo da Colónia de S. Tomé e Príncipe

S. TOMÉ

Trabalhos artisticos em tartaruga confeccionados por naturais da colónia.
Fotografias.

552 — Governo da Colónia de Angola

LUANDA

Trabalhos artisticos confeccionados por naturais da colónia.

444 — Governo da Colónia de Moçambique

LOURENÇO MARQUES

Trabalhos artisticos de adornos e caracter etnográfico, confeccionados por naturais da colónia.
Fotografias.

442 — Governo Geral da India

NOVA GOA

Trabalhos artisticos em sandalo, metais, madeira lacreada, marfim, tartaruga, vidro, tecidos, bordados, instrumentos músicos. Reprodução de templos e habitações indús, confeccionados por naturais da colónia.
Oleogravuras e fotografias.

443 — Governo da Colónia de Macau

MACAU

Trabalhos artisticos em madeira, prata, tecidos e papel, confeccionados por naturais da colónia.
Fotografias.

446 — Governo da Colónia de Timor

DILI

Trabalhos artisticos em chifre, confeccionados por naturais da colónia.
Fotografias.

364 — Agencia Geral das Colónias

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Estatuetas e manipanços gentilicos.
Trabalhos artisticos em madeira, metais e instrumentos músicos.
Fotografias.

447 — Rev. Manoel Alves da Cunha

ANGOLA — *Luanda*

Trabalhos artisticos de caracter etnográfico, confeccionados por naturais de Angola.

CLASSE XLII

Literatura

Edições feitas expressamente para a Exposição:

Direcção da Exposição

Informação económica do Império
Album fotográfico da Exposição
Conferencia inaugural, pelo Director Técnico da Exposição.
Conferencias proferidas nos dias comemorativos das colónias e outras
Teses dos congressos
História Trágico-Maritima (edição popular)

ANGOLA

Conservas de Peixe (monografia), med. vet. Carlos Baptista Carneiro.
Uige, Gongo e *Bembe* (monografia).
Portos e Caminhos de Ferro (monografia), eng.º Saude e Lemos.
Instrução (monografia), professor Gastão de Sousa Dias.
Fomento pecuário (monografia), med. vet. Almeida de Eça.
Governo de Angola (plaquetes) — estatística de produtos de exportação e importação.

CABO VERDE

Anuário Estatistico de 1933
Propaganda de Cabo Verde (plaquete)

MOÇAMBIQUE

Indigenas da colónia de Moçambique, A. A. Pereira Cabral
A Vida Social, A. dos Santos Figueira, cap.
Breve noticia sôbre estradas, navegação fluvial e aerea, Joaquim Jardim Granger, eng.
Doze dos principais produtos agricolas exportados, Direcção dos serviços agricolas da colónia.

Serviços de Saúde e Higiene

GUINÉ

Monografia, Pereira Cardoso.

125 — **Litografia Nacional do Porto**

PORTO — *Rua de Malmerendas*

No Rumo do Imperio (opusculo).

587 — **Mário Antunes Leitão & Vitorino Coimbra**

PORTO — *Rua da Picaria, 73*

Album-Catálogo ilustrado com monografias — Roteiro da Exposição e Guia Oficial do Visitante.

CLASSE XLIII

Imprensa

Emprezas jornalistas que editaram números especiais dedicados á Exposição:

Metrópole

«Comercio do Porto Colonial», edição diária privativa da Exposição, redigida, composta e impressa no recinto — Porto
«O Seculo» — Lisboa
«Diário da Manhã» — Lisboa
«Diário de Noticias» — Lisboa
«O Primeiro de Janeiro» — Porto
«Civilisação» — Porto
«Portugal Colonial» — Lisboa
«A Terra» — Coimbra
«Gazeta das Aldeias» — Porto
«Acção Colonial» — Porto
«Boletim Geral das Colónias» — Lisboa
«Mundo Português — Lisboa.

Ultramar:

«A Provincia de Angola» — Luanda
«Ultima Hora» — Luanda
«A Voz do Planalto» — Nova Lisboa
«Noticias de Cabo Verde» — S. Vicente.

DECIMO TERCEIRO GRUPO

Propaganda, turismo, educação física

CLASSE XLIV

Propaganda e turismo

364 — **Agencia Geral das Colónias**

LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Secção privativa no Palácio das Colónias demonstrando a sua acção na propaganda das colónias por meio de publicações (Boletim Geral das Colónias, Mundo Português, Relatórios, Monografias, etc.), sessões de cinema, conferencias e colaboração em exposições nacionais e internacionais. — Concurso de Literatura Colonial — Recortes e informações para a Imprensa — Publicidade — Fornecimentos para as colónias — Venda de valores selados — Informações para o público e organismos oficiais sôbre assuntos do Império.

(DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA)

Edições de numeros comemorativos do *Boletim Geral das Colónias* e do *Mundo Português*.

(DIVISÃO DE PROPAGANDA)

Cedência de documentários coloniais para propaganda pelo cinema na Exposição.

Pavilhão especial na Avenida da India

Direcção da Exposição

Fotografias de belezas panoramicas das colónias portuguesas; de hoteis de Lourenço Marques, Lobito e Macau.
Cartas venatórias das colónias de Angola, Moçambique e India.
Animais embalsamados e cabeças dissecadas. Peles e armaduras.
Armas de caça.

441 — **Governo da Colónia da Guiné**

BOLAMA

Carta venatória da colónia.

451 — **Direcção dos Serviços de Administração Civil da Colónia de Moçambique**

MOÇAMBIQUE — *Lourenço Marques*

Grupo de animais embalsamados da fauna da colónia: um cudo, um cocone, um inhiala, um pala-pala, um chango, um cabrito, um impala macho e uma femea.
Uma cabeça de elefante.
Albuns e fotografias.

381 — **Direcção dos Serviços de Pecuária de Angola**

ANGOLA — *Luanda*

Dois exemplares de palanca negra, embalsamadas.
Um jacaré, embalsamado.
Cabeças de antilopes, dissecadas.

364 — **Agencia Geral das Colónias**

(DIVISÃO DE PROPAGANDA) — LISBOA — *Rua da Prata, 34*

Um jacaré, embalsamado. Peles de animais. Cabeças de animais.
Fotografias.

337 — **Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**

PORTO

Esqueleto dum gorila — Craneos de antilopes.

568 — **Henrique Malta Galvão**
LISBOA — *Avenida Presidente Wilson, 101, 2.º.*
Despojos de animais, armas e fotografias de caça. Cabeças dissecadas.

304 — **António Cardoso de Menezes**
ANGOLA
1 cabeça de um cavalo marinho.

569 — **Mimoso Moreira**
LISBOA — *Avenida Almirante Reis, 153 3.º*
Fotografias de belezas panoramicas das colónias portuguesas.

148 — **Conselho Nacional de Turismo**
LISBOA — MINISTERIO DO INTERIOR

Pavilhão privativo na Avenida da India

Propaganda das belezas turisticas de Portugal e Ilhas Adjacentes - Planos relêvos e dioramas — Itenerários, informações, distribuição de publicações e folhetos.

280 — **Jornal « O Século »**
LISBOA
Propaganda
Avenida da India.

146 — **João Camacho Pereira**
PORTO — *Rua Sá da Bandeira, 163-2.º*
Propaganda, turismo e recordações regionais
Pavilhão privativo na Avenida da India.

227 — **Manuel da Silva Braga**
Agencia de Publicações
Pavilhão privativo Rua da Guiné

146 — **Viagens « Latina »**
Turismo
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

54 — **Jornal « O Comércio do Porto »**
PORTO — *Avenida dos Aliados, 107*
Jornal (edição diária manufacturada no seu Pavilhão privativo na Rua Lourenço Marques).

Pavilhão da Corunha
Turismo
Avenida da India.

Pavilhão de Vigo
Turismos
Avenida da India.

CLASSE XLV

Desportos

Direcção da Exposição
Fotografias de jogos e associações desportivas, de grupos de escoteiros e de jogos praticados por naturais das colónias.

DECIMO QUARTO GRUPO

Etnografia

CLASSE XLVI

Usos e costumes

Nave central do Pavilhão das Colónias

407 — **Instituto de Antropologia da Universidade do Porto**
PORTO
Estudos etnográficos e antropometricos — Documentários de antropologia — Mascaras e craneos de naturais das colónias — Bibliografia — Fotografias.

408 — **Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**
PORTO
Estudos de anatomia sôbre naturais das colónias — Bibliografia — Fotografias.

448 — **Missão Católica de Luanda**
ANGOLA — *Luanda*
Trabalhos artisticos de caracter etnográfico, confeccionados por naturais de Angola (cadeiras de sobas, armas, escultura em pedra e madeira, ceramica, adornos em metal) etc.

449 — **Missão Católica de Cabinda**
CONGO PORTUGUÊS
Trabalhos em fibras e rafia.

450 — **Missão Portuguesa de S. Jerónimo de Magude**
MOÇAMBIQUE
Ceramica artistica.

451 — **Clarimundo de Faria Andrade**
CABO VERDE — *Brava*
Trabalhos em madeira.

566 — **Pedro Cirilo Gomes**
CABO VERDE — BRAVA
Trabalhos em ouro, tartaruga e prata

567 — **Jorge de Barros (Cap.)**
ANGOLA — *Luanda*
Colecção de manipanços gentílicos.

Pavilhão de etnografia na Avenida da India

440 — **Governo da Colónia de Cabo Verde**
S. TIAGO — PRAIA
Documentário etnográfico.

441 — **Governo da Colónia da Guiné**
BOLAMA
Documentário etnográfico.

445 — **Governo da Colónia de S. Tomé e Principe**
S. TOMÉ
Documentário etnográfico.

452 — **Governo da Colónia de Angola**
LUANDA
Documentário etnográfico.

444 — **Governo da Colónia de Moçambique**
LOURENÇO MARQUES
Documentário etnográfico.

442 — **Governo da India**
NOVA GOA
Documentário etnográfico.

443 — **Governo da Colónia de Macau**
MACAU
Documentário etnográfico.

446 — **Governo da Colónia de Timor**
DILI
Documentário etnográfico.

Direcção da Exposição

Reprodução do Arco dos Viso-Reis da India, e do Farol da Guia, de Macau, na Avenida da India; pavilhões alegoricos de S. Tomé, India e Macau; aldeias gentílicas povoadas por naturais de Angola, Moçambique e Guiné; postos de provas de cafés coloniais de Cabo Verde e S. Tomé; posto de provas de chá colonial.

Palhotas e instalações com artifices negros trabalhando à vista do público.

DECIMO QUINTO GRUPO

Instrumentos e processos gerais das ciencias, das letras e das artes

CLASSE XLVII

Instrumentos científicos

36 — **António Pereira Soares**
PORTO — *Travessa de Cedofeita, 45*
Material para Hospitais
Galeria na Nave Central.

258 — **Martins & Irmão, Suc.**
FELGUEIRAS — *Longra*
Material para Hospitais.

Artes plásticas

Escultura

Américo Gomes
António Alegre Sampaio e Melo
Branca de Alarcão
Henrique Moreira
Souza Caldas

Pintura

Abeilard de Vasconcelos
Alberto da Silva e Sousa (Dr.)
Jorge Barradas
José Luis Brandão de Carvalho
Leal da Camara
Mário Eduardo
Maria da Fonseca Rozeira
Octavio Sergio
Ventura Júnior

Desenho

Armando Bruno
Fernando de Oliveira
Roberto dos Santos.

Gravura

António Manoel Sarume.

Fotografia

Acácio Benamor Lopes
Alexandre Teodoro dos Santos Fonseca
António Lebre (Dr.).
Beatriz Frias
Carriço (Dr.)
Júlio Worm
Manuel de Oliveira (Fotografia Portugalia)
Mário Cardoso

Organismos e firmas particulares

EXPOSITORES DAS COLÓNIAS

Nave da ala direita do Palácio das Colónias

147 — **Companhia da Zambezia**
MOÇAMBIQUE
Copra, sizal e seus derivados.

247 — **Companhia Agrícola e Fabril da Guiné**
GUINÉ — BOLAMA
Oleaginosas.

264 — **Société du Madal, Bobone, Bonet & Cie.**
MOÇAMBIQUE
Cópra.

251 — **Companhia do Borôr**
MOÇAMBIQUE
Oleaginosas e sizal.

293 — **Companhia Colonial do Buzi**
MOÇAMBIQUE
Açucar, algodão, alcool deshidratado puro e alcool desnaturado. — Carburantes.

222 — **Companhia Geral dos Algodões de Angola**
LUANDA — MALANGE
Algodão.

189 — **Société Coloniale Luzo-Luxembourgeoise**
MOÇAMBIQUE
Algodão.

249 — **Compagnie Cottoniere du Mozambique**
BRUXELAS
Algodão.

292 — **Companhia de Cabinda**
LISBOA — *Rua Ivens*
Cacau, café e madeiras.

363 — **Sociedade de Geografia de Lisboa**
LISBOA — *Rua Eugénio dos Santos*
Marfim (pontas de)

324 — **João Lima Gomes**
FARIM — GUINÉ
Madeiras.

570 — **A. Rosa Cabral**
MOÇAMBIQUE
Madeiras.

— **Silva & Silva**
ANGOLA
Madeiras.

571 — **Luíz Gonçalves Durão (Fábrica de Solas de Maputo)**
LOURENÇO MARQUES
Mostruário de peles cortidas de vários animais e reptis, próprias para calçado e malas de senhora.

226 — **António Duarte Peão**
ANGOLA — HUMPATA
Solas e peles cortidas.

572 — **Fábrica de Cortumes «Lola»**
ANGOLA
Peles cortidas.

220 — **Sociedade Industrial de Tabacos de Angola Lda. (Sital)**
ANGOLA — LUANDA
Ramas de tabaco e tabaco em fio — Manipulação e cartonagens.

573 — **Alfredo Martins Ferreira**
ANGOLA — LOLA
Tabacos
Manocas de tabaco.

574 — **Sindicato de Pesca de Mossamedes**
ANGOLA — MOSSAMEDES
Mostruário de peixe preparado e oleos de peixe — Embalagens.

272 — **Soc. Salins du Cap-Vert**
CABO VERDE — SAL
Sal.

575 — **Francisco da Silva Lobo**
MOÇAMBIQUE
Produtos agrícolas — Buzios — Mica.

576 — **Armando Coelho da Cruz (Fazenda Figueirense)**
ANGOLA — NOVA LISBOA
Mostruário de produtos agrícolas.

216 — Monteiro de Barros, Lda.
LOURENÇO MARQUES
Mandioca e derivados.
Compotas.

577 — Sindicato Agrícola do Paul
CABO VERDE
Mostruário de produtos agrícolas da colónia.

273 — José Antunes de Oliveira
CABO VERDE — S. VICENTE
Produtos agrícolas.

274 — João de Deus Homem
CABO VERDE — S. VICENTE
Produtos agrícolas.

278 — Sindicato Agrícola do Planalto de Malange
ANGOLA — MALANGE
Produtos agrícolas.

311 — António Domingues Ferreira (Fazenda Ventura)
ANGOLA — BELA VISTA
Sementes de trigo.

171 — Companhia Industrial e Agrícola da Huila
LUBANGO — SÁ DA BANDEIRA
Madeiras, farinha de trigo e solas.

277 — António do Couto Pinto
MALANGE — QUISSOL
Açúcar e cereais.

287 — Fazenda Aurora, Lda.
ANGOLA — BAILUNDO
Sizal e cordas.

217 — Grémio de Milho Colonial Português
LISBOA
Mostruário comercial de milho e gráficos.

23 — Companhia do Açúcar de Angola
ANGOLA — LUANDA
Açúcar, Oleo de Palma, Coconote e Milho
Maqueta da «Refinaria Angola» em Matosinhos.

118 - Sena Sugar States, Ltd.
MOÇAMBIQUE
Açucar.
Maqueta da «Refinaria Colonial» na Avenida da India em Lisboa.

137 — Sociedade Agrícola do Cassequel
ANGOLA — CATUMBELA
Açucar e alcool.

225 — Companhia Agrícola do Cazengo
ANGOLA
Cafés.

224 - Companhia Agrícola de Angola (Cada)
ANGOLA — PORTO AMBOIM
Cafés.

221 — Companhia do Seles
ANGOLA — CUANZA-SUL
Café e oleaginosas.

185 — Marques Seixas & C.ª, Lda.
ANGOLA — NOVO REDONDO
Café, oleaginosas e cereais.

268 - Francisco Mantero, Lda.
LISBOA — *Rua de S. Nicolau, 26-1.º*
Café, cacau e oleaginosas.
Mostruário comercial.

167 — Companhia da Ilha do Príncipe
S. TOMÉ
Cacau e café.

241 — Sociedade de Agricultura Colonial
S. TOMÉ
Cacau, café e oleaginosas.

282 — Companhia Agrícola das Neves
S. TOMÉ
Cacau.

284 — Manoel Caroça (Dr.)
S. TOMÉ
Cacau.

283 — Roça Praia das Conchas
S. TOMÉ
Cacau.

285 — Sociedade Agrícola Terras de Monte Café, Lda.
S. TOMÉ
Cacau e café.

295 — Companhia Agrícola Angolares
S. TOMÉ
Cacau.

169 — Companhia da Roça da Bôa Entrada
S. TOMÉ
Cacau e oleaginosas.

218 — Sociedade Agrícola Queluz, Lda.
S. TOMÉ
Amostras de cacau; agua de mesa.

32 — Sociedade de Chá Oriental
MOÇAMBIQUE — *Milange*
Mostruário comercial de chá.

314 — Souza Leal & C.ª, Lda.
ANGOLA — *Dembos*
Café.

Sociedade Oleaginosas da Quissanga, Lda.
CONGO — SANTO ANTÓNIO DO ZAIRE
Oleaginosas.

252 — Companhia Colonial de Angoche, Lda.
MOÇAMBIQUE
Sizal.

Pavilhão da Companhia de Moçambique

Pavilhão privativo na rua da Beira

PRIMEIRO GRUPO

Secção retrospectiva

CLASSES I E II

Descobertas — Conquista e Colonização

Carta histórica pintada em tela transparente, iluminada, indicando os limites do antigo império do Monomotapa e dos outros estados indígenas em que se dividia no comêço do século XVI o território actualmente administrado pela Companhia. Traçado do percurso seguido pelas expedições de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem.

Três quadrados alusivos à epopeia das descobertas e conquistas, simbolizando as viagens marítimas, a penetração no interior e a submissão do indígena.

Reconstituição da fortaleza de Sofala, em maqueta.

Portal de Sena, em maqueta.

Duas peças de artilharia que estiveram na fortaleza de Sofala. Três blocos de pedra retirados das ruínas da mesma fortaleza.

Maqueta do projecto do monumento comemorativo da ocupação portuguesa na Africa Oriental.

Reprodução em maqueta do monumento erguido em Macequece aos pioneiros da colonização.

Espada que pertenceu ao major Luís Inácio da Assunção.

Alegorias e legendas marcando as fases principais da conquista e ocupação militar.

SEGUNDO GRUPO

Orgânica Colonial

CLASSE III

Poder central

Planisfério mostrando o Império Colonial Português e localizando o Território administrado pela Companhia, com a indicação da sua área.

Gráfico decorativo estabelecendo a ligação da acção administrativa da Companhia com o poder central e outros organismos oficiais.

Sêlos postais emitidos pela Companhia em vários anos.

TERCEIRO GRUPO

CLASSE IV

Povoamento europeu

Carta do Território marcando por nacionalidades as áreas concedidas para explorações agrícolas.

Cinco quadros representando um interior duma fábrica de algodão, um barco de pescadores poveiros, uma fábrica de açúcar, um carregamento de fardos de sizal e uma oficina de marcenaria.

Fotografias reproduzindo aspectos de herdades e habitações de agricultores.

QUARTO GRUPO

Política indígena

CLASSE V

Curadoria

Maqueta dum Tribunal privativo dos Indígenas, em Vila Machado.
Cadernetas de trabalho.

QUINTO GRUPO

Assistência técnica, social, económica e financeira

CLASSE VII

Instrução nas colónias

Maqueta da Escola de Artes e Ofícios da Beira.
Maqueta da Escola Primária «Caldas Xavier», em Vila Pery.
Quadros e legendas sôbre o número de estabelecimentos de ensino e frequência escolar.
Documentários sôbre o ensino.

CLASSE VIII

Medicina e higiene

Maqueta do hospital indígena da Beira.
Quadros e legendas sôbre serviços de assistência médica, higiene e movimento hospitalar.
Fotografias reproduzindo aspectos de enfermarias, salas de operações e laboratórios dos hospitais.

CLASSE IX

Assistência espiritual

Quadro sôbre o movimento das missões religiosas em 1933.
Fotografias reproduzindo aspectos da acção missionária.

CLASSE X

Assistência científica

Gráfico sôbre serviços de meteorologia e climatologia.
Triangulação e cadastro geométrico da Circunscrição de Chimoio.
Colecção entomológica.
Carta topográfica da Beira e arredores.

CLASSE XI

Urbanização

Mapa luminoso indicando, em referencia aos anos de 1892, 1902, 1912, 1922 e 1932, o progresso do Território em estradas, caminhos de ferro, escolas, hospitais, enfermarias, estações postais, telegráficas e de T. S. F.
Diorama representando a cidade da Beira em 1892 e um trecho da mesma cidade em 1933.
Positivos em vidro, iluminados, mostrando a transformação da cidade da Beira desde 1888 a 1934.
Projecto de urbanização da cidade da Beira.
Quadro marcando o aumento da população do Território.
Maqueta do edifício da secretaria da Circunscrição de Sena.
Tríptico reproduzindo aspectos da cidade da Beira.
Fotografias de hoteis, estabelecimentos comerciais, edifícios públicos e particulares.

SEXTO GRUPO

Transportes, vias de comunicação e transmissão

CLASSE XIV

Portos

Diorama representando o pôrto da Beira.
Modêlo, com luz, do farol de Macuti.
Três quadros indicando a evolução do movimento do pôrto da Beira em navios entrados, passageiros e mercadorias, com referências estatísticas sôbre os anos de 1892, 1902, 1912, 1922 e 1932.
Modêlo da draga «Pungué».
Modêlo do vapor «Marquês de Fontes».
Esbôço geográfico mostrando a zona de influência económica do pôrto da Beira.
Quadro figurando o pôrto da Beira depois de concluídas as obras projectadas.
Plano hidrográfico do fundeadouro do pôrto da Beira.
Plano hidrográfico do pôrto e barra da Beira.
Positivos em vidro, iluminados, mostrando desde 1892 as várias fases de construção da ponte-cais e das obras do pôrto da Beira.

CLASSE XV

Caminhos de ferro

Carta do Território indicando as linhas férreas existentes.

Quadros sôbre o movimento de passageiros e mercadorias nas linhas ferroviárias.

Diorama da ponte sôbre o Zambeze.

Fotografias reproduzindo material circulante, pontes e outras obras de arte nas linhas férreas.

CLASSE XVII

Comunicações em geral

Carta do território com indicação de estradas, estações postais, telegráficas e telefónicas.

Quadros estatísticos sôbre serviços postais e telegráficos.

SETIMO GRUPO

Agricultura e florestas

CLASSE XVIII

Processos de cultura e exploração

Fotografias de instalações, propriedades agrícolas, máquinas e alfaias.

CLASSE XIX

Matérias primas, alimentares e industriais

Matérias primas.
Plantas medicinais.
Especiarias.
Cereais e legumes.

CLASSE XX

Produtos florestais

Colecção de madeiras.

OITAVO GRUPO

Pecuária

CLASSE XXII

Produtos e derivados

Peles, marfim, chifres, despojos de animais

NONO GRUPO

Produtos do sub-solo

CLASSE XXIII

Minérios

Colecção dos principais minérios do Território.

Carta geológica da região de Manica.

CLASSE XXIV

Exploração e extracção de minérios

Fotografias de galerias de minas.

Reproduções fotográficas duma draga para pesquisa de ouro.

Estatísticas de produção mineira.

DÉCIMO GRUPO

Comércio

CLASSE XXV

Expansão comercial

Gráficos estatísticos da balança comercial.

Quadro sôbre as principais exportações.

Gráfico da produção de algodão.

DÉCIMO PRIMEIRO GRUPO

Indústrias em geral

CLASSE XXVIII

Açucar

Diorama das instalações fabris da Companhia Colonial do Buzi.

Amostras de açúcar, tipos de consumo.

Gráficos da produção da Companhia Colonial do Buzi e das fábricas de Caia e Marromeu.

CLASSE XXIX

Oleos e sabões

Amostras de sabões e óleos produzidos no Território.

CLASSE XXX

Tabacos

Fotografias da emprêsa de tabacos da Beira.

Amostras de cigarros e picados.

CLASSE XXXIV

Artes gráficas

Trabalhos de tipografia e encadernação.

Fotografia artística.

CLASSE XXXV

Indústria textil e de vestuário

Artigos de indumentária regional.

CLASSE XXXVII

Ceramica e vidros

Bilhas, vasos, pratos e outros artigos de ceramica indígena para uso doméstico.

CLASSE XXXVIII

Mobiliário

Mobília de escritório confeccionada com madeira do território.

Cadeiras. Colunas. Mesas com embutidos.

CLASSE XXXIX

Produtos alimentares e de consumo

Oleos comestíveis.
Refrigerantes.
Frutas.

CLASSE XL

Ourivesaria e bijutaria

Trabalhos em ouro e prata, fabricados por indígenas da Zambézia.

Artigos em marfim, ébano e madeiras exóticas.

DÉCIMO SEGUNDO GRUPO

Arte, literatura e publicidade

CLASSE XLI

Arte indígena

Estatuetas e manipansos.
Instrumentos musicais.

CLASSE XLII

Literatura

Livros, boletins e outras publicações de carácter económico e científico sôbre o território.

DÉCIMO TERCEIRO GRUPO

Propaganda, turismo, educação física

CLASSE XLIV

Propaganda e turismo

Carta do território indicando as zonas de caça.

Documentário fotográfico do território e monografia.

Monografia da cidade da Beira.

Fotografias reproduzindo paisagens e belezas panorâmicas.

CLASSE XLV

Desportos

Fotografias de sedes de clubes desportivos, de grupos de escoteiros e de aulas de educação física em estabelecimentos de ensino.

DÉCIMO QUARTO GRUPO

Etnografia

CLASSE XLVI

Usos e costumes

Quatro bustos, em gesso, de tipos indígenas.

Carta etnográfica do Território. Fotografias de tipos indígenas pertencentes a treze sub-raças.

Reproduções fotográficas de tipos e costumes indígenas.

Palhotas onde trabalham, à vista do público, um ourives, um torneiro e um tecelão.

Expositores da Metropole

DECIMO SEXTO GRUPO

Artigos e produtos de exportação

Nave da ala esquerda do Palácio das Colónias

CLASSE XLVIII

Produtos alimentares

13 — **Instituto do Vinho do Porto**
PORTO — *Palácio da Bolsa*
Vinhos do Porto
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

135 — **Tenório & Madeiras, Lda.**
SETUBAL — *Rua Oriental do Mercado*
Conservas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

20 — **José António Cabral & Filho**
MATOZINHOS — *Avenida Meneres*
Conservas
Nave dos Expositores da Metrópole.

91 — **Brandão & C.ª, Lda.**
OVAR
Conservas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

97 — **Simões & Irmão, Lda.**
PORTO — *Rua do Almada, 179-1.º*
Azeite Santa Cruz
Stand da Nave dos Expositores da Metrópole.

15 — **Companhia União Fabril**
PORTO — *Rua da Piedade*
Cervejas e laranjadas
Nave dos Expositores da Metrópole.

67 — **Companhia Arrozeira Mercantil**
PORTO — *Rua da Reboleira*
Preparação de arroz
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

68 — **Sociedade Mercantil e Industrial, Lda.**
PORTO — *Rua Infante D. Henrique, 75-1.º*
Preparação de arroz
Stand da Nave dos Expositores da Metrópole.

81 — **Sociedade Industrial Aliança**
PORTO — *Rua Santos Pousada, 340*
Bolachas e chocolates
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

255 — **Fábrica de Chocolates «Favorita» Lda.**
LISBOA — *Rua António Maria Baptista, 7*
Chocolates e Bombons
Nave dos Expositores da Metrópole.

286 — **Macieira & C.ª Lda.**
LISBOA — *Rua Ivens, 47*
Aguardente.

No exterior

4 — **A. A. Cálem & Filho, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Avenida da Índia.

181 — **Morgado & Silva**
VILA NOVA DE GAIA — *R. General Torres, 442*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Avenida da Índia.

153 — **Sociedade dos Vinhos António Ferreira Meneres, Suc.**
VILA NOVA DE GAIA — *Cais da Fontinha*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

1 — **Adriano Ramos Pinto & Irmão, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA — *Av. Ramos Pinto*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

37 — **Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto (Ferreirinha)**
PORTO — *Rua do Infante, 83*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

254 — **Constantino de Almeida, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo nas Escadas de Dily.

5 — **Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro**
PORTO — *Rua das Flores, 69*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua do Lobito.

256 — **Wiesse & Krohn, Suc.**
VILA NOVA DE GAIA — *Rua Serpa Pinto*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua do Lobito.

257 — **Miguel de Souza Guedes & Irmão, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA — *Carvalhosa, 2*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo na Rua do Lobito.

120 — **António da Rocha Leão, Suc.**
VILA NOVA DE GAIA — *Rua da Bica, 12*
Vinhos do Porto
Pavilhão privativo R. de Timor.

119 — **A. Pinto dos Santos Junior & C.ª**
VILA NOVA DE GAIA — *Rua da Bica, 12*
Vinhos do Porto
Rua de Lourenço Marques.

182 — **Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes**
PORTO — *Rua do Triunfo, 42*
Vinhos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

180 — **Sociedade dos Vinhos Borges & Irmão, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA — *Avenida da Republica, 796*
Vinhos
Pavilhão privativo nas escadas de Nova Gôa.

195 — **Casa do Douro**
REGUA
Vinhos
Pavilhão privativo na Escadaria de Macau.

165 — **Caves da Raposeira**
LAMEGO
Vinhos Espumantes naturais
Pavilhão privativo na Rua de Santo António do Zaire.

266 — **Fábrica Ancora**
LISBOA — *Alecrim, 32*
Licores
Pavilhão privativo na Rua do Lobito.

99 — **Fábrica Victória, Lda.**
LISBOA — *R. Capitão Humberto Ataide, 13*
Licôres
Pavilhão privativo no Largo de Cabo Verde.

193 — **A. Jaime de Albergaria**
PORTO — *Avenida Camilo, 170*
Ponche e licores.
Stand na Calçada de Nova Gôa.

109 — **Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas**
PORTO — *Rua da Cancela Velha*
Aguas minerais.
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

248 — **Assis & C.ª (Empreza das Aguas de Moura)**
LISBOA — *Rua dos Sapateiros, 26*
Aguas
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

15 — **Companhia União Fabril Portuense**
PORTO — *Rua da Piedade, 146*
Cervejas
Pavilhão privativo na Avenida da India.

145 — **Figueirôa & Esteves, Lda.**
PORTO — *Rua Santo Ildefonso, 76*
Ponche Rei de Siam e Licores
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

6 — **Sociedade Mercantil do Porto**
PORTO — *Rua Santo Ildefonso, 434*
Azeites, Frutas e Productos Agrícolas
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

136 — **Leitaria da Quinta do Paço**
PORTO — *R. Guilherme G. Fernandes, 49*
Lacticinios e manteigas
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

263 — **Sociedade de Productos Agricolas**
AVANCA
Farinhas
Pavilhão privativo na Rua do Lobito.

32 — **Sociedade de Chá Oriental**
MOÇAMBIQUE — MILANGE
Chá Celeste
Pavilhão privativo na Avenida da India.

155 — José Ferreira Botelho
PORTO — *R. Mousinho da Silveira, 140-1.º*
Sementes de batata e café das colónias
Pavilhão privativo na Avenida da India.

121 — Maurício de Andrade
PORTO — *Rua de Cedofeita, 293*
Café
Pavilhão privativo na Avenida da India.

CLASSE XLIX

Vestuário

Nave da ala esquerda do Palacio das Colónias

73 — Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça
PORTO — *Travessa da Fábrica*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

74 — Companhia Fiação e Tecidos do Porto
PORTO — *Rua Fernão de Magalhães, 53*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

69 — Companhia Fiação Portuense
PORTO — *Rua Fernão Magalhães, 1*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

19 — Fábrica Fiação e Tecidos Campo Alegre
PORTO — *Rua Campo Alegre, 490*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

76 — Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela
Nave dos Expositores da Metrópole.
Pavilhão privativo na Avenida da India.

51 — Empreza Textil da Cuca, Lda.
PORTO — *Rua Passos Manuel, 58*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

18 — Fábrica de Branqueação e Acabamentos
PORTO — *Rua do Breiner, 86*
Tecidos
Pavilhão privativo na Nave dos Expositores da Metrópole e na Avenida da Índia

47 — Fábrica de Tecidos Avenida, Lda.
PORTO — *Avenida da Boavista*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

66 — Carlos Joaquim Tavares, Suc.
PORTO — *R. Joaquim Ant. de Aguiar, 146*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

40 — António de Oliveira Borges
PORTO — *Avenida Rodrigues de Freitas*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

105 — Companhia Fiação e Tecidos de Guimarães
GUIMARÃES — *Avenida Miguel Bombarda*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

82 — Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda.
PORTO — *Avenida dos Aliados, 66-2.º*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

85 — Fábrica de Estamparia de Lavadores, Lda.
VILA NOVA DE GAIA — *Afurada—Lavadores*
Estamparia
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

107 — Fábrica de Lanifícios de Lordelo
PORTO — *Rua de Serralves, 351*
Lanifícios
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

95 — Mário Soares Peixoto
PORTO — *Rua da Carcereira, 1117*
Lanifícios
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

87 — Santos & Lima
PORTO — *Rua Costa Cabral*
Sêdas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

42 — Empreza Industrial de Sampedro, Lda.
PORTO — *Rua Belmonte, 12-1.º*
Tecidos de Linho
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

43 — **Santos & Filhos**
PORTO — *Rua Oliveira Monteiro, 724*
Malhas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

61 — **Fernando Barbosa & Irmão**
PORTO — *Rua Anselmo Braancamp, 505*
Malhas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

3 — **Mesquita Pimentel**
PORTO — *Rua Barão de S. Cosme, 53*
Sedas para gravatas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

55 — **Empreza do Calçado Atlas**
PORTO — *Rua Herois de Chaves, 624*
Calçado.
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

79 — **Artur Gonçalves da Silva**
VILA NOVA DE GAIA — *R. 14 de Outubro, 245*
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

50 — **Consórcio de Chapelaria**
PORTO — *Rua do Bomjardim, 551-1.º*
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

62 - **Chapelaria Batista**
PORTO — *Rua Formosa, 285*
Chapeus
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

200 — **José Priéto Pérez**
PORTO — *Rua dos Caldeireiros, 137-2.º*
Suspensórios
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

34 — **Camisaria Confiança**
PORTO — *Rua de Santa Catarina*
Roupa Branca
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

106 — **União dos Botoeiros, Lda.**
PORTO — *Rua Coronel Pacheco, 10*
Botões
Nave dos Expositores da Metrópole.

38 — **Manuel de Souza Lopes «Spol»**
PORTO — *Rua do Teatro S. João, 23*
Botões e fivelas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

108 — **Armando Pinto & Irmão**
PORTO — *Rua de Santa Catarina, 17*
Acessórios para fiação e tecelagem
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

90 — **A. C. da Cunha Morais, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA — *Crestuma*
Fitas de Algodão
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

96 — **António Gomes de Souza F.º & C.ª**
PORTO — *Rua da Lomba, 153*
Fitas elásticas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

No exterior

35 — **Azevedo Soares & C.ª, Lda.**
PORTO — *Rua da Areosa*
Tecidos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole e Pavilhão privativo na Avenida da India.

76 — **Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela, Lda.**
PORTO — *Rua das Carmelitas, 26*
Tecidos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

28 — **Companhia Rio Ave**
VILA DO CONDE
Tecidos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

18 — **Fábrica de Branqueação e Acabamentos, Lda.**
PORTO — *Rua do Breiner*
Pavilhão privativo na Avenida da India.

33 — **Fábrica Fiação e Tecidos A. J. Silva Pereira**
VILA NOVA DE FAMALICÃO — *Minho-Bairro*
Tecidos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

94 — **Companhia Fabril de Salgueiros**
PORTO — *Rua da Constituição*
Tecidos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

46 — **Companhia Fabril do Cávado**
PORTO — *Rua Passos Manuel, 24*
Tecidos
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

322 — **Francisco Otero Salgado, Lda.**
LISBOA — *Travessa Horta Maria*
Estamparia
Pavilhão da C.ª do Rio Ave, na Avenida da Índia.

151 — **Bosch e Baylina**
VILA NOVA DE GAIA — *Rua Soares dos Reis*
Malhas
Pavilhão privativo na Avenida da Índia.

156 — **Afonso Cesar de Pádua Correia**
PORTO — *Rua Antônio Carneiro, 302*
Tecidos de sêda
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

185 — **Marques Seixas & C.ª (Industrias Textis Reunidas)**
Sedas
Pavilhão privativo na Rua de Dily

160 — **M. Alves Ribeiro em C.ta**
PORTO — *Rua de Anibal Patricio, 410*
Sedas
Pavilhão privativo na Escadaria de Macau.

134 — **Adão Machado & Silva**
PORTO — *Largo dos Loios, 9*
Camisaria
Pavilhão privativo no L. de Cabo Verde.

117 — **Joaquim da Costa Oliveira & C.ª**
PORTO — *Rua Silva Brinco, 243*
Meias
Pavilhão privativo no L. de Cabo Verde.

139 — **Candida Celeste Nogueira Alves**
PORTO — *Rua da Boa Hora, 15*
Roupa de Senhora
Pavilhão privativo na Avenida da Índia.

186 — **Ramiro Eurico Guimarães**
PORTO — *Rua Sargento Abilio, 23*
Artigos de Malha
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

174 — **Emilia da Silva Carvalho**
PORTO — *Rua Santos Pousada, 99*
Rendas e roupa de senhora
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

230 — **Casa das Gabardines**
PORTO — *Rua Santa Catarina, 134*
Gabardines
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

CLASSE L

Artigos diversos

Nave da ala esquerda do Palácio das Colónias

11 — **Manuel Ferreira Gomes**
LISBOA — *Amadora*
Perfumarias.
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

71 — **Fábrica de Pentes, Lda.**
PORTO — *R. Elisio de Melo, 28*
Pentes
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

22 — **Joaquim José Ribeiro, Suc.**
PORTO — *Largo do Corpo da Guarda, 2*
Malas de Viagem
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

41 — **J. Carvalho & Irmão**
FAMALICÃO
Relógios
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

101 — **Fábrica de Penas de Aço de Zeferino Alves Moreira**
PORTO — *Monte dos Burgos*
Penas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

53 — **Fábrica do Papel do Caima**
PORTO — *Avenida dos Aliados, 107*
Papel
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

125 — **Litografia Nacional**
PORTO — *Rua de Malmerendas, 22*
Trabalhos de Litografia
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

58 — **Floriano Barandela**
PORTO — *Rua Nova de S. Crispim, 329*
Artigos para Automóveis
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

122 — **Vieira & Reis, Lda.**
PORTO — *Rua da Constituição, 302*
Cortumes
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

80 — **Aurélio António Domingos & C.ª, Lda.**
PORTO — *Rua Justino Teixeira, 169*
Artigos de Aluminio
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

78 — **Empreza Electro-Ceramica**
VILA NOVA DE GAIA
Ceramica
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

75 — **Fábrica de Cortumes do Seminário**
PORTO — *Avenida Baltazar Guedes*
Cortumes
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

89 — **A Primorosa, Lda.**
PORTO — *Travessa da Paz, 22*
Arte Metalurgica
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

56 — **Electro Bazar Angelo & Irmão**
PORTO
Brinquedos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

25 — **Ricardo Augusto Pereira**
PORTO — *Rua da Alegria, 1037*
Banheiras e ferragens
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

86 — **Imperial Textil, Lda.**
PORTO — *Rua da Quinta Amarela*
Passamanarias e Fios Eléctricos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

52 — **Fábrica de Tapetes de Beiriz**
POVOA DE VARZIM — *Calves*
Tapetes
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

70 — **Pimentas & C.ª**
PORTO — *Rua do Almada, 167-1.º*
Capachos, Tapetes e Linhagens
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

193 — **A. Jaime Albergaria, Filho**
PORTO — *Avenida Camilo, 170*
Ponche, Licores, etc.
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

212 — **Perfumaria Confiança**
BRAGA
Perfumes e Sabonetes
Nave dos Expositores da Metrópole.

111 — **Mendes Pereira, F.º, Lda.**
LISBOA — *Campo Grande, 390*
Tintas
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

104 — **Eduardo Pereira Pinto & F.º**
PORTO — *Rua do Bomjardim, 437-A*
Acessórios para fiação e tecelagem
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

29 — **Sociedade dos Produtos Taipas, Lda.**
PORTO — *Rua Alexandre Herculano, 297*
Sabonetes
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

92 — **Ernesto Augusto Grilo**
PORTO — *Rua Aliança, 54*
Artigos Metalurgicos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

88 — **A Portucalense Editora, Lda.**
BARCELOS — *Rua D. António Barroso*
Livraria
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

77 — **A Aluminia, Lda.**
PORTO — *R. da Pasteleira, 219 (Lordelo)*
Artigos de Aluminio
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

10 — **A Bisalia, Lda.**
PORTO — *Rua Passos Manuel, 40*
Vidros e Espelhos
Stand na Nave dos Expositores da Metrópole.

Salão de objectos de arte — antiga sala de chá

236 — **A. Salgado**
PORTO — *Rua 31 de Janeiro, 148, 3.º*
Fotografias em Esmalte
Stand no Salão de objectos de Arte dos Expositores da Metrópole.

330 — **Anibal Tavares**
LISBOA — *R. da Prata*
Artigos de prata e filigrama
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

178 — **António Saldanha (Wanzeler)**
PORTO — *Rua dos Bragas, 126*
Artigos em coiro
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

127 — **Ourivesaria Cunha**
PORTO — *Rua 31 de Janeiro*
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

211 — **João dos Anjos**
LISBOA — *R. do Mundo, 121*
Condecorações
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

102 — **Manuel Ferreira Cancela**
PORTO — *Rua do Heroismo, 279*
Pratas
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

59 — **Ourivesaria Aliança**
PORTO — *Rua das Flores, 201*
Ourivesaria
Stand no «Salão de objectos de Arte» dos Expositores da Metrópole.

No exterior

12 — **Guilherme Graham Jor.**
PORTO — *Rua dos Clérigos, 6*
Papeis e tecidos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

229 — **J. Bielman, Suc.**
PORTO — *R. Galeria de Paris, 42*
Material de Construção Civil
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

49 — **Companhia Industrial de Fundição**
PORTO — *Rua S. João, 19*
Fundição
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

262 — **Serafim Ramos, Lda.**
LISBOA — *Rua Caes do Tojo, 71*
Gessos de estuque e seus derivados.
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

190 — **Almeida Coelho & Carvalho, Lda.**
PORTO — *Rua Santo Ildefonso, 289*
Contraplacados
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

126 — **Corporação Industrial do Norte, Lda.**
PORTO — *Rua Bento Junior*
Tintas e Vernizes
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

206 — **Concreto, Lda.**
MATOZINHOS
Blocos de Cimento
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

44 — **Companhia Cimento Tejo**
PORTO — *Praça da Liberdade, 53, 2.º*
Cimentos.
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

65 — **Empreza de Cimentos de Leiria**
PORTO — *Rua Formosa, 297*
Cimentos
Stand na Marquise dos Expositores da Metrópole.

158 — **Companhia Industrial Marmorista**
PORTO — *R. do Cemitério de Agramonte*
Marmores.
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

60 — **Fábrica das Antas**
PORTO — *Rua da Vigorosa, 654*
Pregos
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

239 — **Corporação Mercantil Portuguesa, Lda.**
LISBOA — *Rua do Alecrim, 10, 2.º*
Casas em Fibro-Cimento
Pavilhão privativo no Largo de S. Tomé.

17 — **Centro Industrial de Ferragens, Lda.**
PAÇOS DE BRANDÃO — *Rio Meão*
Ferragens para Construção Civil
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

253 — **Gomes da Costa**
MINHO — *Fão*
Tintas
Pavilhão privativo nas Escadas dos Dembos.

8 — **Diogo Barbot & C.ª, Lda.**
PORTO — *Rua de Santo Ildefonso, 366*
Tintas, vernizes, esmaltes
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

114 — A Universal
VILA NOVA DE GAIA — *Avenida da República, 1222*
Produtos Quimicos
Stand na Marquise dos Expositores da Metrópole.

179 — Empreza de Serração e Terras Corantes
PORTO — *Largo de S. Domingos*
Produtos Químicos
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

161 — Companhia Industrial Resineira
PORTO — *Avenida dos Aliados, 64*
Resinas
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

232 — Companhia Luzitana de Fósforos
PORTO — *Rua Silva Porto, 285*
Fósforos
Pavilhão privativo na calçada Nova Gôa.

231 — Sociedade Nacional de Fósforos
PORTO — *Rua do Progresso (Lordelo do Ouro)*
Fósforos
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

197 — Fosforeira Portuguesa
LISBOA — *Rua Garrett, 62*
Fósforos
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

2 — Cortez, Pinto & Pimentel — « Sanita »
LISBOA — *Travessa do Carmo, 1-1.º*
Produtos Farmaceuticos
Pavilhão privativo na Avenida da India.

201 — Grandes Armazens Nascimento
PORTO — *Rua Santa Catarina*
Mobilias
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

138 — Albino de Matos P. & Barros, Lda.
FREAMUNDE — *Rua do Comercio*
Mobilias
Pavilhão privativo na Rua Lourenço Marques.

21 — Casa Tomaz Cardoso
PORTO — *Rua Santa Catarina, 207*
Cofres, Fogões, Portas fortes, etc.
Pavilhão privativo na Avenida da India.

131 — José Francisco da Silva, Filho e Genro
GUIMARÃES — *Miradouro*
Cutelarias
Pavilhão privativo na Avenida da India.

177 — Manuel Francisco da Silva & C.ª
ESPINHO — *Rua 8*
Louça Esmaltada
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

246 — Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos
AVEIRO
Ceramica
Pavilhão privativo na Rua de Dily.

203 — Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre
PORTO — *Rua Candido Reis, 18*
Louças
Pavilhão privativo na Rua Santo António de Zaire.

98 — Fábrica de Loiça de Sacavem, Lda.
LISBOA — *Rua da Prata, 130*
Louças
Pavilhão privativo na Avenida da India.

9 — Mário Navega
PORTO — *Rua do Freixo, 1448*
Louças de ferro esmaltado
Pavilhão privativo na Rua de Lourenço Marques.

128 — Companhia de Linhas Coats & Clark
PORTO — *Rua Duque de Loulé, 86*
Carrinhos de linhas
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

140 — Sociedade de Perfumarias Gonçalves & Gomes
PORTO — *Rua Dr. Barboza de Castro, 40*
Perfumarias
Stand na marquise dos Expositores da Metrópole.

235 — Sociedade Perfumarias Nally, Lda.
LISBOA — *Campo Grande, 189*
Perfumarias
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

901 — M. B. Teixeira, Lda.
LISBOA — *Rua Santana, 44 (á Lapa)*
Pasta para dentes e perfumarias
Pavilhão privativo na Rua de Macau.

154 — Ach. Brito
PORTO — *Travessa da França, 3*
Sabonetes e Perfumes
Pavilhão privativo na R. de Lourenço Marques.

220 — **Sociedade Industrial de Tabacos de Angola, Lda. (SITAL)**
Tabacos manufacturados.
Pavilhão privativo na Rua de Mossamedes.

115 — **Edmundo Adriano**
PORTO — *Rua do Paraizo, 254*
Cadeiras e material para barbearias
Pavilhão privativo na Calçada de S. Vicente.

30 — **União Metalurgica da Fontinha**
PORTO — *Travessa das Musas, 2*
Metalurgica
Pavilhão privativo na Avenida da India.

31 — **Manuel Francisco da Costa, Lda.**
PORTO — *Rua José Falcão*
Ferragens
Pavilhão privativo na Avenida da India.

16 — **João Tomaz Cardoso & F.º Suc., Lda.**
PORTO — *Rua Sá da Bandeira, 92*
Pavilhão privativo na Avenida da India.

24 — **Fábrica de Borracha Luso-Belga de Victor C. Cordier, Lda.**
LISBOA — *Rua do Açucar, 78*
Borracha
Pavilhão privativo na Avenida da India.

192 - **Rost & Janus, Sucrs.**
PORTO — *Rua Passos Manuel, 70-1.º*
Máquinas Industriais
Stand na Avenida da India.

234 - **Araujo & Sobrinho**
PORTO — *Largo de S. Domingos*
Artigos de Papelaria
Pavilhão privativo na Avenida da India.

7 — **Agostinho Ricon Péres**
PORTO — *Rua Candido Reis*
Máquinas e Ferramentas
Pavilhão privativo na Avenida da India.

100 — **Carlos Silva & Barbosa, Lda.**
PORTO — *Rua José Falcão, 61-1.º*
Stores
Pavilhão privativo Largo de Cabo Verde.

143 — **Sociedade Industrial de Manequins e Artes Decorativas**
LISBOA — *Rua das Pedras Negras, 24-1.º*
Manequins e Artes Decorativas
Pavilhão privativo no Largo de Cabo Verde.

152 — **Angel Beauvalet — «Fábrica Eureka»**
PORTO — *Rua Alexandre Herculano, 190*
Brinquedos e aparelhos desportivos. Utilidades
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

39 — **Alfredo Moreira da Silva & Filhos**
PORTO — *Rua do Triunfo, 5*
Sementes, Flores e Frutas
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

144 — **Fábrica Portugueza de Balanças, Lda.**
PORTO — *Travessa da Rua do Loureiro, 19*
Balanças
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

130 — **Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filho**
PORTO — *Rua S. João, 111*
Sementes
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

191 — **Guilherme Ferreira Tedim**
MATOZINHOS — *Santa Cruz do Bispo*
Arte Sacra
Pavilhão privativo na Rua de Timor e na Sala das Artes.

208 — **José Ferreira Tadim**
SANTO TIRSO — *S. Mamede do Coronado*
Arte Sacra
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

163 — **Alfredo A. Ribeiro & C.ª, Lda.**
PORTO — *Rua Nova de Paranhos, 229*
Objectos de Latão
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

113 — **Guimarães Pestana, Lda.**
VILA NOVA DE GAIA — *Serra do Pilar*
Sulfureto de carbone e gêlo
Stand na marquise.

164 — **Nuno Salgueiro**
PORTO — *Avenida Montevideu, 312*
Produtos Caseiros
Stand na Marquise.

196 — **Firmino Cardoso**
PORTO — *Rua Duque Saldanha, 384*
Lançadeiras para fiação de tecidos
Stand na Marquise.

132 — **Luis de Azevedo**
PORTO — *Travessa da Fábrica, 2*
Fita para cintas das calças e saias
Stand na Marquise

72 — **Alvaro Rodrigues**
PORTO — *Trav. Anselmo Braancamp, 46*
Rodas para automóveis
Stand na Marquise.

188 — **José Dias Coelho**
ESPINHO - *Rua 24*
Cortiça
Stand na Marquise.

237 - **Companhia Horticola Agricola Portuense, Lda.**
PORTO — *Rua Azevedo Albuquerque, 5*
Sementes, Flores
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

175 — **Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova**
PORTO — *Praça Almeida Garret, 23*
Carvões
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

184 — **H. Vautier & C.ª**
LISBOA — *Rua Vasco da Gama, 34*
Mangueiras
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

238 — **Centro Agricola Industrial, Lda.**
PORTO — *Rua Santa Catarina, 369*
Màquinas agricolas.
Pavilhão privativo na Rua da Praia.

209 — **Antonio Pereira Monteiro**
S. ROMÃO DO CORONADO
Máquinas agrícolas
Pavilhão privativo na Rua Santo António do Zaire.

63 — **Eduardo Ferreirinha & Irmão**
PORTO — *Rua Bôa Nova, 125*
Acessórios para automóveis
Stand na Rua da Guiné.

64 — **Oficina de Metalurgica Landolt**
PORTO — *Avenida Camilo, 105*
Acessórios para automóveis
Stand na Marquise.

57 — **J. Mota**
VILA NOVA DE GAIA — *R. Soares dos Reis*
Acessórios para automóveis
Stand na marquise

129 — **José Martins Marques**
GONDOMAR — FANZERES — *Av. da Carvalha, 1*
Acessórios para industria de fiação e tecidos
Pavilhão privativo no Largo de Cabo Verde.

116 — **Antonio Peixoto**
BRAGA — *Rua de Santo André*
Acessórios de automóveis
Stand na Avenida da India.

140 — **Electro Central Vulcanisadora Lda.**
PORTO — *Rua Alexandre Herculano, 396*
Acessórios de automóveis
Pavilhão privativo na Avenida da India.

110 — **Companhia Portuguesa de Madeiras**
LISBOA — *Praça Duque Terceira, 24-3.º*
Pavilhão privativo na Rua da Beira.
Arte Portugueza
Pavilhão privativo na Rua de Dily.

259 — **Grande Bazar do Porto**
PORTO — *R. Santa Catarina*
Pavilhão privativo na Rua de Timor.

172 — **Banco Nacional Ultramarino**
LISBOA — *Rua do Comércio*
Pavilhão privativo na rua de Mossamedes.

150 — **Banco de Angola**
LISBOA — Rua da Prata
Pavilhão privativo na Rua da Guiné.

TIP. COSTA CARREGAL - PORTO